



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Cristiane Fortkamp Schuch

Patas de boi nos rastros da conservação: tecnologia e preservação dos campos no
desenvolvimento da genética bovina catarinense

Florianópolis

2024

Cristiane Fortkamp Schuch

Patas de boi nos rastros da conservação: tecnologia e preservação dos campos no desenvolvimento da genética bovina catarinense

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História.

Orientador: Prof. João Klug, Dr.

Florianópolis

2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Schuch, Cristiane Fortkamp

Patas de boi nos rastros da conservação : tecnologia e preservação dos campos no desenvolvimento da genética bovina catarinense / Cristiane Fortkamp Schuch ; orientador, João Klug, 2024.

191 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. História. 2. meio ambiente. 3. ciências agrárias. 4. pecuária. I. Klug, João. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

Cristiane Fortkamp Schuch

Patas de boi nos rastros da conservação: tecnologia e preservação dos campos no desenvolvimento da genética bovina catarinense

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 04 de março de 2024, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Sandro Dutra e Silva, Dr.
Universidade Estadual de Goiás

Prof. Alfredo Ricardo Silva Lopes, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Manoel Pereira R. Teixeira, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutora em História.

Insira neste espaço a
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a
assinatura digital

Prof. João Klug, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2024.

Dedico esta pesquisa à minha família, luz da minha estrada, e ao meu orientador João Klug, por sua gentil presença e acolhimento nesses anos de convivência e trabalho.

AGRADECIMENTOS

Têm coisas que tem seu valor
Avaliado em quilates, em cifras e fins [...]
E outras não têm o apreço
Nem pagam o preço que valem pra mim [...]
Tenho amigos que o tempo
Por ser indelével, jamais separou
E ao mesmo tempo revejo
As marcas de ausência que ele me deixou [...]
Carrego nas costas meu mundo
E junto umas coisas que me fazem bem
Fazendo da minha janela
Imenso horizonte, como me convém [...]
(Luiz Marengo).

Obrigada meu Deus do céu, por colocar em minha trajetória tantas pessoas valiosas...

Agradeço amo meu esposo Luiz Fernando, e à Maria Valentina, minha filha, meus grandes amores, por despertarem o melhor de mim todos os dias. Obrigada pelo amor que me dedicam, e por compreenderem pacientemente as minhas ausências.

Ao meu orientador e amigo João Klug, eu agradeço o incentivo de sempre, as leituras e apontamentos, os conselhos e momentos de confraternização. Lá se vão duas décadas e mais um pouco de amizade e parceria do qual eu sou eternamente grata. Obrigada por me presentear com a amizade e o carinho da Mariana, da Luiza, da Susane e do pequeno Bernardo. Vocês moram em meu coração.

Agradeço com carinho ao Vitor, um ser humano abençoado que está sempre disponível para toda e qualquer dúvida na secretaria do Programa de Pós-graduação em História. Pessoas como você deixam a nossa vida mais leve! Obrigada por tudo!

A todos os professores do Programa de Pós-graduação eu agradeço o auxílio nas diversas etapas da realização deste trabalho, bem como as orientações recebidas no meu retorno às pesquisas em História.

Ao Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA) e seus professores(as) e pesquisares(as), por constituírem-se com base fundamental na minha formação enquanto professora e pesquisadora.

Aos amigos do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA), especialmente ao Darlan, Fabiana e Giovana, por toda a amizade, companheirismo e pelos momentos de descontração e incentivo. Eu admiro cada um de vocês

e sou grata por sua amizade!

Agradeço a todos os profissionais que me auxiliaram instituições, arquivos e bibliotecas consultadas durante a tese. Minha gratidão especial aos pesquisadores e pesquisadoras da Epagri de Lages, por toda a liberdade de consultar os arquivos durante longos períodos de imersão nas fontes.

Aos professores da banca, Professor Sandro Dutra, Professor Manoel P.R.T. Santos, professora Eunice Nodari e Alfredo Ricardo Silva Lopes, suas contribuições são muito valiosas para qualquer pesquisador(a) que se debruce sobre a história ambiental. Muito obrigada por aceitarem meu convite.

A todos os amigos e amigas de perto e de longe, que acompanharam e incentivaram esses anos de estudos e pesquisa, presenteando-me com alegria e carinho, e que não listarei os nomes por medo de esquecer alguém. Sintam o meu abraço e a minha gratidão.

Pai, Mãe... Eu nunca me senti desamparada, pois vocês me deram o que de mais valioso pode existir no mundo: o amor e o exemplo de perseverança e fé. Saudades.

O campo, é campo nativo dobrando a
folha dos livros que contam isso, por
novidade.

E quem não lê o que a terra deixa escrito não sabe quanto esta Terra fala a verdade [...]

Na simbiose do campo pouco se
fala da troca comum das plantas com os
animais motivo de ter mais vida e ser
sustentável
sem questionar nesta troca quem ganha mais [...]

Quem cria em campo nativo, preserva a
vida e sabe o quanto ele custa essa
integração fazer crescer o sustento de
todo um pago numa harmonia entre o
campo e a produção.

O campo é campo nativo, ou
deveria... Na herança de muito tempo
que recebemos, talvez por querermos
tanto esta aliança
o campo nos dê em dobro o que merecemos.
(Gujo Teixeira).

RESUMO

Partindo da compreensão de que os campos do Planalto Catarinense e as relações de produção humana resultaram em múltiplas organizações socioeconômicas, que sofreram em estágios distintos, transformações ao longo do tempo, esta pesquisa objetivou analisar as construções sociais que dão mobilidade ao espaço territorial através da manipulação e a artificialização dos ecossistemas para a produção, fomentando reflexões sobre o processo de (re)valorização dos saberes tradicionais e sua importância na conservação do material genético da raça bovina crioula e da biodiversidade dos campos nativos, em contraponto aos projetos de modernização pensados e aplicados no território a partir do século XX. Também se aprofunda a discussão sobre as estratégias utilizadas na extensão rural para induzir pequenos proprietários a adotar “o pacote tecnológico” que causou profundas transformações no modo de produção e na estrutura das propriedades, desagregando antigos costumes ligados à pecuária no Planalto Catarinense. Além da ressignificação da natureza dos campos na identidade regional, ressalta-se também a necessidade de relacionar a importância das instituições de pesquisa e centros de formação de profissionais que passaram a atuar na disseminação de novos saberes, influenciando diretamente na introdução de novas técnicas de manejo, controle sanitário, produção genética, assim como foram fundamentais nos estudos sobre a conservação vegetal e animal no Planalto Catarinense. Desta forma, a pesquisa “Patás de Boi nos rastros da conservação: O desenvolvimento tecnológico e a preservação dos campos no desenvolvimento da genética bovina catarinense”, infere sobre a representação da paisagem e sua relação com a identidade regional e as diferentes relações de poder que significam e ressignificam a natureza, uma vez que, atrelada ao modo econômico, a representação utilitária da natureza estabelece uma relação não linear entre o espaço, o tempo histórico e sua materialidade.

Palavras-chave: Meio ambiente; Pecuária; Ciências agrárias.

ABSTRACT

Starting from the understanding that the Planalto Catarinense's fields and the relations of human production resulted in multiple socioeconomic organizations, which underwent, at different stages, transformations over time, this research aimed to analyze the social constructions that give mobility to territorial space through manipulation and will artificialize ecosystems for production, encouraging reflections on the process of (re)valuing traditional knowledge and its importance in conserving the genetic material of the Creole cattle breed and the biodiversity of native fields, in contrast to the modernization projects designed and applied in the territory from the 20th century onwards. The discussion also deepens on the strategies used in rural extension to induce small landowners to adopt "the technological package" that caused profound transformations in the mode of production and the structure of properties, disrupting old customs linked to livestock farming in the Santa Catarina Highlands. In addition to re-signifying the nature of fields in the regional identity, the need to relate the importance of research institutions and professional training centers that began to act in the dissemination of new knowledge, directly influencing the introduction of new management techniques, it's also highlighted, health control, genetic production, as well as being fundamental in studies on plant and animal conservation in the Planalto Catarinense. In this way, the research "Ox Paws in the wake of conservation: Technological development and the preservation of fields in the development of cattle genetics in Santa Catarina", infers about the representation of the landscape and its relationship with regional identity and the different power relations that they signify and resinify nature, since, linked to the economic mode, the utilitarian representation of nature establishes a non-linear relationship between space, historical time and its materiality.

Keywords: environment; livestock; agricultural sciences.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Zona Pecuária do Brasil	20
Figura 2 – II Zona Pecuária do Brasil.....	22
Figura 3 – Integração do sul brasileiro ao complexo mercantil	25
Figura 4 – Comércio no Rio da Prata no período Colonial	31
Figura 5 – Estradas e caminhos no Planalto Catarinense	35
Figura 6 – Fazenda Cruz de Malta	36
Figura 7 – Microrregião Campos de Lages	40
Figura 8 – Charqueada Lageana (Charqueada Tito Bianchini) – Lages 10/03/1975	42
Figura 9 – Mapa Fitogeográfico	46
Figura 10 – Municípios Serranos.....	48
Figura 11 – Fazenda de criação de Lages/Edifício Central. Morro do Posto	59
Figura 12 – Foto do Jornal Correio Lageano 1941.....	99
Figura 13 – Exposição Agropecuária	114
Figura 14 – Jornal Correio Lageano 1947	118
Figura 15 – Jornal Correio Lageano 1949	119
Figura 16 – 5ª Feira de Animais de Lages 1949.....	120
Figura 17 – Trecho do Jornal Correio Lageano 1952.....	129
Figura 18 – Trecho do Jornal Correio Lageano 1954.....	130
Figura 19 – Trecho do Jornal Correio Lageano 1954.....	131
Figura 20 – Trecho do Jornal Correio Lageano 1956.....	132
Figura 21 – Trabalho de Silagem em trincheira no campo da Fazenda Experimental	138
Figura 22 – Sistema de vacinação e controle de doenças.....	139
Figura 23 – Divisão dos Campos de Lages	146
Figura 24 – Fazenda de Criação de Lages: Roçada mecânica de campo nativo, trabalho com finalidade	149
Figura 25 – Fazenda de Criação de Lages: Instalação de lavoura perene	150
Figura 26 – Ecossistema Campos de Altitude	155
Figura 27 – Exemplar da Raça Guzerá.....	159
Figura 28 – Exemplar da Raça Simenthal	160
Figura 29 – Exemplar de Touro Hereford	161
Figura 30 – Arquivo Documental Epagri	164
Figura 31 – Saberes e Fazeres da Coxilha Rica	175

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	HISTÓRIA REGIONAL REVISITADA: PECUÁRIA, O COMÉRCIO ATLÂNTICO NO PERÍODO PÓS-COLONIAL	18
2.1	A “GEOGRAFIA DO BOI” E A COMPOSIÇÃO TERRITORIAL DA ECONOMIA PECUÁRIA NO BRASIL.....	18
2.1.1	A integração do sul brasileiro ao complexo colonial mercantil.....	24
2.1.2	A História da Utilização dos Campos e a Tecnificação do Espaço Agrário no Planalto Catarinense entre os Séculos XIX e XXI	26
2.1.2.1	<i>A estrutura agrária europeia e a importação de modelos de desenvolvimento</i>	<i>26</i>
2.1.2.2	<i>Ciência e Modernidade no campo: Das Fazendas de Criação às Charqueadas e a implantação dos Postos Zootécnicos e Estações experimentais e no Brasil.....</i>	<i>30</i>
2.2	PECUÁRIA, CIÊNCIA E SANITARISMO: TRANSFORMAÇÕES NAS TÉCNICAS DE PRODUÇÃO ANIMAL	72
2.2.1	Aspectos da pecuária moderna: Criação de registros genealógicos, seleção animal e a ciência veterinária	87
2.2.2	Animais de Exposição: As Feiras e a consolidação da Indústria Pecuária.....	105
2.2.3	Novas Técnicas, antigos problemas: Sanitarismo e abastecimento na composição da economia regional.....	121
2.3	PECUÁRIA, CIÊNCIA E CONSERVAÇÃO: OS ESTUDOS E PESQUISAS QUE GARANTIRAM A CONSERVAÇÃO DO MATERIAL GENÉTICO BOVINO E DOS CAMPOS NATIVOS CATARINENSES	133
2.3.1	O pasto que faz o gado: Alimentação, nutrição e pesquisa na modernização de processos produtivos.....	140
2.3.2	O Campo e o Bioma: a ecologia dos campos na História da Pecuária Regional.	153
2.3.2	“O tipo de gado serrano”: A manutenção da atividade pecuária e a construção da Raça Crioula Lageana	158
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	178
	REFERÊNCIAS.....	181
	APÊNDICE A - FONTES	187

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é o desdobramento e produto do projeto aplicado ao Programa de Pós-Graduação em História em 2017, com objetivo de iniciar o processo de formação em nível de Doutorado. No entanto, o tema e os objetivos que permeiam este estudo são resultado de questionamentos que surgiram durante a realização de uma pesquisa anterior, enquanto cursava a Pós-graduação em nível de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia, na linha de pesquisa “Organização e Dinâmica de Espaços Rurais”, realizada entre os anos de 2010 e 2015 na UFSC.

As reflexões sobre a formação socioespacial dos campos de cima da serra, a partir da economia pecuária, estabeleceram múltiplas conexões com as modificações socioeconômicas oriundas da tecnificação da atividade pecuária no Planalto Catarinense, bem como explicitaram a profunda relação entre os avanços tecnológicos no campo e as relações que são construídas entre sociedade e natureza, assim como a relação entre a sociedade e a pesquisa científica no mundo rural.

Defendida em maio de 2015, a tese intitulada: Estrada da Mata – A modernização da pecuária no Planalto Catarinense e a transformações do espaço e da sociedade regional entre os séculos XVIII e XXI, ao mesmo tempo em que contribuiu para os estudos regionais, também suscitou novas perspectivas de análise e pesquisa.

Analisando a formação de rebanhos de origem europeia cruzados com o exemplar “crioulo”, e seu desenvolvimento em campos do Planalto Serrano Catarinense, e como estes mesmos campos se transformaram em função do desenvolvimento da economia regional, bem como a atuação de pesquisas que permitiram a introdução no livro de registros genealógicos do país, da Raça Crioula Lageana, como animal originário da região do Planalto Serrano Catarinense, foi possível compreender a articulação concreta entre o tempo e o espaço, através de categorias de análise que nos permitam o conhecimento sistemático da organização espacial, de modo que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho e pelo modo de produção (Schuch, 2015, p. 28).

Findado aquele processo de pesquisa, o curso da história das atividades pecuárias no Planalto Serrano Catarinense, bem como a organização e a dinâmica dos espaços rurais destinados a este tipo de economia evidenciava uma diversidade da organização espacial nem sempre explícita. Entre elas destacam-se as mudanças nas relações de trabalho, novas formas de apropriação dos recursos naturais, e um novo sentido econômico para a criação de animais.

Os campos do Planalto Catarinense não podem ser então compreendidos como base de uma dialética entre as determinações ambientais e a produção do espaço, mas sim como base de múltiplas organizações socioeconômicas e ambientais, que sofreram em estágios distintos, transformações ao longo do tempo.

Assim, as relações estabelecidas entre a sociedade e o meio natural tornaram-se passíveis de serem investigadas e compreendidas, uma vez que se tornaram construções sociais que dão mobilidade ao espaço territorial. Também a manipulação e a artificialização dos ecossistemas para a produção pecuária tornou-se um ponto de análise deste contexto rural, e que acabou por fomentar outras reflexões, entre elas o processo de (re)valorização dos saberes tradicionais e sua importância na conservação do material genético da raça crioula e da biodiversidade dos campos nativos, em contraponto aos projetos de modernização pensados e aplicados no território a partir do século XX.

A partir deste ponto de análise, esta pesquisa também aprofunda a discussão sobre as estratégias utilizadas na extensão rural para induzir pequenos proprietários a adotar “o pacote tecnológico” que causou profundas transformações no modo de produção e na estrutura das propriedades, desagregando antigos costumes ligados à pecuária no Planalto Catarinense.

Outra questão que se faz relevante neste estudo se refere ao contexto da importação de genética animal e tecnificação das propriedades, que resultou na ressignificação da natureza dos campos na identidade regional. Vale ressaltar também que este campo de investigação evidenciou a necessidade de relacionar a importância das instituições de pesquisa e centros de formação de profissionais que passaram a atuar na disseminação de novos saberes, influenciando diretamente na introdução de novas técnicas de manejo, controle sanitário, produção genética, assim como foram fundamentais nos estudos sobre a conservação vegetal e animal no Planalto Catarinense.

Nesse sentido, no decorrer da pesquisa é possível identificar nos projetos de desenvolvimento, olhares exógenos e olhares endógenos que marcam os esses projetos e interação econômica. Estes olhares sobre os campos do planalto catarinense se materializam nas dinâmicas territoriais, que envolvem as inovações tecnológicas, a exclusão de comunidades camponesas da esteira da modernidade e da mecanização das atividades produtivas, bem como no processo de desflorestamento, e também em diferentes narrativas sobre a pecuária, e sua função econômico-social.

Dessa forma, a história da criação de bovinos ultrapassa o aspecto econômico e produtivo e, ao considerar as características naturais do ambiente campestre, infere sobre a representação da paisagem e sua relação com a identidade regional e as diferentes relações de

poder que significam e resignificam a natureza, uma vez que, atrelada ao modo econômico, a representação utilitária da natureza estabelece uma relação não linear entre o espaço, o tempo histórico e sua materialidade.

O silêncio peculiar sobre a conservação dos campos nos projetos de desenvolvimento até a segunda metade do século XX, também revelam a forma como a sociedade estabelece práticas que aumentam as desigualdades e demarcam as dimensões socioespaciais expressas em níveis locais, nacionais e transnacionais (fluxo de pessoas, projetos, capitais e bens) que interferiram diretamente na reorganização territorial na alteração da biota.

A partir do discurso agrário que visava o abandono das características coloniais e de parte do período imperial nas técnicas de pastoreio, a implementação de práticas modernizantes ocorreu de forma espacializada, de acordo com a heterogeneidade social que compunha o planalto catarinense. Assim, remanescentes de comunidades caboclas e negras ficam às margens deste processo modernizador. Nessas comunidades ainda é possível contemplar profissões que atualmente encontra-se em extinção na atividade campesina: alambreadores, changadores, tropeiros, domadores, guasqueiros — que possui no modo de produção artesanal a relação mais antiga com o campo.

Antes do processo que intensificou a modernização e a mecanização do campo, homens conhecidos como alambreadores, acampados à beira do mato e levando consigo cavadeiras, machados, pás, martelo, serrote e pé-de-cabra, bem como sua própria alimentação e pertences, beneficiavam palanques diretamente nas áreas florestadas e esticavam arames lisos ou farpados para estabelecer limites das propriedades. Trabalhavam por empreitada e não possuíam vínculos empregatícios, migrando sazonalmente para trabalhar. Assim também os changadores, responsáveis pela extração de couro de animais e transporte e comercialização de couros, não possuíam outro vínculo que não fosse a manutenção da sua própria atividade. Eram esperados por vezes pelos guasqueiros, profissionais que utilizam a matéria-prima de couro cru para fabricação de utensílios da lida campeira como laços, encilhas, indumentárias, trançados de boleadeiras e rebenques. Não raro era encontrar a figura do changador e guasqueiro.

Responsáveis pelo manejo de animais e mercadorias, os tropeiros viajavam longas distâncias com rebanhos de gado e outros produtos, abastecendo principalmente as áreas mineradoras de São Paulo e Minas Gerais. De acordo com Fidelis Bueno (2008, p. 39), “o Brasil andou no lombo de mula até o advento das ferrovias”. No entanto, o transporte de mercadorias era considerado uma atividade marginal, e foi executada por homens livres e pobres à serviço de latifundiários que, sob o regime da grande propriedade escravocrata, formavam uma “aristocracia de curral” (Bueno, 2008, p. 40).

A domesticação de animais era fundamental na manutenção do *modus vivendi et operandi* das sociedades pecuaristas. Assim, figura imprescindível no cotidiano das fazendas era o Domador. O longo processo de preparar animais para montaria, trabalhos no campo e para a prática de esportes fazia do trabalho do domador uma rotina no dia a dia dos latifúndios.

No entanto, a aceleração das atividades econômicas modificou a paisagem natural e cultural dos campos do planalto serrano catarinense. Os processos substitutivos tornaram algumas profissões e métodos de trabalho elementos da cultura regional que resistem na construção de uma identidade rural. Assim, a paisagem rural que materializa essa combinação de uma base física (territorial) e seus elementos bióticos e abióticos com a intervenção antrópica, é também formada por esta conformação de sujeitos banalizados economicamente. Esta paisagem manifesta sua historicidade e permite delimitar espaços de permanência, transição e transformação sobre a exploração econômica de animais e a relação entre animais humanos e não humanos com a natureza.

Essa dimensão ambiental também é discutida na disseminação de técnicas de cuidados veterinários. Pensar as políticas sanitaristas e suas dificuldades de implementação permitem uma reflexão sobre as exigências internacionais de produção e comercialização de carne bovina, bem como as transformações em termos de saúde pública e consumo de produtos de origem animal no Brasil.

Ao discutir os processos de adaptação, mestiçagem e pureza, analisa-se a evolução da produção pecuária a partir dos mecanismos de divulgação e comercialização — criatórios, charqueadas, frigoríficos, leilões e feiras. Estes mecanismos, por sua vez, estabelecem uma clara divisão produtiva — o gado de consumo e o gado de exposição. A promoção das feiras agropecuárias, além de incluir os criadores locais no circuito de animais de raça, definiu ao longo do tempo uma estirpe de criadores que, através do discurso da tradição, pautaram práticas modernas de seleção e manejo. Vale ressaltar aqui, o papel que desempenharam as pesquisas científicas em medicina veterinária, agronomia e zootecnia nas políticas de transformação e modernização do espaço rural, e que, como consequência, resultou na produção de manuais e registros de criadores, divulgados em revistas, jornais e semanários.

No entanto, as experiências locais dessa transformação apontam a convivência de novos e antigos sujeitos sociais num mesmo território, e as diferentes concepções de natureza no mundo rural. Por isso, a análise das diferentes narrativas sobre a criação de gado evidencia o caráter fisiocrata da formação de institutos agrícolas e como estes por muito tempo, desautorizam os conhecimentos locais e tradicionais. A imposição de um saber científico

significou também o controle do modo de produção e da terra. Esta relação entre crescimento econômico, ascensão social e prestígio político na posse de latifúndios está representada nos grupos familiares que compõem a elite pecuária do planalto catarinense.

Por outro lado, a racionalização das técnicas de manejo conferiu características específicas a adaptação de raças que foram submetidas ao cruzamento com material genético das raças crioulas, forjadas por seleção natural. No século XX, a substituição de raças nativas por exemplares de origem europeia não significou aumento nos índices de produtividade, resultando, além disso, na redução do efetivo populacional das raças naturalizadas e levando-as ao risco de extinção.

As pesquisas para aumento do potencial produtivo regional levaram também à pesquisas sobre a conservação de recursos genéticos e a introdução da raça crioula Lageana no livro de registros genealógicos do país, e sua divulgação como uma raça de gado regional capaz de enobrecer a economia e garantir a conservação dos campos nativos do Planalto Catarinense.

Dessa forma, os diferentes arranjos socioeconômicos marcam espaços de memória que se traduzem ou se conectam na identidade regional através de práticas ou experiências singulares. Esta projeção entre passado e futuro/antigo e moderno, permitem duas características de análise da história dos campos: A linguagem espacial retratada pelo movimento de mudanças e permanências no processo de produção, e a linguagem simbólica pela qual os objetos do mundo natural adquirem caráter identitário.

Assim, a utilização da análise de acervos que permitam a interpretação e construção de narrativas a partir da representação da pecuária e do conceito de modernização das relações produtivas estabelecidas no planalto catarinense viabiliza uma história ambiental dos campos de cima da serra, tomando por base que um ambiente só tem existência social através da maneira como os grupos humanos o concebem, analisam e percebem suas possibilidades, e através das técnicas que permitem explorá-lo (Paul Claval), explicitando o papel da mediação tecnológica nas relações que são construídas entre sociedade e natureza que os rodeiam, bem como entender de que forma a adoção de novas técnicas produtivas dialogam com outras tradicionalmente existentes.

Passado o processo de qualificação desta pesquisa, muitos questionamentos misturaram-se às inseguranças. O contexto político e sanitário vivenciado durante a construção deste trabalho exigia graus elevados de persistência, paciência e força para resistir. Ao mesmo tempo, devo ressaltar, que a motivação estava inscrita em cada linha de cada pesquisador e pesquisadora deste País e da América Latina, que bravamente mantêm-se dispostos a lutar pelo conhecimento, pela educação e pela ciência como propulsoras da transformação social e da

manutenção da vida. Ciências e cientistas que deixam suas contribuições em cada forma de conceber a vida, as relações entre humanos e a natureza, bem como entre humanos e animais.

Cientistas e pesquisadores de diversos campos do conhecimento são unânimes em alertar sobre a escala elevada de extinção de espécies, bem como disfunções ecológicas de ordem planetária. Vivenciamos as consequências catastróficas de uma pandemia e não podemos negligenciar o fato de que há uma necessidade urgente das sociedades em estabelecer conexões mais seguras com natureza, e que esta é uma questão global. Sobretudo, é preciso destacar a indissociabilidade entre ciência, desenvolvimento e sustentabilidade ao pensar as relações entre animais humanos e não humanos e a conservação de suas espécies.

Desde os dias 30 de janeiro de 2020 — quando a OMS declarou que o surto do novo Coronavírus (Covid-19) — constituía-se como um caso de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, 11 de março de 2020, quando a Covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma “pandemia” (o termo se refere à distribuição geográfica de uma doença reconhecendo a existência de surtos em vários países e regiões do mundo), o mundo assistiu com perplexidade a rapidez com que ações locais produzem efeitos globais.

Foram três anos em que as sociedades tiveram que lidar com impactantes situações de isolamento social, fechamento de fronteiras, uma crise humanitária que resultou em perdas econômicas, educacionais, sanitárias e principalmente emocionais, uma vez que a vida não substituível.

A Ciência desafiou o tempo, as condições precárias de pesquisa, o discurso negacionista e a falta de políticas públicas. Apenas no segundo semestre de 2022 a OMS passou a adotar um discurso mais otimista em relação ao controle de contágio. Para tanto, foram necessárias muitas campanhas de prevenção e mudanças no comportamento social, que enfatizaram a transformação desde hábitos pessoais de higiene e alimentação a comportamentos em ambientes coletivos.

Além das fragilidades sanitárias e de saúde pública, ficaram explicitas as inseguranças e a vulnerabilidade de sociedades que não investem em educação e ciência; que não valorizam os cientistas e as pesquisas de seu país; que não possuem programas permanentes de incentivo à formação de pesquisadores.

A retomada das atividades se dá de forma lenta, gradual e igualmente desafiadora. Porém, tornou-se evidente que, além do valor econômico empregado às tecnologias e aos recursos naturais, é fundamental que estabeleça o valor destes para a manutenção de todas as formas de vida e suas múltiplas interações.

E assim seguimos, como parte deste processo, retomando a nossa parte na contribuição

de pesquisas que evidenciem que entre os olhares que materializam uma paisagem e as ações que a transformam é preciso preservar o que ingenuamente acreditamos não ter fim nem morte.

2 HISTÓRIA REGIONAL¹ REVISITADA: PECUÁRIA, O COMÉRCIO ATLÂNTICO NO PERÍODO PÓS-COLONIAL

2.1 A “Geografia do Boi” e a composição territorial da economia pecuária no Brasil

A introdução de bovinos na América do Sul está diretamente associada aos avanços das frentes colonizadoras. Antes que se definissem a posse das terras entre portugueses e espanhóis, a introdução de espécies vacuns foi responsável pela formação de núcleos povoadores, modificando não só a paisagem, como incutindo um novo sistema de vida ao elemento humano radicado no território (Goulart, 1965, p. 68).

Os primeiros bovinos que aportaram no Brasil vieram de Cabo Verde em 1534, por determinação de Dona Ana Pimentel, esposa e procuradora de Martim Afonso de Sousa, donatário da Capitania de São Vicente. Um segundo lote trazido em 1535 por Duarte Coelho, igualmente de Cabo Verde, aportou na Capitania de Pernambuco (Sagrilo, 2015, p. 18).

José Alípio Goulart, ao estudar os aspectos históricos da bovinocultura e do mercado de couros na economia brasileira afirma que:

Foi o boi, ao retirar-se das proximidades das lavouras; ao desocupar as terras de massapê para a expansão da cana, ao acompanhar os sesmeiros das vastidões dos sertões; ao refluir para alimentar os cidadãos a beira mar; ao socorrer os desesperados das minas; ao espalhar se na direção sulina; ao ocupar para os lusos os territórios espanhóis. Foi o boi, dizíamos, que provocou a abertura de estradas propriamente ditas, extensas vias de trânsito, de dezenas, centenas de léguas, as até românticas estradas das boiadas, rasgadas em meio a regiões inóspitas, percorridas depois por tropeiros e mascates [...] essas estradas acabaram por ligar o nordeste e o extremo norte ao centro e ao extremo oeste, por comunicar o centro oeste e o sul, e este com o centro e o extremo oeste (Goulart, 1965, p. 71).

Essa “geografia do gado” interpretada por José Alípio Goulart permite pensar o desenvolvimento da economia pecuária como um processo inter-regional e intercontinental para abastecimento de territórios, o que de certa forma, conecta as mais remotas regiões do Brasil aos polos de distribuição produtiva, e rompe com a ideia de isolacionismo econômico interpretada por muitos autores. Por meio de sua obra, intitulada “Brasil do boi e do couro”, foi possível mapear o desenvolvimento das zonas de expansão pecuária no Brasil.

O mapeamento destes territórios nos permite visualizar como o desenvolvimento da indústria pecuária no Brasil interferiu diretamente na (re)organização socioespacial de territórios, nas dinâmicas territoriais e nas relações de consumo e comercialização nacionais e

¹ Termo utilizado para definir o diálogo com pesquisas já realizadas sobre o mesmo espaço geográfico, bem como sobre estruturas sociais que compõem o objeto de estudo.

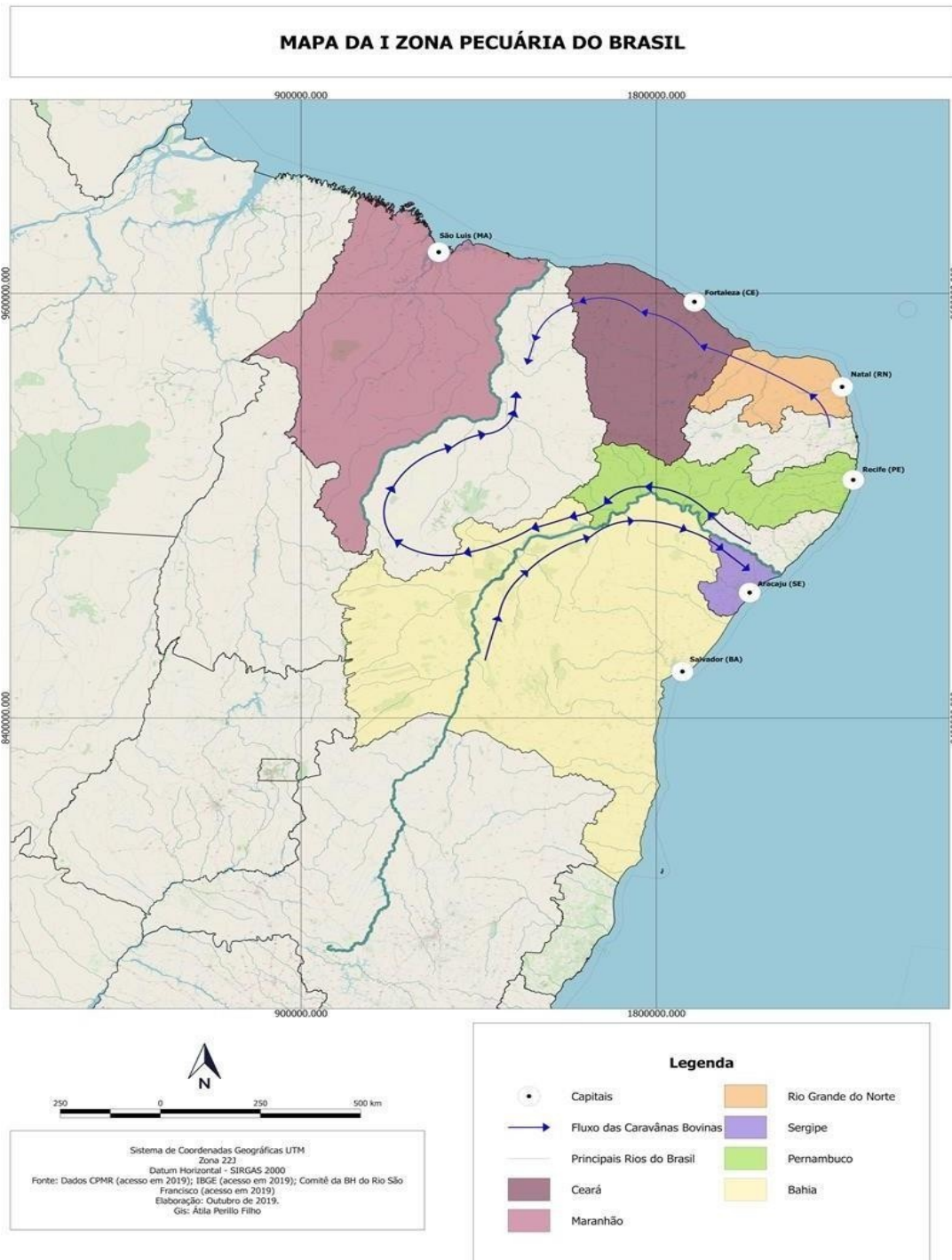
internacionais, ainda no período imperial da história brasileira, quando diversos biomas passaram a ser modificados com base na instalação de fazendas de criação em regiões que ampliassem a perspectiva de exploração comercial.

A primeira zona de criação pecuária desenvolveu-se na região Nordeste, onde o fluxo populacional no desenvolvimento da produção açucareira no período colonial gerou um mercado consumidor de carne, e também de animais para tração e mercantilização do couro. A partir da Bahia, a criação de vacuns e cavalares se desenvolveu em Pernambuco e Maranhão, multiplicando as fazendas de gado pelos sertões, alcançando a Paraíba e o Rio Grande do Norte, seguindo em direção ao Rio São Francisco (Moutinho; Freire, 2016. p. 21).

Vale ressaltar o caráter itinerante da pecuária no nordeste brasileiro depois da proibição Real de 1701, que delimitava as áreas de criação a um afastamento mínimo de dez léguas de distância das áreas produtoras da cana de açúcar. De acordo com José Alípio Goulart (1965), esse afastamento foi decisivo para o desenvolvimento da pecuária, bem como o desenvolvimento da manufatura do charque com vistas à exportação.

Segundo Goulart (1965), é possível determinar o avanço da atividade, de uma economia subsidiária, para força motriz da ocupação territorial, aumentando exponencialmente a superfície produtiva e os câmbios comerciais com o velho mundo, integrando outras etapas da cadeia produtiva, além do significativo aumento do mercado consumidor nacional em função do grande afluxo de pessoas no desenvolvimento da produção açucareira, que demandava carne, animais de tração e couro.

Figura 1 – Zona Pecuária do Brasil



Fonte: Goulart (1965).

Ainda segundo o autor, a criação de gado, além de garantir a aquisição de sesmarias e a posse de terra, garantiu também o status social de proprietário no Brasil:

Muitos aventureiros e fidalgos, atraídos pela propaganda das riquezas do Brasil que se fazia na metrópole, transferiram-se ávidos de encontrar aqui, os meios de consertar suas esquelidas finanças; mas não dispendo de como estabelecerem-se como proprietários de engenho, preferiram se fazerem criadores de gado no interior, à incorporarem à plebe que vegetava em derrocada aristocracia do açúcar. Com a

alegação de possuírem “muitas fábricas de gado de toda sorte”, requeriam sesmarias, e estas lhe eram concedidas, borradas de sangue indígena (Goulart, 1965, p. 20).

Os autores Flavio Fernando Batista Moutinho e Bruno Sávio Freire, ao pesquisarem a força econômica da pecuária e sua relação com o processo histórico de degradação ambiental nos biomas brasileiros, a partir da expansão da pecuária nordestina, quando esta alcança o Rio São Francisco, relatam o processo de ocupação da atividade se desenvolve em duas frentes: Uma tomando a direção de Minas Gerais, e outra em direção norte e leste, alcançando o Piauí e o Ceará, confluindo com a expansão bovina que vinha de Pernambuco e Maranhão (Moutinho; Freire, 2016, p. 23). Assim, a interiorização ou o avanço da criação de gado significou também, o desflorestamento em diferentes biomas brasileiros, a concentração da propriedade da terra na forma de latifúndios pastoris e o desalojamento de populações tradicionais.

Entre 1705 e 1750 o Brasil experimentou um grande aumento populacional, especialmente nas regiões das minas, o que levou a Coroa a providenciar maior abastecimento de gado. Assim, toda a zona pecuária do centro-oeste, assim considerados os Estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, decorre da atividade mineradora.

O abastecimento dessa região se dava em duas frentes: as manadas que desceram as ribeiras sanfranciscanas, e o gado oriundo Rio Grandes do Sul. Para José Alípio Goulart, o gado, “locomovendo se sobre as próprias patas”, seguiu os ásperos caminhos do interior, e iniciou com isso o desbravamento das incultas regiões sertanejas (Goulart, 1965, p. 17).

Apesar de consolidada como atividade subsidiária da economia mineradora, a pecuária desencadeou antes da primeira metade do século XVIII inúmeras fazendas de criação que ligaram o sertão da Bahia às regiões de Minas Gerais. Mato Grosso e Goiás. Assim, José Alípio Goulart ressalta como a “Geografia do Boi no Brasil” foi capaz de marcar o processo de ocupação humana, baseada na busca de riquezas.

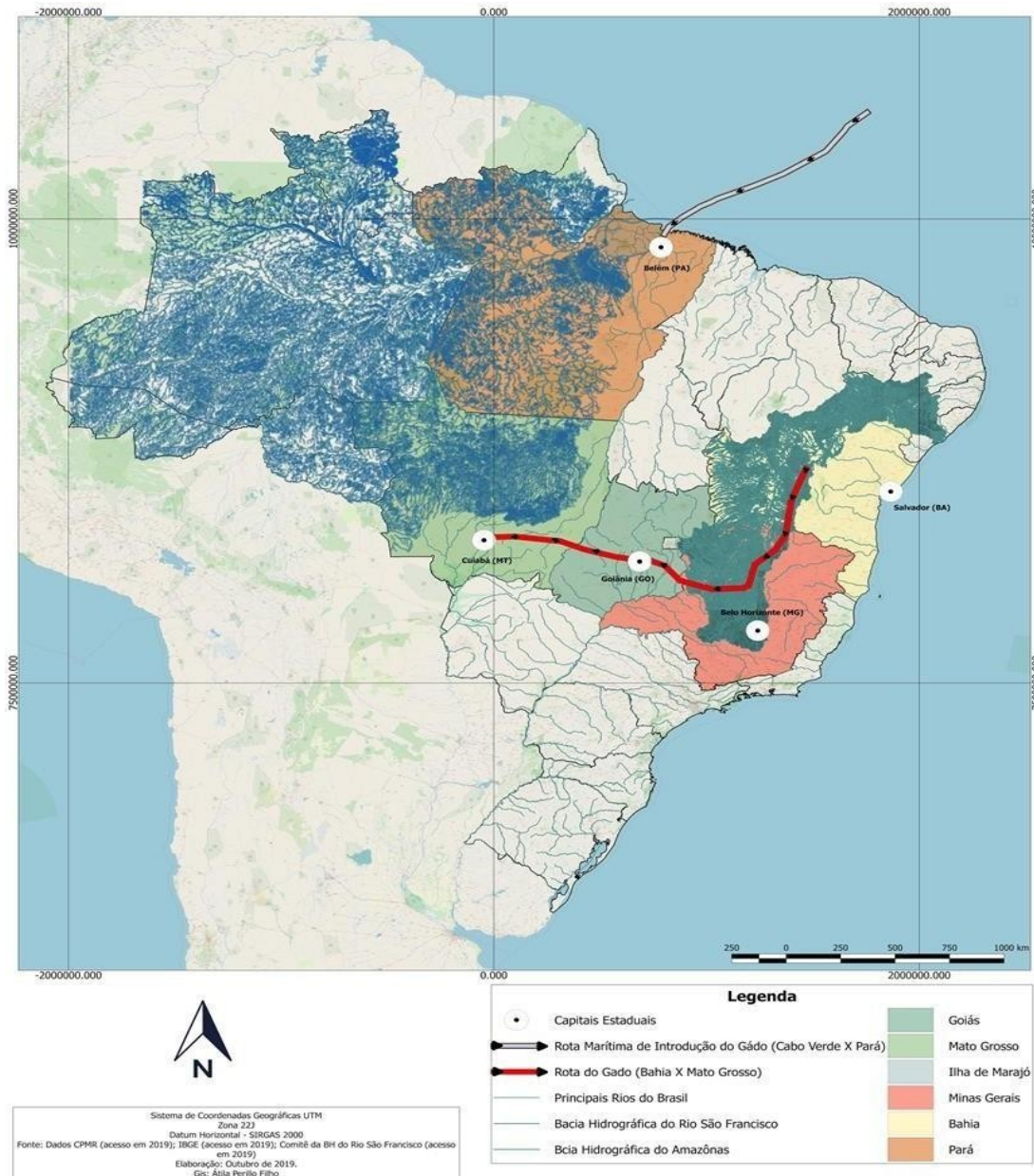
Os criatórios desenvolvidos ao longo de todo período colonial, além de fixar núcleos populacionais, ampliar o domínio de áreas geográficas e oferecer perspectivas de exploração comercial, tornou se, no período Imperial, elemento econômico fundamental. O grande aumento populacional decorrente do ciclo minerador levou ao incentivo de novos núcleos criadores, e com eles novas relações comerciais de produção.

De acordo com Dante de Laytano, o gado *vacum* introduzido na Capitania de São Vicente foi levado através de contrabando para o Paraguai, e de lá, se disseminou para a Argentina e o Uruguai. O desenvolvimento da pecuária paraguaia, argentina e uruguaia também resultou no maior fluxo comercial com o Brasil. Nesse sentido, Carlos Alexandre

Barros Tribiliano, ao analisar o desenvolvimento da pecuária no sul do Mato Grosso entre os séculos XIX e XX descreve a importância da navegação Platina para o mercado nacional:

A navegação platina permitiu aos produtores alçar novos mercados para além das fronteiras brasileiras, atendendo aos países do Cone Sul. Soma-se a esta constatação o fato de que a Argentina e o Uruguai passaram por profundas transformações em sua economia pastoril, com a substituição da criação de gado para a criação de ovinos com vistas a atender a exportação de lã no mercado europeu [...] essa transformação fez com que parte do capital da indústria do charque portenho tenha migrado para outras regiões como o Brasil (Laytano, 1950, p. 28).

Figura 2 – II Zona Pecuária do Brasil



Fonte: Goulart (1956).

Como pode se analisar nos mapas apresentados nas Figuras 1 e 2, o desenvolvimento

de zonas pecuárias nos sertões brasileiros estabeleceram fronteiras regionais, abrindo vias terrestres de integração regional e compondo novas espacialidades para o desenvolvimento pecuário. Este processo resultou na ocupação das áreas sertanejas do Brasil, tonando os espaços de exploração econômica, bem como áreas fornecedoras de gado e carnes para outras regiões.

Neste sentido vale ressaltar que no final do século XVIII até aproximadamente 1860, a Argentina passou por um processo de intensificação da produção de couros, charque e outros produtos ligados à pecuária. Além de ter sua economia ligada ao mercado mundial através do Rio da Prata, esse processo também cristalizou o regime de propriedade, de apropriação da terra e expansão de fronteiras de criação pecuária. Por consequência, a grande propriedade consolidou o sistema de administração da grande propriedade pecuarista. A partir de 1826, o país iniciou uma nova configuração produtiva, com a introdução dos primeiros ovinos destinados a um sistema de criação que visava atender às demandas do mercado internacional com a produção de lã, especialmente França e Estados Unidos, tornando o Porto de Buenos Aires e o Rio da Prata fundamentais na consolidação de uma economia pecuária de exportação (Lenz, 2000, p. 127).

No Brasil, o trânsito de animais não só consolidou a economia pecuária nas regiões brasileiras, como permitiu a desnaturalização do processo de criação de bovinos, uma vez que o avanço do comércio de gados e couros no Rio da Prata foi responsável, na segunda metade do século XIX, pela difusão de tecnologias e genética animal europeia.

Articulando a pesquisa de modo a compreender os espaços de transformação dentro da história regional, busca-se enfatizar que, a história da pecuária no Planalto Catarinense está envolta em conexões inter-regionais e transnacionais que inferiram diretamente na forma como a paisagem foi gradativamente ressignificada. Dessa forma, estes estudos nos oferecem importantes reflexões e narrativas sobre os espaços de circulação econômica e influências recíprocas que destituem a ideia de isolacionismo econômico e social do território.

Nesse sentido, ao buscar a transnacionalidade das relações que se estabeleceram no processo de modernização da pecuária, coloca-se em evidência a fluidez das fronteiras ao mesmo tempo em que se destaca uma abordagem partilhada com a história global, que consiste em explorar as interconexões traves das fronteiras, distanciando-se de abordagens tradicionais e/ou eurocêntricas (Weinstein, 2013, p. 15).

Laíza Castro Brumano Viçoso, ao estudar a pecuária como agente de territorialização, trata do conceito de território utilizando como base teórica Haesbaert (2004) e Lefebvre (1986), para abordar a dupla conotação presente desde sua origem, sendo estas uma

conotação material e uma simbólica. Assim, materialmente o conceito de território estabelece um sentido concreto de dominação e poder; enquanto em seu sentido simbólico, estabelece uma relação de apropriação e identificação (Viçoso, 2021, p. 05).

Nesse sentido, ainda que a atividade pecuária tenha estabelecido impactos de ordem sociopolítica e econômica no Planalto Serrano Catarinense, ainda é possível estabelecer conexões entre esta e os símbolos e práticas que se estabelecem no espaço e são constantemente ressignificados e/ou manipulados por agentes sociais e a complexidade com que estabelecem suas relações com o ambiente e práticas econômicas.

2.1.1 A integração do sul brasileiro ao complexo colonial mercantil

A história da atividade pecuária no Brasil permite compreender parte do processo de apropriação de regiões desconectadas ou desconhecidas do território no período da colonização. Tornou-se, portanto, agente de territorialização, enquanto formava a retaguarda econômica de outras atividades agroexportadoras, favorecendo o deslocamento populacional e o desenvolvimento de um mercado consumidor de carne, leite e couro (Viçoso, 2021, p. 06). Até o século XVIII, o Sul, como base territorial, não configurava-se na ocupação Portuguesa. No entanto, o interesse da Coroa com o comércio de Buenos Aires levou ao desenvolvimento de políticas que assegurassem o “provento de carnes e couros no Brasil.” (Ehlke, 1973, p. 64).

Com o declínio da economia açucareira na segunda metade do século XVII, o comércio na região do Rio da Prata passou a se intensificar. Em 1680, com a fundação da Colônia do Sacramento, portugueses e castelhanos passaram a disputar domínio de terras e de gado. É importante salientar que, neste período os criadores não se preocupavam em cercar suas propriedades. Para José Alípio Goulart, o gado criado à gandaia, soltos para adaptarem-se à lei da natureza pelos colonizadores, multiplicou-se pelas margens do Rio da Prata, instalando-se criatórios, e espalhando-se pelas campinas férteis até encontrar o atual Rio Grande do Sul (Goulart, 1965, p. 44).

A constituição do sistema pecuário no Rio da Prata e no Uruguai foi fundamental para a proliferação do gado no sul do Brasil. A concorrência entre portugueses e espanhóis fez com que a Coroa entrasse apoiada, quer o contrabando, quer o comércio regular de couro, sebo e graxa. Esse apoio levou os portugueses instalados na colônia a explorarem, tanto as Vacarias do Mar, quanto as Vacarias dos Pinhais.

Figura 3 – Integração do sul brasileiro ao complexo mercantil



Fonte: Goulart (1965).

Estas Vacarias foram fundadas por padres jesuítas, expulsos das Missões após o fim da União Ibérica em 1640. As divergências entre portugueses e espanhóis pela posse de territórios levou à transferência de remanescentes indígenas e animais “baixando o mar”, criando as primeiras ocupações eurodescendentes no Bioma Pampa em 1637 (Porto, 1954, p.

239).

A Vacaria do Mar, território que definia os campos pampeanos entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai, contou com a participação também de índios charruas e minuanos não catequizados, que aproveitaram a rápida proliferação de bovinos para desenvolver a exploração de charque e couro. Afirma Aurélio Porto que “portugueses, espanhóis, gaudérios e índios campeiros iniciaram um longo processo de povoamento [...] sobre as bases fundamentais da geografia do gado que lhes impunha imperativos de uma civilização incipiente.” (Porto, 1954, p. 240).

No entanto, a dificuldade de delimitar fronteiras levou os jesuítas ao povoamento de outra região “menos acessível aos contrabandistas luso-brasileiros e distante suficiente para que os espanhóis não pudessem alegar direitos sobre as terras e animais” (Sagrilo, 2015, p. 27). Nasceram, assim, as Vacarias dos Pinhais, nos campos de Cima da Serra, noroeste do Rio grande do Sul e região fronteira ao estado de Santa Catarina.

Essa integração do sul ao complexo colonial mercantil pela economia pecuária introduz um novo capítulo nas cominações políticas e econômicas que compõem as relações territoriais com as atividades produtivas e que incluem a produção e comercialização de produtos.

2.1.2 A História da Utilização dos Campos e a Tecnificação do Espaço Agrário no Planalto Catarinense entre os Séculos XIX e XXI

2.1.2.1 A estrutura agrária europeia e a importação de modelos de desenvolvimento

Como ponto de partida desses processos de reinterpretação da história dos campos do Planalto Catarinense, há de se pensar o impacto dos processos de modernização das estruturas agropecuárias na Europa, e como estas foram entendidas como elementos potenciais da modernização rural brasileira.

A busca por modelos de modernização da pecuária aos moldes europeus causou impactos econômicos, sociais e ambientais que resultaram na desagregação de antigos costumes regionais, e também uma nova relação com o ambiente natural.

A superação da agricultura medieval na Europa deu-se através das transformações dos regimes fundiários que vigoravam até meados do século XIV, e que ensejavam três tipos de sistema de produção: As terras de uso do senhor feudal, as terras de uso comunal, mas de

posse legitimada do senhor feudal, e as terras dos camponeses, oneradas por corveias e rendas e herdadas pelo senhor feudal. A emergência das relações capitalistas no campo foi sentida primeiramente com a intensificação do comércio entre os burgos e os camponeses, e que desencadearam o avanço das produções camponesas independentes.

Esta nova relação foi responsável em parte por certa estabilidade da demanda de alimentos durante a expansão urbana na Europa e resultou na elevação do pagamento de renda e na nítida modificação das relações entre o camponês e o proprietário, com este último metamorfoseando-se em latifundiário empreendedor.

Dessa forma, a produção capitalista nos campos europeus desenvolveu-se a partir de duas pré-condições: A convicção de que o trabalho remunerado era bem mais produtivo do que os obtidos pela coerção, a disponibilidade de força de trabalho livre, dissociada da posse da terra, e a modernização de áreas de produção através de investimentos que pudessem ampliar a área cultivada e manter a fertilidade do solo (Rangel, 1987, p. 450). Assinala o autor que:

Como nem sempre estas condições estavam presentes, as transformações evoluíram na direção do afrouxamento das obrigações feudais, de um lado, e do outro, no sentido da difusão da grande produção agropecuária com o trabalho remunerado [...]. Entretanto, estes processos tinham como contrapartida a redução das áreas comunais. Os bosques e pradarias deixaram de ser de uso comunal para se converterem em área de reserva e expansão da produção em grande escala [...] (Rangel, 1987. p. 459).

Ressaltando que as transformações econômicas ocasionadas pelo capitalismo não se deram na mesma intensidade e no mesmo ritmo em todos os países da Europa, Rangel (1987) estabelece uma relação temporal para os ritmos de mudança entre o capitalismo mercantilista e o capitalismo industrial, especialmente na parte ocidental do continente, incluindo a relação existente entre o desenvolvimento científico e as relações que se estabeleciam entre sociedade e natureza.

Ainda segundo autor, o século XVIII caracterizou-se pelo trabalho de naturalistas que debruçaram-se em descrever e desenvolver sistemas de classificação de plantas, animais e fenômenos geológicos. Estes pesquisadores percorreram diversos continentes e foram responsáveis pela difusão do conhecimento científico sobre a história natural. Assim, ao discutir paisagem, ambiente e ciência no Brasil e na América Latina, estes viajantes do século XVIII e XIX conferem em suas descrições e contribuições importantes arcabouços sobre a ideia de território enquanto espaço de experimentação e criação das relações de produção.

Se o capitalismo mercantilista levava sete séculos para pôr fim a servidão, e quase oito para rever as bases do feudalismo, o capitalismo industrial, após seu estabelecimento na Inglaterra, não necessitou mais do que meio século para moldar à sua imagem as relações de produção [...]. Máquinas novas desenhadas não mais para estudar a

natureza, mas para modificá-la, são os produtos característicos da ciência europeia no século XVIII e XIX [...]. Um modo estritamente capitalista de financiar o avanço técnico e científico (Bernal, 1969. p. 29).

Assinala ainda Bernal que, a transição o século XVIII e XIX relegou à ciência o papel de viabilizadora do progresso da sociedade, e difundiu-se por toda a Europa. No entanto, a especificidade alemã parece aproximar-se dos modelos que seriam posteriormente introduzidos no Brasil.

Para os padrões franceses ou ingleses do período, a Prússia era considerada um país atrasado — sua classe média era pequena e não tinha poder político. De acordo com Lucy Woellner dos Santos:

A Alemanha chegara tarde ao movimento científico – por volta de 1830- e possuía uma classe de funcionários muito mais disciplinada e menos independente do que a França e a Grã-Bretanha. Contudo, conseguiu pela organização, aquilo que lhe faltava em iniciativa individual. Em meados do século XIX, e cada vez mais daí em diante, a Alemanha passou a produzir cientistas bem treinados, manuais e aparelhos para suprir não só suas necessidades, mas outras para muito além das suas fronteiras (Santos, 1998, p. 33).

De acordo com a autora, que pesquisou o início da pesquisa agrícola no Estado de Santa Catarina entre os anos de 1895 e 1920, a Alemanha dominou o mundo no século XIX com o desenvolvimento de universidades, escolas técnicas superiores, suas inumeráveis revistas e materiais produzidos. Incluindo nesse ponto a pesquisa das ciências naturais que passou a ser desenvolvida nos chamados Institutos, que eram organizações burocráticas permanentes, usualmente ligadas a universidades, e que possuíam seus próprios edifícios e equipes docentes de apoio (Santos, 1998, p. 35). Ressalta a autora que:

Enquanto a Grã Bretanha, que liderou o mundo na Revolução Industrial, delegou o treinamento técnico e a pesquisa científica para a iniciativa privada, os estados alemães passaram a financiar diversos institutos de pesquisa [...]. Nesse contexto, a primeira instituição de pesquisa agrícola sustentada pelo governo foi a Estação experimental de Mockern, na Saxônia, criada em 1852 com o objetivo de criar soluções científicas para os problemas agrícolas das províncias alemãs. Sua criação foi iniciativa dos fazendeiros desta região, mediante o qual o governo assegurou uma dotação anual para sua manutenção [...]. A Estação Mockern, como Instituição especializada e mantida pelo Estado não estava tão sujeita às pressões para obter resultados práticos imediatos como a pesquisa financiada por particulares. Desta forma de 1852 a 1877 foram implementados na Alemanha setenta e quatro Estações Experimentais nos moldes de Mockern (Santos, 1998, p. 39).

Ao longo da história da humanidade, as organizações sociais projetam em si concepções de natureza e, com estas, moldam se relações subjacentes, que na maioria das vezes colocam as ações humanas em oposição ao ambiente natural. Assim também as múltiplas formas de organização social são resultantes das diferentes maneiras pelas quais homens e mulheres transformam e adaptam o meio ambiente. Assim também os espaços rurais adquirem

múltiplas significações e representações, compostas pelas práticas econômicas e socioculturais adotadas ao longo do tempo de modo que um mesmo território compõem se de diferentes “ruralidades”, identificadas de acordo com diferentes práticas de produção e reprodução dos modos de vida.

No entanto, ao estudarmos as sociedades rurais e a adoção das relações capitalistas de produção, não raramente identificamos as ressignificações das relações sociais, com base no estabelecimento de discursos sobre a eficiência econômica, desenvolvendo projetos e relações de poder pautados na apropriação e transformação de espaços naturais. Dentre estes mecanismos de apropriação, ressalta se a importância que adquiriu a propriedade da terra na identidade social do mundo agrário, estabelecendo uma composição social baseada em questões patriarcais e aristocráticas relacionadas à concentração da terra, renda e acesso à tecnologia produtiva, que acabam também por hierarquizar as estruturas de modernização de espaços em um mesmo território regional.

A propriedade privada da terra passa, portanto, a definir o pertencimento e a composição de indivíduos em hierarquias sociais, além de inferir sobre relações econômicas de uso de renda e poder. Nesse sentido, Andrea Reguera, ao estudar a importância da propriedade da terra na identidade social Argentina afirma:

La constitución de los grupos sociales es una construcción histórica. En la constitución de estos grupos no sólo hay relaciones entre los individuos, sino elementos que los identifican como integrantes de un mismo grupo de pertinencia [...]. Entre esos elementos he considerado a la propiedad de la tierra como uno de los más importantes para la definición de la identidad y las alianzas sociales [...]. Será necesario conocer el comportamiento individual, familiar y colectivo en la consecución de la riqueza, prestigio y poder en un momento de transpaso de la tierra pública a manos privadas, a partir de articular la compleja red de intereses en julgo y el funcionamiento del mercado (Reguera apud Oscar; Mateo; Valenzuela, 2010, p. 191).

Vale ressaltar que o século XIX foi um período de grandes mudanças nos processos de desenvolvimento econômico na região do Prata e especialmente na Argentina e no Brasil em função do estímulo modernizador ocasionado pelas relações internacionais com a Grã-Bretanha.

Na Argentina, a criação de gado, que juntamente com a abertura do Porto de Buenos Aires no século XVIII foi o principal fator de crescimento econômico, em 1826 passou por um processo de transformação de suas atividades com objetivo de alcançar o mercado externo e as principais potências europeias do período. O país introduziu os primeiros exemplares de ovinos da raça merino, porque a lã era a matéria prima de maior demanda no século XIX (Lenz, 2000, p. 128).

Tal modernização no vizinho platino impôs também no Brasil a necessidade de melhorar a sua produção para ter acesso ao mercado de carne que começava a ampliar-se. Por consequência, a criação de gado que até o século XVIII constituía-se como ferramenta de conquista territorial voltada aos interesses de um mercado interno, no século XIX passou por uma série de transformações com base em critérios de seleção de raças, manejo e controle genético como marca do processo de modernização da atividade. A busca por conhecimentos aprimorados na área de zootecnia, veterinária e agronomia ornaram-se fundamentais na construção de projetos de administração pública e também de particulares. Aqui devemos pensar o caráter fisiocrata que, além da concentração da terra, foi responsável pela exclusão dos saberes locais e tradicionais sobre as áreas de campos nativos, componentes dos ecossistemas brasileiros.

Nota-se que a partir de então, o Brasil e a Argentina tornaram-se consumidores de matrizes e tecnologias europeias (Medrado, 2013, p. 12). Ao mesmo tempo em que houve o gradativo abandono das características coloniais de pastoreio e uma “formalização” da indústria pastoril, as unidades produtivas também sofreram alterações na sua dinâmica de produção e na sua relação com os recursos naturais e, sob o ponto de vista das relações sociopolíticas engendradas neste contexto, houve uma aproximação do Estado com perfis políticos que compunham a “elite rural do país” (Medrado, 2013, p. 21).

Na história da pecuária nos campos do planalto catarinense, as relações entre diferentes indivíduos também se entrelaçam com a percepção das relações de existência e dependência com o meio ambiente. Portanto, ao revisitar a história regional, bem como a historicidade da utilização dos campos na criação de gado vacun, propõe-se uma análise de como determinados biomas tornaram-se alvo de relações de poder, inscritas em projetos políticos, econômicos e ambientais que estabelecem diferentes relações entre a sociedade local e a natureza, bem como diferentes configurações de espaço ao longo do tempo.

2.1.2.2 Ciência e Modernidade no campo: Das Fazendas de Criação às Charqueadas e a implantação dos Postos Zootécnicos e Estações experimentais e no Brasil

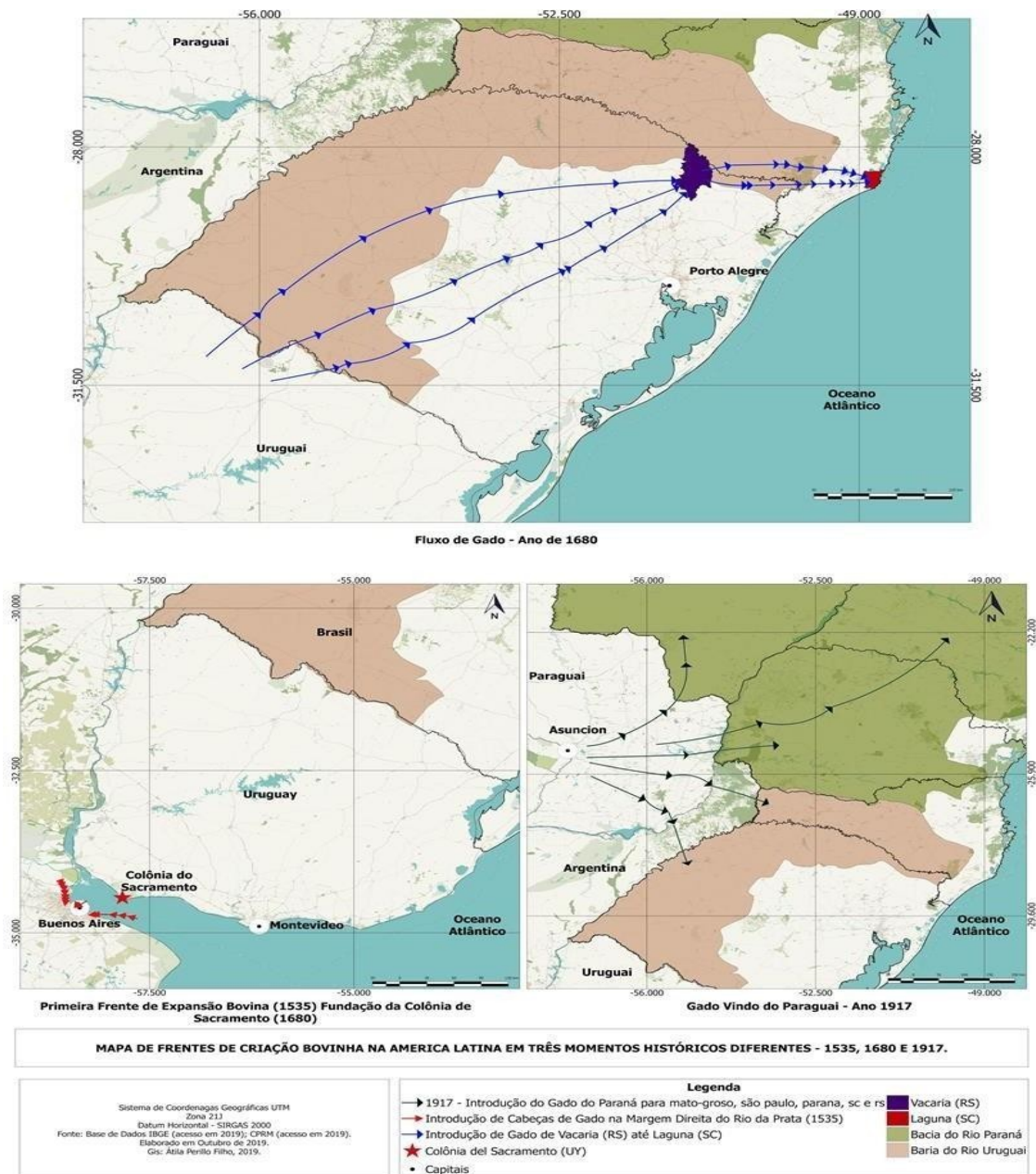
De acordo com Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira (2010), a formação social brasileira que nasceu da expansão europeia sobre o território tem sua gênese combinada em dois polos econômicos e sociais bem distintos: Um endógeno, que combinou as relações de propriedade e trabalho; e outro exógeno, dominado pela demanda do capital comercial

européu, a quem buscava se vias de comercialização.

No contexto da apropriação de ambientes naturais e do conjunto de protagonistas que envolvem humanos e não humanos (Latour, 2000, p. 13), o Rio da Prata constitui se como importante via de comercialização, dinamizando o processo de transformação do sistema produtivo brasileiro e promovendo a mudança das práticas tradicionais de criação.

Na Figura 4 é possível visualizar a importância do Rio da Prata para o comércio de carnes e couros, bem como para o desenvolvimento e expansão da economia pecuária no Sul do Brasil.

Figura 4 – Comércio no Rio da Prata no período Colonial



Fonte: Goulart (1956).

Deve se salientar que, até a segunda metade do século XVIII, não havia um sistema de controle efetivo para o comércio de carnes e gado no Brasil, sendo muito comuns as vias clandestinas de comercialização. Nesse sentido, o final do século assinala as primeiras discussões do poder central no que tange a fiscalização e controle de produção, com vistas especialmente à taxação de impostos. Estes, ao longo de todo período colonial e imperial, estavam de um lado, ligados à subordinação à Coroa, e de outro, à necessidade de garantir produção com vistas à exportação.

E acordo com os registros “Memória Fazendária”, no site da Receita Federal, a arrecadação de impostos no Brasil Colonial era uma tarefa extremamente complexa. A falta de um sistema de comunicação à distância, de um sistema de transporte mais rápido que interligasse diferentes regiões dos país, o sistema de controle era deficitário:

[...] a maior parte do país era coberta de matas exuberantes ou de áridos cerrados, os contribuintes estavam dispersos por quase oito milhões de quilômetros quadrados e havia muitos impostos e taxas [...]. Uma das coisas que dificultava o controle era o fato de que alguns impostos eram locais ou regionais, sendo arrecadados apenas em algumas capitânicas. Isso já era consequência da extrema heterogeneidade e riqueza da economia brasileira. Havia açúcar, tabaco, ouro, diamantes, algodão, café, pau-brasil, carne de porco salgada, xarque, milho, feijão, arroz, drogas do sertão, aguardente de cana, peixe, madeira-de-lei, couro [...]. O Fisco régio também cobrava impostos sobre escravos e sobre empregos públicos, sobre casas comerciais e sobre engenhos de açúcar, além de vender pólvora, sal e gêneros alimentícios. Até livros foram vendidos pelo governo no final do século XVIII, já que aqui não havia livrarias [...]. A arrecadação era feita em parte por prepostos, os chamados “contratadores” ou “arrematantes”, que compravam do Rei o direito de cobrar impostos sobre determinados produtos em determinadas regiões. Quando a arrecadação era direta, o pagamento era feito nas Provedorias (uma em cada capitania), nas alfândegas, nas casas de fundição ou nos “registros” e “contagens” (pedágios existentes nos limites das capitânicas). Não havia bancos, exceto o Banco do Brasil, recém-fundado, mas que não estava autorizado a receber impostos (Brasil, 2015).

No entanto, vale ressaltar que, a administração fazendária era uma forma de garantir o controle e a exploração territorial da Coroa sobre a Colônia. Neste sentido, com o estabelecimento da Corte Portuguesa no Brasil, novos tributos foram criados. Era necessário manter o aparelho burocrático. Nesse sentido, além dos já existentes, criaram-se e aplicaram-se novos impostos em todas as capitânicas, entre eles o Subsídio real ou nacional, representado por direitos sobre a carne verde, os couros crus ou curtidos, a aguardente de cana e as lãs grosseiras manufaturadas no país (Amed; Negreiros, 2000, p. 179).

Já no período Imperial, sob a égide da tensão entre o poder central e os poderes provinciais, os impostos sobre a carne verde passaram por transformações. De acordo com Louise Gabler e Salomão Pontes Alves, a constituição de 1824, ao estabelecer a distinção entre

as atribuições do governo central e das províncias:

Colocou em prática o Ato adicional de 1824 que possibilitou, entre outras medidas, que as províncias arrecadassem impostos que antes eram da competência do poder central, ainda que este ficasse com os impostos alfandegários, a maior fonte de recursos do Império (AMED, NEGREIROS, 2000, p. 199). Os tributos sobre a carne verde faziam parte das rendas gerais do governo imperial, tendo sido transferidos para as rendas provinciais em diferentes datas, cessão que fez parte do processo de reforma tributária ocorrido na década de 1830, que distinguiu os impostos pertencentes aos governos central e provincial. (Gabler; Alves, 2018).

Ainda de acordo com Sérgio Buarque de Holanda, a Constituição de 1824, ao criar através do seu artigo 72, um Conselho Geral em cada Província, não conferiu àqueles órgãos competência para legislar sobre imposições fiscais, cuja iniciativa, nos termos do artigo 36, era a atribuição privativa da Câmara dos Deputados (Holanda, 1982, p. 78). Esta especificação da despesa, província por província, assim como a competência dos ministérios, só viria a ocorrer a partir de 1830, durante o Império Brasileiro, ainda que sem discriminação das contribuições públicas para as quais concorriam (Holanda, 1982, p. 81).

Ainda segundo o autor, após a independência o Brasil herdou um defeituoso sistema tributário e um precário setor fiscal, de modo que a amplitude do campo tributário não concorreu de modo especial para o desenvolvimento do país. (Holanda, 1982, p. 77). No capítulo destinado à política tributária no Período Imperial, Sérgio Buarque de Holanda descreve relatório apresentado à Assembleia Legislativa pelo então ministro da Fazenda José Inácio Borges em maio de 1831, durante a Regência Trina Provisória apontando desequilíbrio dos tributos então vigentes: O açúcar era taxado em cinco vezes, aguardente em oito vezes, tabaco e criação de gado em seis vezes, o algodão em três vezes, sem contar o imposto de exportação e a contribuição a favor da Junta do Comércio e da Polícia, em que alguns desses gêneros concorriam (Holanda, 1982, p. 81). Ainda segundo Holanda, mesmo a reformulação da Constituição em 1834, que substituiu os Conselhos Gerais pelas Assembleias Provinciais, permitindo que estas legislassem sobre a fixação de despesas municipais e provinciais e os impostos para elas necessários, não resolveram a situação de penúria fiscal das mesmas, uma vez que permaneciam em vigor as imposições da Renda Geral do Império discriminando as fontes de receitas de cada província. (Holanda, 1982, p. 83). Considerando as províncias dentro dos limitados recursos que dispunham [...], segundo a estrutura econômica de cada uma, não viam outro caminho para atenuar as dificuldades financeiras, senão invadir, amiúde, o campo de tributação do Governo Central (Holanda, 1982, p. 84).

Um passo importante para a regularização do processo tributário no Brasil se deu a partir de 1844, com o decreto do então Ministro da Fazenda, Manuel Alves Branco, que revisou

as taxas alfandegárias praticadas pelo Governo Imperial, modificando as taxas de impostos por artigos importados. Pela nova política, produtos que tivessem concorrência semelhante no país, poderiam sofrer uma cobrança de até 60% do seu valor.

Nesse mesmo contexto, a disputa pela colônia do sacramento (ver Figura 4) entre Portugal e Espanha levou à maior atenção da Coroa ao comércio do Rio da Prata. De acordo com Cecília Maria Westphalen:

[...] em 1726 os comerciantes Portugueses já denunciavam a interferência dos navios Ingleses no comércio com os castelhanos, uma vez que “não era apenas o comércio de importação que se fazia sentir a presença dos ingleses. Concorria também naquele da exportação de couros, pois quando lhe faltavam couro em Buenos Aires, a fim de completar a carga de suas embarcações, carregavam também com aquele de Sacramento [...]” (Westphalen, 1985, p. 278).

José Alípio Goulart chama atenção ainda para o fato de a carne bovina não ser tão acessível aos habitantes do Brasil Colonial. Segundo o autor, a partir da segunda metade do século XVIII algumas regiões do Brasil já observavam uma crise do abastecimento de carne, devido à diferentes fatores: A produção menor que o consumo, a produção voltada para o abastecimento de outras regiões, e a precariedade das vias de comunicação. No entanto, o autor ressalta o monopólio do comércio da carne pelos maiores fazendeiros regionais nos contratos de venda e exportação do produto em princípios do século XIX (Goulart, 1965, p. 54). Este contexto também foi fator relevante para que os Portugueses intensificassem o controle do comércio de couro, sebo e graxa. Assim, o comércio regular de couros entre a colônia e a Metrópole decretou o “Quinto do Couro”, determinando que todo artigo fosse conduzido ao Rio de Janeiro, e armazenado nos trapiches onde partiam para Lisboa, e de lá, encontrava seus principais mercados consumidores em Amsterdam e Flandres. (Westphalen, 1985, p. 281). No planalto Catarinense, durante a ocupação bandeirante no século XVIII, a região de Lages tornou-se uma região de passagem, e a tecnologia de pecuária estava voltada ao trânsito de animais do Rio Grande do Sul ao restante do país. A pecuária de Lages foi estimada em 8769 cabeças em 1850, enquanto o gado em trânsito foi de 446.213 (Santa Catarina, 1980). De acordo com Floriani:

As invernadas de fazendas como as da Guarda Mor, Vigia, Tributos e Lages recebiam anualmente grande número de animais que buscavam se refazer da longa jornada. Mas era sabido que o gado vacún das missões e campos gaúchos, não era eterno. Havia a necessidade de organizar a criação, o trato e a engorda dos animais. O tipo de produção do gaúcho era altamente destrutivo, e sem a apropriação privada, os rebanhos em breve se extinguiriam [...]. Contudo, o alto custo dos escravos, a pouca mão-de-obra e a disponibilidade de pastagens de alta qualidade, foram determinantes para o desenvolvimento de uma bovinocultura extensiva em grandes (Floriani, 2007. p. 53).

Ainda segundo o mesmo autor, deve-se considerar a constituição da paisagem campestre do Planalto Catarinense como um fator de ordem sociopolítica, uma vez que, a paisagem campestre antropizada passou a ser considerada uma vocação econômica natural, por ser baseada numa paisagem nativa, original. Assim, pode-se supor que as redes socioeconômicas formadas da mineração-tropas, condicionaram a ocupação do território e a formação da paisagem ao longo da história da região (Floriani, 2007, p. 24)

No século XIX os campos nativos de Lages já configuravam no mapa nacional como trajeto fundamental no mercado de comercialização de gêneros alimentícios, como pode se visualizar na Figura 5.

Figura 5 – Estradas e caminhos no Planalto Catarinense



Fonte: Duzzioni (2015).

Delimitado e desenvolvido a partir do ciclo do tropeirismo, este território passou a estabelecer relações históricas de utilização dos recursos e moldar as relações socioeconômicas com base na especialização das atividades pecuárias e obedeceu ao contexto da concessão de sesmarias, um sistema de apropriação do solo que consistia na distribuição de grandes extensões de terras com a justificativa da expansão da agricultura e aplicação de recursos particulares, fomentando a produção com mão de obra familiar, escrava e também servil (Peluso Junior,

1991, p. 32).

A partir da segunda metade do século XVIII, Lages e os campos do Planalto Catarinense transformaram-se em fronteira de expansão da pecuária paranaense e gaúcha. Famílias oriundas do Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná passaram a ocupar as vilas que se formavam em torno das paragens de gado (Floriani, 2007. p.60).

Marcelo M. A. Bogaciovas, ao estudar as antigas propriedades rurais de Lages desde antes de 1771 (data em que Lages foi elevada à categoria de Vila da Capitania de São Paulo) até o ano de 1820 (quando passou a pertencer definitivamente ao atual Estado de Santa Catarina), afirma a necessidade de levar em consideração que, trata-se de um período em que não havia legislação específica sobre a concessão de terras no Brasil, de forma que sua expansão geográfica foi marcada por grande arbitrariedade no que tange à ocupação de territórios (Bogaciovas; Mendonça, 2009, p. 15).

De acordo com a pesquisa realizada pelo historiador, após a morte do Capitão-Mor Antônio Correa Pinto de Macedo, em 1783, a Vila de Lages passou por um período de decadência devido à discussão sucessória e ao abandono de parte dos moradores, temerosos de ataques indígenas ou uma iminente invasão espanhola (Bogaciovas; Mendonça, 2009).

Nas análises sobre os levantamentos estatísticos do mesmo período, a relação de ocupação de habitantes por quilômetros quadrados de Lages do ano de 1798 apresenta o número total de 17 fazendas de criar animais, que abrigavam 82 moradores. Entre eles, figura como uma das maiores fazendas do período, a de propriedade do Capitão-Mor Correa Pinto.

Figura 6 – Fazenda Cruz de Malta



Fonte: Museu Thiago de Castro – Lages, SC (2022).

Roselys Roderjam, ao estudar a fundação de Lages, descreve a conjuntura em que o território foi povoado:

Por ordem no Morgado de Mateus, Antônio Correia Pinto vai fundar uma povoação nesse longínquo “sertão”, mais propriamente nos Campos “das Lagens”. Ele foi nomeado a 9 de junho de 1766 capitão-mor regente do “Certão de Curitiba”, o qual principiava no Campo da Estiva e ia até as fronteiras da Capitania de São Paulo. Partindo com sua família em agosto de 1766, da cidade de São Paulo, mandou, a 20 de outubro do mesmo ano, registrar sua Carta-Patente de capitão-mor regente na vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba. Chegou aos campos “das Lagens”, a 6 de novembro de 1766. “Para o morgado de Mateus, entretanto, não foi fácil manter essa povoação, que ele achava que poderia ser útil para fazer a testa” às Missões Castelhanas e fortificar o rio das Pelotas, por ser o passo mais defensível daquele sertão. Ele comenta a 9 de fevereiro de 1768, em carta escrita à Secretaria do Estado, que a fundação de povoações é muito útil e necessária, mas apresenta muitas dificuldades. Os “novos habitantes [...] uns não querem, outros pedem o que não há, outros choram, outros se escondem”. Mas conciliar “as vontades” era ainda mais penoso. Ele se refere aqui às reclamações feitas pelo vigário do Viamão, reivindicando para sua jurisdição a área ocupada por Antônio Corrêa Pinto, onde dois religiosos, destinados pelo Bispado da Capitania de São Paulo, estavam exercendo os seus “exercícios paroquiais”. Foram necessárias as certidões dos oficiais da Câmara de Curitiba e a atestação do seu juiz ordinário, para resolver a questão dos limites da Capitania de São Paulo e estabelecer a jurisdição a que tinha direito Antônio Corrêa Pinto (Roderjam *apud* Pereira, 2008, p. 65).

Ainda segundo a mesma autora, um dos incentivos ao povoamento de Lages foi a concessão de indultos a quem fosse se estabelecer “neste certão”, além de não cobrar os quintos sobre os animais negociados. (Roderjam *apud* Pereira, 2008, p. 69). Como Capitão Mor, Antônio Correia Pinto tinha ordem e poder de “povoar campos devolutos a quem lhes apreciasse, como também assenhorar-se daqueles que muito bem lhes parecesse” (Bogaciovas; Mendonça, 2009, p. 31).

Sobre os limites geográficos desta área de estudo, deve se levar em consideração as mudanças que ocorrem no final do século XIX no sul do Brasil. Assim, de acordo com Cyro Ehlke, o período áureo do tropeirismo, atingido no último quartel do século XIX, e que entrou em seu ocaso, lentamente, a partir de 1920, pode ser observado como o período em que os latifúndios passaram por mudanças significativas em relação à estrutura e produção, substituindo a criação primitiva por modelos europeus considerados economicamente mais vantajosos, e que também foram responsáveis por colocar o Brasil na esteira das transformações tecnológicas do campo (Ehlke, 1973, p. 52).

Os mecanismos de apropriação de riqueza e utilização dos recursos ambientais disponíveis no Planalto Catarinense ligavam diretamente a criação de gado. Ainda na segunda metade do século XVIII a Coroa decretou que mulas não poderiam ser produzidas ao norte do Rio Iguaçu, reservando às capitanias de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul esta atividade

econômica.

Assim, ao longo dos anos a grande propriedade vai se tornando um bem comercial e de status social. O processo de concentração da terra, fator que, segundo José Sidnei Gonçalves consolidou-se a partir da Lei de Terras em 1850, momento em que a pecuária produziu uma valorização da terra similar ao das lavouras nas principais regiões brasileiras (Dossiê questão agrária e agricultura, 2012, p. 27). Esta lei, ao acabar com o regime de sesmarias e delimitar as leis da formação das propriedades privadas, impedindo a posse ou a doação de terras, também tornaram a grande propriedade o núcleo da formação socioespacial regional.

Nesse sentido, Vidal Ramos Junior, ao tratar da fundação de Lages, cita como referência Oliveira Vianna, intelectual que para ele amparava de modo completo, a forma como em Lages:

[...] se formou um povo forte, inteligente, merecedor do solo fecundo que desbravou. Para Oliveira Vianna era — [...] certos fatores de ordem moral, de ordem étnica, de ordem econômica, de ordem social — visíveis uns, sutis outros que atuavam num sentido — francamente seletivo, de modo tal que a propriedade da terra vai cabear, quase exclusivamente, aos elementos etnicamente superiores da massa emigrante (Ramos Junior, 1944, p. 62).

O autor menciona ainda que seu escrito teve o intento de — prestar singela homenagem à memória do famoso bandeirante, digno émulo dos outros que se immortalizaram com esse nome na história do Brasil (Ramos Junior, 1944, p. 63).

Assim, a tecnicidade toma um sentido político, sinalizadora da multiplicidade de identidades e brasileiros hifenizados que desconstrói a ideia de homogeneidade cultural. A rejeição às misturas culturais e receios identitários não se constituem como ponto novo na historiografia. Ainda de acordo com Joana Medrado:

Muito embora grupos e indivíduos pronunciem interesses não homogêneos [...] seu comportamento social trazia a distinção das elites, ou daqueles que querem constituir se como elites. O sangue bovino que eles selecionavam meticulosamente no seu rebanho, era também o meio pelo qual elaboravam e refinavam sua própria estirpe, criando a partir daí as origens da família, ou melhor, das empresas familiares que, à moda dinástica, passaram de pai para filho, sem muita variação de nome (Medrado, 2013, p. 16).

Aqui vale ressaltar para fins de reflexão histórica, como a ideia de modernidade encontra-se associada a narrativas predefinidas. A materialização de documentos que enfatizam a pecuária como setor de maior expressão produtiva na história do Planalto Catarinense, mobilizou intencionalmente uma ideia de modernidade que Garcia chamou de “interpretação interessada da história” (Garcia, 2016, p. 62). Isso porque há um movimento da elite local em valorizar padrões de investimento, bem como buscar recursos governamentais,

voltados à propriedade da terra e às relações sociais hierarquizadas, permitindo que um pequeno grupo de fazendeiros definisse o que era lucrativo e importante em termos de trabalho e produção (Garcia, 2016, p. 63).

Pensando a economia pecuária como um processo inter-regional e intercontinental de abastecimento de territórios e, seguindo esta linha cronológica, é possível visualizar as peculiaridades que delimitam a transição do pastoreio nas narrativas históricas sobre a região a uma economia pecuária é possível compreender alguns marcos do processo de modernização que são resultantes do processo de valorização da carne bovina no mercado interno e externo, e que consequentemente mantiveram o status das elites produtoras regionais.

Assim, o processo de modernização no campo tecnicamente corresponde à implantação de novas tecnologias e maquinários nos meios de produção. No entanto, é preciso destacar que o conceito de modernidade também se configurou no bojo de estruturas sociais que vislumbravam novos modelos de organização com base em antigas relações de poder, onde os discursos inovadores são postos também a serviço da validação de hierarquias e ideias que visam tornar as pessoas tanto sujeitos quanto objetos da modernização (Vargas, 2014, p. 15).

Considerando certa evolução da economia pecuária através do objetivo da produção e da organização do espaço para esta finalidade, Orlando Valverde assim a caracteriza:

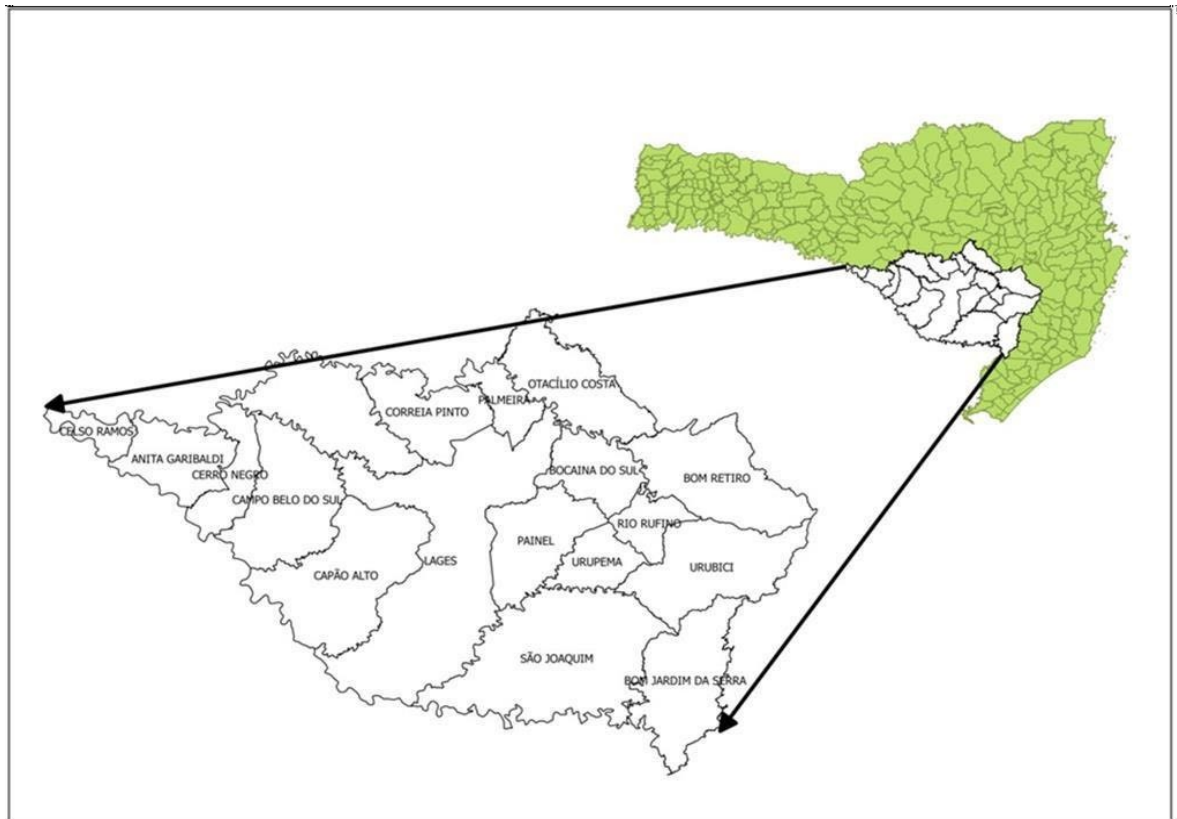
Na formação das vacarias instituía-se uma economia de coleta baseada no latifúndio de pecuária extensiva de gado mestiço, transportando animais vivos, utilizando pastagens naturais com queimadas periódicas e “pastos não divididos”. Nas fazendas, estâncias e invernadas institui-se a pecuária extensiva e pasto dividido em grandes e médias propriedades com objetivo de comercializar a carne, utilizando pastos plantados e ainda as raças mestiças. As cabanhas têm sua economia voltada para a pecuária intensiva, em pequenas e médias propriedades que investem em cultivo de forrageiras, mantendo o gado estabulado, e se utilizando de técnicas de seleção para produção de reprodutores (Valverde, 1964, p. 37).

A economia catarinense, assim como outras regiões brasileiras, desenvolveu-se influenciada, em seu sistema produtivo, pelos altos e baixos da economia nacional, e sempre numa posição periférica da economia, o que explica, em parte, a necessidade de alterar o sistema tradicional de criação nos campos do Planalto Serrano Catarinense. Isto porque há uma necessidade na evolução das sociedades de buscar as inter-relações regionais e nacionais, as instituições políticas, e outras variáveis externas e internas que influenciam na estabilidade de uma região (Dorst, 1973, p. 35). Nesse sentido, podemos compreender o papel das instituições no desenvolvimento social e as mudanças promovidas na configuração regional.

Vale ressaltar que no início do século XX, houve uma transformação na configuração geopolítica das terras “de cima da Serra”, que desanexou os atuais territórios de Campos Novos e Curitibanos de Lages. De acordo com Guilherme dos Santos Floriani, atualmente a

microrregião Campos de Lages é integrada por 18 municípios, e corresponde a 16,7% da área total do estado de Santa Catarina, mas que possui aproximadamente 5,3% de população apenas (Floriani, 2007, p. 36).

Figura 7 – Microrregião Campos de Lages



Fonte: INCRA (2016).

O aprofundamento das relações capitalistas modificou a paisagem pastoril no Planalto Catarinense, inculcando um novo sistema de vida ao elemento humano radicado no território (Goulart, 1965, p. 68). No início do século XIX, com o desenvolvimento das charqueadas, o gado que para comercialização interessava apenas os couros e, em menores proporções, os sebos e as graxas, passou a ter a carne valorizada no cenário nacional.

Essa inserção da economia pecuária regional em modelos inter-regionais de desenvolvimento se deu a partir da comercialização do charque no comércio atlântico, uma vez que a concorrência da produção de carne brasileira com os vizinhos platinos afetaram as relações comerciais, bem como evidenciaram relações territoriais que desconstruem, em parte, a retórica do isolacionismo desta porção sul do território brasileiro.

De acordo com Jonas Moreira Vargas, a inserção do charque brasileiro no comércio atlântico, concorrendo especialmente com produtos uruguaios e argentinos, afetaram as relações fronteiriças na região platina e colocaram em evidência os problemas tarifários no

Brasil. O produto platino tornou-se mais acessível, impedindo que o produto brasileiro concorresse especialmente no mercado britânico (Vargas, 2014, p. 543).

Nesse contexto, a produção de charque, que durante todo o período colonial abastecia as plantações brasileiras, foi inserido no comércio atlântico como forma de expandir o comércio de carnes e inserir o Brasil no quadro de exportadores para a Europa.

As charqueadas sustentaram a demanda alimentar de muitas regiões do Rio da Prata e também do Império brasileiro, especialmente no período em que o escravismo assegurava a mão de obra nas áreas monocultoras e mineradoras. Mas também consolidaram elites pecuaristas que passaram a exportar o produto no mercado europeu.

De acordo com Fernando Augusto de Assumpção Neto, ao descrever a economia saladeril nas áreas fronteiriças do Rio Grande do Sul, a partir do século XIX, os interesses saladeiristas uruguaios e argentinos eram conflitantes com os interesses dos charqueadores brasileiros. Isto porque aos primeiros interessava os baixos impostos para a introdução de seu charque no Império Brasileiro, enquanto que ao segundo grupo interessava o contrário (Neto, 2015, p. 42). Essas contradições acirraram as disputas por terras e rebanhos, e também o contrabando nas fronteiras do sul brasileiro.

Contudo, as charqueadas logo foram ameaçadas pela concorrência com o charque Platino, que possuía o preço de mercado mais atraente. Westphalen aponta para uma conjuntura de “que o charque no Rio Grande do Sul custava de 440 a 480 réis a arroba, mais 280 réis de fretes e direitos até o Rio de Janeiro, enquanto que nessa praça o charque Platino era colocado, incluindo o transporte a 4000 ou 410 a arroba” (Westphalen, 1985, p. 284).

Da mesma forma, a produção pecuária foi a base de conflitos que se estenderam na região do Prata em função da concorrência da produção de carne com os vizinhos platinos, especialmente a Argentina e o Uruguai. Tal concorrência evidenciou os problemas tarifários nacionais. O produto platino tornava-se mais acessível, impedindo que o charque brasileiro alcançasse o mercado britânico. Ao passo em que os vizinhos gradativamente conseguiram modernizar a sua produção industrial, o produto brasileiro enfrentou uma generalizada crise na década de 1880 (Vargas, 2014, p. 540).

Além disso, Pesavento chama atenção para outros entraves no desenvolvimento da atividade, como o “retardamento” nas relações de produção assalariadas, a ausência de uma classe de empreendedores capitalistas e a ausência de recursos tecnológicos para tornar o produto mais competitivo no mercado (Pesavento, 2003, p. 56).

De acordo com Rogério Haesbaert da Costa, a atividade charqueadora iniciada em 1780 favoreceu a pecuária brasileira ao incorporar o extremo sul como economia subsidiária:

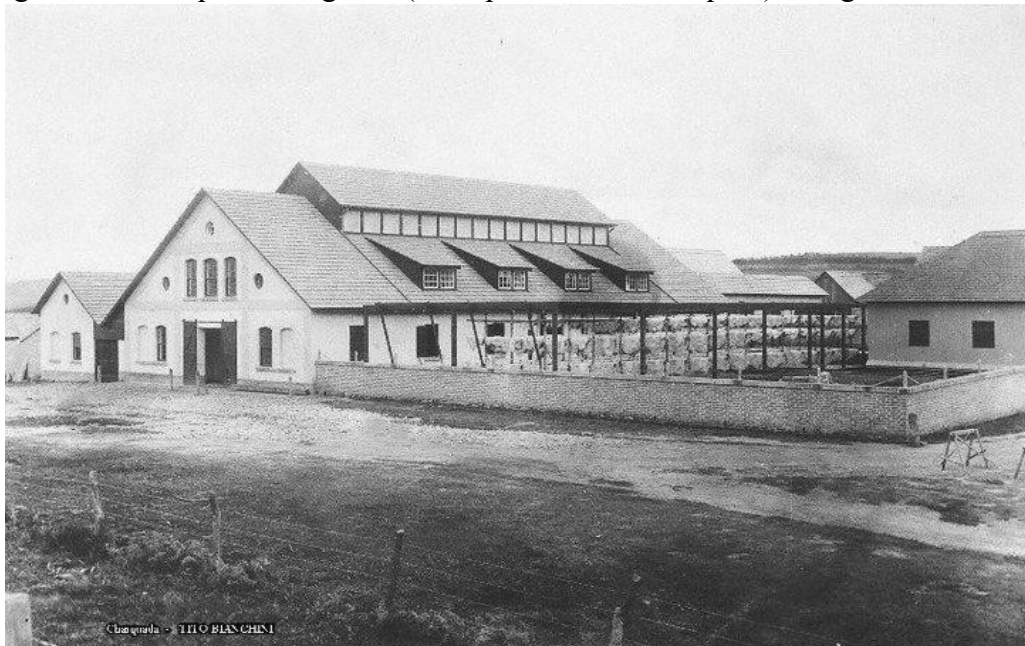
[...] Inicialmente fornecedora de couro para exportação e muares para transporte nas regiões de mineração, passava agora a alimentar sua força de trabalho com um produto primário de baixo custo. Ao lado deste fator fundamental, também condicionou a expansão da pecuária à base natural bastante favorável (pastagens e clima), principalmente com a introdução da atividade criatória nos “campos finos” do que é hoje o sudoeste gaúcho (Haesbaert, 2004, p. 34).

Entendidas como uma forma de ampliar o comércio de carnes, as charqueadas também movimentaram a transformação da produção regional. A criação da charqueada de Tito Bianchini deu início ao processo de industrialização da atividade pecuária no planalto catarinense. Com trinta sócios, permitia o abate de oito reses e a produção de sabão e outros produtos derivados, que abasteciam as cidades do litoral catarinense.

De acordo com os memoriais locais, Tito Bianchini foi o maior latifundiário que se tem notícia em Lages. Chegou a possuir mais de 300 milhões de campo desde o Cajuru até a Coxilha Rica. Construiu a charqueada para abate de seus próprios animais e agregação de preço em relação ao boi em pé. Toda manhã tropeiros partiam de suas fazendas com os animais para abate no dia seguinte. Chegavam à charqueada no final da tarde para o último pernoite. Tito Bianchini chegou à região como carpinteiro e montador de bretes e taipas. Os fazendeiros pagavam com terras e bois, pois não tinham dinheiro na época.

Ainda assim, de acordo com Guilherme Floriani, enquanto a charqueada de Lages abatia em média cinco mil cabeças de gado por ano, no Rio Grande do sul abatiam-se mais de 20 mil reses (Floriani, 2007, p. 78).

Figura 8 – Charqueada Lageana (Charqueada Tito Bianchini) – Lages 10/03/1975



Fonte: Jornal Correio Lageano (1975).

No final do século XIX, ao passo que os países platinos conseguiram modernizar seus processos industriais, o Brasil passou a enfrentar uma grave crise a partir da década de 1880. Jonas Moreira Vargas ressalta que o declínio das charqueadas no Brasil coincidiu com a abolição da escravidão em 1888 e a queda da própria monarquia em 1889 (Vargas, 2014, p. 545).

Assim, o início do XX é marcado por uma transformação na trajetória dos processos de exploração animal, bem como de reorganização dos projetos de formação social em territórios pastoris. A evolução desta atividade econômica ao longo dos anos foi impulso também a mudanças nas técnicas de produtividade e nas relações sociais que envolviam trabalho, renda e território. Na segunda metade do século, a produção pastoril foi acompanhada de um desenvolvimento científico voltado à ideia de melhoramento genético e transformação de campos naturais para aumento da produtividade. Desse modo, ao longo desta pesquisa, alguns reflexos destas transformações serão ponto de análise sobre o processo histórico de degradação ambiental, utilizando como objeto central a ideia de áreas campestres naturais no bioma Mata Atlântica.

O ciclo do tropeirismo, iniciado no século XVIII com objetivo de abastecer o complexo colonial mercantil, principalmente as áreas mineradoras, acabou por integrar o sul do Brasil ao comércio de gado e couro. Mas foi o desenvolvimento das charqueadas no final do século, que valorizou a comercialização da carne bovina, bem como o maior controle sobre os processos produtivos, possibilitando assim o desenvolvimento econômico de algumas regiões do país. Mario Osório Magalhães assinala que este processo produtivo inaugurou o que viria a ser a indústria da carne no Brasil, uma vez que, com a valorização gradual do boi e a definição consequente de sua cotação promovida pelas charqueadas, a estância-mera empresa de coleta e pilhagem do gado- transformou-se numa empresa de criação de gado e passou a ter verdadeira significação econômica (Magalhães, 1993, p. 26).

Ressalta-se ainda que, o Brasil em suas relações internacionais de produção tornou extremamente sensível aos acontecimentos internacionais, merecendo destaque a influência dos países mais desenvolvidos em taxas de importação e exportação que, ao atuarem como centros dinâmicos atraíam ou repeliam economias periféricas, propagando tecnologias e promovendo a gradativa substituição de processos produtivos. Aqui vale pensar que o aumento do controle do poder político e a industrialização na Europa durante o século XIX fez por intensificar a demanda por matéria-prima e produtos agrícolas das colônias e ex-colônias, o que tornou países como o Brasil grandes produtores de alimentos.

Ao mesmo tempo, contextualiza-se nas permanências estruturais, como o desenvolvimento da ciência no século XX foi capaz de assegurar a preservação de recursos genéticos de flora e fauna, fundamentais na preservação dos campos nativos, e também da genética bovina crioula do Planalto Catarinense, componentes do Bioma Mata Atlântica no Brasil.

Neste sentido, faz-se necessário compreender como a história da transformação dos ambientes naturais e o deslocamento de espécies que alteraram significativamente a paisagem natural em todas as regiões brasileiras, e que, a partir do século XX, resultou no engajamento de inúmeras pesquisas científicas com objetivo de contribuir para o reconhecimento e preservação dos recursos naturais, suas singularidades e sua importância para o equilíbrio ambiental.

O termo Bioma, que é utilizado para registrar e diferentes formações naturais, começou a ser utilizado pelo botânico Frederic Eduard Clements² a partir de 1943, para definir uma comunidade de animais e plantas que possuem, em sua grande maioria, uma formação semelhante ou comunidade biótica, substituindo o termo “formação” — que indicava unidades fisionômicas de vegetação em uma mesma condição climática, mas não abrangia a fauna e demais organismos a ela associados (Coutinho, 2006, p. 16). Com o passar do tempo, outros autores propuseram conceitos que tornaram o termo mais abrangente, incluindo também características do solo e outras características abióticas.

Ecólogos e Biogeógrafos salientam que a flora não é uma característica do Bioma, sendo seu reconhecimento feito pela fitofisionomia, de maneira que, fitofisionomias diferentes correspondem a tipos de Biomas diferentes, mesmo que existam similaridades florísticas. Leopoldo Magno Coutinho ressalva que, um mesmo Bioma é representado por uma ou mais áreas distintas geograficamente, e que essa grande biodiversidade tropical não se limita apenas às espécies, mas estende-se também às fitofisionomias, às formações, aos ambientes de vida (Coutinho, 2006, p. 21). Este ponto de análise diferencia do ponto de vista conceitual as áreas campestres do Bioma Pampa e dos chamados campos de Cima da Serra³.

² Frederic Edward Clements (1874–1945) foi um botânico e ecólogo estadunidense. Realizou trabalhos principalmente na área de Ecologia Dinâmica. Recebeu reconhecimento perante a comunidade científica, sobretudo após a publicação do livro *Plant Succession: an analysis of the development of vegetation*, em 1916. Nessa obra defendeu a metáfora das formações vegetais como entidades orgânicas, o superorganismo. Após esse trabalho foi convidado a integrar o corpo de pesquisadores da Instituição Carnegie, em Washington (EUA), conseguindo assim maiores financiamentos para as suas pesquisas. Seus trabalhos, alvos de críticas e elogios, Contribuíram para a institucionalização da Ecologia enquanto ciência no século XX (Nunes, 2016, p. 24).

³ De acordo com o Instituto Brasileiro de Florestas o Bioma Pampa ocupa uma área de 176,5 mil Km²(cerca de 2% do território nacional) e é constituído principalmente por vegetação campestre (gramíneas, herbáceas e algumas árvores). No Brasil, o Pampa está restrito ao estado do Rio Grande do Sul, ocupando 63% do território gaúcho e também porções dos territórios da Argentina e Uruguai. Enquanto campos do alto da serra são

Outros pesquisadores como Aziz Ab’Sáber (2003), especialista em questões ambientais, adotam outro conceito para o termo bioma, caracterizando o nas condições morfoclimáticas e fitogeográficas. Para o geógrafo, dentro de um domínio, vamos encontrar várias fitofisionomias, formações e condições abióticas, que forma vários biomas. Ab’Sáber classifica o domínio dos planaltos de araucárias e pradarias mistas onde:

O mato é baixo e relativamente descontínuo, com pinhais altos, esguios e imponentes – um tanto exóticos e homogêneos – em face da biodiversidade marcante dos sub-bosques regionais. De vez em quando, de permeio à altamente predada região das araucárias, surgem pequenos mosaicos de campos entremeados por bosquetes de pinhais, que oferecem uma das mais lindas paisagens do território brasileiro (Ab’Sáber, 2003, p. 101).

A fitogeografia do domínio das araucárias elaborada pelo autor permite compreender a composição da paisagem como resultante de modificações climáticas:

Estudos paleoclimáticos apontam para um quadro anterior, onde predominavam estepes geradas em condições muito secas e bem mais frias [...] comportando solos escarificados e vegetação com cactáceas e espécies adaptadas a conviver em estepes também rústicas. Tudo isso tendo acontecido e dominado a paisagem regional entre 23 mil e 13 mil anos atrás, quando o nível geral dos mares estava aproximadamente 100 metros abaixo do nível atual, época em que as correntes frias ultrapassavam em muito a costa do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, alcançando talvez o sul da Bahia. Daí porque, em um ambiente de semidesertos costeiros, os altiplanos meridionais e as terras baixas centrais gaúchas comportavam extensivas paisagens estépicas (Ab’Sáber, 2003, p. 103).

Ainda segundo o autor, Lages situa se em um setor com anomalias de condições geológicas — uma belíssima região de campos e bosques de araucárias, outrora circundada por coberturas contínuas de pinhais e sub-bosques biodiversos, que transformou se num entroncamento de rotas terrestres, suficiente para interconectar as cidades do oeste catarinense com a rede de cidades costeiras do estado (Ab’Sáber, 2003, p. 109).

Esses mosaicos de campos e florestas que compõe a paisagem do Planalto Catarinense também são chamados de Campos de Cima da Serra. São campos de altitude, que formam mosaicos com a Floresta de Araucária (Figura 4). Segundo Pillar *et al.* (2009, p. 15), estes campos são encontrados especialmente nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e são diferenciados em Campo Limpo — onde prevalecem as gramíneas e herbáceas, e Campo Sujo — onde, além das gramíneas e herbáceas, há presença de vegetação arbustiva (Nabinger, 1998, p. 15).

Os Campos de Altitude ocorrem geralmente nos cumes rochosos das serras com altitudes elevadas, onde predomina clima subtropical ou temperado. Caracterizam-se por uma

ruptura na sequência natural das espécies presentes nas formações fisionômicas circunvizinhas. De acordo com Mônica Araújo de Miranda Gomes:

Os campos nativos, bem como os antrópicos floristicamente similares, são formados por uma grande maioria de espécies que crescem durante a primavera, o verão e início do outono, período em que completam seu ciclo e então secam, morrendo as anuais e mantendo-se as perenes em estado dormente ou de reduzido crescimento durante o inverno. Nesta estação, a grande maioria das espécies não possui capacidade de crescimento e ocorre o acúmulo de material seco da parte aérea das plantas dormentes ou mortas, que é bastante inflamável. Este é o período do ano em que os pecuaristas realizam as queimadas, pois acreditam que a retirada dessa matéria seca, através do fogo, apressa a rebrota das pastagens na primavera. Porém, a queimada retarda o rebrote e diminui a quantidade de fitomassa produzida na próxima estação (Gomes, 2009.p. 5).

Figura 9 – Mapa Fitogeográfico



Fonte: Santa Catarina (1986).

Componentes dos Biomas Mata Atlântica e Pampa, os campos sulinos são ecossistemas naturais com alta diversidade de espécies vegetais e animais, e que se estendem sobre amplas regiões do Brasil, Uruguai e Argentina. Garantem elementos ambientais importantes como a conservação dos recursos hídricos, a disponibilidade de polinizadores, e o provimento de recursos genéticos. Além disso, têm sido a principal fonte forrageira para a pecuária, abrigo de alta biodiversidade e oferecendo beleza cênica com potencial turístico

importante (Boldrini, 2009).

A enorme diversificação de plantas nativas nos campos do sul do Brasil sugere a variedade de ecossistemas. Cada região possui ambiente específico, sendo que, mais do que simples espaços territoriais, os povos herdaram paisagens e ecologias pelas quais certamente são responsáveis ou deveriam ser responsáveis (Ab'Sáber, 2003).

Apesar de compor um bioma diferente do Bioma Pampa, os Campos de Cima da Serra também possuem sua história diretamente ligada a atividade pecuária e seus impactos ambientais. A transferência do gado pelos jesuítas das missões nas regiões de planalto e o desenvolvimento da pecuária extensiva tornou a atividade uma importante forma de uso da terra. (Boldrini, 2009, p. 28).

Auguste Saint-Hilaire, em seus escritos sobre a “viagem a Curitiba e Santa Catarina”, relata a beleza das paisagens dos campos, avaliando a convivência do gado em meio às grandes árvores que formam o mosaico campo-floresta da Mata Atlântica sul brasileira:

[...] No meio das matas pouco densas e frequentadas pelo gado, encontra-se comumente uma árvore alta que, não só por seu talhe como pela tonalidade de sua folhagem, se sobrepõe, por assim dizer, à araucária: Enquanto esta apresenta apenas alguns verticilos de ramos espessos, recurvos como candelabros, a outra exibe uma ramagem exuberante; as folhas da araucária são de um verde sombrio e as da outra, brancas em baixo, se assemelham quando vistas de longe, ao nosso salgueiro. Trata-se da vassoura da casca preta [...] (Saint-Hilaire, 1978, p. 03).

Assim também estudos botânicos e fitogeográficos evidenciam que a vegetação campestre no sul do Brasil passou a ser determinados pelos regimes de pastejo e fogo. De acordo com Nabinger:

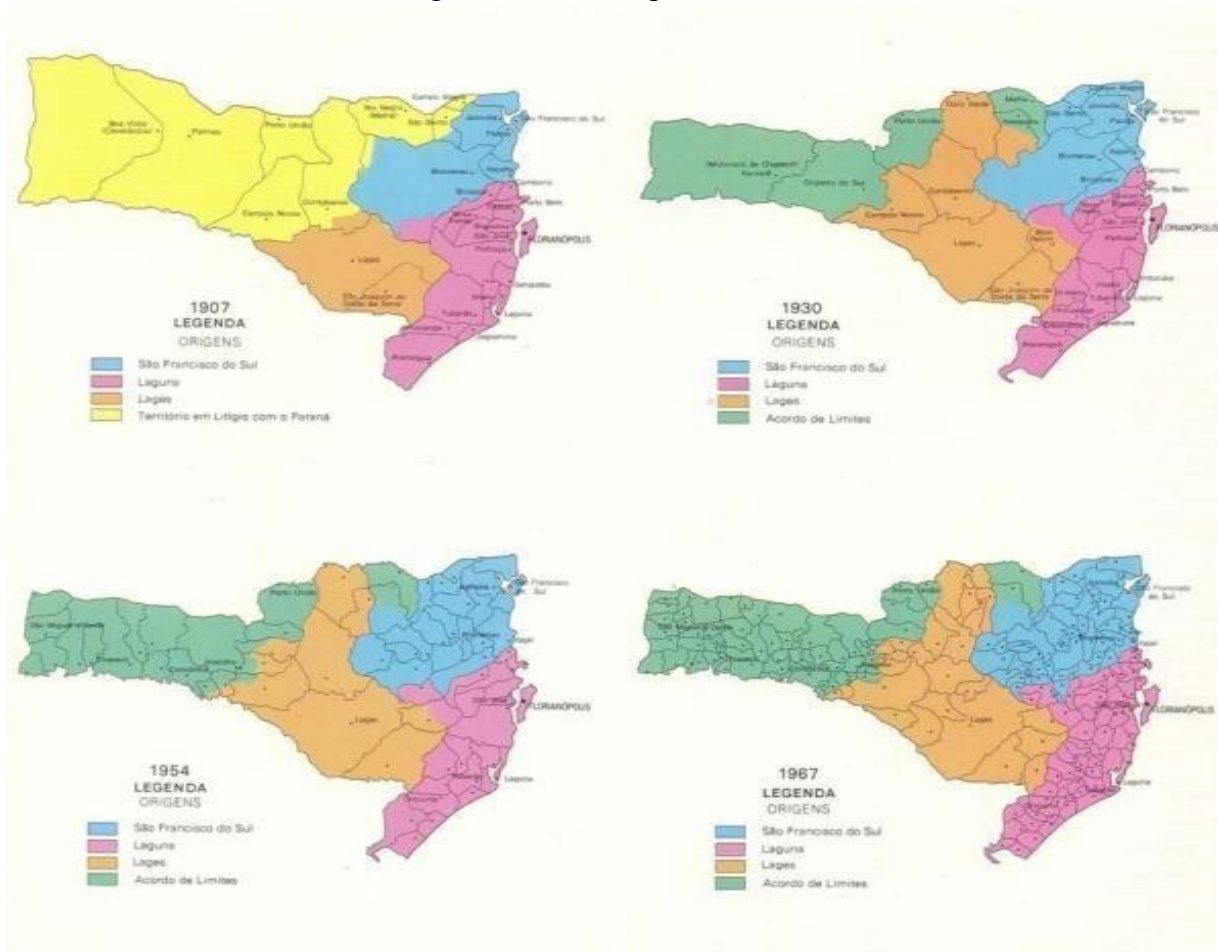
O pastejo – que é uma das principais atividades econômicas nos campos do sul do Brasil – é considerado o principal fator norteador das propriedades ecológicas e das características fisionômicas dos campos [...]. Contudo, o pastejo excessivo resulta em diminuição da cobertura do solo e em riscos de erosão, além de substituição de espécies forrageiras produtivas por espécies que são menos produtivas ou de menor qualidade. Por outro lado, uma pressão de pastejo extremamente baixa pode resultar na dominação de gramíneas altas de baixo valor nutritivo (Nabinger, 1998, p. 30).

Com a expansão da atividade pecuária, os campos do sul do Brasil passaram por um intenso processo de transformação, especialmente com a técnica de pastagens cultivadas, que passaram a substituir espécies nativas de alta produtividade por espécies exóticas, ao mesmo tempo em que o gado crioulo, formado por seleção natural, foi gradativamente sendo substituído por raças de origem europeia.

Lages, por sua formação, mantém uma grande influência nos demais pequenos municípios vizinhos, antes distritos. No século XIX e início do século XX desmembrou o

município de Campos Novos e Curitibanos, ligados ao Oeste e Litoral pela BR 470, gradativamente ganharam autonomia e identidade geográfica própria. Mesmo assim, Lages manteve uma ampla extensão de terras. Para muitas pessoas, estes municípios ainda pertencem a região dos Campos de Lages, da Serra Catarinense, ou do Planalto Catarinense, as terras de “Cima da Serra” como se diz nas regiões Litorâneas (Reitz, 1948 *apud* Floriani, 2014 p. 34).

Figura 10 – Municípios Serranos



Fonte: Floriani (2015).

Dessa forma, além de compreender o significado socioeconômico e cultural dos campos na lógica dos projetos de desenvolvimento rural, a história dos campos do planalto catarinense permite compreender a perspectiva da ciência na difusão de tecnologias de produção animal, além de revelar práticas, teorias e fenômenos que outorgam diferentes características qualitativas aos animais, tanto no ambiente da saúde pública, das ciências médicas e da exploração agropecuária (Haching, 2001, p. 49).

Mais do que uma pesquisa de cunho regional, a pesquisa sobre as transformações oriundas do processo de tecnificação do espaço agrário no território em questão tem como

objetivo, aprofundar reflexões relativas ao impacto socioambiental gerado pela atividade pecuária, e sua relação em um contexto mais amplo: A criação de animais ao longo da história.

O espaço ocupado como projeto de dominação política e estabelecimento de fronteiras no século XVIII, foi reinterpretado e gradativamente transformado a partir do século XX, através do desenvolvimento de Institutos de Pesquisas, adaptando modelos de modernização nos campos nativos para o desenvolvimento da economia pecuária.

Nesse contexto, é possível rastrear os marcos do impacto causado pela atividade pecuária nos sertões brasileiros, bem como os impactos do processo de expansão e modernização da atividade, com a introdução de pesquisas científicas das áreas de zootecnia, veterinária e agronomia aplicados ao processo. A condição agroexportadora imposta desde o período colonizador, já lançou alguns debates historiográficos sobre a “vocação agrícola”⁴ de muitas regiões brasileiras. Roberta Barros Meira, aos pesquisar os discursos em prol do ensino agrícola no Brasil no final do Império, afirma que no século XIX:

A formula o da no o científica de agricultura girava em torno de uma racionaliza o da produ o brasileira. A falta de perspectiva de vários produtos de exporta o, e a circula o de saberes trouxeram um conjunto de mudanças cruciais. Os chamados “homens da terra” passaram a ter seu espaço ocupado pelos “homens da ciência”, ou melhor, aqueles que se denominavam paladinos dessa modernidade (Meira, 2017, p. 268).

Assim, ao pensar a (re)constru o do significado de um ambiente ecológico para a sociedade que o circunda, deve se levar em considera o tanto as motiva es coletivas e/ou interesses públicos e privados responsáveis pelas mudanças e permanências que permeiam a rela o entre os homens e a natureza. Entrementes, também podemos capturar os paradoxos deste processo, uma vez que os efeitos locais da moderniza o se refletem de maneira bastante heterog nea. Em outras palavras, o multiculturalismo nas rela es econômicas e sociais do planalto catarinense exprimem diferentes dinâmicas na apropria o dos recursos, e por consequência, nas rela es de produ o e consumo que inferiram diretamente na transforma o da paisagem rural.

Ainda no período Imperial   possível analisar os mecanismos pelos quais a pecuária deixa de ser uma força produtiva voltada ao abastecimento do mercado interno, constituindo se como produto de exporta o e de modifica o de biomas com base na instala o de fazendas de cria o em regiões que ampliassem as perspectivas de explora o comercial.

⁴ De acordo com Caio Prado Junior o termo “voca o agrícola” “começou a ser largamente utilizado a partir da segunda metade do século XIX para determinar um conjunto de interpreta es sobre o espaço rural brasileiro, que expressaram as transforma es do modo de produ o capitalista, incorporando a ideia de um território que seria o escopo da produ o de matérias primas e monoculturas de exporta o (Prado Junior, 2014, p. 214).

Em termos gerais, o Brasil, assim como muitos países da América Latina, passou a articular projetos de desenvolvimento territorial com base na antiga estrutura colonial de exploração dos recursos naturais. O desenvolvimento da indústria pastoril e a busca de mercados e tecnologias desconsideraram questões ecológicas que hoje tornam se objeto de análise neste estudo. Joana Medrado, ao pesquisar a modernização das áreas de criação no Brasil central nos primórdios da Proclamação da República afirma que:

A questão que se colocava era, sobretudo, a de realocação dos países colonizados no sistema econômico internacional. Sem mais a tutela de uma metrópole, e gozando de autonomia de um sistema Republicano Federativo, as elites de um país como o Brasil fomentavam um campo de debate sobre se continuaria um país agroexportador, assumindo sua “vocação agrícola”, ou se romperia com esse modelo colonial industrializando se, modernizando suas estruturas econômicas e seu perfil produtivo (Medrado, 2013, p. 3).

Historicamente, o conjunto de medidas modernizantes, que foram disseminadas em projetos de governo e também pela iniciativa particular de produtores mais abastados, resultou num processo de expansão das atividades agropecuárias com base na utiliza o de tecnologias e padroniza o das atividades produtivas, que na atualidade compõem o setor do agronegócio no Brasil. Ainda segundo Davis e Goldberg o “progresso evolutivo” foi acompanhado de “desajustes e desequilíbrios” que vão desde as questões ambientais, até a estrutura econômica e social das popula es envolvidas (Davis; Goldberg, 1957, p. 7).

De acordo com Barbara Gobel, Manoel Gongora-Mera e Astrid Ulloa, o argumento da “voca o agrícola”, além de promover a concentra o da renda e desenvolver a ideia de progresso em curto prazo, promovendo a exclusão do grosso populacional do acesso   tecnologia, aumentou os índices de desigualdade que podem ser vistos   luz das rela es historicamente construídas, incluindo nas formas culturais de representa o e identidade territorial (G bel; G ngora-Mera; Ulloa, 2014, p. 163).

Nesse sentido, a história da utiliza o dos campos planaltinos catarinenses   resultado da experiência humana em diferentes espacialidades, compostas em diferentes contextos nacionais e transnacionais, que só podem ser compreendidas numa perspectiva global das rela es entre sociedade e meio ambiente.

Estas distintas percep es sobre os campos ao longo dos séculos XIX e XX incluem alguns paradoxos, como a própria produ o historiográfica, que ao longo dos anos relegou a papel secundário alguns atores e sujeitos na constru o da identidade rural que permeia a organiza o territorial. A política de demarca o de terras e as estratégias de legitima o e pertencimento da composi o social regional revelam políticas de exclusão de alguns sujeitos históricos do processo de moderniza o do sistema produtivo, e a desautoriza o de

conhecimentos locais e tradicionais. Nesse caso, vale ressaltar que o período da primeira república marcou intenso processo de povoamento através da formação de núcleos coloniais no estado de Santa Catarina.

De acordo com Serge Gruzinski em sua obra “O pensamento mestiço”, a reflexão sobre a rejeição às misturas culturais e aos receios identitários são consequência das ambiguidades e insuficiências na superação de dinâmicas coloniais (Gruzinski, 2001, p. 42). Este conflito entre saberes tradicionais e a imposição de um saber científico, cujo controle se estabelecia pelos “homens doutos e do Estado”, foi sentida nos projetos de seleção, manejo, controle genético e importação de matrizes de gado europeu, como forma de melhorar a qualidade produtiva da pecuária brasileira e equiparar o processo produtivo aos moldes internacionais vigentes, em detrimento das raças naturalizadas e regionalmente criadas.

Porém, neste mesmo período, em que a formação de elites agrárias com base no latifúndio pecuarista é descrita como alternativas heroicas e desbravadoras de territórios, os discursos que fomentaram os cruzamentos entre raças como forma de melhorar a qualidade genética dos rebanhos faziam contraponto com uma sociedade etnocentrista, que relegava à papel secundário o conhecimento de comunidades negras, indígenas e caboclas na história política e econômica do Planalto Catarinense.

Tem-se, portanto, uma representação utilitária da natureza, que antes do século XX, foi marcada pela total ausência da dimensão ambiental nos projetos políticos de desenvolvimento, principalmente no que tange os impactos da modernização pecuária em longo prazo. Este modelo de transformação das relações humanas com os recursos naturais também apresenta discrepâncias no estabelecimento do direito sobre a terra, na estratificação social, na exploração do trabalho e na reprodução da vida social e econômica regional.

A organização socioespacial do Planalto Catarinense já foi tema de análise em pesquisa anterior⁵, que analisou a formação de rebanhos de origem europeia cruzados com o exemplar “crioulo”, e seu desenvolvimento em campos do Planalto Serrano Catarinense, e como estes mesmos campos se transformaram em função do desenvolvimento da economia regional, no contexto da economia de pastoreio, profundamente influenciada pelo ciclo do tropeirismo, para uma economia pecuária com base na formação dos latifúndios de criação.

Entendendo que o contexto histórico da pecuária através da análise do território como espaço econômico e social a transformação dos espaços produtivos não se deu de forma homogênea e tampouco contínua, esta pesquisa dá continuidade à investigação que analisa a

⁵ A organização socioespacial do Planalto Catarinense através da economia pecuária foi objeto de estudo em pesquisa para doutoramento apresentada ao PPG em Geografia (Schuch, 2015).

dicotomia entre as novas tecnologias apresentadas e o potencial econômico dos produtores, e os impactos do investimento efetivo em tecnologias modernizadoras do campo para a criação de raças puras importadas, bem como as transformações nas técnicas de manejo, na estrutura das propriedades e cultivo de forrageiras, além de inferir sobre os significados culturais da natureza e o marco histórico da dimensão ambiental nos projetos de desenvolvimento econômico nos campos, quebrando o silêncio peculiar sobre a natureza dos campos.

Dessa forma, na delimitação temporal desta pesquisa, Caio Prado Junior assinala o século XIX como um período-chave para compreender as transformações estruturais da sociedade rural brasileira:

[...] De um lado, ele nos fornece, em um balanço final, a obra realizada por três séculos de colonização e nos apresenta o que nela se encontra de mais característico e fundamental, eliminando do quadro ou pelo menos fazendo passar ao segundo plano, o acidental ou intercorrente daqueles 300 anos de história. É uma síntese deles. Doutro lado, constitui uma chave, e a chave preciosa e insubstituível para acompanhar e interpretar o processo histórico posterior e a resultante dele, que é o Brasil de hoje. Nele se contém o passado que nos fez; alcança se aí o instante em que os elementos constitutivos de nossa nacionalidade – instituições fundamentais e energias desabrocham ou se completam. (Prado Junior, 1971, p. 09).

Entre os elementos de análise desta pesquisa, estão as projeções entre passado e futuro que resultaram em experiências e legaram a gerações expectativas que condicionaram as relações culturais, econômicas e sociais, bem como a relação destes com a pecuária ao longo do tempo nos campos catarinenses e conseqüentemente no Bioma Mata Atlântica.

Desta forma, as áreas de distribuição de insumos e produtos são de fundamental importância para entender as relações sociais configuradas no espaço e também quais eram as determinações do modo de produção e a formação de mercado produtor. Jean Dorst, em sua obra “Antes que a Natureza Morra”, descreve a introdução de plantas e animais exógenos como um dos grandes exemplos de irracionalidade na ocupação e produção agropecuária em diferentes territórios do globo. Isso porque, “por diversas razões [...] o homem fez questão de transportar seres vivos por todo o mundo. Muitos se transformaram em “pragas”, multiplicando-se enormemente, competiram ou destruíram os seres vivos autóctones.” (Dorst, 1973, p. 88). Esta questão nos leva a discutir o processo de formação dos rebanhos de gado importados, e sua relação com o ambiente natural, bem como na gradativa transformação deste ambiente para atender a nova demanda de animais e garantir sua adaptação.

Em suas obras, Licurgo Costa narra que os primeiros exemplares de bovinos trazidos ao Brasil pela expedição de Martin Afonso de Souza eram espécies de “chifres longos e curtos”, uma raça que nunca se distinguiu pela produção de carne, mas tinha outras qualidades que compensavam, como a resistência, a adaptação a campos rústicos, muito diversos do seu habitat

de origem, e ainda a vantagem, graças aos grandes e pontudos chifres, de poder defender-se dos tigres, onças, cachorros do mato etc., que infestavam as matas e campos americanos (Costa, 1980, p. 1477).

Ainda segundo o referido autor, desde a sua fundação até mais ou menos a década de 1940, Lages teve na pecuária o seu exclusivo sustentáculo econômico. Mas podemos analisar ainda que, estas estruturas pastoris apresentaram mudanças substanciais ao longo deste período. De território de passagem e pouso para tropas e tropeiros, passou a fornecer cavalos e muares para a manutenção da atividade que abastecia o centro agroexportador e minerador do país. Em seguida, como assinala Licurgo Costa, o couro e o charque tornaram se força motriz de uma economia regional baseada na criação extensiva de bovinos. E, por fim, o sistema de engorda de bois para o abate no Rio Grande do Sul e litoral de Santa Catarina (Costa, 1982, p. 147).

A busca de alternativas para ampliar a produção de alimentos permitiu a emergência de uma preocupação com a maximização da produção pecuária, sendo a carne bovina o produto que deveria atender aos critérios de qualidade e produtividade para o mercado internacional. Isso significou uma reformulação dos campos tradicionais de pastoreio, ao mesmo tempo em que a atividade deixa de ser pensada enquanto economia subsidiária e passa a configurar como parte das estratégias de desenvolvimento no campo. Soma se a isso, uma conjuntura internacional marcada pelos fluxos de mercadorias e capitais em consequência da I Guerra Mundial que aumentaram a demanda de carne bovina.

Entre 1850 e 1919 o Brasil passa por transformações significativas que vão desde a regulamentação da legislação agrária até a institucionalização do campo científico da agronomia e da medicina veterinária, bem como a criação do Ministério da Agricultura e estruturas como Fazendas Modelo e Estações Experimentais. (Medrado, 2013. p. 46).

A partir de então se pode analisar que, o avanço das relações capitalistas de produção permitiu, por longo tempo, a manutenção do sistema de criação extensiva, mesmo que o índice de concentração de terras não configurasse o que, em outras regiões do Brasil entende-se por latifúndio.

Neste sentido, vale lembrar que os conceitos e categorias empregados para definir as unidades de medida das propriedades rurais possuem peculiaridades regionais. Além do alqueire paulista empregado para medir as propriedades do Planalto Catarinense (24.200 mTM), outras medidas definem o latifúndio no Brasil, como em Minas Gerais e Goiás, onde o alqueire equivale a 48.400 mTM (o dobro da unidade paulista), e o norte brasileiro que estabelece a medida do alqueire em 27.225 mTM (Cotrim, 1913, p. 85). Portanto, se comparadas com

outras áreas de latifúndio do sudeste e centro-oeste brasileiro, nenhuma fazenda de Lages constituía-se como tal. Marcelo Meira Amaral Bogaciovias (1999), ao estudar os antigos proprietários rurais de Lages afirma que

[...] nenhuma das sesmarias que se têm notícia, concedidas em Lages, em número de dez, foi confirmada pelo Rei de Portugal, como era obrigatório pelas Ordenações para que a propriedade tivesse validade jurídica. Quanto às terras conferidas pela câmara ou pelos capitães mores da vila, elas nem chegaram a ser encaminhadas ao governador da capitania para que se regularizasse a situação. A legislação, desde aqueles tempos, já andava relaxada, mesmo porque o que prevalecia era a posse efetiva das terras. E o custo de se obter uma sesmaria, correndo papéis pela vila de Lages, cidade de São Paulo e finalmente na cidade de Lisboa, inviabilizaria qualquer projeto de instalação de uma nova fazenda, onde o lucro não era de grande vulto, como se pode presumir das dificuldades da vila. De qualquer forma, vistas praticamente todas as escrituras existentes no cartório de notas de Lages do século XVIII e algumas dos primórdios do XIX, nenhuma das propriedades teve a sua posse contestada ou deixou de ser reconhecida como legítima, inclusive as posses de terras devolutas sem título algum (Bogaciovias, 1999, p. 26).

Tomando o conceito de latifúndio como a dimensão de área agricultável que exceda em seiscentas vezes a área média dos imóveis rurais em suas respectivas zonas, segundo o Estatuto da Terra, podemos afirmar que foi, antes da extensão das terras, a atividade extensiva de gado que definiu a característica da economia e das propriedades do Planalto Catarinense.

Para Licurgo Costa, um dos aspectos mais interessantes da criação do gado selvagem é a consanguinidade num rebanho bovino em que, durante quase trezentos anos, os reprodutores possuíam laços de parentesco (Costa, 1982, p. 1454); o que para alguns significou a formação de uma raça desenvolvida por seleção natural, e para outros, significou a degeneração da qualidade do gado existente nos campos naturais de Lages. Além disso, nas primeiras décadas de formação do que ele chama de indústria pecuária no Planalto Serrano Catarinense, a forma de utilização dos campos não permitia a expansão da atividade:

[...] A quase totalidade das terras era realenga, o gado também, e a ausência de divisas fazia-o errante na busca de alimentação. Se o inverno castigava o pasto tornando-o inapto a ser usado, o gado ia mudando de paragens, à procura do que comer, em campos ou no mato, muito mais extensos e abrigados que os atuais. Mas com o correr dos anos, e o conseqüente povoamento, favorecido pelas concessões de terras devolutas ou por compras de áreas já cedidas a outros tropeiros, pouco a pouco transformados em fazendeiros, cuidavam de cercar, com os meios possíveis, ou melhor, delimitar as terras de sua propriedade. E veio a determinação de 1862, de que ninguém podia ter em seus campos lotação superior à que eles suportassem, visando, evidentemente, limitar os abusos daqueles que tendo áreas para 200 ou 300 cabeças, nelas punham o dobro [...]. (Costa, 1982, p. 1467).

A consolidação dessas unidades produtivas como áreas de criação obedece a lógica de um mercado local. O autor afirma que a estrutura da pecuária lageana deixou muito a desejar, considerando que:

[...] A estrutura agrária da região ficou amarrada por seu isolamento [...] Estamos ainda frente a um tipo de pecuária extensiva, de baixo rendimento e que está a exigir mudanças profundas na mentalidade dos responsáveis por ela. Mas devemos acrescentar que foi o poder público o maior culpado pela situação. Tendo mantida a área praticamente isolada dos centros de consumo – até algumas décadas atrás Lages era ligada a Florianópolis, Porto Alegre e Curitiba por estradas de cargueiros - Não lhes proporcionou nem mesmo estímulo para progredir. Como desenvolver suas criações de bovinos, porcinos e ovinos se a venda dos produtos era quase impraticável? (Costa, 1982, p. 1504).

Para o autor, entre os fatores que dificultaram o desenvolvimento da pecuária na região conta justamente os obstáculos para o fechamento das propriedades:

O arame, a princípio liso e depois farpado, começou a ser empregado nos países mais adiantados (Argentina e Uruguai) – aqui na América – por estancieiros ingleses, por volta de 1850. Nesta época, em Lages, as divisas entre as fazendas eram, como já vimos, na medida do possível, as naturais [...] Taipas e valões sempre foram divisas caras. Ocorria então que nas épocas de secas, com os rios dando vau, banhados sem água etc., o gado de uma propriedade invadia a dos vizinhos [...]. (Costa, 1982, p. 1480).

Sobre Licurgo Costa e suas obras, Fabiano Garcia, ao versar sobre o predomínio da história de Lages como sendo a história da pecuária nas publicações ao longo do século XX, estabelece uma crítica às narrativas que enfatizaram em jornais e documentos oficiais do governo municipal, a pecuária como “modelo econômico regional” (Garcia, 2016, p. 32). De acordo com o autor:

A narrativa de Licurgo Costa, nesse sentido, apresenta uma orientação muito particular, a qual é merecida ser melhor analisada. Poucos os historiadores de formação, por exemplo, são citados em suas referências - trabalho que certamente renderia boas problematizações a respeito de sua leitura histórica. Desse modo, partimos da premissa que seu repertório foi muito mais orientado pela longa prática jornalística, ligado, portanto, a noção de registro e de texto informativo, tendência que é muito mais nítida no seu texto do que discussões próprias do campo historiográfico. Embora a construção do livro ainda seja um pouco obscura – quem foram os pesquisadores que integraram a equipe o auxiliou? Quem fez a coleta das fontes em diferentes arquivos de Santa Catarina, após o projeto ser aprovado pela Fundação Catarinense de Cultura e ter seus custos aprovados pelo Governo do Estado? Com quais critérios? – o fato é que com apenas uma edição de centenas de exemplares, parte da obra de Licurgo Costa foi distribuída para instituições e bibliotecas públicas. Com isso se estabeleceu como uma referência imprescindível para qualquer pesquisador que se debruçasse sobre a história do município, o que acabou se tornando uma espécie de obrigação e chantagem: para conhecer a história de Lages, era necessário conhecer os dados reunidos na obra de Licurgo (Garcia, 2016, p. 53).

Ainda para o autor, com exceção dos relatos de viajantes, a construção da memória coletiva sobre a história de Lages foi produto de trabalhos empenhados em definir o lugar de grupos, pessoas e instituições na composição da sociedade, através da publicação de informações elaboradas para fazer referência ao passado, invisibilizando mulheres, negros e pobres nesses textos, e garantindo a influência de representações sociais dominantes através de narrativas seletivas, de modo que a pecuária enquanto tema e matéria prima desses textos

lageanos desempenhou um papel fundamental e interagiu de modo decisivo no processo de formação da memória coletiva local (Garcia, 2016, p. 45).

No entanto, devemos compreender que ao longo dos séculos, a estrutura da propriedade da terra passará por modificações. Nesse sentido, o próprio Licurgo Costa estabelece uma comparação entre a formação dos latifúndios no Rio Grande do Sul e em Lages a partir da concessão de terras durante o Primeiro Reinado no Brasil:

As estâncias imensas se multiplicaram no território rio-grandense e uma “quadra de sesmaria” - 1724 hectares ou 17 “milhões de campo”, não era nada para a fome dos pioneiros [...]. Em 1813 os menores proprietários tinham umas quatro léguas quadradas (cerca de 150 “milhões de campo”) e os maiores atingiam a centenas de léguas, isto é, acima de 3.000 a 4.000 “milhões”! [...] Com concessões mais modestas (Lages) e com compras de terras vizinhas, eram muitos os fazendeiros que chegaram a possuir centenas de milhões de campos. Mas as vendas e as partilhas foram fazendo desaparecer os imensos latifúndios [...]. (Costa, 1982, p. 1479).

A necessidade de orientações tecnológicas para o desenvolvimento econômico de Santa Catarina é um dos motivos pelos quais se explica a vinda de especialistas que passaram a coordenar os projetos de melhoramento da agropecuária catarinense, sendo estes as responsáveis pela introdução de raças de animais que deveriam ser importadas, além da vegetação adequada ao clima e ao tipo de solo da região. Essa busca de um novo sentido econômico para a criação de animais resultou em novas formas de apropriação dos recursos naturais que, através da manipulação e artificialização de ecossistemas alterou também a relação entre sujeitos e o modo de entender os traços da cultura regional.

Superar o isolacionismo econômico e aumentar a capacidade produtiva e distributiva da pecuária no Planalto Catarinense marcou a transição do século XIX para o século XX. A introdução de raças europeias com objetivo de atender a demanda de carne pelo mercado consumidor interno e externo coexistiu com outras formas econômicas e uma organização social correspondente a elas (Peluso Junior, 1991, p. 83).

Antigas estruturas sociais permaneceram, mas relação que se estabeleceu com a economia da paisagem retrata uma visão eurocêntrica de produtividade, que desconsiderou as potencialidades ambientais e impediu o que podemos chamar de racionalidade produtiva.

De acordo com Eduardo Gallardo, o conceito de racionalidade produtiva passou a vigorar como forma de organizar a atividade pecuária aos moldes do capitalismo agrário que despontava na Europa, o que significava a reorganização da estrutura da propriedade, do sistema de criação, da mão de obra empregada e de produção. De acordo com o autor:

Entre fins del siglo XIX y principios del XX el proceso de modernización en latinoamérica evidenció elementos em común: Em lo político había una orientación a reorganizar la administración, em lo económico se buscó racionalizar

los sistemas productivos, y en losociocultural emergió una sociedad de masas. Este proceso contenía contradicciones, estando influenciado por la acción de las potencias mundiales que competían entre si por controlar este espacio (Gallardo, 2017, p. 06).

Utilizando o conceito de transnacionalidade como perspectiva de análise para compreensão das relações internacionais no processo de modernização da pecuária bovina no sul do Chile entre 1917 e 1939, Eduardo Gallardo ressalta que a primeira metade do século XX foi marcada pela instabilidade do cenário regional, nacional e mundial, uma vez que a crise de 1929 foi responsável por uma convulsão do câmbio, como extensão do enfrentamento internacional (Gallardo, 2017, p. 3). Nesse contexto, o autor chama atenção para a amplitude das relações transnacionais em contextos específicos, contextualizando a história transnacional como um movimento de gente, ideias, tecnologias e instituições através das fronteiras nacionais, Gallardo aponta para a possibilidade de observar essas interações em cenários regionalizados, inda que estes estejam afastados dos centros de decisões políticas:

Son las interacciones regulares que se dan a través de las fronteras nacionales em las que cuando menos uno de los actores nos es un agente estatal o no actua em nombre de un gobierno nacional u organismo intergubernamental. El paradigma transnacional indica que las relaciones internacionales no solo deben entenderse como relaciones interestatales protagonizadas por actores políticos, sino que también hay que considerar relaciones de carácter informal protagonizadas por actores no gubernamentales, o sea, transnacionales (Gallardo, 2017, p. 10).

Assim, no Planalto Catarinense, o contexto da criação de Fazendas de Criação e de Estações Experimentais voltadas ao desenvolvimento rural no Brasil através da assistência a produtores para a formação ou idealização dos principais eventos (feiras agropecuárias), tem na geração e importação de tecnologias o marco histórico do aprofundamento dos conhecimentos relativos à economia rural, aos moldes do modelo alemão de desenvolvimento agropecuário.

Segundo Lucy W. Santos, no Brasil do século XIX, após a transferência da Corte Portuguesa para o país, é que começaram a se estabelecer algumas instituições com atividades mais sistemáticas de pesquisa; no entanto, estas atividades ainda eram organizadas conforme as ideias de ciência e tecnologia europeias, sendo produzidas por europeus atraídos por condições oferecidas pelo Imperador, com apoio de alguns brasileiros formados no exterior (Santos, 1998, p. 42).

O modelo adotado para a implantação de instituições de pesquisa agrícola no Brasil obedeceu ao modelo instituído na Alemanha, em que o desenvolvimento de instituições de pesquisa agrícola sustentadas pelo governo pressupunha o estabelecimento de um clima social e político que considerava a ciência e a tecnologia como instrumentos de crescimento

econômico, e seu processo como uma responsabilidade importante para o Estado. (Hayami; Ruttan *apud* Santos, 1998, p. 27).

Os “Imperiais Institutos de Agricultura” foram criados por D. Pedro II evidenciando as determinações sociopolíticas e econômicas da época (Santos, 1998, p. 46). Entre estas determinações destaca-se a substituição de mão de obra por meio de máquinas e instrumentos “apropriados”, a aquisição de melhores sementes e renovos de plantas, e o melhoramento de raças de animais úteis, promovendo a generalização das melhores espécies (Silva *apud* Santos, 1998, p. 46). Além disso, os objetivos destes institutos previam a exposição anual dos produtos [...] animando-a por meio de prêmios e facilitando seu transporte e venda (Silva *apud* Santos, 1998, p. 47).

Dessa forma, a criação da Estação Agronômica do Estado de Santa Catarina, pela Lei Estadual nº 166, de 29 de setembro de 1895, permitiu de certa forma a ampliação de seus objetivos, contemplando e incentivando a pesquisa em um grande leque de produtos, incluindo, entre outros, grãos, frutíferas, forrageiras, atividades florestais e atividades alternativas [...] (Santos, 1998, p. 159); de modo a combinar formas, funções, estruturas e processos que expandissem o capitalismo na direção das políticas de planejamento, resultando na necessidade de aprofundar a discussão do paradigma da formação social (Martins, 2010, p. 206).

Sabe-se que a primeira Estação Experimental do estado de Santa Catarina foi instalada em Rio dos Cedros, na então colônia de Blumenau (Estação Agronômica de Rio dos Cedros). Esta estação baseou-se no modelo europeu, sob influência colonizadora de alemães e italianos que buscavam em seus projetos de desenvolvimento criar condições para que os imigrantes se tornassem cidadãos livres e proprietários de terras nas quais poderiam cultivar e progredir (Santos, 1998, p. 80).

Os motivos que levaram à escolha da colônia localizada em Blumenau foram a necessidade de proporcionar maior incentivo e progresso à colônia italiana ali instalada, além de inferir que:

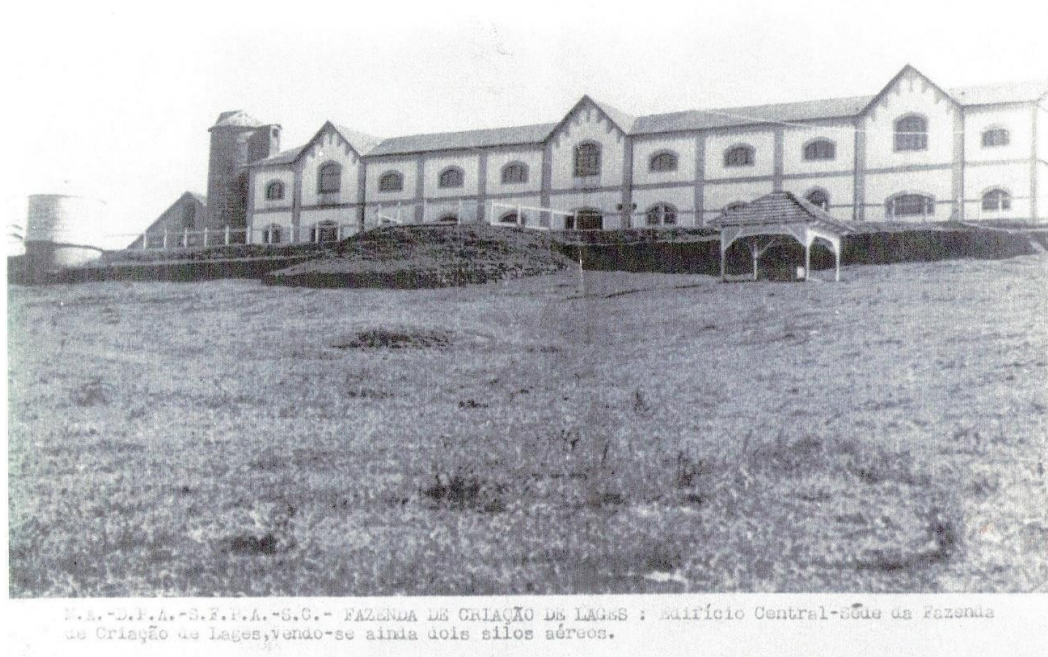
O positivismo e o paradigma científico que predominavam na Europa do século XIX e que marcaram a formação de líderes com representatividade na região, como o Governador Hercílio Luz, levaram-nos a conceber ou adaptar soluções europeias para os problemas da Província. Estas ideologias, portanto, podem ser vistas como elementos que contribuíram para a decisão de criar a Estação Experimental (Santos, 1998, p. 109).

Como a Estação era o único estabelecimento agrícola de Santa Catarina, suas contribuições não poderiam limitar-se aos estudos locais, cuidando, nos limites de seus recursos, de toda a lavoura do estado (Rossi *apud* Santos, 1998, p. 109). Nesse sentido,

observa-se que a partir de 1902 é maior o interesse das políticas públicas em “criar mais instituições congêneres, em pontos que a experiência indicar mais convenientes” (Santa Catharina, 1902, p. 18).

Poucos anos depois, em 1904, o Vice-Governador do estado, Vidal José de Oliveira Ramos Júnior, pede ao Congresso Representativo a transferência da Estação de Rio dos Cedros para próximo da capital ou suas imediações, de modo que pudesse satisfazer os fins para o qual foi criada (Santa Catharina, 1904a, p. 31). Como consequência desta política, a Lei nº 642 do Congresso autorizava o poder executivo a criar mais dois Campos de Demonstração destinados a servir os municípios do sul e da região serrana catarinense. A partir de então, o Decreto Estadual nº 238, de 24 de março de 1905 cria um Campo de Demonstração e um Posto Zootécnico no município de Lages, os quais em janeiro de 1907 tiveram sua administração federal transferida à municipalidade de Lages (Santa Catharina, 1907a).

Figura 11 – Fazenda de criação de Lages/Edifício Central. Morro do Posto



Fonte: Arquivo Fotográfico Epagri – Lages

Estas unidades sofreram, desde sua criação, diversas alterações de função, denominação, estrutura e transferência de administração, entre os poderes municipal, estadual e federal; além de problemas de prioridades e ênfases oscilantes na distribuição das atividades de pesquisa, em conformidade com as demais atividades de extensão e fomento entre a área

vegetal e animal (Santos, 1998, p. 149).

De acordo com relatório encontrado nos arquivos avulsos da Epagri no município de Lages, datado de 1995 e atribuído à Zenório Piana, havia nessa época um “evidente propósito do Governo Estadual, de ampliar a estrutura de prestação de serviços na área agrônômica, especialmente com atividades de observação, acompanhamento, avaliação, introdução de espécies vegetais e animais, e de fomento e orientação técnica aos agricultores” (Piana: Epagri, 1995, p. 10).

Em mensagem encaminhada ao Congresso Representativo, em 1911, o então Governador Vidal Ramos descreve seu interesse pelas atividades no Campo de Demonstração e Posto Zootécnico de Lages:

[...] foram providos aquelle de grande quantidade de mudas e sementes de hortaliças, cereais, gramíneas nacionais e exóticas que tiveram larga e fecunda experimentação e divulgação, sobretudo uma rica coleção de arvores fructíferas e de ornamentação, adquiridas em Buenos-Ayres, em Montevideú e posteriormente em Orleans, na França, que se adaptaram de modo admirável, principalmente as europeias e japonezas, uvas, maçãs, kakis, peras, pecegos, ameixas, cerejas, figos, nozes, abricots, e outras, constituindo hoje o mais rico e variado pomar do Estado, em plena e abundante fructificação, sendo ali raríssimas as pragas que atacam as searas e os vinhedos; e o Posto Zootécnico, de alguns reproductores bovinos das raças Hereford e Holstein, de varões da raça Berkeshire e de um começo de rebanho de ovino de raça Lincoln. O estabelecimento tem bôa casa, estrebarias, galpões, celeiros, estrumeiras e alguns aparelhos agrários... Este estabelecimento... situado a 2 kilometros da cidade de Lages, que é servida de estrada de rodagem, embora sem o desenvolvimento que lhe não poude dar o Governo do Estado e agora o município a cujo cargo está, tem prestado nos seus dous ramos, importantes serviços à agricultura e indústria pastoril de zona serrana, sendo notório o gosto e inteligência que revela aquella parte da nossa população pelos assumptos agropecuários (Santa Catarina, 1991, p. 50–51).

A mesma carta relata dificuldades tanto em numerário quanto em pessoal apto para a expansão das atividades, motivo pelo qual solicita a transferência para o Governo Federal do Campo de demonstração e do Posto Zootécnico de Lages.

Assim, podemos compreender o papel das instituições no desenvolvimento social e as mudanças promovidas na configuração regional tal qual a importância da Estação Experimental para o desenvolvimento agrário do planalto serrano catarinense. A necessidade de orientações tecnológicas para o desenvolvimento econômico das províncias, incluindo a de Santa Catarina, resultará em novas concepções sobre a relação entre a terra e o ser humano. O sistema produtivo ganhou nova perspectiva foram lançados projetos de melhoramento da agropecuária catarinense, sendo estes responsáveis pela introdução de raças de animais importadas, além de forrageiras mais produtivas que pudessem ser adequadas ao clima e ao solo da região.

Apesar de todos os obstáculos, a história da Estação Agrícola de Rio dos Cedros se constitui no único elo entre o período inicial das atividades de pesquisa agrícola em Santa

Catarina e o período delineado a partir da década de 1930, na qual se verifica o ingresso e a presença determinante do Governo Federal, estruturando os projetos de pesquisa e experimentação agrícolas no estado. O estudo de caso sobre a atuação da referida Estação, feito por Lucy W. Santos demonstra que ciência e tecnologia não constituíam prioridades reais das políticas adotadas no país, sendo os primeiros institutos de pesquisa no Brasil criados com propósitos “utilitários” (Santos, 1998, p. 150).

Nesse sentido, a formação econômica e social do Planalto Serrano Catarinense é indissociável das políticas de desenvolvimento adotadas por uma sociedade historicamente determinada, onde se define a natureza exata da diversidade e da natureza específica das relações econômicas e sociais que a caracterizam (Godelier, 1971, p. 81).

Ainda de acordo com o relatório atribuído a Zenório Piana, além das transferências de administração entre os poderes municipal, estadual e federal, o Campo de Demonstração e o Posto Zootécnico de Lages “sofreu com problemas de prioridades e ênfases oscilantes na distribuição das atividades de pesquisa em confronto com as demais atividades de extensão e fomento, e entre a área animal e vegetal” (Piana: Epagri, 1995, p. 12). No entanto, tornou-se o único elo de continuidade na organização da pesquisa agrícola em Santa Catarina, principalmente após a década de 1930, quando houve a atuação determinante do governo federal nas atividades de pesquisa e experimentação agrícola no Estado. (Piana: Epagri, 1995, p. 12).

No Brasil, o advento da República permite transformações na base da economia, formulando um novo padrão de acumulação. A abolição da escravidão e a Revolução Industrial trazem à tona ideias que enriquecem a reflexão social brasileira. A imigração, a urbanização e a industrialização avançam exponencialmente nas primeiras décadas do século XX (Moraes, 2009, p. 123).

Dessa forma, podemos analisar a transição do século XIX para o século XX como um período de permanência de antigas estruturas sociais e de introdução de novos métodos produtivos num mesmo espaço natural. No entanto, as medidas de modernização estavam voltadas aos polos econômicos da época, onde geralmente concentrava-se a economia de exportação, de modo que são raras na literatura iniciativas de se organizar pesquisa fora do eixo São Paulo-Rio de Janeiro.

A criação da Estação Experimental e do Posto Zootécnico de Lages desencadearam transformações tanto na qualidade dos rebanhos, quanto na cultura de forrageiras, reorganizando a atividade pastoril no Planalto Catarinense. De acordo com os relatórios encaminhados pelo Posto Zootécnico desde a sua fundação em 1913, também fazia parte da

finalidade básica de sua atuação, além do melhoramento pastoril e aclimatação de raças, inserirem métodos de trabalho que pudessem racionalizar as atividades do homem no campo pela adoção de sistemas que tornassem a exploração pastoril mais econômica e lucrativa ao proprietário rural. Todos os projetos desenvolvidos desde então absorveram as tecnologias desconhecidas no Brasil até a criação da Estação Experimental de Rio dos Cedros, como a disseminação do arado e de diversas espécies vegetais (Santos, 1998, p. 124).

Segundo Licurgo Costa (1980, p. 1) este período coincide com o que o Governo e alguns fazendeiros “menos retrógrados” começam, muito timidamente, a importar touros, num momento em que a “Raça Bovina Brasileira” havia chegado a tal ponto de declínio geral que parecia irrecuperável. Portanto, a manutenção da atividade pecuária no Planalto Catarinense depende de múltiplas determinações, simbolizadas em fatores predisponentes, como já descritos nos parágrafos acima. Entre esses fatores, a atuação do Posto Zootécnico, teve profunda influência na disseminação de métodos de criação, como a construção de piquetes e estábulos para o confinamento do gado, a utilização de vacinas contra diversas doenças, a criação de banheiros sanitários e a utilização de insumos para a melhoria da qualidade do gado, que gradativamente transformou e estrutura produtiva de muitas fazendas.

A partir do século XX a maior parte dos fazendeiros dos campos de Lages passou a converter suas propriedades em estabelecimentos de produção mista⁶, investindo capital em outras raças e também em produtos derivados da pecuária, como o couro e leite. A partir deste processo o gado crioulo passou a ser visto como degenerado, sendo substituído por raças consideradas mais produtivas e adequadas às novas exigências do mercado. Licurgo Costa (1982, p. 1455), afirma neste contexto, que a causa da degeneração do gado nativo no Planalto Catarinense deve-se à consanguinidade dos cruzamentos e à falta de métodos de controle e produção animal. Para ele, esta foi uma questão clara de abandono das formas de desenvolvimento da pecuária, que não levaram em consideração os conhecimentos preexistentes sobre os campos nativos e o potencial genético das raças naturalizadas.

Ainda segundo o mesmo autor, a primeira contribuição para o cruzamento do “gado crioulo” data de 1895, quando o Sr. João Quintino Teixeira vendeu aos fazendeiros lageanos uma tropa de zebus. Neste mesmo sentido, cita o criador José Maria de Arruda filho (1964, p. 18) que o aparecimento do gado Zebu na região serrana catarinense antecedeu a criação do Posto Zootécnico, sendo a tábua de salvação dos que “embarcaram na canoa furada das raças

⁶ Ao longo do século XX a exploração do território resultou num sistema de exploração que converteu boa parte das fazendas de criação em estabelecimentos mistos, dedicando parte da produção à práticas agrícolas ou áreas de reflorestamento.

finas” sem o devido melhoramento dos campos.

Por outro lado, o autor, ao analisar as formas de desenvolvimento regional ligadas à pecuária no Planalto, afirma que o cruzamento de raças crioulas com animais importados não significou, em curto prazo, a solução para os problemas referentes à expansão da atividade:

Apesar do avanço extraordinário do sistema de comunicações e transportes, a vinda de reprodutores tem sido muito lenta e, ainda hoje, quem vive de pecuária em Lages, como no resto do Brasil, pode ver a todo o momento, no boi que compra para invernar ou gado que cria, a força residual daquela consanguinidade que marcou a degeneração das raças americanas, oriundas de um gado ibérico já de si impuro, abastardado (Costa, 1980, p. 1455).

Entre 1900 e 1910 chegaram os primeiros touros e vacas de raça “Holandesa” e “Simenthal”, importados pelo Sr. José Maria Antunes Ramos. Vale ressaltar que em 1907, pelo Decreto nº 309, de 02 de janeiro, o campo de Demonstração de Lages foi transferido para a administração do município. Nessa fase, além da introdução de lotes de touros holandeses procedentes de São Paulo e do Uruguai, o campo recebeu carneiros da raça “Lincoln” para reprodutores. Também dispôs o estabelecimento de um reprodutor equino de raça “Árabe”, que deixou grande produção no município (Costa, 1982, p. 111).

Os arquivos do antigo Posto Zootécnico, onde funciona a Epagri no município de Lages apontam dados interessantes sobre os desdobramentos deste período. Na seção zootécnica havia inicialmente apenas um reprodutor “Hereford” puro, e um pouco mais tarde, um touro “Holstein” e uma novilha “Hereford”, comprados na Argentina e chegados a Lages em junho de 1905, mesmo ano em que o Governo adquiriu para a unidade um touro Zebu, da raça “Guzerá”.

Além destas raças, a raça “Hereford”, procedente da Inglaterra e introduzida inicialmente nas fazendas dos coronéis Belisário e Vidal Ramos, respectivamente, Morrinhos e Paiquerê, de onde se espalharam pelos Campos da Coxilha Rica, antes de abranger toda a região. Os primeiros exemplares eram originários de São Paulo, Argentina e Uruguai (Epagri, 1980, p. 4.).

Esses dados evidenciam que havia uma pré-disponibilidade de alguns criadores da região de Lages em introduzir diferentes raças de bovinos, ovinos e equinos, tomando, por exemplo, outras regiões do país que, já neste período expandiam seus rebanhos para atender as necessidades do mercado. Desta forma, a segunda década do século XX evidencia profundas mudanças e preocupações, tanto do Governo do estado quanto das políticas públicas federais em relação à atuação das Estações Agronômicas.

No entanto, registros como o de José Maria de Arruda Filho, fazendeiro dos campos

de Lages e autor do livro “Coisas do Passado”, analisa este período sob a perspectiva da capacidade de suporte do gado nos campos nativos do Planalto Serrano Catarinense. De acordo com o fazendeiro, a preocupação com a qualidade do gado resultou na diminuição da carne e o respectivo aumento do preço, exaltando as qualidades de animais bovinos e cavalares da região:

Bichos deste tipo e desta saúde estão se acabando! Hoje por aqui cuida-se muito em qualidade. Mas... e a quantidade? Este é o grande problema que não estamos prevenindo. As grandes fazendas dividiram-se e subdividiram-se. O consumo de carne multiplica-se pelo crescimento populacional. Multiplicam-se os mercados. E a nossa fonte produtora, ao invés de aumentar, diminui (Arruda Filho, 1964. p. 1).

Com a criação do Ministério da Agricultura em 1908 foram selecionadas áreas prioritárias para a implantação de estabelecimentos pioneiros, visando o melhoramento pastoril nas áreas onde eram criados animais comuns, considerados de “baixo valor zootécnico”. (Epagri, 1980). Através deste projeto foram criados no sul do país três estabelecimentos deste gênero, sendo um em Bagé/RS, um em Ponta Grossa/PR e um nos campos de Lages/SC.

Como pode se analisar, as relações comerciais no Rio da Prata continuaram fundamentais, influenciando modelos de modernização que resultaram no hibridismo de raças através da permuta de espécies através do Atlântico. Além disso, é possível compreender como a paisagem pastoril do Planalto Catarinense foi influenciada pela expansão das importações de matrizes europeias, e teve neste processo suas representações sociais, políticas e econômicas alteradas.

A criação do Posto Zootécnico Federal de Lages se deu pelo Decreto Lei nº 9.513, de 03 de abril de 1912, sendo nomeado seu primeiro Diretor o Dr. Charles Vincent, zootecnista de nacionalidade Belga, ex-professor na Escola Agrícola de Piracicaba/SP e ex-diretor de uma fazenda federal no Mato Grosso. Segundo Licurgo Costa, a finalidade básica do estabelecimento, único no estado, era realizar pesquisas sobre a aclimação de diversas raças de bovinos, equinos, ovinos e porcos, que deveriam ser cruzadas com o produto crioulo (Costa, 1980, p. 09).

Para tanto, foram cedidos, por prazos determinados aos criadores, alguns reprodutores de raças selecionadas, assim como máquinas agrícolas; ao mesmo tempo em que a instituição desenvolveu serviços de orientação em relação à formação de pastagens, combate às moléstias que afetavam o gado e pragas do campo.

Assim, além do incentivo à introdução de novas raças e novas espécies de plantas forrageiras, o Posto Zootécnico também passou a ser responsável pela distribuição de insumos agrícolas e empréstimos de maquinários para melhoramento das áreas de criação das fazendas do Planalto Catarinense.

No entanto, há de se refletir sobre os fatores adversos a este processo, uma vez que a modernização da pecuária e de suas estruturas produtivas não foi percebida da mesma forma por todos os proprietários rurais, desenvolvendo-se duas formas de criação num mesmo espaço. Aquelas que permaneceram extensivamente em campos nativos, e aquelas que substituíram os campos nativos pelas pastagens plantadas e o gado comum pelos cruzamentos com raças europeias.

De acordo com o relatório expedido neste período, a fase de expansão do Posto Zootécnico marca, por um lado, a necessidade de atender a satisfação dos rebanhos adquiridos, pois a sede não possuía abrigos e alimentação suficientes, sendo então necessário recorrer a abrigos naturais — capões, capoeiras e matas — onde o gado melhor suportaria o inverno. E por outro lado afirma-se a constatação de um problema de interesse geral, uma vez que a maioria das grandes fazendas da época não dispunha de recursos materiais para construção de abrigos ou aquisição de produtos já melhorados pelo Posto Zootécnico.

A manutenção da estrutura física da fazenda também passou por modificações, ao passo que uma pessoa não produz mais do que dois ou quatro metros de taipas por dia, e novos tipos de isolamento passaram a ser utilizados, como a cerca de arame farpado, que exemplifica parte das dificuldades encontradas pelos fazendeiros em aumentar ou modernizar o sistema produtivo.

Embora se diga que a pecuária determinou a ocupação do espaço territorial, Floriani analisa que há no Planalto Catarinense uma combinação de ecossistemas que permitiu a criação de diferentes animais:

As florestas podem ter potencializado a criação de equinos e asininos durante o auge da venda de muars. Mas o hábito de pastejo dos “cavalares”, como se generalizava na época, é diferente dos bovinos. Enquanto vacas e bois têm predileção por capins altos produzidos em campo aberto, os equinos possuem dentes que permitem se alimentar de cascas de árvores presentes nas áreas florestais das quais o gado não se alimenta (Floriani, 2007, p. 59).

Para Nilo Ferreira Romero, é preciso abandonar a ideia de um estado natural de equilíbrio da flora das pastagens, pois se trata de uma concepção teórica que supõe acharem-se as forças naturais em um estado de equilíbrio que não venha perturbar nem o homem e nem o animal (Romero, 1998, p. 37). Todavia, o desenvolvimento de projetos modernizantes para a pecuária nos campos do Planalto Serrano Catarinense permitiu pesquisas relacionadas ao maior potencial produtivo regional. Este período coincide com o processo que Peluso Junior chama de “evolução da paisagem cultural”, que decorre do aumento de terras ocupadas pela lavoura, por parte da população que não dispõe de campos para criação de gado (Peluso

Junior, 1991, p. 153).

De acordo com Guilherme Floriani, foi a partir do terceiro quartel do século XIX que as fazendas dos campos de Lages passaram a comercializar o gado bovino em mercados paulistas e mineiros, transformando a estrutura socioeconômica do período:

As fazendas adquiriram boa estrutura, seus proprietários tinham casa na cidade e podiam desfrutar de uma relativa qualidade. Eram consumidos alimentos e produtos industrializados, as casas tinham vidro e madeiramento no assoalho e no forro, feitas de alvenaria e coberta de telhas. Os filhos era possível custear os estudos em colégios internos [...] (Floriani, 2007, p. 54).

A aparente modernização das condições socioeconômicas descritas pelo autor, contudo, contrastam com informações documentais de uma produtividade baixa que é narrada como consequência, no início do século XX, das divisões de terras entre herdeiros, falta de mão de obra e aumento do custo de produção, limitando a expansão da pecuária capitalista (Floriani, 2007, p. 54).

Uma particularidade analítica que deve ser ressaltada está na correlação entre o desenvolvimento da pecuária e o desenvolvimento regional. De acordo com Lauro Mattei:

É bem diferente falar do desenvolvimento das atividades agropecuárias e de desenvolvimento das regiões rurais, mesmo sabendo-se das conexões existentes entre ambas [...]. Os processos sociais são analisados a partir de três dimensões centrais: A temporalidade histórica, os grupos e autores sociais envolvidos, e os elementos decisivos que conformaram as transformações em análise (Mattei, 2014, p.108).

Ainda que geograficamente a facilidade de áreas de pastagens nativas e a grande quantidade de gado significassem uma riqueza natural a ser explorada economicamente, o projeto de modernização resultante de modelos nacionais e transnacionais não considerou os riscos da degradação dos campos e por consequência, do modelo econômico baseado na pecuária.

Beck (1992) chama atenção para o que chamou de “Cientifização Truncada”, ou seja, separação existente entre os detentores do conhecimento, os peritos, e a população leiga, permitiu a imposição de resultados científicos sobre a esfera pública, sem que os métodos fossem questionados. Essa legitimação passou a ser questionada principalmente porque a ciência e a tecnologia passaram a contribuir significativamente para a proliferação dos riscos oriundos da modernização (Beck, 1992, p. 155). Ainda segundo o autor:

A organização social, entendida através do padrão de vida coletivo, progresso, controle, pleno emprego e exploração da natureza, que eram típicos da ideia de modernidade, estão agora sendo indeterminados por uma série de processo interligados [...] entre eles os riscos globais como as crises ecológicas (Beck, 1992, p. 148).

Em tese apresentada pelo então subinspetor da Seção de Fiscalização de Carnes e Derivados do Departamento de Indústria Animal do Estado de São Paulo — Oscar da Silva Brito — faz uma análise do mercado de carnes no Brasil, da Primeira Guerra Mundial ao contexto do período Pós-Guerra:

Por ocasião da conflagração mundial de 1914-1918 e para possibilitar a nossa concorrência nos mercados mundiais de carne, foram, pelos poderes competentes, concedidos especiais favores as empresas frigoríficas estabelecidas no país para a matança, preparo e exportação de carnes frigorificadas. Essas empresas tiveram papel preponderante no desenvolvimento da nossa pecuária de corte, pois a incrementaram e vitalizaram, canalizando os seus productos para os mercados estrangeiros. Com essa nova fonte de renda, retribuíram ao país, os favores recebidos dos governos. Algum tempo mais tarde, as principais nações importadoras começaram a restringir as entradas de carnes em seus territórios por terem, após essa guerra, reorganizado a sua situação econômica ou por lhes interessar mais, auxiliar as respectivas colônias. A nossa pecuária de corte, falha de organização, resentiu-se desse golpe, agravado pela formidável crise que abalou a totalidade das forças vivas no mundo (Brito, 1936, p. 121).

A transição econômica descrita pelo autor resultou num movimento de transformação gradativa, em que a pecuária brasileira deixa de apostar no comércio internacional e volta-se para o mercado interno. Tomando por base o estado de São Paulo, o autor destaca os efeitos da alteração dos grandes frigoríficos que, ao reduzir o preço dos produtos, acabavam por eliminar a concorrência de pequenos industriais e comerciantes locais (Brito, 1936, p. 122). Contudo, destaca também as consequências no sistema de consumo local:

Os grandes estabelecimentos frigoríficos estabelecidos com a finalidade precípua de expandir o nosso comércio internacional decidiram, então, a colocação de seus productos nos mercados internos- objectivo fácil para esses consórcios possuidores de aparelhamentos industriais modernos, recursos técnicos, grandes capitais, campos próprios de criação e engorda, et. Emquanto esses consórcios prosseguem na sua directriz, os nossos investidores, criadores, pequenos industriais, marchantes e retalhistas, desprotegidos de recursos, vão sendo levados de vencida pela concorrência desigual (Brito, 1936, p. 121).

O autor assinala que é preciso reconhecer os problemas referentes à influência dos grandes estabelecimentos frigoríficos no mercado de carnes brasileiro após a grande crise econômica que influi em todo o mercado mundial em 1929. Além da diminuição de bovinos abatidos nos matadouros municipais, houve diminuição do consumo local em função do significativo aumento do produto. Como consequência direta o autor ressalta, além dos prejuízos aos criadores e comerciantes diretos e indiretos, ao consumidor local e ao fisco municipal, uma vez que “a taxa de matança, cobrada no matadouro da localidade, sem dúvida alguma, produziria maior rendimento” (Brito, 1936, p. 122).

Utilizando o Estado de São Paulo como exemplo, Oscar da Silva Brito descreve o

fechamento dos matadouros municipais e “uma legião de pequenos matadouros de emergência”:

[...]. Vendendo no nosso mercado com evidente prejuízo, visavam as aludidas companhias estabelecer um preço baixo para a aquisição de centros de engorda, compensando-se no commercio de exportação. Adquirido o boi, nos centros de engorda, por preço reduzido, era esse boi collocado nas praças europeas por preço remunerador, atendendo à depressão do nosso cambio, em relação à moeda estrangeira. Outra classe prejudicada com o predomínio das grandes empresas é a dos criadores invernistas. São elles forçados a vender seu rebanho a peso, isto é, boi abatido, sem chifres, cabeça, cascos etc., ou sejam, as duas metades da carcaça limpas, sem vísceras e a atmosfera renal. Ainda sobre o peso dessas carcaças é feito um desconto de 21/2 %, além de 3. \$300 de taxa de fiscalização sanitária cobrada pelo Estado dos matadouros, mas que recai sobre o invernista. São descontadas destes, finalmente, todas as despesas de transporte, fretes e matança, inclusive as rejeições, que ocorrem por conta e risco dos vendedores (Brito, 1936, p. 124).

Ainda no contexto do valor da carne no mercado autor afirma:

O preço varia, conforme a classificação da carne. Si esta se destinar à exportação (chilled) obterá o melhor preço, se fôr para consumo interno, o preço será menor e se fôr classificada para sub-produto de charcuteria, terá a cotação mais baixa de todas. Acontece porém, que esta cotação é feita pelos compradores, dentro do seu próprio matadouro, e pois do gado abatido e eviscerado, tendo o vendedor que aceitar o que fôr resolvido pelo comprador (Brito, 1936, p. 124).

Nesse sentido, a euforia da venda carne desencadeada durante a Primeira Guerra Mundial foi sucedida pelo sentimento de crise generalizada da economia em 1929. Em Lages isto fazia-se sentir nas baixas do preço do gado de corte, na inadimplência de impostos territorial e pastoril e na falta de compradores para o gado. Guilherme Floriani ressalta a importância das charqueadas para agregar valor à carne ao invés de exportar animais vivos:

Na década de 1920 a Inglaterra reduzira as exportações e exigia preços menores para a carne brasileira, por ser produzida com cruzas de gado indiano, alegando que este bovino tinha a carne muito fibrosa, imprópria para o paladar europeu, causando grande aflição entre os pecuaristas locais. Desde aquele tempo, afligidos por contendas alfandegárias, alguns intelectuais em passeio pela região diziam que o “zebu não presta”, por desconhecimento do modo de produção e da essência política do problema, ou apenas compartilhar o preconceito europeu. Em busca de alternativas, a União de Criadores formou uma comissão, presidida por Valmor Ribeiro, que estudava meios para a fundação de uma charqueada no Estado (Floriani, 2007, p. 55).

A complexidade dos problemas comerciais, além dos já descritos — transporte, financiamento, produção, engorda, impostos — é enfatizada também na interferência dos frigoríficos no mercado interno e externo, uma vez que o “fácil controle do mercado nacional faz com que as empresas se desinteressem em conquistar melhores quotas de entrada de seus productos nos mercados da Europa, bem como obter novos clientes.” (Brito, 1936, p. 124).

Diante das perspectivas expostas em todo o artigo, Brito (1936) apresenta sugestões de alternativas para maior desenvolvimento da atividade:

Somos, por princípio, partidários intransigentes da manutenção, a todo custo, dos matadouros municipais e das pequenas indústrias, que manipulam e elaboram produtos de origem carnea, devidamente fiscalizados, porquanto incentivam e amparam os pequenos criadores, augmentam o numero de marchantes de carnes verdes, que, por sua vez, adquirem o gado aos invernistas. Pela natural concorrência o predomínio exercido pelas grandes empresas no commercio interno é neutralizado, beneficiando, assim, a população no produto e nos preços [...] Havendo serviço eficiente de fiscalização nos matadouros e fabricas de produtos de carne, as prefeituras municipais poderiam, então, limitar a entrada de carnes e productos oriundos das grandes empresas frigorificas, limite esse que poderia se de um terço do consumo, ou então, exigir que cada 200 kilos (peso médio de um boi abatido e prompto para ser entregue ao consumo) pagasse a taxa cobrada nos matadouros municipais, por bovino abatido. Essa medida serviria de estímulo e amparo aos criadores, pequenos industriaes, marchantes e retalhistas locais, lucrando o consumidor no producto e no preço, além da própria municipalidade, por auferir maior renda do seu matadouro (Brito, 1936, p. 125).

Ainda segundo Floriani, em Lages durante todo o século XX, manteve-se a tradição de aumentar a extensão da terra. Com a compra e venda de gado, eficiência na aplicação de recursos a juros na praça local ou em bancos, ou na venda de pinheiros, os recursos foram utilizados para aquisição de novas terras, de modo que o aumento contínuo da área permitia o aumento do rebanho e não exigia aumento da produtividade (Floriani, 2007, p. 56).

O desafio da produção animal estava além da divisão de terras e a distância de centros de consumo. Havia a necessidade de investir em melhoramento de pastagens, capazes de garantir a nutrição de diferentes raças melhoradas, difundidas na região. O Posto Zootécnico apostou na divulgação da silagem subterrânea para conservação das forragens verdes. No entanto, devido aos altos custos e exigência de mão de obra, a prática era utilizada apenas para os plantéis de elite, o que limitava a resolução para boa parte dos criadores locais.

A Segunda Guerra Mundial desencadeou o aumento do mercado de carnes, que também se fez sentir entre os pecuaristas catarinenses. O investimento em tecnologias e reprodutores foi pauta da organização da 2ª Exposição Agropecuária de Lages, ocorrida em 1941. De acordo com Guilherme Floriani, pouco menos de vinte anos depois de o Posto Zootécnico encerrar a criação de bovinos Hereford, o fazendeiro César Arruda trouxe do Uruguai e da Inglaterra vários lotes que deram origem a uma criação reconhecida e premiada em diversas exposições (Floriani, 2007, p. 78).

Assim pode-se analisar como o processo de modernização adquire características distintas em diferentes lugares, mas também a percepção de diferentes sujeitos na composição da estrutura produtiva do planalto. A 2ª Exposição Agropecuária, além de constituir-se como parte de uma política de estado, também evidenciou iniciativas particulares de transformação

produtiva.

Se analisarmos as características da ciência animal europeia que foram rapidamente exportadas para o resto do mundo: Criação seletiva, detecção e controle de doenças, manejo de pastagens, fornecimento de suplementos alimentares, gestão sanitária — do ponto de vista temporal, a modernização acentuou-se a partir da década de 1960 e foi efetivada através da atuação dos programas de pesquisa e extensão rural. Esse assunto terá maior aprofundamento nos capítulos seguintes, mas conectam-se aos elementos que foram fundamentais no processo de modernização da pecuária bovina no planalto catarinense. De um lado temos o papel desempenhado pela propriedade da terra no processo, de outro, há de se considerar a atuação de políticos locais e pecuaristas atuando para incorporar as exigências de mercado ao sistema produtivo regional. De acordo com Robert W. Wilcox:

As novas técnicas se implementaram somente quando foram olhadas como úteis e acessíveis economicamente [...] respondendo às exigências econômicas externas com uma mistura aparentemente contraditória de tradicionalismo lerdo e experimentalismo inovador o resultado foi um debate entre “modernizadores” que difamavam o estado da indústria “retrograda” local, e aqueles com experiência num setor que se mantinha isolado geograficamente e que gerava pouco lucro fora dos mercados locais (Wilcox, 1950.p. 10).

Avalia o mesmo autor que o processo de experimentação de técnicas inovadoras não se deu da mesma forma em toda a América Latina, e nem mesmo em diferentes regiões brasileiras, em vez que as respostas a estas transformações refletem diferentes compreensões dos recursos disponíveis. De acordo com Wilcox:

[...] A compreensão dos recursos disponíveis e a viabilidade de adaptar ideias e tecnologias importadas às condições locais, resultou num debate entre aqueles que denegriam o estado “atrasado” da indústria local, e buscaram importar inovações europeias e norte- americanas, e aqueles com experiência em uma indústria isolada geograficamente, gerando renda limitada além dos mercados locais (Wilcox, 1950, p. 11).

Aqui é preciso pensar que, além dos indicadores de tecnificação que se tornaram presentes no processo de transformação das estruturas produtivas no planalto, a própria história da modernização dessas estruturas na Europa e na América do Norte influenciou esse processo de modernização pautado entre a tradição e a modernização.

De acordo com Robert Wilcox, os Estados Unidos e o Canadá foram os primeiros laboratórios do Novo Mundo, obtendo sucesso impressionante e levando a um processo rápido de adoção também na América do Sul. Ao estudar as percepções e obsessões na introdução da pecuária europeia na pecuária tropical brasileira, Wilcox relata que, após a guerra civil, os Estados Unidos passou por um rápido movimento de expansão para o oeste,

onde estimulou a pecuária extensiva de corte, principalmente no Texas e pradarias canadenses. O boi de disponibilidade na época era o famoso Texas Longhorn, que originalmente transportado do Texas para o Kansas e depois para Chicago, onde era abatido. Inicialmente a pecuária extensiva combinava com o resistente longhorn, mas de acordo com o autor:

[...] cedo ficou claro que esses animais eram muito bravos e “esguios” para se acomodarem no solo compactado e vagões ferroviários, sem falar na inconveniência de seus longos chifres. Ainda mais importante era o acesso à terra. Como a fronteira atraiu não só a pecuária, mas também a pequena agricultura, começou a disputa pela terra. Embora as vezes exagerado, o real ou potencial conflito estimulou medidas que garantiram o eventual fim do Longhorn (Wilcox, 1950, p. 12)

O autor ressalta ainda que a peça-chave para a estruturação da propriedade nos Estados Unidos foi a invenção do arame farpado na década de 1870, uma vez que permitiu que “animais mais refinados” pudessem ser controlados e com maior relação carne/peso. Essa expansão de cercas no oeste americano, onde a escassez de madeira deixava o cerramento limitado, permitiu que os grandes fazendeiros reivindicassem suas grandes propriedades ao mesmo tempo em que concentravam animais, voltando à criação aos animais mais comercializáveis, o que levou à introdução da raça shorthorn breed (Wilcox, 1950, p. 12).

Ainda de acordo com o autor, a popularização dessa raça e a importação periódica de animais de raça pura levaram à criação de um banco genético em toda a América e sul do Canadá, e à criação de livros de registros genealógicos e associações de criadores de gado, que baseavam a qualidade da carne em duas percepções:

[...] o primeiro era conhecido como four-cross – sistema de elegibilidade determinada para o status de raça pura se os animais foram criados de estoque local usando machos de pedigree importado e registrado. A segunda foi o estabelecimento de livros de registros genealógicos que concedia status de pedigree apenas para animais importados e registrados. Apesar de resultar em debates entre criadores de gado na América do Norte, a transição do Longhorn para o ShortHorn ocorreu com a utilização de ambos os sistemas (Wilcox, 1950, p. 13).

Por isso, em nível global, a modernidade torna-se experimental. Queiramos ou não, estamos todos presos em uma grande experiência que está ocorrendo no momento de nossas ações como agentes humanos (Giddens *apud* Beck, 1944, p. 76). Assim ao compararmos o desenvolvimento das relações capitalistas no campo, e possível afirmar que os projetos de modernização estiveram diretamente atrelados à modificação de espaços e ao gradativo desaparecimento das formas tradicionais de utilização da terra.

No entanto, o registro de diferentes experiências humanas revela que os limites à modernização envolvem também questões de cunho ambiental e cultural que raramente

encontram-se nas discussões referentes aos estudos sobre a pecuária. Isto porque aspectos importantes relacionados aos aspectos demográficos e sociais são invisibilizados pelas narrativas de uma elite agrária, que tradicionalmente estabelece posições hegemônicas quando o assunto é modernização. De acordo com Gallardo, existem aspectos que são comuns a toda elite. O primeiro refere-se ao fato de serem de natureza minoritária na sociedade que compõem. Segundo, essas elites possuem influência política central sobre as decisões de sua sociedade. E terceiro, estas elites são formadas com base em processos de seleção socioeconômica que em si são excludentes (Gallardo, 2017, p. 42).

Sendo assim, nas contradições sociais regionais, podemos analisar relações distintas de exploração dos campos e cenários que levaram à sistemas de produção distintos. De acordo com Andrade, ao pensar a história da tecnificação de espaços agrários, deve-se considerar que:

O processo de produção do espaço é, conseqüentemente, dinâmico, está permanentemente em ação e reformulação. E sendo dinâmico é também dialético, uma vez que a evolução da sociedade e a ação do estado que a representa não se procede de forma linear, mas sofrem contestações e contradições que reformulam princípios e ações (Andrade *et al.*, 1997, p. 17).

Estas rupturas, continuidades e contradições se manifestam na historicidade da história da utilização dos campos no planalto catarinense a partir da ideia de latifúndio moderno capitalista, onde o processo de mecanização de processos produtivos, a reorganização da estrutura da propriedade e a modificação de técnicas produtivas esbarravam diretamente na necessidade de articular relações econômicas com pequenas e médias propriedades.

Conseqüentemente, os próximos capítulos desta pesquisa visam delinear o panorama de políticas institucionais, ações governamentais articuladas a institutos e associais e seus desdobramentos no processo de modernização da economia pecuária no planalto catarinense, mapeando os processos de permanência, transição e transformação que inferiram sobre o processo de desenvolvimento tecnológico no campo e na preservação dos campos nativos e da genética bovina crioula.

2.2 PECUÁRIA, CIÊNCIA E SANITARISMO: TRANSFORMAÇÕES NAS TÉCNICAS DE PRODUÇÃO ANIMAL

Na seção anterior analisamos a atividade pecuária no planalto como agente de territorialização. No entanto, ao fazermos uma leitura histórico-dialética da formação socioespacial e os fatores que desencadearam o conceito e os projetos de modernização da estrutura produtiva da pecuária no neste território, faz-se necessário também analisar aspectos

de ordem econômica, política e ambiental que impactaram diretamente nas dinâmicas de produção e comercialização do gado bovino regional.

De acordo com Laíza Castro Brumano Viçoso (2021), é possível observar que no século passado, a pecuária bovina teve grande expansão. Isto se deve não à melhoria no padrão tecnológico, mas sim, à ampliação de áreas destinadas às pastagens. Dados do IBGE apresentados pela autora apontam que mais de 90% dos estabelecimentos predominou a criação extensiva, nos quais o gado é criado solto nas pastagens plantadas, com pouco acompanhamento técnico veterinário e reduzida incorporação de mão de obra (Viçoso, 2021, p. 04).

Neste sentido, a pecuária extensiva tem profunda correlação com o desmatamento, a invasão de áreas de preservação de biomas, poluição de recursos hídricos e o aumento do efeito estufa. Por este motivo muitos estudos e pesquisas procuram analisar métodos de criação que promovam a segurança alimentar, a conservação ambiental e o desenvolvimento da atividade com o mínimo de impactos ambientais, o que inclui a imposição de rígidas normas fitossanitárias, estabelecendo limites para a contaminação dos produtos vegetais e animais por agrotóxicos e medicamentos. Essa ideia de sustentabilidade vem sendo historicamente construída a partir de discussões internacionais sobre a sustentabilidade ambiental.

Caio Prado Junior, ao descrever a conformação do caráter local da produção pecuária na formação do Brasil contemporâneo ressalta que a falta de recursos técnicos resultou num tipo de pecuária simplista e rudimentar, onde o gado era deixado à lei da natureza e poucas eram as atenções dispensadas, além de basicamente evitar o extravio de reses e reuni-las para serem utilizadas. De acordo com o autor:

[...] Os cuidados com o rebanho são mínimos: cura das feridas que produz a mosca varejeira, proteção contra as onças e morcegos que abundam os sertões [...]. Nos pastos (a designação até soa mal), não se faz mais do que queimá-los anualmente antes das chuvas, para que ao brotar de fresco, a vegetação forneça uma forragem mais tenra e viçosa. Não é hábito fazerem distribuições regulares de sal, que é fornecido pelos lambedouros (Prado Junior, 1994, p. 192).

Dessa forma, para definir sob quais relações básicas se estabeleceram os projetos e técnicas de modernização da pecuária no planalto catarinense, é preciso compreender quais as inter-relações existentes entre a estrutura socioeconômica local e suas bases produtivas. Manoel Correia de Andrade (1997), em sua obra “A Terra e Homem do nordeste” chama atenção sobre o conceito de “sistema de cultura”, na formação social e econômica regional, que define o processo de territorialidade econômica da produção pecuária, e que também revela as relações sociais e produtivas em estruturas locais. Para o autor:

A expressão sistemas de cultura compreende as formas de utilização do solo e os

processos utilizados pelo homem para assegurar o sucesso dessa utilização. A expressão engloba a relação existente entre as plantas cultivadas e os animais empregados no trabalho ou criados para fins produtivos, a distribuição desses recursos no interior da exploração, no espaço e no tempo, e os métodos e técnicas empregados, indicando maior ou menor intensidade da atividade econômica (Andrade *et al.*, 1997, p. 218).

Assinala o mesmo autor que a compreensão sobre as transformações que ocorrem nos meios de produção e seus impactos devem se dar a partir de uma análise multidisciplinar das relações que se estabelecem, de forma que tanto a estrutura de poder, quanto a relação entre os recursos naturais e a vida econômica dos habitantes sejam objeto de interpretação das novas territorialidades e também, do mosaico social que se apresenta a partir dessas relações produtivas com a natureza.

Nesse mesmo sentido, Eduardo Pedro Gallardo Martinez, ao pesquisar a modernização da pecuária bovina no sul do Chile no período entre guerras, bem como as implicações e impactos dos projetos de modernização na América Latina como um todo, enfatiza que o desafio da modernização levou as elites locais a observar modelos supostamente avançados, como o da Alemanha, o que resultou em acordos que são apresentados nas fontes como de interesses recíprocos, destacando a importação de gado fino, a circulação de conhecimentos e o interesse local em investir em infraestrutura industrial.

O Autor destaca ainda o contexto internacional da América Latina entre o final do século XIX e princípio do século XX, evidenciando elementos comuns quanto ao processo de modernização:

En lo político había una orientación a reorganizar la administración, en lo económico se buscó racionalizar los sistemas productivos y en lo sociocultural emergió una sociedad de masas. Este proceso contenta contradicciones, estando influenciado por la acción de las potencias mundiales que competían entre sí por controlar este espacio (Gallardo, 2017, p. 06).

De acordo com Gallardo, o caráter multiprodutivo das fazendas regionais, formando o que pode ser chamado de pequena agroindústria regional, modificou as formas de produção e também as relações trabalhistas no campo, de acordo com o sistema de agricultura capitalista, com o avanço das vias de comercialização, e a modificação na estrutura produtiva. A lógica do capitalismo continuou operando, com uma elite multifacetária que se beneficiou tanto das atividades primárias, secundárias e terciárias (Gallardo, 2017, p. 73).

No Brasil, segundo Gastal (1980), os esforços pioneiros durante o Império e os primórdios da República não proporcionaram uma evolução contínua da pesquisa agropecuária em nível federal, uma vez que a modernização agrária não se constituía como objeto relevante das políticas governamentais naquela época (Gastal, 1980, p. 2). Dessa forma, o mapeamento

destas mudanças estruturais no campo brasileiro revela a necessidade de compreender a geohistoricidade da pecuária regional, e também compreender qual era o entendimento sobre o espaço agrário, como esta espacialidade foi representada nos projetos de desenvolvimento, principalmente quando se revelam os debates sobre as estruturas produtivas impostas pelas elites locais.

Um dos marcos históricos dessas mudanças no Brasil se refere à criação do Ministério da Agricultura, pelo imperador Dom Pedro II, em 28 de julho de 1860. Após a Proclamação da República, a Secretaria foi transformada em "Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas", ficando os assuntos de agricultura responsabilidade da segunda seção da terceira diretoria do Ministério. Foi somente, em 1906, que foi recriada a pasta da agricultura, em um ministério que incorporou as atividades ligadas à indústria e ao comércio, sendo designado de "Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio". Em 1930, houve nova alteração, com a criação do "Ministério da Agricultura".

Neste contexto foram selecionadas áreas prioritárias para a implantação de estabelecimentos pioneiros, visando o melhoramento pastoril, nas áreas onde eram "criados animais comuns de baixo valor zootécnico". De acordo com relatório atribuído ao engenheiro agrônomo Affonso Maximiliano Ribeiro, foram previstos e instalados três estabelecimentos: Um em Bagé/RS, outro em Ponta Grossa/PR e um terceiro nos campos de Lages/SC, este último referido como de influência política do então Governador do Estado Vidal Ramos, de família de criadores de Lages. (EPAGRI, Lages: Relatórios Avulsos, sem data).

Vale aqui ressaltar o longo histórico de mudanças estruturais por qual passou a atual Estação Experimental de Lages, desde as várias denominações até a jurisdição federal, estadual e municipal, passando também por diversas reformas e alterações na área ocupada (a qual foi reduzida em função da cessão para rodovias, ruas e diversas instituições) e nos objetivos os fundamentais de sua atuação. Este histórico nos dá uma perspectiva sobre a relevância da pecuária para o planalto catarinense e também para o estado de Santa Catarina, sendo possível também compreender quais eram os agentes protagonistas do processo de modernização regional, e sob quais condições algumas famílias puderam se manter na elite neste processo, conforme exposto no Quadro 1.

Quadro 1 – Antecedentes da Estação Experimental de Lages

1912-1930	Criação do Posto Zootécnico Federal de Lages, em terreno cedido pela municipalidade ao Governo Federal, com objetivo de iniciar os estudos zootécnicos sobre aclimação e adaptação econômica de diversas raças de gado, cedendo aos criadores reprodutores selecionados, máquinas e implementos agrícolas, além de fornecer orientação na formação de novas pastagens e estudos sobre moléstias e parasitas que afetam o gado, sua profilaxia e tratamento.
1931-1934	Com a mesma denominação e finalidade, o Posto esteve sobre a jurisdição do Governo do Estado, sendo revertido ao Ministério da Agricultura em fevereiro de 1934.
1934-1945	Mudança de denominação de Posto zootécnico para Fazenda Experimental de criação, ficando subordinada a Inspetoria Regional de Ponta Grossa.
1945-1965	Criado o Posto Agropecuário de Lages, desvinculando-se da inspetoria Regional de Ponta Grossa e ficando subordinado à Comissão de Fomento da Produção Animal, em convênio assinado entre o Ministério da Agricultura e o Estado de Santa Catarina.
1965-1970	O Posto agropecuário de Lages passou a ficar subordinado ao Departamento Nacional de Promoções Agropecuárias (DNPA), recebendo a denominação de Fazenda Regional de Criação de Lages.
1971-1974	Integrou a rede experimental do Instituto de Pesquisas Agropecuárias do Sul (IPEAS), recebendo então a atual denominação de Estação Experimental de Lages, com a responsabilidade de realizar pesquisas na área zootécnica e agrostológicas.
1975	As atividades de pesquisa da Estação foram desvinculadas do IPEAS/RS, passando à jurisdição da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) até a fundação da Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária (Empasc), em outubro de 1975.
1991	Com a fusão das instituições Empasc, Acaresc, Acarpesc e Iasc, foi constituída a atual Epagri, que conta com nove estações experimentais no Estado, incluindo a Estação Experimental de Lages.

Fonte: Adaptado de EPAGRI (2012).

Além do trabalho de pesquisa com plantas forrageiras iniciadas desde 1914, a Estação Experimental ao longo dos anos passou a incentivar pesquisas em torno da caracterização de pastagens naturais, verificando níveis de acidez do solo e identificação de espécies com potencial forrageiro para programas de melhoramento vegetal através de introdução ou não de espécies cultivadas sobre a pastagem natural e introdução de espécies anuais de estação fria em campos naturais melhorados para melhor desempenho da produção animal (Epagri, 2012, p 3).

No entanto, os relatórios de atividades realizadas por pesquisadores em mais de um século de atuação, mostram que, principalmente a partir da década de 1940, as pesquisas passaram também a concentrar experiências em alternativas de renda aos produtores, como o manejo e técnicas de sistemas agrossilvipastoris e diversificação de material genético florestal,

principalmente com espécies de eucalipto e pinus. A partir da década de 1940, os registros mostram a preocupação dos pesquisadores na busca de alternativas para a implantação de sistemas orgânicos de produção, com trabalhos experimentais em tratamento fitossanitário para doenças, pragas e plantas, descontaminação de solos e utilização de tecnologias ambientais para a preservação da biodiversidade, principalmente na conservação de florestas de araucárias.

Essas questões revelam uma grande evolução da atuação da pesquisa agropecuária no Estado de Santa Catarina. Pensando os aspectos econômicos da história da pecuária no planalto catarinense, pode-se compreender que, as mudanças ocorridas no espaço foram significativas desde que a pecuária deixou de se constituir com uma atividade para subsistência e/ou abastecimento de pequenos núcleos urbanos no litoral, e passou a integrar projetos de desenvolvimento que visavam o intercâmbio produtivo para a atuação em mercados nacionais e internacionais.

O Jornal O Conciliador, de 18 de maio de 1929 já noticiava o aumento das exportações de couro no Brasil, que foi de 40.554 toneladas em 1926, para 58.696 toneladas em 1927, e 67.068 toneladas em 1928:

Entre os productos de exportação, os couros representam entre todos os outros, com excepção do café, maiores valores em papel ou ouro, sejam 221.031 contos de réis, correspondentes a 5.448.000 esterlinas, mais do que nos proporcionaram, nos mercados estrangeiros, as carnes, pelles, manganês, algodão, cacau, fumo, frutas, matte e madeiras separadamente (LAGES: O Conciliador, 1929, p. 10–2).

Em relação à exportação de carnes, também um artigo enfatizou uma publicação do Jornal O Commercio, do Rio de Janeiro, do mesmo ano, em que afirma que a carne congelada, ao contrário do que acontecia com outros produtos de exportação, aumentavam suas vendas, e assinala:

Para esses resultados, tem contribuído o esforço das autoridades incumbidas da defesa e da fiscalização das carnes congeladas. Sabe-se como o governo da Hol'anda é exigente nesse assumpto, como não transige em matéria de pureza dos productos de origem animal. Pois o novo regulamento, que a actual administração acaba de promulgar, satisfaz cabalmente às autoridades Hollandezas. Assim, enquanto outros paizes estão experimentando difficuldades para a exportação de seus productos de origem animal, o esforço do Ministério da Agricultura já obteve pelo uma vitória incontestável: Proporcionar acceitação de nossos productos que forem convenientemente approvados pela fiscalização (LAGES: O Conciliador, 1929, p. 10–2).

Ainda no mesmo ano, o jornal noticiava o interesse britânico pela produção da carne brasileira como resultado de um sistema de fiscalização bem sucedido uma vez que “a Directoria de Industria Pastoral fiscalisa a matança, o preparo e o combate às epizootias, e só será assim que se melhorará a reputação dos nossos produtos.” (LAGES: O Conciliador, 1929,

p. 4–1).

Dez anos depois, o *Jornal Correio Lageano* noticiava as negociações inglesas e francesas com a Argentina, o Uruguai e o Brasil para a importação de carne bovina, ressaltando que naquele contexto, os interessados da América Latina operam com uma “proficiente experiência obtida, e que contrariamente ao que sucedeu durante a Guerra de 1914 a 1918, os organismos de controle possuem profundos conhecimentos da marcha respectiva dos preços, condições de venda e necessidades do consumidor.” (LAGES: *Jornal Correio Lageano*, 1939, p. 5–5).

A partir de então o melhoramento do gado bovino e seus produtos derivados passa a ser pauta constante nos jornais de circulação regional. O *Jornal Correio Lageano* dedicava em todas as suas publicações um espaço chamado “Secção Rural”, onde artigos, entrevistas e notícias sobre a produção e o comércio no mercado interno e externo ganhavam destaque.

Em 28 de outubro de 1939, o artigo intitulado “O melhoramento do gado vacum de carne e leiteiro na América tropical, escrito por R. O. Rhoad, chama a atenção para o volume de importações de produtos de origem animal, principalmente manteiga, carne e seus produtos, leite condensado e queijo”, e afirma:

Tendo em consideração que os países tropicais da América são quase exclusivamente agrícolas, e que dispõem de vastas regiões adaptáveis à produção de animais de exploração, é lógico admitir que, dispondo de gado mais produtivo, e empregando métodos mais eficazes de criação, alguns artigos de importação referidos poderiam produzir nesses países em quantidades suficientes para satisfazer a procura nacional (LAGES: *Jornal Correio Lageano*, 1939, p. 3–1).

Enfatizando que o melhoramento de animais de exploração industrial requer aplicação de conhecimentos modernos para aumentar a sua produtividade, o autor ressalta que havia a necessidade solucionar na produção um tríptico problema: A reprodução e a cria, a alimentação e a higiene.

Quanto à primeira parte do problema, estão se praticando continuamente investigações para encontrar os melhores processos de acasalar os animais das estâncias, de maneira a fazer aumentar progressivamente a capacidade inerente da produção de carne, leite ou trabalho, da qualidade e do nível que os mercados exigem. No que diz respeito à segunda parte, estão se realizando numerosas investigações relativas à alimentação dos animais, tendo como objeto principal determinara alimentação apropriada dos animais para que sua reprodução econômica esteja à altura das aptidões inerentes. Relativa a terceira parte, estão se produzindo constantemente processos melhores para proteger os animais contra moléstias, para curar os que tinham adoecido, e para evitar prejuízos devidos a esta causa (LAGES: *Jornal Correio*

Lageano, 1939, p. 3–5).

Luiz Eduardo Simões de Souza, ao estudar o conceito de territorialidade econômica, ressalta que até os anos de 1940 no Brasil, a pecuária era vista como uma atividade oscilante entre a complementaridade do setor primário-exportador ora vigente, e uma atividade de pequena escala para um mercado interno reduzido. A partir desta década a variedade de características regionais da pecuária brasileira passa a ser considerada preponderante no sistema produtivo, ampliando o volume de informações sobre a pecuária regional, e também evidenciando uma dicotomia existente entre uma modernidade voltada ao abastecimento de mercados externos, com relativa ausência de políticas públicas de incentivo ao abastecimento da economia interna.

A década de 1940 constitui-se também como marco histórico mundial, pois assinala o decurso da Segunda Guerra Mundial. No Brasil, Getúlio Vargas havia instaurado o regime ditatorial do Estado Novo que, alinhado aos Estados Unidos, selou acordos que resultaram em empréstimos para a modernização e implantação do projeto siderúrgico brasileiro. Esse movimento pró-indústria trouxe grandes transformações para a sociedade brasileira, que passou por um processo de urbanização acelerada, com conseqüente intensificação do êxodo rural. No campo, os projetos de modernização aceleravam a ideia de uma produtividade que não resumia-se mais a garantir apenas a base alimentar e econômica regionalizada, compondo-se de estratégias de legitimação de políticas de desenvolvimento em áreas até então consideradas periféricas.

Sob o ponto de vista econômico, a crise da economia cafeeira e a substituição das importações pela produção interna ditou novas dinâmicas na economia brasileira. De acordo com Rubens Augusto de Miranda:

Se por um lado com a industrialização a agricultura deixou de ser a grande geradora de riqueza do País, por outro induziu a modernização dela, principalmente com a mecanização, viabilizando o aumento acentuado da produção a partir da segunda metade do século XX. Na década de 1950, o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (JK) acelerou ainda mais as transformações. A conjuntura econômica do País, somada ao aumento do fluxo do comércio internacional, levou a uma explosão de importação de máquinas e implementos, e equipamentos impulsionaram ainda mais a industrialização. Foi neste contexto que a indústria automobilística foi implantada no Brasil, tornando-se uma das grandes marcas do governo JK. Na esteira da indústria automobilística, chegou ao País a indústria de máquinas agrícolas [...]. A instalação da indústria de tratores no Brasil ocorreu em 1959, quando foi instituído o Plano Nacional da Indústria de Tratores de Rodas. Até 1960, praticamente todos os tratores em atividade no País eram importados porque as primeiras unidades só foram produzidas nesse ano. O estímulo à importação de máquinas na década de 1950 proporcionou um aumento do número de tratores. Entretanto, foi com a produção doméstica que a quantidade cresceu substancialmente. Na década de 1960, a quantidade de tratores aumentou 104.525 unidades. Na década seguinte, observamos um acréscimo recorde de 379.335 tratores, durante o milagre e o II Plano Nacional de

Desenvolvimento. Em 2006, já havia no País 820 mil tratores trabalhando nas lavouras brasileiras. Cabe ressaltar que esses números ainda subestimam a evolução da mecanização da agricultura brasileira, pois não incluem os números de plantadeiras, colheitadeiras, pulverizadores, etc. (Miranda, 2004, p. 27).

Ainda segundo o autor, o crescimento da bovinocultura também está atrelado à mudança no manejo de pastagens, uma vez que a substituição de pastagens naturais por pastagens plantadas aumentaram a disponibilidade de alimento para o rebanho bovino em praticamente todas as regiões do Brasil.

Outro fator relevante é apontado por Sérgio de Zen, que avalia nos anos 1940 o papel fundamental da Argentina na comercialização de carne bovina. De acordo com seus estudos, o país que era o grande fornecedor de carne bovina no mundo, sob intervencionismo de Perón, fez com que grandes empresas do setor buscassem o Brasil como alternativa, motivo pelo qual estas se instalaram no país trazendo técnicas industriais para o abate e processamento da carne. Mas, de acordo com o autor, com o fim da Segunda Guerra Mundial e a concorrência da pecuária de países como Estados Unidos e Austrália, fez com que as multinacionais deixassem o país, pressionadas também pela concorrência com os abatedouros clandestinos (Zen, 2015, p. 6).

No final da década de 1930, Oscar da Silva Brito, ao defender princípios de racionalização econômico-produtiva e a defesa da pecuária de corte no Brasil, toma como prioridade a regularização de um mercado que garanta, no consumo interno, produtos de boa qualidade por preços acessíveis. Para tanto, além da manutenção dos matadouros municipais e pequenas fábricas devidamente inspecionadas, o autor destaca a importância de políticas sanitárias e de fiscalização. Em artigo intitulado “Contribuição ao estudo do controle sanitário das carnes em São Paulo”, de 1936, afirma a importância da pecuária e estabelece considerações sobre o valor da carne, “pela riqueza de seus princípios nutritivos e pela sua ação reconstituente que desempenha na nossa alimentação”:

Para explicar a sua ação benéfica, dizem os autores que a carne é reconstituente enérgico, e alimento de força por excellencia, capaz de dar, como nenhum outro, o vigor corporal e o espírito de que tanto necessitamos na lueta diária pela vida. Liebig- o ilustre chimico alemão- afirma que nenhum outro alimento age com tanta rapidez como a carne, para produzir musculo, para restabelecer os gastos das forças e da substancia muscular, despendidos no trabalho diurno. Esse mesmo pesquisador demonstrou que, quando ao trabalhador falta a carne, este bebe o álcool, afim de fornecer ao organismo as energias exigidas pelo trabalho quotidiano. Há, nesse caso, substituição de um producto gerador de sadias e reaes energias, por outro de acção deletéria, que, se na ocasião reanima o individuo e lhe permite a realização das mais árduas tarefas, acaba, ao fim de algum tempo, por lhe destruir as células vitaes. Há occasiões, comtudo, em que a carne é proscripta para determinados individuos, por sofrerem estes de certas enfermidades da nutrição, do aparelho digestivo, do aparelho circulatório, etc. Constituem casos de excepção: de organismo anatômica e physiologicamente alterados, não sendo licito, por taes motivos, deixar de considerar

a carne como um producto excellente para a alimentação humana, insusbituivel para certos organismos e para certas actividades (Brito, 1936, p. 127).

No mesmo contexto o autor descreve os termos em que a carne pode oferecer riscos à saúde humana, alinhando às necessidades da organização produtiva e comercial desta:

Allegam alguns autores que, nem sempre a carne age beneficemente e individuos normaes, porquanto ella pode acarretar sérios distúrbios digestivos e, por isso, atacam o seu valor hygienico e alimentar. Porém, os maleficios que lhe são atribuídos não dependem do papel que os seus componentes desempenham na economia, mas sim, são provenientes, geralmente, das péssimas condições em que os animaes foram abatidos, das deficiências hygienicas dos matadouros, das práticas inconvenientes seguidas pelos magarefes e por todas as pessoas encarregadas de manipular as carnes; da imperfeição do systema de transporte, da forma em que são mantidas nos locaes de venda, de defeitos da preparação, das más condições orgânicas do consumidor e da falta de escrúpulos de alguns comerciantes, que tornam o producto saudável na sua origem e inatacável nas suas condições alimentícias, em outro producto contaminado e verdadeiramente perigoso para a alimentação humana (Brito, 1936, p. 128).

Enfatizando a preocupação com políticas de sanitarismo na produção animal, o Brito afirma ainda que a garantia da salubridade das carnes e de seus produtos derivados dependem de serviços especializados de inspeção, que “a bem da saúde pública”, é preciso um plano de racionalização dos serviços, pois “é de todo interesse que a hygiene dos matadouros, o exame das carnes e produtos derivados e a fiscalização do comercio de carnes” sejam superintendidos por regulamentos (Brito, 1936, p. 131):

O Governo Federal, pelo Decreto nº 23.554, de 5 de dezembro de 1933, chamou ai, com exclusividade, a inspeção veterinária dos estabelecimentos em que se abatem animaes e se elaboram productos derivados da carne que se destinam aos commercios internacional e interestadual. De acordo com o citado decreto, os governos estaduaes e municipaes não podem ter, nesses estabelecimentos, serviços seus, semelhantes ao federal, para exame sanitário das carnes e subproductos que se destinam ao consumo local (Brito, 1936, p. 130).

Defendendo a unificação do controle sanitário das carnes e derivados, o autor afirma as vantagens de um regulamento de controle, uma vez que a igualdade de inspeção em todos os matadouros e fábricas repreenderia de forma eficiente produtos ilegais, além de permitir um serviço estatístico do sistema produtivo.

A Revista Industria Animal de 1936, de circulação periódica, publicou naquele ano uma conferência realizada por Paulo de Lima Corrêa na 2ª Conferência Nacional de Pecuária realizada em julho daquele ano. Nessa conferência, o autor destaca que os obstáculos de ordem natural que perturbam a organização de rebanhos, podem ser vencidos por processos metódicos que garantam a aplicação de experiências zootécnicas e veterinárias, a regulação e contínua instituição dos serviços de registros genealógicos em todo o país, melhorar o sistema de transporte do gado, o emprego de reprodutores de origem autenticada e de aptidão funcional, o

contínuo fomento de trabalhos e pesquisas sobre as possibilidades forrageiras e as necessidades na alimentação do gado, a organização de exposições que deem aos criadores a noção de progresso do gado, procurando obter produtos precoces para satisfazer as exigências de consumo e concorrer com outros países produtores (Correa, 1936, p. 45).

O mesmo ressalta ainda, o valor do gado como complemento econômico e técnico da agricultura brasileira, para superar a escassez de recursos disponíveis para a modernização das atividades agropecuárias:

Precisamos do gado como fontes de utilidades necessárias à alimentação do homem, evoluindo nas suas exigências e necessidades. Precisamos do gado como fonte de renda para contrabalançar as colheitas deficitárias ou para substituir a produção vegetal. Precisamos de gado como fonte de matéria orgânica que venha pôr em movimento as capacidades física, microbiológica e quíçá química dos solos, entorpecidos pela exploração de muitos annos(...) Não nos alistamos na legião dos eternos namorados das pretensas incomparáveis riquezas naturais da nossa terra. Pelo contrário, costumamos encara-las com a frieza dos que querem enxergar as cousas como ellas são realmente, sem as fantasias daqueles que só veem louçanias verdejantes no que é nacional (Correa, 1936, p. 43).

Para tanto, o conferencista afirma que o processo de acumulação de riqueza e a formação das grandes fazendas modernas só foi possível através de uma “exploração mais intensiva do meio”, utilizando pastagens artificiais em áreas antes florestadas, a exemplo do Estado de São Paulo em que, segundo a afirmação, a pecuária procedeu do progresso agrícola:

[...] mesmo rarefeita, a população do vasto planalto não se satisfazia com o rendimento baixo que o gado lhe proporcionava. Era preciso uma forma de aproveitar as forças latentes daquellas terras ferazes e bravias, mais intensivamente. E atrofiada pela pobreza de seus campos nativos, a criação se desdobrou pouco satisfatória, mal proporcionando recursos para as necessidades de consumo interno. Foi preciso que das próprias necessidades exurgisse essa nova e mais intensiva forma de exploração dos rebanhos, que é a pecuária que procede do progresso agrícola, para que novos horizontes de abrissem à criação das espécies mais directamente uteis ao homem. E a phase das pastagens artificiaes, substituindo directamente a matta ou tapizando terras antes ocupadas pelas lavouras (Correa, 1936, p. 10).

Buscando um modo analítico que nos permita analisar aspectos da história que muitas vezes estão cristalizados na construção da ideia de sociedade, regionalidade e identidade, podemos identificar que a construção de um discurso modernizante ignorou tanto a importância de ecossistemas quanto a sua capacidade regenerativa. Para Paulo de Lima Corrêa, a substituição da vegetação nativa por pastagens artificiais constitui-se como base fundamental do progresso e da modernidade. Uma visão utilitarista presente no discurso:

Não é preciso relembrar o que tem sido ali a epopeia da conquista da matta para a agricultura, sem exemplo mais edificante na construção da riqueza rural de um povo(...) a derrubada da floresta foi o preludio homérico na formação da fazenda moderno do interior paulista. Felizmente acostumado a “atravessar as abruptas e intratáveis florestas da serra do mar, para se comunicar com o litoral, o povo paulista

habitou-se desde cedo à vida aventureira dos bosques, que tinha para ele todos os perigos e toda a fascinação do desconhecido, de modo que, com o auxílio eficaz do negro, do homem do norte e posteriormente do valioso braço estrangeiro, pôde levar de vencida a substituição da matta secular e impenetrável [...] (Correa, 1936, p. 09).

Ainda na mesma conferencia, o autor afirma que as necessidades do homem determinavam a transformação dos processos de produção, tanto em ordem técnica quanto em ordem econômica, sendo um processo gradativo, cabendo aos recursos públicos um papel fundamental nas mudanças o modo de trabalho (Correa, 1936, p. 17). Entre os fatores destacados como fundamentais no progresso está o melhoramento das condições dos rebanhos brasileiros, que consequentemente dependem da expansão do comercio, de modo que as soluções necessárias encontram-se em constante experimentação:

A experimentação zootecnica nunca deve faltar o justo equilíbrio de saber perseverar na procura das soluções necessárias. Ao contrário da experimentação vegetal, ella é de consecução mais remota e de resultados sempre mais incertos, determinados, aliás, pelo próprio cyclo biológico que, nos animaes é muito mais longo que na maioria dos vegetaes cultivados, e os factores de observação e controle mais complexos e difficeis de se aplicar, com os rigores que desde logo se obtêm dos vegetaes. Estes se subordinam inteiramente a acção do homem que, por ser mais imperativa é mais positiva e rápida (Correa, 1936, p. 24).

Ao discutir a necessidade do melhoramento do gado de corte o autor destaca as exigências dos centros consumidores como condicionantes das transformações no processo de produção de animais de corte. “Um boi de exportação não deve ter mais do que três anos e atingir cerca de 500 quilos.” (Correa, 1936, p. 21). Assim, afirma-se como solução e adequação do sistema produtivo a introdução de reprodutores puros para cruzamento com rebanho de vacas existentes, de forma a garantir o aumento da qualidade da carne de maneira mais econômica. Este processo estaria diretamente subordinado ao melhoramento do forrageamento, pois as raças seleccionadas dependem diretamente da qualidade dos pastos para não entrar em processo de degeneração.

No mesmo artigo, outras questões ainda são discutidas, como a adaptação das novas raças ao sistema de pecuária semi-intensiva que seria uma forma de progresso agrícola em regiões onde o pastoreio torna-se inviável diante dos preços das terras, não comportando mais o estágio atingido ela evolução agrícola (Correa, 1936, p. 26). Com o objetivo de sistematizar as ações transformadoras e impulsionar a atividade criatória o autor afirma:

É no empenho obstinado de aproveitar tão valiosas forças que um grande esforço coordenador e systematisado, de criadores e da acção official, se desdobra promissoramente tendo como bandeira norteadora esse largo programma que tão fastidiosamente vos retratamos [...] vencendo pela methodisação dos processos os obstáculos de ordem natural que, porventura, possam perturbar a bôa organização da exploração dos rebanhos; dilucidando pela experimentação zootecnica os problemas da criação; Assegurando a regular e continua instituição dos serviços de

registros genealógicos; dispensando o máximo cuidado a questão do emprego de reprodutores de origem autenticada e de descendência conformadora das aptidões paternas; propugnando pelo emprego de reprodutores das raças trabalhadas pelo homem, que dêem aos rebanhos aptidão funcional compatível com as necessidades e os reclamos dos consumidores; Contra indicando o emprego de genitores mestiços que trazem o abastardamento da espécie, diminuindo-lhe a capacidade productora de utilidades; fomentando a criação das raças segundos os fins, a região, e as possibilidades forrageiras [...] pesquisando nos laboratórios e verificando a aplicação as questões atinentes a bromatologia animal; disseminando as boas normas do forrageamento, quer no sentido tecnico quer no sentido econômico; divulgando a necessidade da ensilagem, como fonte de alimento de produção, e sobretudo, como fator de resistência as falhas da estação secca; obstando por medidas adequadas à exportação dos sub- productos industriaes necessários a alimentação do gado; organizando periodicamente exposições de esthetica, de modo a dar ao criador, a noção do estado de progresso do seu gado e o conhecimento do que fazem seus collegas; realizando ordenada e constantemente concursos de produção nos centros criadores principalmente, que evidenciem o avanço das aptidões e a capacidade dos rebanhos [...] procurando obter na criação de animaes de corte – e aqui deveis incluir os suínos – produtos precoces, bem conformados e de typo uniforme, para satisfazer as exigências do consumo e concorrer com outros paizesproductores; melhorando o transporte do gao destinado a matança e entrecortando as viagens de paradas obrigatórias, onde as manadas tangidas pela fome e pela sêde se refaçam; proibindo severa e efficientemente a matança de vaccas e novilhas, pelo menos onde os rebanhos são mais apurados, de maneira a evitar a diminuição e a instabilidade da procriação (Correa, 1936, p. 45).

Além destas sugestões sistematizadas, o artigo ainda ressalta a importância de ações de orientação aos criadores para o aperfeiçoamento e seleção progressiva das raças chamadas nacionais, tornando conhecidos métodos modernos de criação de animais domésticos, evitando o enfraquecimento dos animais e o aparecimento de moléstias; além de difundir o sistema de assistência veterinária às fazendas, promover a distribuição de vacinas, emprego de banheiros carrapaticidas, racionalizando o preparo e a padronização dos produtos da indústria animal, de modo a alargar a sua aceitação pelo mercado nacional e internacional (Correa, 1936, p. 45).

Vale aqui ressaltar que as narrativas construídas no sentido de aumentar a produtividade da pecuária e promover o melhoramento dos rebanhos, não contextualizaram em nenhum momento as condições e o papel desempenhado pelos pequenos criadores locais e dos pequenos criatórios no sistema produtivo. A necessidade apontada sobre o desenvolvimento dos programas de assistência técnica revela uma tentativa de organização coletiva do sistema produtivo, sem levar em consideração aspectos da modernidade que esbarravam em condições socioeconômicas diversas. Condições estas que apontam para contradições que, ao longo do tempo, manifestaram as rupturas e continuidades nas dinâmicas das relações produtivas e sociais num mesmo espaço.

Dessa forma, ao analisar as relações entre as populações locais e suas atividades produtivas, foi possível também identificar como essas narrativas mergulharam na história da pecuária no planalto catarinense num ambiente aristocrático e patriarcal, mantendo a estrutura

social muito próxima de sua herança colonialista, através de relações de poder que se reproduziram regionalmente.

Nesse sentido, Eduardo Gallardo evidencia que, na formação das elites regionais, as posições hegemônicas nos discursos sobre a modernização da pecuária revelam três aspectos comuns a toda elite:

Primero, su naturaleza minoritaria. Segundo, las elites ejercen influencia central sobre las decisiones de una sociedad y los individuos que conforman las elites deben demostrar esta capacidad. Por ultimo, las elites se han formado en base a procesos de competencia y seleccion (Gallardo, 2017, p. 42).

Assim, na difusão de projetos modernizantes, têm-se discussões que em sua maioria constituem-se como de natureza externa àquelas formas de vida social afetadas pelas políticas de desenvolvimento. Exemplo desta contradição encontra-se na estrutura fundiária do planalto catarinense.

Ao pesquisar os requerimentos de concessões de terras no Planalto Catarinense durante o período Imperial, Flavia Paula Darossi afirma que nas estratégias de validação da propriedade após a promulgação da Lei de Terras, 41% dos requerimentos solicitaram a compra de parcelas de terras públicas já ocupadas:

[...] Grandes e pequenos posseiros procuraram validar atos possessórios como argumento jurídico para o deferimento de pedidos de compra de posse, o que reflete a manutenção de alguns dos principais preceitos da legislação sesmarial, que previa a regularização de terras já ocupadas e empregadas com trabalho agrícola [...]. Também foram constatadas ocupações de terras devolutas seguidas de requisições de compra em condomínio, assim como a estratégia de utilização do espaço de denominação dos confrontantes para a afirmação de negação de direitos de propriedade, esta última muitas vezes agenciada entre pequenos posseiros nacionais contra abastados fazendeiros locais e juízes comissários de terras (Darossi, 2016. p. 08).

Ainda segundo a autora:

[...] A presença de posseiros nacionais pobres, sitiados e lavradores foi evidenciada com um percentual de 37% dos requerimentos que continham declarações de condição de pobreza, assinadas pelo vigário local e vereadores municipais juntamente com afirmações de grupos familiares numerosos e a dependência do labor da terra para a subsistência. Destes requerentes, 45,8% eram analfabetos e estavam subordinados a familiares e ao escrivão municipal para a assinatura. A análise qualitativa de alguns requerimentos indica que a migração interprovincial e a ocupação de terras devolutas nas florestas do interior constituíam estratégia de sobrevivência e relativa autonomia desta população pobre frente a chefes locais (Darossi, 2016, p. 09).

De acordo com os dados da pesquisa, os documentos apresentavam áreas de produção de milho, feijão e fumo e, num percentual menor, a existência do plantio integrado à criação animal com espécies vacum, suína e cavalari. Desta forma, a existência de pequenos e médios lotes apossados num regime de trabalho familiar baseado em culturas de subsistência revela a

existência de diversos perfis produtivos no planalto catarinense (Darossi, 2016, p. 10). Essa heterogeneidade das relações produtivas também impactou diretamente na adoção de pacotes de modernização que se apresentavam como solução para o aumento da capacidade produtiva na pecuária regional.

Através da caracterização sociopolítica do planalto catarinense e das discussões sobre o uso e a produtividades dos campos, delinear-se-iam limites à ideia de modernidade que não estavam somente centradas no transporte e comercialização de produtos para os centros consumidores. Outra questão presente na construção das destas narrativas de cunho modernizante para a pecuária, difundidas por órgãos oficiais do estado, jornais e revistas de época, é a ideia de adversidade natural, presente nos relatos sobre a produção local.

De acordo com Relatório Datilografado em 1980, a Estação Experimental de Lages deixou suas atividades no campo do fomento animal, para dedicar-se à pesquisa animal em 1971, quando a antiga fazenda de criação de Lages foi transformada em Estação Experimental, passando a integrar a rede do Instituto de Pesquisas Agropecuárias do Sul (IPEAS).

O documento afirma que a meta fundamental era o aprimoramento da pecuária “visando uma exploração racional e ajustada da conjuntura atual”, através da experimentação e das pesquisas agrostológicas e zootécnicas que “em sua fase dedicada ao fomento [...] procurou transportar de outras terras, técnicas e raças, objetivando maior e melhor produção”. Apesar de ressaltar o saldo positivo da produção animal com base na participação de criadores em feiras agropecuárias nos estados sulinos, o autor relata dificuldades detectadas para manter o padrão zootécnico dos rebanhos em função da pouca qualidade de forrageiras e pastagens:

[...] Embora o padrão zootécnico dos rebanhos seja satisfatório, os setores de forrageiras e pastagens não vêm se desenvolvendo da forma desejada, por falta de dados de pesquisa local, porquanto verifica-se que os resultados colhidos alhures, nem sempre podem ser transportados com êxito para o nosso Estado, que possui características ecológicas *suigeneris* [...] com assessoramento de especialistas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, não teve dificuldades de identificar a “fome no inverno” como sendo a principal causa dos baixos índices de produtividade dos rebanhos catarinenses, em vista do baixo índice nutricional dos mesmos (EPAGRI, Relatórios Avulsos, 1980, p. 01).

O relatório enfatiza ainda os impactos da falta de pasto no inverno para a economia, uma vez que o decréscimo de peso do rebanho nesse período seria equivalente “ao peso vivo dos animais abatidos para o consumo durante o ano” (EPAGRI, Relatórios Avulsos, 1980, p. 02). Neste sentido, os trabalhos de pesquisa na Estação Experimental mencionados referem-se à utilização de forrageiras, manejo e fertilização de pastagens, bem como estudos sobre o manejo de gado de corte, sistemas de alimentação e estudos sobre verminose em bovinos e

ovinos, objetivando sempre “uma exploração técnica e economicamente viável”.

A necessidade da Estação Experimental de trabalhos de pesquisa aplicada é ressaltada em cooperação efetiva com os criadores locais, tanto na fase inicial das pesquisas quanto no processo de melhoramento genéticos dos rebanhos através de seleção de reprodutores e controle de nascimentos. Para tanto, o relatório descreve trabalhos de apoio realizados por associações especializadas de gado bovino no país (sem citar quais seriam estas associações), no fornecimento de reprodutores com registro genealógico, e também da orientação feita pela “Estação Cinco Cruzes” de Bagé, no Rio Grande do Sul, e pelo Departamento de Produção Animal da Faculdade de Agronomia da UFRGS (EPAGRI, Relatórios Avulsos, 1980, p. 02). A ideia de modernidade ligada à transformação dos processos produtivos determinaram mudanças de ordem técnica que, resultaram também em modificações nas feições geográficas e ecológicas nos espaços herdados da natureza. Essas progressivas transformações ambientais, assim como o melhoramento dos rebanhos também estava atrelado às exigências dos centros consumidores, tanto no que se refere as características do produto, quanto suas garantias de origem e procedência.

2.2.1 Aspectos da pecuária moderna: Criação de registros genealógicos, seleção animal e a ciência veterinária

Outra tese importante publicada na Revista Industria Animal de 1936 versa sobre a importância do registro e controle genealógico para o melhoramento do gado e o rastreio de sua cadeia produtiva. Escrita por Alpheu Réveilleau, inspetor zootécnico do departamento de Indústria Animal do Estado de São Paulo, enfatiza o papel do governo e das associações no processo de seleção animal. Destacando o pioneirismo inglês na instituição dos serviços de registro genealógico a partir de 1791, o autor destaca sua função no processo de seleção animal:

As populações animaes viviam mais ou menos ao abandono até meados do século XVIII, quando se iniciaram as primeiras criações inteligentes de que se tem notícia. Os indivíduos das varias espécies encontravam-se em promiscuidade, originando-se misturas de typos diversos, as quaes eram facilitadas pelo homem, incumbido de fazer as transplantações que se afiguravam recommendáveis. Raras, pois, as raças que, em virtude de segregação natural, entreb outras circumstancias, se mantiveram em estado de pureza. O registro genealógico veio, em grande parte, escorar o trabalho de criadores mais adeantados, permitindo-lhes não perder as boas sementes, em consequência de cruzamentos, mestiçagens, hybridações, e de consanguinidade mal applicada, que occasionavam, pelo simples cunho selectivo inherente a natureza, ou por um trabalho defeituoso, abastardamento e considerável empecilho a melhora e aperfeiçoamento das populações animaes. Os livros genealógicos diminuíram esse estado de cousas, indicando ao criador os aparelhamentos a serem feitos, constringindo-osuasoriamente, a trilha da seleção, educando-o em summa.

(Réveilleau, 1936, p. 99).

De acordo com o autor, o Registro Genealógico configura-se como instrumento de uma atividade pecuária racional, organizando instituições e proporcionando conhecimentos modernos sobre o valor do produto para reprodução:

Não é possível cuidar do melhoramento de uma população animal, em bases sólidas e em espaço de tempo relativamente curto, sem a colaboração do livro genealógico; faculta o melhoramento de grandes rebanhos; contrapõem-se ao trabalho individual, caminhando a passos tardos e desordenados, sujeitos a toda sorte de recuos, já pela má escolha de reprodutores, já pela individualidade do esforço; institue a confiança nos negócios, emulação nos mesmos, conseqüente valorização dos rebanhos, que redundam em estímulo ao criador, aumento e qualidade a população animal; oferece exemplo de esforço colectivo sob direção inteligente; transforma-se indivíduos, concretiza-se o desejado, sobrevêm as raças, ampara-se a economia (Réveilleau, 1936, p. 100).

Assim, a intermediação deste serviço é descrita como responsabilidade dos governos, por intermédio do Departamento de Indústria Animal, elevando o nível de qualidade de determinado grupo de animais. Para o autor, a instituição do livro genealógico para o gado Caracu em 1916 permitiu o desenvolvimento desta raça nacional. No entanto, chama a atenção para a diferença entre os certificados de criação particulares e o título de registro Genealógico:

[...] Atenção merece este ponto, considerando-se o facto de que é commum a existência de registros particulares, cujo valor extrínseco é demonstrar capricho do criador, visto revelar que, pela escripturação, mantém serviço que beneficia grandemente a sua fazenda. Sem este proceder, elementos de valor, para uma criação racionalmente orientada, se perderiam, como acontece habitualmente, a ponto de proprietários ignorarem o padreador de uma determinada fêmea, mesmo quando criam com o propósito de vender reprodutores. Longe de nós, portanto, o intuito de criticar a existência de uma escripturação nas faendas, a qual reputamos indispensável. Ocorre-nos simplesmente dizer da vantagem de não lhe ser conferido o título de “Registro Genealógico”, que deverá ser privativo das escriptas adequadas ao fim discriminado, isto é, as que são mantidas pelos governos e associações. É commum verem-se em mãos de fazendeiros, certificados provenientes de um estabelecimento particular, que acompanham indivíduos vendidos, os quaes são exhibidos como se tivessem o mesmo valor do que os conferidos por entidades officiaes ou officializadas. Desnecessário se torna encarecer os prejuízos daquedahiadvem, qual a arma posta ao alcance de criadores pouco escrupulosos. Diremos comtudo que em virtude desse estado de cousas, fazendeiros existem que não registram os seus animaes na certeza de que já o fizeram. Outrossim, o papel relevante que cabe as associações e aos governos no que reputa a escolha de reprodutores, a organização de boas linhagens e famílias e ao emprego do controle leiteiro vê-se também grandemente prejudicado (Réveilleau, 1936, p. 101).

Dessa forma, o serviço de Registro Genealógico é indicado pelo autor para associações de classe que estejam apoiadas pelo governo ou sejam parte de políticas públicas, de maneira que a colaboração federal e estadual é compreendida como uma ação contínua, garantindo o controle dos rebanhos e evitando fraudes, uma vez que:

A extensão territorial do Brasil, dotado de meios tão diversos e com condições econômicas as mais variadas, assim nos impele. Uma mesma raça no país pode apresentar-se sob aspectos múltiplos, e o que é recommendável a São Paulo poderá não sê-lo a outros estados, uma vez que evidenciam-se aqui, o aparecimento de variações favoráveis em par de necessidades atinentes ao ambiente [...]. Esses cuidados poderia o Departamento estadual toma-los de commum acordo com o Departamento federal, fundando-se nos estados associações com caráter regional, debaixo de fiscalização central, sob a incumbência deste último departamento. Ao Departamento federal caberia, como acontece, contractos com associações idôneas, que receberiam ainda subvenção annual do mesmo, para maior regularidade dos serviços de registro. Auxílios vários seriam dispensados por parte do Departamento estadual. As entidades em questão teriam por essa forma inteiro beneplácito dos serviços officiaes (Réveilleau, 1936, p. 102).

A consolidação dos livros ainda tinha por critérios a regulamentação das atividades de modo a impedir a negociação de reprodutores que não estivessem devidamente registrados, bem como não recomendar a comercialização entre particulares, de animais que não fossem registrados nas associações subvencionadas, e também premiar animais em exposições estimulando o interesse pelo registro, além de regulamentar a entrada de animais em feiras e exposições. Consta também uma série de concessões como preferência em empréstimos do Governo do estado para a compra de reprodutores, abatimento de impostos aos criadores que comprassem animais em estabelecimentos officias federais ou estaduais, bem como isenção de taxas de cobertura nos postos de monta pertencentes ao governo (Réveilleau, 1936).

Evidenciando os registros genealógicos como instrumento fundamental no melhoramento das condições econômicas de um país, pela contribuição à melhoria dos rebanhos, o autor destaca a importância da cooperação entre as associações, institutos e serviços federais e estaduais, incluindo o reconhecimento do serviço de registros genealógicos como serviço de utilidade pública, impondo-se inclusive o auxílio por parte dos tesouros públicos:

O reconhecimento como de utilidade pública, de uma associação, implica em contracto com a mesma, por parte dos governos federal e estadual, do qual constarão artigos que obriguem a devolução ao Estado, dos livros e documentos, em caso de abandono do serviço ou má execução, obrigando-se o Estado a tê-los sob sua guarda e prosseguir o registro até que nova associação se funde, de modo a não interromper o serviço iniciado (Réveilleau, 1936. p. 105).

Este sistema de cooperação também é descrito como regulamentador da atividade pecuária:

Não continuando o serviço do Estado, o registro, passarão os livros à guarda do Ministério da Agricultura, que agirá de acordo com o estipulado na conclusão anterior: - Conferir prêmios em dinheiro nas Exposições aos animais que sejam registrados e obtenham até o terceiro prêmio; - não aceitar decorridos seis anos de existência do registro no Estado, em exposições, concursos e feiras, indivíduos que não sejam registrados, nas respectivas associações, ou no Registro do Ministério da Agricultura ou das Secretarias dos Estados; - os criadores que tivessem animais registrados teriam preferência, para o empréstimo de reprodutores dos governos Estadual e

Federal; - abatimento, para os proprietários de indivíduos registrados, nunca inferior a 10%, nas vendas oficiais; - isenção de taxas de coberturas nos postos de monta estaduais ou federais, para os donos de animais registrados; - existência de um só livro de registro para cada raça, dentro do país, com seções onde se fizerem sentir precisas, estabelecendo-se, ao fim em vista, normas gerais idênticas; - recusarem os departamentos estadual e federal, a compra de reprodutores que não sejam registrados em Associações oficializadas (Réveilleau, 1936, p. 106).

O contínuo processo de transformação do gado tem na estrutura de prestação de serviços de reprodução maior preocupação pelos técnicos. Alpheu de Réveilleau estabelece em seu artigo importante capítulo destinado ao papel dos postos de monta para fomento da criação de animais melhorados. De acordo com o referido autor:

[...] Estes, evidentemente, melhoram os rebanhos pelo cruzamento do gado nativo com as raças estrangeiras [...] segundo o exemplo de países como a Argentina, Estados Unidos, Canadá, Austrália, etc., fizeram-se grandes importações de reprodutores que serviram para a formação de mestiços ou para a constituição de plantéis puros [...] Por conseguinte, para a maioria desses meios, que reclamam incessantemente da importação frequente e numerosa de reprodutores, até que plantéis abundantes se formem com o intuito de fornecer-los, que os Postos de Monta, permanentes ou provisórios, prestam o máximo serviço. Ahí, mesmo os ricos proprietários que visam lucros em suas criações, fogem às aquisições numerosas e frequentes de reprodutores. Além disso, há os pequenos criadores, cujas posses não permitem a compra de indivíduos de boa qualidade, mas que, estimulados pelo meio, forçados por ele e buscarem igualdade, se servem com o máximo de empenho, dos reprodutores do Governo (Réveilleau, 1936, p. 108).

Considerando o aproveitamento de pastagens o autor ainda ressalta a importância dos mesmos, tanto em regiões de criação extensiva quanto intensiva nas regiões brasileiras, o que justificaria a existência tanto de postos de monta provisórios quanto permanentes:

Se a actuação dos postos de monta em regiões de criação intensiva não tem o papel que lhe é assegurado nas de criação extensiva, não quer isto dizer que as suas finalidades naquelas não sejam de grande importância. De um lado temos as circunstâncias alludidas; por outro, contrariamente verificamos que a procura de coberturas, para determinadas espécies, principalmente, só se verifica com êxito nas zonas povoadas, adiantadas e dotadas de vias de comunicações rápidas. É o caso de se intensificar a criação dos postos de monta permanentes, isto é, daqueles que têm sede, reprodutores e aparelhamentos indispensáveis às coberturas. Estes, mediante activa e inteligente propaganda têm feito e farão obra de destaque em favor da pecuária paulista. Os postos de monta provisórios ou aqueles que se constituem pela presença de reproductor na fazenda do interessado são indicados tanto a uma zona como a outra; prestam em ambas reaes serviços. Entretanto são mais recomendáveis às zonas de criação extensiva onde há dificuldades de vias de comunicações e a população não é densa. Neste sentido, o artigo ainda traça critérios que deveriam ser analisados regionalmente quanto à localização e funcionalidade dos postos de monta e o sistema de empréstimos a serem instituídos. Pensando desde a centralidade territorial, para que seja acessível aos fazendeiros locais, até a escolha de espécies que sejam criadas regionalmente, para o fornecimento de raças que sejam de maior interesse econômico. Ao mesmo tempo, recomenda-se também o sistema de empréstimo de reprodutores àqueles fazendeiros que pudessem comprovar rebanhos conveniente e em bom estado de saúde. Entre as espécies recomendáveis, o inspetor zootécnico elabora uma diferenciação entre animais a serem selecionados em postos de monta. Utilizando-se de parâmetros econômicos, estruturais, sanitários e de manejo, o autor afirma que é preciso reconhecer no desenvolvimento da atividade,

três tipos principais de bovinos — misto, leiteiro e de açougue, para os quais os cruzamentos obedecem diferentes etapas de seleção, motivo pelo qual os postos são aconselháveis às zonas de criação extensiva de gado. Neste contexto, as ciências veterinárias surgem como resposta aos entraves do progresso pecuário, onde as transformações técnicas de produção também passaram a depender do desenvolvimento de programas de sanitário animal e controle de doenças. O desenvolvimento de vacinas de uso em veterinária foram importantes para a saúde e bem-estar animal, melhorando a eficiência da produção de alimentos e atuando em saúde pública por meio da prevenção da transmissão de zoonoses e de doenças transmitidas por alimentos (Roth, 2011, p. 35).

No entanto, sozinhas não são eficientes. Para controlar e erradicar uma doença são necessárias ações conjuntas de manejo, saneamento ambiental, educação sanitária, quimioterapia profilática, vigilância epidemiológica e viabilidade de diagnóstico. São também necessárias infraestrutura adequada e recursos financeiros para que o controle das doenças seja efetivo (Thrusfield, 2004, p. 17).

A primeira forma de imunização foi descoberta por Edward Jenner em 1798, num período em que a varíola era comum tanto em bovinos quanto em humanos e Jenner observou que pessoas que tinham contato com lesões cutâneas de vacas infectadas pelo vírus da varíola bovina não adoeciam com o vírus da varíola humano, mais patogênico e que foi responsável por muitas mortes (Flores, 2007, p. 08).

Em 1881, Louis Pasteur apresentou um método de atenuar as bactérias *Pasteurella multocida* (causadora de cólera) em aves e *Bacillus anthracis* (causadora de carbúnculo hemático) em ovelhas, para produção de vacinas que ajudariam a controlar a doença em humanos e animais (Tuells, 2012, p. 23). Nesse contexto, em 1977 foi introduzido o termo “vacínologia”, definido como o estudo e aplicação dos requisitos básicos para imunização efetiva, requerendo a compreensão do agente etiológico, dos mecanismos de patogenicidade e da epidemiologia das doenças individuais.

A primeira vacina veterinária desenvolvida e fabricada no Brasil teve sua patente registrada pelo Instituto Oswaldo Cruz. A vacina contra o carbúnculo sintomático ou peste da manqueira foi desenvolvida em 1905 pelo cientista Alcides Godoy. Também foi o primeiro produto comercializado pelo Instituto e seu sucesso rendeu por trinta anos, renda para o centro de produção, pesquisa e ensino em medicina experimental. De acordo com a Fiocruz, em artigo publicado em 2008 e escrito por Oswaldo Godoy, a vacina começou a ser distribuída a partir de 1906 com amplo sucesso:

Ela imunizava o gado com uma só aplicação. Na exposição de demografia e higiene realizada em Berlim em 1907, na qual o Instituto obteve medalha de ouro, a vacina da manqueira foi um dos destaques selecionados [...]. A premiação em Berlim foi determinante para patentear a vacina em 1908, bem como para os direitos de exploração comercial.

Ainda de acordo com Cristiane D'Ávila, jornalista do departamento de arquivo e documentação da Casa de Oswaldo Cruz, a vacina contra manqueira foi um marco na história brasileira e mundial:

Era início do século XX. Pecuaristas mineiros, atônitos com a moléstia que acometia os bezerros e bovinos jovens, causando imensa mortandade e prejuízos galopantes, buscavam soluções para a situação. A doença, letal, iniciava-se com febre e inchaço da musculatura, especialmente das regiões chamadas “quartos” dos bovinos, atrofiando-as e provocando o andar manco. Não à toa, recebeu denominações que a classificaram popularmente como “peste” e “mal”. Durante muito tempo confundido com o antraz, o carbúnculo sintomático não abatia apenas os rebanhos brasileiros. Tratava-se de uma doença de impacto mundial, porém mais ativa em países tropicais [...]. É importante ressaltar que após a obtenção do registro da patente da vacina, Godoy efetuou uma escritura de cessão que transferia sua descoberta para o IOC, com o propósito de incentivar as atividades de exploração industrial do imunizante. A verba obtida com a venda da vacina auxiliou a instituição a cobrir gastos com o ensino, a pesquisa e a produção, sem submeter-se à burocracia governamental vigente, ao mesmo tempo em que representou um estímulo aos pesquisadores para o desenvolvimento de produtos biológicos a serem patenteados e vendidos. No período de 1906 a 1918 o Instituto produziu 7.111.698 doses da vacina contra a peste da manqueira. No mesmo período, a vacina foi o produto biológico mais produzido, perdendo apenas, em 1918, para a maleína, uma substância empregada no teste (prova de maleína) para diagnóstico do mormo, uma doença infectocontagiosa que acomete cavalos (Brasiliana Fotográfica, 2018).

Na década de 1930, pecuaristas externalizavam preocupação com a doença da tuberculose e tuberculina nos rebanhos brasileiros. A Revista de Indústria animal de 1936 traz a afirmativa de Paulo Lima Correa em conferência para qual:

Sem os cuidados de uma higiene alimentar conveniente, aliada ao combate ao carrapato e ao berne, os cuidados contra as enzootias e as moléstias do aparelho digestivo, dificilmente os seus descendentes poderão subsistir. São obstáculos que um trabalho inteligente e ordenado póde remover, como já vem acontecendo onde a mão do homem é mais avisada e habil (Correa, 1936, p. 09).

De acordo com Dr. Alexandre Mello, do departamento de indústria animal do Estado de São Paulo, os rebanhos de gado fino passaram a sofrer com infecção tuberculosa. Utilizando-se de dados de serviços veterinários na Fazenda Palmeiras, de Nova Odessa em São Paulo, afirma-se um percentual de 30% de casos positivos num total de 114 cabeças e descreve a conduta para estes animais:

[...]. A derivação desse gado estigmatizado pela allergia tuberculosa, para a immolação do matadouro, seria solução radical, mas revela notar que, com exceção de meia dúzia de indivíduos, ligeiramente emmagrecidos, os restantes exibiam condições de notável apresentação physica. Só eram tuberculosos porque reagem á tuberculina. De resto, o isolamento deste lote, era, no caso, medida sufficiente de prophylaxia. Attendia aos interesses hygienico-sanitarios em jogo, do mesmo passo que evitava grave lesão ao patrimônio economico e zootechnicodo Departamento, pois os bovinos condemnados eram todos puro sangue de fina linhagem, pertencendo alguns, ás ultimas importações. Suggestimos a conservação desse grande lote, e seu isolamento completo do seio do rebanho principal. Periodicamente, fal-o-iamos

examinar pelos veterinários do serviço, a fim de serem eliminados aqueles que, por ventura começassem a exteriorisar o seu mal, em formas clinicamente diagnosticáveis ou apenas sob o aspecto de um decahimento mais ou menos acentuado das condições geraes (Mello, 1936, p. 141).

A partir da descrição feita pelo autor, o tratamento adotado para esses animais foi o isolamento dos indivíduos que apresentavam sinais clínicos da doença, passando por séries de inoculação até que adquirissem imunidade. Uma vez isolados os reagentes da doença e provada a imunidade do restante do rebanho, bem como sacrificados os animais que apresentassem a forma aberta da doença, os testes passariam a ser feitos anualmente. Alexandre ainda afirma que:

O ingresso de animaes para a comunidade do rebanho principal, far- se-ia mediante o criterio das provas tuberculinicas, quer no ponto de origem, se nos limites do Estado, quer no quarentenario da fazenda, se originarios de fora, ainda mesmo que portadores de attestado de sanidade. Os bezerros nascidos tanto de lote são quanto de lote doente, seriam vaccinados com o B.G.C. [...] combinando-se a pratica das tuberculinizações, com a do exame clinico-bacteriologico e a da premunição especifica (Mello, 1936, p. 142).

Citando a adoção das mesmas medidas em outras fazendas experimentais do estado de São Paulo, o autor reafirma os ótimos resultados obtidos no controle da doença através do sistema de imunização de rebanhos, tanto mistos quanto de gado puro sangue, ressaltando a importância de um trabalho de “conservação e preservação, sendo vencedora a ideia da aplicação systematica do B.C.G. nos bezerros recém-nascidos” (Mello, 1936, p. 144).

Nesse sentido, outro artigo da revista A Fazenda Fluminense retrata a importância de pesquisas em torno da vacinação. Henrique Blane de Freitas, médico veterinário do Serviço de Inspeção Pastoral Federal e ex-chefe do Serviço Veterinário do Estado do Espírito Santo, descreve os prejuízos comerciais causados pela morte de animais que contraíram a raiva, que tem como agente propagador o morcego. Afirmando que a doença avançava rapidamente para o norte e para o sul do Estado do Espírito Santo, alcançando o Estado do Rio de Janeiro, o autor ressalta a dificuldade de aceitação da aplicação de vacina nos rebanhos:

Procurando familiarizar e mesmo amedrontar o criador, criador foram escriptos folhetos onde todo o cortejo de perigos e prejuizos que acarreta a raiva era focalizado em linguagem ao alcance do mais rude criador. Como a prática da prphylaxia pela vaccinação é recente é possível e mesmo provável que haja nella algumas falhas que só o tempo e uma observação constante e a curada fará descobrir. Por essa rasão só foi applicada onde se pudesse manter uma vigilancia constante e continua, muito embora as experiencias do laboratório do serviço de veterinária do Estado do espírito Santo e os resultados que têm sido verificados no estado do Rio de janeiro autorizem a applicação franca. As applicações foram feitas no município de Cariacica sobre o controlle do serviço com pessoal exclusivamente dedicado a esse fim. Os resultados colhidos foram os mais auspiciosos possIveis e que dizem bem do valor real da vaccina. Duas excepções foram feitas em relação ao resolvido sobre a applicação exclusiva da vaccina no município de Cariacica, uma refere-se ao de Santa Leopoldina

na propriedade do Doutor Francisco de Almeida e outra ao município da Serra na propriedade do senhor Arthur Peixoto, presidente da Camara. No município da Serra a vacinação foi por mim feita pessoalmente, como se verificassem mortes, quasi que diariamente entre os animaes do senhor Arthur Peixoto, foi o mesmo prevenido de que a vacinação só conferiria a imunidade 30 dias depois da applicação. Durante este tempo, chamado período negativo poderiam morrer muitos animaes sem que a vaccina tivesse tempo de produzir o effectivo desejado; estava se vaccinando em meio ao infectado e muitos animaes, sinão todos, poderiam estar contaminados em grande parte, com evolução da infecção muito adeantada e sua eclosão verificar se antes que a vaccina tivesse podido conferir imunidade. Apesar de todas as precauções tomadas não foi possível acompanhar o resultado da vacinação no município da Serra e quatro mezes após, uma informação laconica trazia a notícia que quasi todos os vaccinados haviam morrido e, apesar de todos os esforços mas nenhuma informação foi conseguida, nem mesmo do próprio senhor Peixoto, apesar dos reiterados pedidos. A ser verdade que morreram todos os vaccinados, teriam elles morrido durante o período negativo? Ou depois d'elle? No primeiro caso a morte dos animaes só poderia interessar ao proprietário; no segundo porém interessava-nos altamente e quizeramos ter podido verificar si foi realmente raiva que matou os animaes. Si foi raiva esse caso virgem nas vacinações procedidas no espírito Santo e o único até hoje observado só pode ser attribuido a qualquer deffeito de preparo da vacina, impossível de ser verificado tanto tempo depois que se veio a saber da morte dos animes (A Fazenda Fluminense, 1930, p. 19).

Assim como em outras regiões do país, no planalto catarinense as adversidades do meio aparecem como uma preocupação em relação à produtividade e a propagação de doenças. Em 1934, o Jornal Correio de Lages, de 28 de junho, destacava o fim da safra de gado no município, que foram enviados para os matadouros no litoral catarinense, em decorrência da intensidade da atividade nos meses de verão, mas principalmente porque durante o inverno, a região sofreu com a epidemia de febre aftosa, causando rápido emagrecimento do gado:

Os preços do gado de córte tem sido animadores; o de gado de invernar tem chegado nestes últimos mezes ao exagero, e se assim continuar, póde a classe dos invernistas expor-se aos mesmos prejuízos que já sofreu ha três annos, com rápida baixa dos preços. A febre aphtosa está grassando ainda em quasi toda a região do sul do caveiras. Por si mesma não tem causado grandes prejuízos, não sendo de grande virulência a moléstia, mas indirectamentepódecausal-os, porque causa o depauperamento do gado em pleno inverno, nas vésperas dos mezes de agosto e setembro, as peiores do anno nesta região, ocasionando também a perda das crias nas rezes prenhasdas (Correio de Lages, 1934, p. 02-1).

O jornal Correio Lageano, de 25 de novembro de 1939, dedicou uma parte de suas páginas para publicar um artigo referente à importância da manutenção genética do gado crioulo no combate a parasitas e doenças no processo de melhoramento genético das raças, afirmando que:

Uma das vantagens que oferece o processo de melhoramento por meio da selecção de exemplares de gado indígena de uma região, é que ajuda a combater as doenças do gado, pois evita as que poderiam introduzir-se com os animais importados. Entretanto, êste perigo diminuiu já muito com a rigorosa inspecção sanitária, o sistema de autorisações aduaneiras, e a quarentena dos animais importados (LAGES: Jornal Correio Lageano, 1939, p. 6-2).

No ano de 1940, o mesmo jornal publicou artigo atribuído a D. Brossard, anteriormente divulgado no Jornal Correio do Povo, do Rio Grande do Sul, com as medidas tomadas pela prefeitura de Santo Ângelo para combater o carrapato:

D. Brossard que escreve no «Correio do Povo» na secção — “Assumptos Ruraes” — publica magnífico trabalho de elogio a patriótica iniciativa da Prefeitura de S. Ângelo, no Rio Grande do Sul, de dar combate ao carrapato. E’ do artigo referido que extrahimos estas notas. O carrapato é um dos maiores inimigos da pecuaria. E’ o grande flagello dos mais lindos rodeios do Estado; é um dos mais sérios obstáculos ao melhoramento dos gados riograndenses. Prejudica o desenvolvimento do animal, atraza o engorde, reduz o peso e o rendimento das invernadas; é um grande responsável pelas mortandades do inverno, uma das causas das bicheiras, um dos principaes factores da desvalorisação do couro. A Associação Rural de S. Ângelo dirigio-se a Prefeitura no sentido desta favorecer a construcção de banheiros carrapaticidas e a Prefeitura dispoz-se a isentar de impostos municipaes por cinco annos. Todos os criadores que construírem banheiros carrapaticidas em seus campos. Parece-nos que o referido artigo foi escripto também para esta região, onde os prejuízos causados pelo carrapato são incalculáveis. Ha zonas neste município onde o carrapato causa estragos enormes na criação. E, além do carrapato, ainda, como si esse flagello não bastasse, temos também o berne. Incalculável é por isso o prejuízo que à economia do Município e do Estado causam esses flagellos. O assunto é de tal importância que ainda recentemente o Governo Federal considerando o valor economico do couro para os mercados internos e externos e os prejuízos vultuosos para a economia nacional resultantes da sua depreciação, regulou o uso das marcas a fogo (ferro candente; estabelecendo suas dimensões e lugares onde podem ser applicadas, na rez. Não nos esqueçamos, porem, quão maior é a depreciação resultante do carrapato e do berne, além da mortandade de gado resultante do emagrecimento causado por esses flagellos no verão — preparando os gados para a morte no inverno. E como o assunto é de tal relevância e interessa a própria economia nacional, não seria demais que as Prefeituras, nos municípios creadores e o Estado isentassem os impostos (territorial e pecuário) por cinco annos, todos os criadores que construissem nas suas propriedades, banheiros carrapaticidas. O que nos parece inadiavel e urgente e attenderá industria pecuaria em favor da economia nacional — diminuindo as proporções do flagello (LAGES: Jornal Correio Lageano, 1940, p. 3—4, 6).

Ainda no mesmo ano, um artigo intitulado “Por mais Bife”, pondera sobre a importância de uma vacina efetiva contra a febre aftosa e medidas até então apresentadas para manter a qualidade da carne produzida na região:

Lages é, indiscutivelmente, um dos mais importantes parques pecuários do sul do País Alem do nosso Estado que aqui é abastecido do indispensável bife, são nossos fregueses os nossos visinhos do sul e também, em menor escala, o Paraná. Mas dizemos inverdades em afirmando que éssa nossa quasi única industria viveu, até bem pouco, como que em estado primitivo, estagnada, marcando passo, ao deus- dará, sem outro qualquer processo de aperfeiçoamento, contando exclusivamente com as boas qualidades de nossos campos e com a esperança na camaradagem dos invernos. Para combater as epidemias como aftosa, carbúnculo e outras que tais, acreditava-se mais na eficácia de benzeduras do que em tratamentos preventivos e curativos. Não data de muito a adopção de vacina contra o carbúnculo hemático e sintomático, constituindo hoje, medida geral, pelos efeitos verificados de mais completa eficácia. Contra a aftosa, flagelo mundial dos rebanhos, andam ainda, os técnicos, às apalpadelas, e isso, no mundo inteiro, haja vista à velha Inglaterra, onde o govêrno leva realmente a sério o calamitoso problema. Lá, o que se conseguiu até agora, foi isto: isolamento completo da região assolada com o sacrificio dos exemplares afetados e a competente indenisação pelos poderes públicos Não se pode, ainda, filtrar o microbio da aftosa para a confecção da vacina imunizante. Os muitos preparados especificos existentes

no mercado, contra o mal, são mais-ou-menos inócuos [...] Comraríssimas exceções a melhoria dos nossos rebanhos, andou, também, mais-ou-menos descurada. Tinha-se muito zebú a robustecer o gado crioulo e nada de outras raças que lhe dessem qualidade. De tempos para cá, porém, e felizmente, a cousa mudou e mudou radicalmente. Hoje, dezenas de raças de córte, mixta e leiteira, atestam a sua adaptabilidade ao nosso clima, na mais compensadora afirmativa de que a experiência real mente valeu. Não é nosso intuito, na exiguidade desta coluna, fazer uma análise mais ampla do importante assunto, sinão, somente, um registro do progresso que se vem notando na qualidade do rebanho lageano. Uma próva eloqüente dessa nossa afirmativa está no exito absoluto que constituiu a Exposição-Feira, de 1938. E, patrocinada pela Associação Rural, já se anuncia para março de 1941, a 2a Exposição Agro-Pecuária de Lages. Certo não faltarão à Associação Rural, o apoio e o auxilio da classe e do govêrno, uma vez que, de tais certames resultará, isso é certo, o aperfeiçoamento dos rebanhos — o mesmo que dizer — a melhoria dêsse artigo de primeiríssima necessidade — o bife (LAGES: Jornal Correio Lageano.26/10/1940.p.6-2-3).

A preocupação com a proliferação de doenças é constante nas publicações da década de 1940. Em artigo atribuído ao criador Caetano Costa, intitulado “Pela Pecuária”, faz-se uma perspectiva alarmante dos prejuízos causados na economia com a proliferação de epizootias:

E’ deveras alarmante a perspectiva, e mesmo a realidade que se constata em Lages, com o aparecimento de diversas epizootias que estão grassando no gado cavalari e bovino em diversos pontos do municipio. Aparecida primeiramente em Capitão Mór, neste municipio, e depois em fazendas do Bom Retiro, a moléstia é de uma letalidade assombrosa, não escapando nenhum animal, depois de afetado. Segundo técnicos que têm feito exames, trata-se evidentemente de raiva, sob diversas fôrmas, principalmente de parilisia dos membros locomotores trazeiros, pelo que se lhe tem dado o nome vulgar de poste das cadeiras. Alguns casos de carbúnculo ematico, simultâneos com a raiva, responde também pelos danos verificados, que nalguns logares chega a 40 e 50 % do gado existente. Tanto são atacados bovinos cornos cavalares e tombem alguns suino. O remedio recomendado pela ciência veterinaria é a vacinação que é preventiva mas não curativa. Em alguns casos, como no gado de quem estas notas escreve, a vacina produziu resultado preventivo, até agora, quatro meses decorridos. Mas ha sempre o receio de que o mal reapareça, porque a mesma providencia tomada para o gado de outras invernadas, no mesmo campo, já não deu o mesmo resultado, porque feita ha quase tres meses, ainda estão perecendo algumas rezes, embora em menor porcentagem do que antes. Assim em gados de outros vizinhos. Sem a competência científica para opinar e ante o silencio senão indiferença daqueles a quem cumpre de preferencia tratar do assunto, atrevo-me a supôr que o agente transmissor e veiculo de contagio desse morbus, ainda não está definitivamente estabelecido, e que o insucesso da vacinação, em alguns casos, deve ser atribuído a defeitos da linfa inoculada, e não propriamente a falhas de diagnostico ou terapêutica aconselhada pelo esforçado Sr. Diretor do Serviço de Combate á raiva no Estado. Isto posto não é o caso, para que os diretamente feridos com o prejuízo nos seus animaes, cruzem os braços e esperem providencias somente dos governos, que podem muito, mas não são onipotentes, mormente quando a sua intervenção não é invocada. (LAGES: Correio Lageano,14/06/1941, p. 3-2).

Vale ressaltar que neste mesmo período os jornais noticiavam grandes preocupações com doenças na população como a febre tifoide e a tuberculose. A questão das vacinas e das orientações de cuidados médicos apresentava-se como métodos duvidosos, porém, necessários em função do alastramento de enfermidades. No campo, ressoavam não somente dúvidas quanto à eficácia das vacinas, como também uma grande preocupação em relação aos custos

econômicos da criação de animais. Em agosto de 1941, o Jornal de maior circulação regional publicou em suas páginas um longo artigo sobre a preocupação causada pelos morcegos na região, causando “grave ameaça à atividade pastoril”. Buscando chamar atenção da população para a necessidade de combater o agente transmissor de doenças, incentiva a população a acabar com qualquer área que possa servir de habitação aos morcegos e alerta sobre o fato de os criadores não darem a devida importância ao sistema de vacinação:

ASSUNTO PALPITANTE – [...] opiniões leigas, verdadeiros palpites, sem razões científicas ou consequências de madura observação dos fatos. Isto creou um certo estado generalizado de indiferença pelas ameaças da epizootia, que levou a um dos fazendeiros mais prejudicados da zona infetada, a responder a um outro, seguro da imunidade da sua zona, a fazer a síntese do seu prejuízo e terminou respondendo: talvez você tenha razão, porque pimenta na boca dos outros não arde. O que é verdade é que o mais prejudicado, em concerto oportuno com o então Prefeito municipal Sr. Dr. Indalecio Arruda, pediu providencias ao governo do Estado. Não faltou quem julgasse precipitada esta providencia pedida em Janeiro do corrente ano. O que é fato, é que o Dr. Interventor Federal atendeu pronta e energicamente, enviando o Dr. José Roberto de Macedo, chefe do Serviço de Profilaxia da Raiva, no Estado, aos principaesfocos epidêmicos em Bom Retiro. Aquele esforçado técnico veio prevenido de materiaes e auxiliares vacinadores. Procedidos os exames de Laboratorio formou o diagnostico de que realmente se tratava da Raiva, a qual deu combate imediato com o processo da vacinação, inteiramente grátis para o fazendeiro, a não ser hospedagem e transporte de um campo ou fazenda, para outro lugar onde o mal aparecia. Ansim, salvando se milhares de rezes, dominou n’alguns rodeios inteiramente o flagelo e noutros deteve ou atenuou a sua marcha Mas... uma dificuldade, naturalmente surgiu: a falta da vacina. O serviço n’uma zona rural povoadissima de gado, exigia diariamente milhares de doses, que eram aplicadas em duplicata. As instalações do Serviço da Raiva, não podiam, principalmente por falta da matéria prima, (animaes injetáveis para produzir-se a limfa), o processo relativamente demorado para o seu preparo não permitiam atender no momento e com a eficacia da idade do remedio, os casos violentos que surgiram. Entretanto o diagnostico foi seguramente feito e assentada a terapêutica do mal, por opiniões autorizadas (LAGES: Jornal Correio Lageano, 1941, p. 3-1).

A preocupação com epizootias aumentava nas publicações semanais conforme se publicavam os dados referentes à criação nos meses de inverno. Em setembro do mesmo ano o jornal Correio Lageano chamava atenção sobre a mortandade do gado bovino em Lages, apesar das alternativas enviadas pelo Governo do Estado:

O inverno rigorosíssimo e diversas epizootias dizimam, assustadoramente, os rebanhos bovinos lageanos A mortandade de gado bovino que se tem verificado neste município já está assumindo proporções de verdadeira calamidade. Desde os mais longínquos recantos da comuna nos chegam, todos os dias, noticias alarmantes sobre a magresa dos bovinos e a morte em grande quantidade desses principaes povoadores de nossos campos de criar. E a verdade incontestável, conforme nos informou distinto criador, é que em parcela mui superior aos lucros que a maioria dos ruralistas teve no ultimo verão, o prejuizo aí está, enorme em conjunto, excepcionalmente visto em Lages. Criadores há que já perderam até 180 rezes! Todas as providencias, tendos os recursos, tudo o fazendeiro grande ou pequeno tem posto em pratica ou aplicado para evitar que a sua unica ou principal riqueza desapareça como por encanto. Entretanto, pode-se asseverar, os resultados beneficos têm sido diminutos ou quasi nulos, tanto que o numero de rezes mortas já é alarmante. E’ verdade que nos pontos do município

em que a raiva se manifestou nos bovinos, a vacinação mandada efetuar pelo Governo do Estado produziu efeito providencial, porque fez cessar o seu desenvolvimento. Mas, os rebanhos de bovinos deste município não estão sendo dizimados apenas pela invernia e nem pela raiva, o que também está matando o gado de modo assustador são as consequências de outras doenças que, segundo se comenta, são completamente desconhecidas, e apareceram êste ano, durante o inverno, e logo depois da aftosa, o frio e a fome terem enfraquecido o gado. Crê-se igualmente que os carrapatos e os bernes tenham concorrido grandemente para atacar os bovinos e predisporlos a todas as epizootias. A opinião dos velhos e práticos fazendeiros lageanos são tão reservadas sobre a causa ou causas da calamidade que está acontecendo á pecuaria de Lages, que nos não sentiríamos bem em citar - as nestas linhas escritas ás pressas. O inverno tem sido rigorosíssimo pelo excesso de frio. As pastagens secaram e perderam, pois, o seu maior valor nutritivo, ficando o gado, por isso, á mingua. As geadas, nevadas e chuvaradas molestaram o gado mais ainda e, já bem magro e debilitado pela aftosa, tornou-se fraquissimo e mais sujeito á várias epizootias e á morte. O que se pode garantir é que a mortandade de gado, em Lages especialmente, não tem uma só causa e é um fato. Hontem, em palestra com alguns ruralistas, ouvimos que, não obstante o terrível frio que enregelava o gado faminto pelas invernadas, outros males desconhecidos existiam nalguns rodeios e estavam concorrendo desenvolvidamente para a morte de avultado numero de vacuns. Infelizmente ninguém sabe o que de melhor deve fazer para sustar a mortandade, para evitar maior prejuizo do que o que já é tão grande como poucas pessoas são capazes de calcular o seu vulto no momento. Com esta nota desprezenciosa e rapida sobre o flagelo que está diminuindo os rebanhos bovinos de Lages, queremos, como fez o illustre e distinto Sr. cel. Caetano Costa com o seu ótimo e bem lançado artigo, intitulado «A Raiva Bovina», publicado pelo «Correio Lageano» de 9 de Agosto último, apenas dar a entender, tanto q u a n t o é possível a gravidade da situação em que se encontra a maioria dos ruralistas lageanos, e esclarecer o que nos parece justo, embora providencias energicas e indispensáveis já tenham sido tomadas pelas autoridades competentes afim de ser tolhido um surto maior de raiva e de carbúnculo hematico (LAGES: Jornal Correio Lageano, 20/09/1941, p. 4-1-2).

Ao mesmo tempo, em que os dados apresentavam-se alarmantes para os criadores regionais, notícias de enfermidades que assolavam a produção pecuária em outros estados também cobravam das autoridades públicas medidas efetivas de combate a doenças e parasitas. Em outubro de 1941 uma publicação do Ministério da Agricultura sugeria a disposição de maiores investimentos do Governo Federal em parceria com o Governo do Estado através do aumento de recursos financeiros e imóveis equipados com laboratórios visando ao combate e à erradicação de moléstias como a raiva.

Figura 12 – Foto do Jornal Correio Lageano 1941



Fonte: Jornal Correio Lagenao. 11/10/1941

Além de tomar como prerrogativa a importância de maiores investimentos em serviços públicos de defesa sanitária e animal, o artigo também reconhece a importância da pecuária no

planalto serrano catarinense, uma vez que sua produção está vinculada ao abastecimento de carne do estado e “ainda exporta para o Rio Grande do Sul e Paraná.” (LAGES: Jornal Correio Lageano, 11/10/1941, p. 2-1-2). Porém, em carta publicada no mesmo jornal, criadores pedem ao Interventor Federal a redução de juros nas taxas de empréstimos, alegando a desproporcionalidade da renda, atingida pela baixa da produção, em função de calamidades não previsíveis, como o grande e intenso período de inverno e a epidemia de febre aftosa:

[...]. E' assim que, tendo investido um capital ás vêses enorme em campo e gado, o criador não desfruta uma renda proporcional, correndo o risco, ainda, das eventualidades desastrosas. Daí acontecer que, quando nos sentimos açoitados por um inverno da envergadura desse que nos visitou demoradamente êste ano, os lucros de vários anos, obtidos com indigentes sacrifícios, são tragados de um só góle. Dos pequenos criadores, muitos ficam inteiramente arruinados com lucros perdidos e capital abalado. Não fosse o mal que castigou duramente os rebanhos desta região na entrada do inverno, por certo, è claro, que os prejuizos não seriam tão grandes, embora sobrepujassem os dos anos anteriores. O gado, enfraquecido e debilitado pela aftósa na época bem módica, dispensando também de certas obrigações para com o fisco que venham agravar mais o estado em que se encontra, para que possa, dentro de alguns anos, restabelecer a sua situação e o seu credito. Há um decreto federal que visa preservar a Economia Popular de explorações desabusadas, tão frequentes na nosa vida econômica. O inverno e a aftósa, sabemos nós, não foram encomendados por este ou por aquele. Nem tampouco póde o Governo baixar decretos proibindo o inverno rigoroso ou o aparecimento de epizootias. Mas, em se tratando de um fenomeno que assumiu proporções por assim dizer calamitosas, golpeando seriamente toda uma classe que não dispõe de outro apoio que o de suas próprias forças, — classe essa que constitue a espinha dorsal da economia do planalto catarinense, como não pôde resistir ao inverno- rogo apelo ao Exmo. Sr. Interventor Federal [...] (LAGES: Jornal Correio Lageano, 1941, p. 4-2).

A partir da década de 1950 há um importante movimento das Associações Rurais em incentivar à aplicação de conhecimentos zootécnicos no campo. Utilizando publicação feita pela Sociedade Rural Argentina de Gualeguay, enfatizava-se a importância do conhecimento técnico especializado para combater a febre aftosa. Sistematizando as informações obtidas do professor Otto Waldmann, contratado pelo Ministério da Agricultura da Argentina para combater a epidemia no país, o artigo versa sobre a eficácia da vacina, mas alerta sobre as pesquisas que ainda estavam em andamento sobre diferentes tipos de vírus, o que elevava pesquisadores a aprimorar vacinas polivalentes, mas sem resultados totalmente efetivos. Afirmando a inexistência de um conhecimento exato sobre os tipos de vírus que atuam na proliferação da febre aftosa, o artigo ressalta a importância da colaboração dos criadores em levar ao conhecimento do veterinário regional a situação de suas reses afetadas, para que este recolha amostras em tempo de serem enviadas ao Ministério da Agricultura para serem analisadas (LAGES: Jornal Correio Lageano, 1950, p. 3-2).

Essa relação entre o sanitarismo e a base alimentar na proliferação de doenças também é descrita no livro do pecuarista José Maria de Arruda Filho intitulado “Coisas do Passado”,

publicado em 1964. Para o citado autor, a prática das queimadas constitui-se desde os primórdios do povoamento da região como técnica fundamental na manutenção da atividade criatória, e mantém-se mesmo com a sugestão de técnicos sobre suspender o sistema:

[...] A regra é queimar-se num ano a região onde isso não foi feito no ano anterior. Chegado o mês de agosto já se sabe: escurece o céu de fumaça. Houve e ainda há os que combatem esse sistema. São de fora. Vêm por aqui, falam, falam, e vão-se embora. São “voxclamantis in deserto”. Os nossos sabem: Campo que não queima vira vassoural, carrascal, mato. E é aí que que desenvolvem os carrapatos e bernes. O 1º diretor do Posto Zootécnico também era contrário as queimadas logo que aqui chegou. Mas com pouco prazo, estava metido na dança e com tanto desembaraço que não esperava por ninguém. Em escrito elogiou nossos campos. Disse que são campos bons e azotados, devido às queimas (Arruda Filho, 1964, p. 08).

José Maria de Arruda Filho também enfatiza em seus escritos a importância da introdução de animais rústicos que “desconheciam o pão de ló” até mesmo em seus países de origem, uma vez que sua pelagem mais ou menos curta os deixava menos sujeitos aos carrapatos e bernes. Nesse sentido, o autor questiona:

Que teria acontecido se os padres houvessem trazido o gado francês ou inglês — raças finas — em lugar do que trouxeram? Estariam por aí da mesma maneira? Que respondam os entendidos. Que seria desse gado fino se fosse solto em campanha aberta, de pastos ásperos, sem sal, sem banheiro, sem vacina e sem mesmo a mão do homem para ampará-lo? Que digam os senhores zootecnista. De nossa parte dizemos: Branquearia com seus ossos as nossas canchadas ao primeiro sopro do minuano (Arruda Filho, 1964, p. 11).

Enfatizando a rusticidade do gado que compunha boa parte da região serrana catarinense desde o seu povoamento, Arruda Filho descreve as poucas preocupações relativas a doenças e cuidados com os bovinos crioulos:

O pai do autor destes rabiscos, como já se sabe, foi um dos maiores criadores desta região. Ele possuiu até três mil cabeças de vacuns e mais de trezentos cavaleares. Naquela época não havia ou eram escassos os fechos. Os gados se dividiam por si mesmo, em determinados rincões ou zonas. Cada mês fazia-se distribuição de sal, que era jogado no chão de capim bem limpo, aos punhados de uma mão bem cheia, ou, era derramado pela boca do saco, que se carregava às costas, na distância de oito ou dez passos, enchendo-se assim uma grande área, o rodeio, quase sempre de forma arredondada e próximo a aguada [...] o gado era chucro mas o sal era distribuído a pé. Esse gado entrava na mangueira duas vezes; uma para ser marcado e outra para a venda. Nos tempos mais recuados, o remédio para matar bicheiras era o mercúrio e quase sempre, após ele, a benzedura que era, na opinião dos benzedores – índios e pretos velhos- quem realizava a cura. A creolina só apareceu mais tarde, desalojando o mercúrio que desapareceu, levando parte da benzedura que perdura ainda hoje em alguns lugares do interior. As doenças ou males que mais preocupavam os criadores, afora o inverno, eram só duas: osso da boca e bicheira. O osso era extraído. Alguma rês gorda, que aparecia morta, sem motivo aparente, ia por conta do raio, que se havia chovido, ou para picadura de cobra, em caso contrário. Não se usavam vacinas, porque estas ainda não existiam e nem mesmo eram necessárias (Arruda Filho, 1964, p. 32).

Para o criador Lageano, a proliferação de doenças e as dificuldades no

desenvolvimento da pecuária foram acentuadas pelo desconhecimento das condições naturais em que a atividade deveria ter se fundamentado:

Se tivéssemos levado em consideração a estupenda obra da natureza, que é sabia em suas leis- mais de três séculos de seleção natural – não teríamos tomado o rumo que infelizmente tomamos. Se houvéssimos feito um estudo do atual homem do campo, das pastagens, enfim, do nosso meio, nunca teríamos tentado substituir a incomparável raça nativa [...] qualquer caboclo teria seu gado forte, sadio e bonito (Arruda Filho, 1964, p. 11).

O autor afirma ainda que, o cruzamento contínuo do gado crioulo com outras raças importadas da Argentina e do Uruguai através de empréstimos realizados pelo Posto Zootécnico foi responsável por produtos mestiços que apresentaram significativo ganho de peso em relação às suas matrizes, mas, no entanto, também foram responsáveis por mudanças que acarretaram em elevados custos para os criadores e a decadência do sistema produtivo:

[...]. Os criadores, como dissemos, incentivados pelo meio sangue, seguiram o caminho do cruzamento contínuo. Do $\frac{3}{4}$ em diante o pelo do boi foi se tornando comprido e os carrapatos e bernes surgiram em quantidades aterradoras. Vieram os banheiros que resolveram em parte o problema, matando os carrapatos no corpo da rês, mas não matando o berne. Ninguém até agora, que se saiba, conseguiu limpar os seus campos de carrapatos e bernes à custa de banhos. Ao passo que esses gados iam ganhando em sangue, iam perdendo em rusticidade, tamanho e peso. Um confronto do estado atual das raças de sangue nobre com os tempos de seu início chegam para mostrar o estado decadente em que elas se encontram na região serrana catarinense [...] sabemos que os motivos reais são sua inadaptabilidade ao meio (Arruda Filho, 1964, p. 13).

Instituindo uma crítica quanto à forma como se estabeleceu a divulgação de técnicas de criação, Arruda Filho afirma que a maneira pela qual as instituições governamentais estabeleceram as mudanças no sistema de criação foram inadequadas:

Constantemente ouvimos falar em técnica. O que é a técnica? Em nosso entender é a maneira precisa de executar o trabalho. Há trabalhos que requerem inteligência, paciência e, sobretudo, muito conhecimento. Se o indivíduo que dizem técnico ou como tal se tem, não possui esses predicados, só poderá ser técnico de guichê de pagamentos. Se fôssemos governo, por exemplo, faríamos assim – Chamariamos um técnico e lhe diríamos: “O senhor vai a Lajes, escolher uma fazenda para a criação da raça tal. Vá lá, faça um relatório de tudo e, se aprovado, organizaremos a fazenda e o senhor ficará como seu administrador. Até o final do primeiro ano, o governo entrará com a verba necessária para a sua manutenção e da fazenda. Mas dessa data em diante, o senhor se manterá a si e à fazenda e terá ainda que repartir os lucros com o governo. Temos que ensinar os particulares a fazer estas coisas. Temos que demonstrar que sabemos fazer dinheiro com pecuária e não pecuária com dinheiro!” (Arruda Filho, 1964, p. 52).

Entre as questões abordadas pelo pecuarista e autor, chama particular atenção diferentes análises e dimensões na interpretação sobre os processos que conferem caráter de desenvolvimento à pecuária regional. Evidencia-se que as relações estabelecidas entre as políticas de modernização e a aplicação de novos sistemas de criação configuravam-se de

maneira tensa e até mesmo conflitante, levando a um cenário dualista entre técnicos, agentes públicos e as elites sociais que vigoravam a partir das relações de produção e propriedade da terra.

Nesse mesmo sentido, Indalécio Arruda, filho caçula de José Domingues de Arruda, conhecido como "Coronel dos Coronéis da Coxilha Rica", registra em seu livro "Revivendo o passado", publicado em 1972, o discurso realizado ao interventor federal enquanto era deputado, na Assembleia Legislativa do Estado. Apontando os números da pecuária estadual pelo recenseamento de 1920 (Um milhão e quinhentas mil cabeças de gado) e pelos números das exportações do ano de 1935 (ano em que a exportação de gado atingiu 8.707:500\$000), o autor assegura que a indústria animal contribuiu com mais de um terço da exportação remunerada do Estado e ressalta:

Não preciso encarecer neste momento a poderosa contribuição que a indústria pastoril e a lavoura trazem diretamente para a vida interna do estado. Está isto no conhecimento de todos. Mas senhor Presidente e senhores deputados, parece que já estou ouvindo alguém fazer a pergunta: Afinal, para que esta lengalenga tão grande? A resposta, no entanto, é simples. É que para auxiliar essa imensa riqueza catarinense, que é a pecuária, para o seu aperfeiçoamento; para dar combate às zoonoses que infectam os nossos rebanhos, como a raiva, a aftosa, o carbúnculo dos bovinos, a peste das cadeiras, o garrotilho dos muares e cavalares, a batedeira dos suínos e a cólera das aves; é que para prestar auxílio aos lavradores, criando campos experimentais de cultura, distribuindo sementes selecionadas e ainda combater as pragas que atacam as plantações; para tudo isso senhor Presidente e senhores deputados, o nosso orçamento consigna a verba irrisória, mais que irrisória, a verba cujo qualificativo eu não acho, de 264:960\$000. Todas essas considerações e algarismos servem para demonstrar que não deve permanecer mais em nosso orçamento uma verba tão modesta, para um fim tão elevado (Arruda, 1972, p. 55).

Cabe ressaltar que o relatório datilografado da Estação Experimental de Lages de 1972, ao enfatizar os trabalhos de pesquisa aplicada em cooperação com os criadores e o suporte que oferece à outras estações com experimentos na produção de trigo, feijão, soja e milho, também estabelece uma crítica quanto à falta de recursos dos poderes estadual e federal:

Noticiando, pois, a implantação em Santa Catarina, da experimentação e pesquisa animal, lícito esperar já a médio prazo, se forem oferecidos os recursos necessários, resultados da pesquisa no setor, que certamente muito hão de influir, na economia de nosso Estado, a exemplo do que já está se verificando (...) Ao finalizar, não seria justo deixar de observar, que a Estação Experimental de Lages encontrou suporte financeiro, para o início de suas atividades, na Prefeitura Municipal de Lages e, sobretudo, na Secretaria de Agricultura de Santa Catarina, em vista de não ter sido contemplada com recursos financeiros da União (EPAGRI, Relatórios Avulsos, 1972. p. 2).

As dificuldades econômicas registradas tanto pelo criador quanto pela Estação Experimental de Lages revelam inconsistências nas pesquisas e na aplicação de programas de melhoramento produtivo, além de reforçar o contexto de conflito de poderes, historicamente

construído nas relações sociais. Roberto José Moreira, ao escrever sobre o complexo sentido das ruralidades na modernidade, afirma que há uma constituição cultural da imagem do rural, para quais os sentidos atribuídos à modernidade fazem emergir em nossa contemporaneidade uma complexa visão do mundo rural. Nesse sentido, o autor ressalta que:

No tratamento do rural da modernidade, e dos rurais associados às diferentes formações sociais modernas, pode-se captar as especificidades das formações capitalistas periféricas latino-americanas, em especial a brasileira, e distinguir, analiticamente, os processos que configuram ruralidades centrais e periféricas visualizando, nos processos sociais, embates hegemônicos, contra hegemônicos e subalternos. A noção de subalternidade está referenciada a seres e entidades sociais produzidos como socialmente inferiores, ainda sem coesão social de postulação de contra hegemônias, mas em lutas e disputas por redução de diferenciais de poderes. A luta política e a coesão social podem transformá-los de sub a alteridade (Moreira, 2010, p. 241).

Ainda segundo o autor a ressignificação da ruralidade está associada ao domínio da natureza e da tradição, manifestando dualidades discursivas geradoras de conceitos e valores tidos como superiores e inferiores, tradicional e moderno, não tecnificado e não tecnificado. (Moreira, 2010, p. 250). No entanto, estas mudanças que preveem uma transformação de mentalidade produtiva a partir do desenvolvimento de instituições de pesquisa não poder ser analisada como um processo gradual e homogêneo. A ideia de um desenvolvimento tecnológico pautado no melhoramento genético animal e forrageiro foi amplamente divulgado em jornais, revistas e boletins informativos.

No entanto, essa circulação de novos saberes não foi colocada em prática ou não foi aceita da mesma forma pelos criadores locais. Como consequência, revela-se uma multiplicidade de concepções que não só moldam os valores simbólicos de um território, como também esboçam a dicotomia existente entre a ideia de integração de processo modernizante e a realidade socioeconômica regional.

Assim, a pecuária “tradicional” ou “rudimentar”, como se designa às primeiras formas de criação foi parcialmente modificada pela tecnologia disponibilizada, ainda que mantenham algumas características enraizadas nas condições socioeconômicas regionais. Essa multiplicidade é por vezes negligenciada na historiografia, reduzindo-se as análises à força dos processos econômicos e invisibilizando as reflexões sobre o espaço vivido (Costa, 1988, p. 19). Nessa perspectiva, Joana Medrado afirma que:

No século XX, com a formalização da indústria da carne e com a implantação dos frigoríficos, não acontece apenas a formalização deste mercado, mas mudou a estrutura produtiva das fazendas de gado, e consequentemente a atividade secular de criação de animais é atravessada por uma nova demanda econômica, tendo a economia pecuária, ao se modernizar, ocupado um papel importante na industrialização rural brasileira (Medrado, 2013, p. 20).

Esse processo de industrialização direcionou o sistema produtivo em duas frentes: A da produção de animais economicamente vantajosos para o mercado da carne bovina; e a importação e produção de matrizes e exemplares genéticos.

Assim, a atuação do Estado na articulação e subsidio à importação de material genético tem profunda relação com a aproximação de perfis políticos que se apresentavam então como a “elite rural”, num sistema de “solidariedade” ordenado por interesses políticos e econômicos. De acordo com Medrado, ao que parece, os criadores que investiram na importação de material genético europeu receberam maiores incentivos do Estado, utilizando para isso os postos de zootecnia. Por outro lado, alguns criadores buscaram estratégias de seleção do gado nacional, o que explica a manutenção genética do gado crioulo que originou as raças nacionais. (Medrado, 2013, p. 32).

Nessa perspectiva, o processo de transição econômica assim estabelecido será também responsável pela formação de núcleos de criadores e eventos agropecuários que não estão dissociados de atos políticos e que, revelam dinâmicas complexas não só do sistema de produtividade como também nas relações socioambientais estabelecidas.

2.2.2 Animais de Exposição: As Feiras e a consolidação da Indústria Pecuária

O processo de industrialização da pecuária, marcado pela disseminação de protocolos e manuais de criação que visavam à modificação da estrutura das propriedades e também o cruzamento de espécies para melhoramento das raças, consolidou, a partir do século XX, a importância das feiras agropecuárias na economia nacional e regional, como forma de fomentar novos sistemas de criação de animais geneticamente selecionados, e conferir a estes criadores o status modernizante preconizado em livros e congressos.

De acordo com Joana Medrado, a criação de gado, associada às novas tecnologias no campo, fortaleceu o conceito de “indústria pastoril”, reunindo adeptos das economias rurais e entusiastas da industrialização (Medrado, 2013, p. 20).

Essa racionalização buscada no sistema de produção e comercialização de carne bovina tinha como objetivo primordial alargar a aceitação do produto no mercado interno e externo. Neste sentido, a variedade das características regionais de criação passou a ser exposta em feiras e exposições agropecuárias, onde as iniciativas particulares e também os incentivos estatais organizavam formas de expandir modelos de produtividade que colocavam o sistema de produção pecuária aos moldes do capitalismo agrário vigente.

A tese apresentada por Paulo Esnar de Souza Nogueira, Inspetor Zootécnico da Secretaria de Indústria Animal do Estado de São Paulo, afirma que as Exposições animais possuem importante papel no melhoramento genético animal, pois se constituem em um fim instrutivo mais rápido e prático do que os alcançados pelos zootecnistas, permitindo comparar as raças existentes no país, facilitando aos criadores informações relativas ao meio em que vivem, as condições de alimentação, a rusticidade e as funções econômicas, permitindo definir qual a mais conveniente para cada tipo de propriedade e segundo cada fonte de renda. (Nogueira, 1936, p. 91). Além disso:

Tratando-se de productos importados e suas cruzas, oriundas de diversas zonas, mostra como se comportam e se adaptam, relativamente à diversificação do meio, em geral e dos sistemas de criação em particular, conservando ou não, a amplitude das funções econômicas que lhes dão renome e orientando os interessados sobre as possibilidades industriais de sua exploração. Ainda aqui poderemos verificar quaes os resultados dos cruzamentos contínuos ou dos industriais, evidenciando a utilidade ou a inconveniência desses métodos de reprodução, relativamente ao fim colimado e à raça cruzante. Reconhecidas as vantagens de um cruzamento industrial, permite o cotejo dos produtos de alta e baixa cruzas, facilitando a determinação do infu de sangue estranho a ser introduzido no rebanho, para que não fiquemos, aquém ou além, da infusão necessária, para elevar ao máximo sua capacidade de produção econômica, no meio em que deve ser explorado (Nogueira, 1936, p. 91).

Nogueira ressalta ainda que em relação à seleção de raças nacionais exalta-se a função do refinamento para funções econômicas, demonstrando a capacidade do melhoramento do rebanho:

Em se tratando da seleção das raças nacionais, mais se exalta a missão instrutiva desses certames, porquanto a aproximação do “standard” e o afinamento das funções econômicas, patenteadas em grupos expostos por um criador, demonstram não somente a inteligência e dedicação deste, como a capacidade de melhoramento do rebanho, traduzindo-se comercialmente por accrescimento de valor venal. Em qualquer caso, os interessados ficarão estimulados, estabelecendo-se entre eles forte emulação, que redundará em surtos de progresso na pecuária, fonte de renda d’onde emanarão grandes proventos para o Paiz (Nogueira, 1936, p. 92).

Ainda segundo o autor, o contato e as relações estabelecidas entre criadores e técnicos, principalmente no Brasil, “onde ainda escasseiam os profissionais dedicados a zootecnica applicada”, encontra nas feiras o estreitamento da colaboração ente estes, as associações de classe e departamentos oficiais especializados no assunto (Nogueira, 1936, p. 92).

Outra preocupação registrada quanto às feiras e exposições consistia na localização e instalações, de modo que o autor sistematizou sete considerações para a locação de uma exposição regional:

1º) Estudar a zona, para nos inteirmos dos efeitos econômicos de um certâmen dessa natureza, em relação ao que se esperam de outras. É claro que em municípios onde a população se dedica exclusivamente à agricultura, os rebanhos serão pouco

numerosos e seus principais representantes facilmente transportáveis, não sendo conseqüentemente indicadas para certamens dessa natureza. 2º) Desde que no recinto da exposição não haja installações apropriadas para o controle da carne dos animaes abatidos, dever-se-á dar preferência às localidades em que os matadouros frigoríficos ou não, facultem esses estudos pelos technicos. 3º) O recinto será de fácil acesso ao público, que abrigara convenientemente, bem como aos animaes. 4º) A cidade escolhida, terá alojamentos sufficientes e cômodos para todos os visistantes. 5º) Estará em tronco de estrada de ferro, para amenizar e simplificar o transporte dos productos da zona. 6º) É indispensável a montagem de uma pequena leiteria, no recinto, para controle leiteiro e manteigueiro. 7º) Impõe-se a construção local de um pequeno estabulo, a funcionar como enfermaria, para isolamento de animaes acidentados e femeas em parto, além de outro destinado aos animaes atacados subitamente de moléstias contagiosas (Nogueira, 1936, p. 94).

Na escolha dos animais a serem expostos, além das condições gerais de saúde, qualidades funcionais, pele, cascos, chifres, havia a preocupação em separar lotes de animais para serem julgados e concorrer a prêmios. Estes deveriam ser escolhidos com o máximo de critério, de forma a serem apresentados com o máximo de uniformidade, evitando “grande número de productos heterogêneos e inferiores, que melhor figura farão em uma exposição feira com objetivos exclusivamente commerciaes.” (Nogueira, 1936, p. 95).

Outro ponto interessante destacado no artigo de Paulo E. S. Nogueira são as observações sobre o sistema de controle de carne nas exposições:

Os novilhos serão apresentados em lotes de 10 [...] poderão ser abatidos 3 para o necessário controle do grupo. Um será escolhido pelo criador, e os outros dois pelo jury, que tirará o melhor e o peor do grupo, fazendo-se dahi a média básica para julgamento do lote. Esta medida é sobremodo relevante, pois nem sempre o lote melhor classificado, em vida, corresponde a esse julgamento após a matança, sendo supperado, no rendimento líquido e qualidade da carne por outro de inferior apparencia antes do controle. O estado ou as associações indemnizarão o criador pelos animaes abatidos, pagando-os ao preço do dia, ficando os demais ao dispor do proprietário (Nogueira, 1936, p. 95).

Para o autor, deveriam estar reservados os concursos de animais gordos, com o propósito de estabelecer o custo de produção, seu rendimento em carne e a qualidade da carcaça, de modo que o conjunto das observações garanta a qualidade de animais que serão destinados à reprodução. Além disso, constatarão as qualidades necessárias para o sistema produtivo, bem como poderão corrigir os defeitos na orientação e escolha dos animais — suas características físicas, a larga capacidade de aproveitamento dos alimentos consumidos, o elevado rendimento e precocidade nas características dos animais de açougue (Nogueira, 1936, p. 96). Para tanto, reafirma-se a tese de Réveilleau, de que os registros genealógicos garantem a origem comprovada dos animais adicionando aos concursos uma arvore genealógica idônea, com controle de carne de alguns descendentes (Nogueira, 1936, p. 96).

Concluindo que as exposições constituem-se como uma ótima escola de ensinamentos aos criadores, e que permitem a organização de concursos regionais, estaduais e federais,

realizando a integração de projetos e a contínua colaboração entre a União e os estados, o autor ressalta o papel fundamental das feiras no preparo intenso de animais, que conseqüentemente resulta na organização produtiva das propriedades para esta finalidade.

Nesse sentido, também na Argentina as feiras agropecuárias tornaram-se uma forma de os criadores ampliarem a divulgação sobre as características de raças e animais mais produtivos e economicamente vantajosos.

O julgamento de um animal em uma feira agropecuária requer do avaliador conceitos precisos de zootecnia, que garantam a exigência de características na classificação de reprodutores conforme sua herança fenotípica, bem como sua adaptação às condições ambientais regionalizadas (Nogueira, 1936, p. 91).

Generalmente, el reproductor transmite por herencia todas sus buenas cualidades; pero hay casos en que no se transmiten por ser heterocigotos o por aparecer ciertos factores ocultos, esta es la causa por la cual ocurre a veces que un toro, perfecto en su conformación, no resulta un gran padre [...]. Por eso, lo ideal sería juzgar reproductores “genéticamente probados”, lo que en la práctica resulta imposible. Mediante la selección por conformación y antecedentes genealógicos (pedigree) que se ha practicado a través de siglos, se han logrado fijar las características típicas del animal de carne, y es por ello, que el técnico experto, basándose en el exterior del animal, puede juzgarlo y seleccionarlo con la seguridad de que el animal perfecto en su conformación, responde por su cualidad a un pedigree distinguido (Inchausti; Tagle, 1951, p. 92).

Nesse sentido, para o Planalto Catarinense as feiras de gado também se constituíram como porta de entrada no cenário nacional de criadores pecuaristas, além de estabelecer um marco social no abandono de uma “rústica” economia regional, disseminando no ideal de fazenda moderna os saberes de zootecnia, veterinária e agronomia que se apresentavam como alternativa ao aumento da produtividade regional.

Em 1939, o Jornal Correio Lageano publicou artigo do Secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul como forma de incentivar criadores locais a participarem de feiras e exposições:

Exposição Feira Agropecuária de Lages: Para que os nossos criadores tenham a verdadeira compreensão do que significa uma exposição- feira, trasladamos para aqui o que disse o Dr. Ataliba Paz, Secretário da Agricultura do Rio Grande, sobre o certame rural de Rio Pardo: AS VENDAS Causa, sobretudo, surpresa, para os que não conhecem o município, o êxito integral das vendas de produtos expostos. Ao que estou informado, todos os expositores regressaram depois de haver vendido seus produtos. É preferível que assim tenha sucedido. A sobra de compradores em confronto com o número de animais expostos é a prova melhor de que Rio Pardo é um excelente mercado, tanto para bovinos de corte como de leite, cavalares, aves e suínos, no que se refere aos mestiços. Hereford, Polled-Augus, Rod-Polled, Normauo, Jersey, Zebú, e Holandês, esses os espécimes preferidos por aquele mercado. Infelizmente a representação de Devon não esteve muito ricamente igual às outras. Sei que as vendas atingiram a soma de 312:001.000. Só isso vale pelo êxito da 1 “Exposição de Rio Pardo. Guardemos, confiantes e prevenidos, o certame do próximo ano (LAGES:

Jornal Correio Lageano, 1939, p. 4–3).

Ao mesmo tempo em que havia o incentivo à realização de feiras de animais, no mês anterior, o mesmo jornal relata a situação da pecuária rio-grandense utilizando entrevista feita pelo Jornal Correio do Povo, com o Presidente da Federação das Associações Rurais, Balbino Mascarenhas. Descrevendo uma perspectiva de safra com preços muitíssimo superiores ao que se apresentava até aquele contexto, o jornal artigo afirma a necessidade do Brasil de avaliar a política cambial de países como a Argentina e o Uruguai, sinalizando que:

Dir-se-á, e é verdade em tempos normaes, que a carne dos nossos gados vale menos que a dos novilhos platinos. Mas neste momento a qualidade foi posta de lado e o que importa é a quantidade. Para mais evidenciar esta realidade, os frigoríficos uruguayos propuseram á Associação Rural que este anno não se realizasse o habitual concurso de novilhos gordos especiaes, com que não concordou aquella agremiação (LAGES: Jornal Correio Lageano, 1939, p. 3–4).

A questão que se colocava naquele contexto incorporava as questões produtivas aos impactos de eventos mundiais, como o período entre guerras e a eclosão da Segunda Guerra Mundial, de forma que os impactos do cenário instável do século XX se refletiam não só na articulação dos processos produtivos, como também nos fluxos e funções desta forma de economia para o mercado nacional e internacional. Dessa forma, mesmo em escala regional, a história da pecuária nos permite compreender como modelos transnacionais de produtividade e comercialização foram a base para a modificação econômica e político-administrativa que, integrados aos processos sociais, regiam a ideais de modernidade da pecuária.

Um ano depois, o Jornal Correio Lageano de 29 de novembro de 1941 descreve o restabelecimento do comercio de couros na América Latina, vencendo as dificuldades da Segunda Guerra Mundial, e descritas como resultantes de medidas governamentais como o consumo de produtos pelas manufaturas nacionais de caçado, garantindo através de medidas executadas por técnicos do Ministério da Agricultura, o combate às pragas e doenças que inutilizavam o couro, mantendo a qualidade esperada pelos mercados internacionais:

Graças a essas e outras medidas, praticadas pelos criadores e curtidores, os couros e peles do Brasil passaram a competir com os similares de outras regiões, tanto em quantidade como em qualidade. Além disso, o fechamento de diversos mercados fornecedores depois da Guerra, diversos países exportadores voltaram suas preferencias para o produto brasileiro, cuja cotação entrou a subir proporcionalmente a essa procura (LAGES: Jornal Correio Lageano, 1941, p.1–2).

O término da Segunda Guerra Mundial e também o fim do Estado Novo (1946), foram acompanhados pela emergência de duas grandes potências econômicas e resultaram numa polarização que impactou diretamente todas as economias mundiais. Do ponto de vista nacional, os primeiros anos do pós-guerra foram favoráveis ao crescimento econômico, devido

à redução das importações, que além de incentivar o processo de industrialização e diversificação agrícola, também resultou em iniciativas de abertura de estradas e ampliação de portos.

Cabe ressaltar que o sistema de produção pecuária regional passou por processo de transição distintos: de uma ferramenta de controle territorial voltada ao abastecimento do mercado interno; para um sistema produtivo que visava a consolidação da economia no mercado nacional e transnacional, voltando-se, na segunda metade do século XX, para o mercado da elite produtora nacional.

Natacha Simei Leal, ao estudar sob uma perspectiva antropológica a constituição do gado de elite no Brasil a partir das feiras de gado zebu no centro-oeste brasileiro, afirma que “uma seleção bem sucedida faz tanto reses quanto criadores de elite” (Leal, 2015, p. 34). Nesse sentido, a constituição de uma elite pecuarista no planalto catarinense tem profunda relação com a criação da Associação Rural de Lages, em 1939. A documentação referente à sua fundação e primeiras atividades desenvolvidas infelizmente se perdeu num incêndio que destruiu suas instalações. No entanto, Paulo Ramos Derengoski, jornalista e historiador, em seu livro “Memórias — Associação Rural de Lages 70 anos de História — Fazendeiros e suas memórias”, publicado em 2009, reúne entrevista com ex-presidentes e ex-dirigentes da Associação.

O prefácio do livro, escrito por José Zeferino Pedrozo, à época presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC), atribui a Associação Rural de Lages o protagonismo do associativismo rural no planalto serrano catarinense, sendo cada fazendeiro entrevistado “um protagonista audaz de episódios políticos, culturais e econômicos que amalgamaram o perfil da sociedade civil organizada” (Derengoski, 2009, p. 11).

De acordo com o Pedrozo, as narrativas testemunham

uma das regiões mais belas do Brasil, preservada ecologicamente e que há mais de 200 anos produz o mais nobre dos alimentos: proteína vermelha da carne saborosa do gado criado nos campos nativos de capim mimoso — o boi dos campos de araucárias, o verdadeiro animal orgânico (Derengoski, 2009, p. 09).

Essa ideia de preservação ecológica e produção de carne é apontada na primeira entrevista realizada com o pecuarista Dr. Affonso Ribeiro, tradicional pecuarista Lageano, à época com quase 90 anos de idade. De acordo com a transcrição:

[...]. Sou um preservacionista nato e tudo fiz na minha vida no sentido de preservar a natureza. E fiz isso por intuição, porque os conhecimentos em ecologia mais avançados são recentes, relativamente recentes. Mas eu diria que as primeiras instituições em favor do desenvolvimento rural ocorreram com a criação do Posto Zootécnico, onde o Dr. Vincent, que era um zootecnista Belga, foi encarregado de

modificar com seus conhecimentos trazidos da Europa, as dificuldades existentes para o homem do campo e foi feliz, porque introduziu raças mais produtivas, consideradas nobres, assim como forrageiras também. E, sobretudo, métodos de criação, defesa sanitária. O primeiro banheiro foi feito, na estação do próprio Posto Zootécnico. Depois, o segundo na Fazenda São Roque, que era propriedade do coronel Aristiliano Ramos, e depois na casa do meu saudoso pai, o Sr. Severino Ribeiro, e assim começamos o combate aos ectoparasitas, que eram inimigos naturais dos rebanhos naquela fase do início do século passado. (Derengoski, 2009,p.16).

Ribeiro ressalta na entrevista que, os primeiros trabalhos de aclimatação de novas espécies de bovinos, bem como sua distribuição por empréstimo ou venda, não foram bem-sucedidas:

Ele, o Dr. Vincent, trouxe consigo para o Posto Zootécnico várias raças e várias espécies. Não foram só bovinos, ele trouxe equinos, caprinos, ovinos e acho que até aves e forrageiras. Entre as raças, a primeira que deu entrada, que é a única que ainda está na repartição, foi a raça Flamenga, mas trouxe outras, como a Devon, Jersey, Hereford e Aberdeen. Esse gado foi levado para fazendas que não tinham tradição e não assimilaram imediatamente os conceitos e as orientações de Vincent e foram atingidas severamente pelos ectoparasitas e a falta de alimentação adequada. Talvez pelo pouco caso dos proprietários de então, desapareceram, naquele momento. Mais tarde, evidentemente, elas voltaram com força (Derengoski, 2009, p. 17).

Quando perguntado sobre as Feiras Agropecuárias, Affonso Ribeiro afirma:

A primeira exposição de Lages foi em 1920 [...]. A segunda em 1928. Essa segunda exposição foi realizada no mesmo Campo de Demonstração do Ministério da Agricultura, ainda a céu aberto. Não havia pavilhões. Dessa eu já tenho lembrança, me recordo até que acompanhei meu pai, onde ele levou um reprodutor da raça Flamenga cujo nome era Tirol, um touro muito lindo, vermelho e branco, e levou também um zebuino. Aí já era um grupo diferente, já estavam, entre outros, o José de Melo César, o Zequinha Zuza, trazendo um gado charolês de boa qualidade. Já apareceram raças definidas. Não só a Flamenga, mas também apareceu o Charolês. Esta exposição se caracterizava por apresentar animais fenomenais, bois carreiros mais pesados, vacas machorras de grande peso e animais com algum problema teratológico. Parece que um dos mentores da exposição foi o Virgílio Ramos e um grupo que o cercava, todos meio aparentados. Depois veio a crise muito forte e houve então um retrocesso desse trabalho que vinha sendo feito. Seria a crise de 1929 até 1932 (Derengoski, 2009, p. 17).

A transcrição da entrevista publicada no livro de Paulo Ramos Derengoski é a primeira, de uma série de entrevistas que direcionam as memórias de pecuaristas para os primórdios da formação e atuação da Associação Rural de Lages. Nesse sentido, quando perguntado sobre a união de criadores em uma Associação, Ribeiro descreve:

A partir deste período de crise intensa, já não mais Posto Zootecnico, mas Fazenda de Criação de Lages [...] Dr. Júlio Bitencourt restaurou a agenda. Esse engenheiro agrônomo veio para Lages com o objetivo de dar segmento ao trabalho. E realmente Dr. Júlio pegou a repartição em descrédito e com muitas dificuldades financeiras, mas conseguiu impor novamente a repartição para o interesse dos produtores da época. Fizeram então algumas reuniões, o que motivou a fundação da Associação Rural de Lages, fundada em 1939. O grande mentor da ideia foi o Dr. Acácio Arruda com o Dr. Indalécio Arruda, que promoveram as primeiras reuniões, naturalmente assessorados pelo Dr. Júlio Bitencourt [...] era engenheiro agrônomo muito dedicado,

fez um trabalho muito bom e conquistou o crédito da repartição. Fez grandes trabalhos, na mesma escola de Vincent, com os produtores rurais, levando seus conhecimentos e, com isto então conseguiu fazer lá no Morro do Posto ainda uma outra exposição, de uma outra série: Primeira Exposição da associação Rural de Lages (Derengoski, 2009, p. 20).

Quando perguntado sobre a localização dessa primeira Exposição da Associação Rural de Lages, Ribeiro afirma que foi realizada no Morro do Posto, assim como a segunda, e descreve suas memórias:

Ainda com pavilhão improvisado, mas com raças mais definidas, tudo daquele trabalho realizado anos atrás. O meu pai, muito entusiasmado com a raça Flamengo, sempre foi criador, compareceu com três novilhas. Não de dourava tanto a pílula, como posteriormente se fez. Os animais vinham como eram criados, ele trouxe novilhas de 2 anos e meio, uma com 500kg e outra com 450 kg, que era um peso considerado excelente, mas ainda com aquele critério de mostrar as coisas mais fenomenais. Não se tinha tanta preocupação com a qualidade zootécnica, com morfologia, coisas da época. A exposição foi pequena. De lá as exposições vieram para o campo do Internacional (Vermelhão). Também se improvisaram algumas instalações, onde foram realizadas mais três exposições. Quero acentuar a figura do Dr. Acácio nesse processo todo, porque ele realmente foi o primeiro que fazia questão disso. Ele era tão determinado que não aceitou ser considerado o segundo presidente. O primeiro Presidente na história da Associação, o Dr. Indalécio foi o primeiro da Comissão Organizadora e ele foi o primeiro presidente da Associação Rural. Era também apaixonado pela agropecuária e foi um adiantado criador da raça Hereford. Pretendeu fazer a sua própria raça, que chamou de Santa Lúcia, que era um trabalho semelhante ao que era feito com a Santa Gertrudes, e avançou muito nesse ponto, era grande pecuarista (Derengoski, 2009, p. 21).

Ao citar grupos de criadores e suas preferências na exposição de raças europeias, e mistas para gado de corte, Affonso Ribeiro chama atenção para um pioneiro que considera um “naturalista”. De acordo com o entrevistado, a Sr. José Arruda Filho, pesquisou por conta própria na sua Fazenda Boa Vista, forrageiras nativas e selecionava animais da raça crioula:

Era meu particular amigo, que muito me honrou com sua amizade, ele já numa certa idade, eu ainda jovem. Ele costumava dizer o seguinte: Era tido como teimoso, mas dizia que teimoso não era ele, teimoso é quem teimava com ele. Enquanto os demais se dedicavam as raças europeias mais produtivas, ele procurou conservar e criava, por sinal, um gado muito bonito, um gado crioulo, que hoje se chama Crioulo Lageano. Na época chama-se pelo duro ou chifre duro. É uma referência histórica muito importante. Além de fazer pequenos canteiros para selecionar forragens de inverno [...]. Tinha um trabalho experimental (Derengoski, 2009, p. 22).

Affonso Ribeiro descreve ainda suas memórias sobre a evolução das feiras que se seguiram em Lages. Para o entrevistado, grandes mudanças ocorreram quando os produtores passaram a se preocupar com o potencial produtivo dos animais a serem expostos, ou seja, o seu valor genético, o que passou a ser feito com concursos de peso, de leite, o que se deu a partir da 5ª Exposição Agropecuária. Para tanto, uma nova história no desenvolvimento da pecuária regional se deu, com a participação da Escola Prática de Agricultura Caetano Costa nas atividades de controle leiteiro, onde atualmente atua o Centro de Ciências Agroveterinárias da UDESC, e onde posteriormente foi construído o Parque de Exposições, que recebeu sua primeira exposição no ano de 1950 (Derengoski, 2009, p. 23).

O Jornal Correio Lageano de 1949 noticiou a presença do então vice-presidente da

República Nereu Ramos, e do Governador do Estado Aderbal Ramos da Silva, na 5ª Exposição Agropecuária de Lages. Na oportunidade acompanharam a inauguração da nova sede da Associação Rural de Lages, sendo recebidos pelo presidente Tito Bianchini. O mesmo jornal também publicou o discurso proferido pelo Dr. Leoberto Leal, naquela oportunidade Secretário da Viação, Obras Públicas, Agricultura e Produtos Derivados em função do evento:

[...] Lages vem sendo, por uma predestinação ecológica que se impôs aos que vêm habitando, desde os pioneiros paulistas que aqui primeiramente se aposentaram, uma terra de pastores, um rincão de criadores de gado, verdadeira capital da atividade pecuária em nosso Estado [...] Assim é que Nereu Ramos, plantando nesse local um centro de educação agrícola e de fomento, distribuindo reprodutores das mais finas raças e vez primeira, entre os governantes deste Estado e à iniciativa privada, do fomento e da melhoria da nossa pecuária mista e de corte. [...]. O pavilhão de bovinos, ora concluído, constitui a primeira etapa do erguimento em Lages, de um recinto definitivo para exposições e feiras agropecuárias, devido sobretudo, ao perfeito entrosamento de recursos e atividades propiciado pelo acordo único para fomento e defesa animal e vegetal entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado. Esse regime de colaboração perfeita e mútua assistência, iniciado em 1937 pelo interventor Nereu Ramos com o primeiro acordo de fomento vegetal, vem ensejando que se ampliem e intensifiquem os diversos ramos da nossa economia agropecuária [...]. Pode o governo do Estado apresentar como já foi obtido no campo de fomento da nossa agropecuária apenas para exemplificar, um acervo de 150 estações de monta, com reprodutores das mais aconselháveis raças bovinas para carne e leite. No campo da defesa sanitária animal, só em 1948 inaugurou dois novos laboratórios regionais, os de Araranguá e Mafra que, com o de Lages, vêm sendo os magníficos satélites do Estabelecimento Central de São José, na produção de vacinas e distribuição de medicamentos contra zoonoses que afetam nossos gados. E ainda nesse setor, foi inaugurado e está em plena produção o laboratório contra o Hogcolera, em São José, já alcançando a fase final para a fabricação de vacinas contra a aftosa, como também foram construídos 16 banheiros carrapaticidas [...] que as grandes extensões raramente semeadas de bovinos, ruminando apenas palha nativa, passem a alimentar rebanhos multiplicados no número e melhorados no peso e no tipo, graças a pastagens artificialmente cultivadas (Lages: Jornal Correio Lageano, 1949, p. 05-3/4).

Figura 13 – Exposição Agropecuária



Fonte: www.acervo.arquivopublico.sc.gov.br 30 de março a 01 de abril de 1951 em Lages.

As publicações da segunda metade da década de 1940 e início da década de 1950 apresentam Lages como centro de uma efervescência política que se defrontava com as políticas públicas de desenvolvimento pecuário. As notas jornalísticas apresentam em sua totalidade a grande ligação entre os maiores criadores regionais e cargos políticos regionais, estaduais e federais. Nesse sentido, as exposições agropecuárias podem ser compreendidas tanto a partir da consolidação de políticas de estado, como também da atuação de iniciativas particulares que, colocavam como protagonistas da modernidade os mesmos sujeitos políticos que articulavam as transformações no sistema de criação.

Ao analisar a natureza política, e socioeconômica dos processos de modernização da pecuária catarinense, têm-se as exposições agropecuárias como instrumento de difusão de tecnologias, além de integrarem-se como espaço condicionante na difusão de inovações tecnológicas para o campo. Para além de ideia de progresso, as feiras passaram a constituir-se como ponto de articulação entre o Estado e a sociedade regional, numa relação em que os interesses econômicos se sobrepõem aos interesses políticos, estabelecendo alianças entre o Estado e uma fração de classe, que, através de acordos e projetos de desenvolvimento, mantém hegemonias e detém o poder local que, por sua vez, regulam as relações com o Estado.

(Haesbaert, 2004, p. 22).

Essas relações mostram-se latentes na dicotomia apresentada em artigo publicado no *Jornal Correio Lageano* de 15 de fevereiro de 1941, intitulado “Efeitos da Exposição”. Tomando por base a experiência adquirida por ruralistas no cruzamento de raças para melhoramento genético dos rebanhos, o texto aborda os problemas advindos do sistema de cruzamentos intensivos:

Uma das grandes virtudes do ruralista, mesmo talvez a principal, é a perseverança. Já diz a sabedoria popular que pedra que muito rôla, não cria limo. E' que, sem perseverança o ruralista ha de se ver sempre muito próximo do ponto de partida e, sem ter alcançado a fundo os frutos da sua experiencia, ó solicitado successivamente a ensaiar novidades, para as quaes continua tão inexperiente como no primeiro ensaio. Não que elle não compreenda o valor do tempo perdido, mas, estimulado pela própria curiosidade, não resiste ao desejo de possuir uma cousa nova que lhe feriu a vista e impressionou a imaginação. Até certo ponto, devemos convir, isto é razoavel quando, submetendo- se a novas experiências, não se destine voluntária ou inconscientemente a tarefa já realisada. Não se recusa mesmo, na indústria pecuaria, e até se torna recommendavel, experiências sobrepostas á experiencia já adquirida, com tanto que ellas sejam lateraes, isto è, não se misturem creando um campo artificial e duvidoso de resultados problemáticos, senão perigosos e nocivos. Vem a proposito, a observação que temos feito no que se refere à criação bovina; muitos ruralistas, na ancia de melhorar o seu gado e alcançar um resultado melhor, não têm hesitado em colocar o rebanho n'uma mistura pavorosa de quantas raças lhe parecem boas. Essa mistura, obedecendo a lei da hereditariedade, só póde ter effeito regressivo ao typo originário, com a agravante do enfraquecimento e propensão a todas as moléstias que attingem os degenerados. Ao envez, se mantendo e aperfeiçoando a primeira crusa, nellaprosseguisecom tenacidade, accumulando assim uma maior experiencia e mais completa observação, teria attingido definitivamente as perspectivas a que originariamente se propoz. Porque não há raça ruim; teve idêntica iniciativa : um cuidado e perseverança no cruzamento, qualquer dellascollima o resultado desejado. E só quando as condições mesologicas de adaptação apresentam-se desfavoráveis, è então aconselhável o ensaio à parte de uma outra raça para fins comparativos e, em ultima chance, para a substituição de um rebanho pelo outro, mas sem confusão e mistura (LAGES: *Jornal Correio Lageano*, 1941, p. 3–4).

E prosseguindo com a ideia de que a experiência é fruto de um longo processo, que possui como fator precioso o tempo e a fixação de uma raça adaptável, o artigo ressalta as feiras agropecuárias como repositórios de histórias bem sucedidas:

Ora, este processo especulativo não é obra de um nem de dois annos, e o tempo é em tudo um factor precioso que se não pode- impunemente desperdiçar. Se circunsiancias imprevistas obrigam a reforma, e se não pode fazer uma experienciaá parte, melhor é recorrer á experiencia alheia, fructificada no exito que se póde observar nas Exposições pecuarias. Se, ao contrario, a experiencia própria já está dando bons frutos, a perseverança entra ahi como factor absoluto para o resultado almejado. O que sequer, o que se precisa, é a estabilidade, a fixação da raça adoptada. Nenhuma outra expectativa. Porsedutora ou aparente que seja, deve modificar o que já temos e podemos melhorar constantemente. Na criação, particularmente, a perseverança è tudo. E se cada qual perseverar no aperfeiçoamento da crusa adoptada, fixando numtypo uniforme para o seu gado, terá certamente conquistado a laurea do seu ideal. Para os que, porém, ainda não estabilisaram o typo do seu rodeio, o effeito das Exposições é mostrar-lhe clara e conclusivamente qual o caminho a seguir, a raça a escolher, o resultado previsto. E para os que já concluíramessa tarefa, ainda podem comparativamente auspiciar o

futuro do seu rebanho nos melhores resultados obtidos por outros. A Exposição é uma fonte de ensinamentos, a recolha de experiências amadurecidas e um ganho precioso de muito tempo perdido, ou insufficientemente aproveitado (LAGES: Jornal Correio Lageano, 1941, p. 3-4-5).

Na mesma edição do jornal, a exposição de 1939 é analisada sob o ponto de vista agrícola, como insuficiente com relação ao que o município de Lages poderia apresentar sobre os produtos de cultivo municipais. Supondo que o desastre da representação de gêneros agrícolas possa ser resultado da época do ano escolhida para o evento (mês de março), ou pela pouca atenção destinada a essa parte da exposição, o artigo faz uma crítica à denominação “agro-pecuária”, uma vez que não foram confiados aos técnicos do setor o preparo necessário para as variedades agrícolas cultivadas regionalmente, apontando para o fato de os agricultores também não se interessarem pela exposição de produtos da lavoura:

E logo á primeira vista soou mal aos nossos ouvidos a denominação de Exposição Agro-Pecuaria. Essa denominação, porém, perdura no programa da próxima Exposição deste anno, e assim se faz mister cobrir com esforço adequado a penosa falta de 1939. No momento actual, mesmo incompleto, é possível adquirir uma quantidade razoavel das nossas variedades agrícolas, confiando a pessoas entendidas o modo de apresentação delas, de fôrma apreciável. Isto porque, infelizmente, os nossos agricultores ainda não tomaram interesse pela exposição dos seus productos da lavoura. Até elles não chegou a compreensão dessa utilidade, talvez porque muitos dos artigos da nossa produção ainda estão fóra de exportação, seja por quantidade ou pelo preço excessivo dos transportes. No entanto, os nossos milho, feijão e outros cereaesteem um poder de conservação notável, sobretudo comparado com os similares da zona littoranea do Estado. São de uma única safra ou cultivo annual, mas em compensação ganham em durabilidade e, proporcionadamente, em quantidade. Alguns pequenos expositores, sem o minimo interesse pelo certame, julgam que só devem apresentar coisas exquesitas ou phenomenaes, suppondo prestar com isto uma boa contribuição ao exitocollectivo. Convem, pois fazer-lhes sentir que uma Exposição não é um museu de curiosidades, mas um plenário do que o município produz. Outros lembram-se mandar uma garrafinha de mel com punhado de cera, tornando ridículo o surto dos colmeaes que abundam no município e já constituem considerável factor de exportação. Tudo isto é preciso corrigir, reparar, orientar, e se a Exposição é agro-pecuaria faz-se imprescindível represental-a na sua dualidade com características solidas, que ministrem o conhecimento exacto do que temos e podemos mostrar como fonte de esclarecimento e capacidade e de produção. Se não pudermos corrigir e reparar o péssimo effeito de 1939, melhor será não installar essa importante secção do proximo certame (LAGES: Jornal Correio Lageano, 1941, p.5).

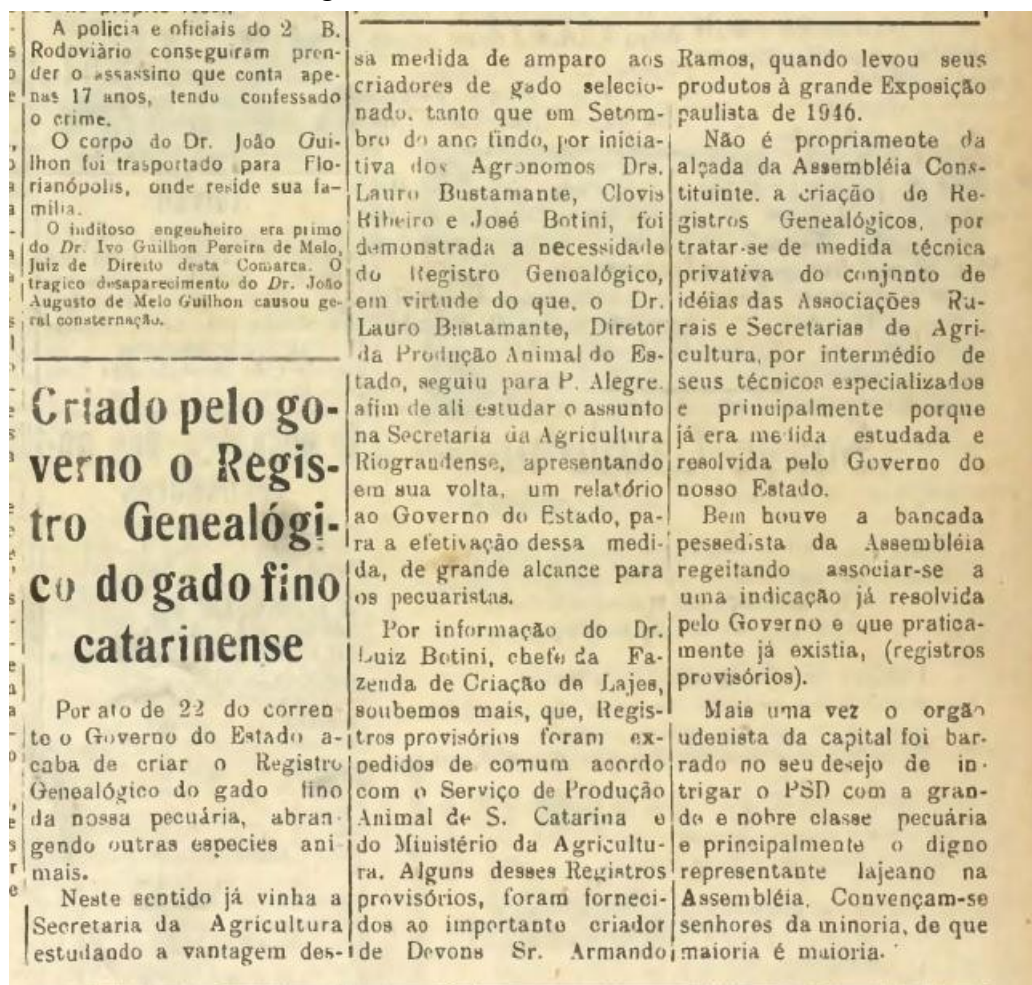
Na semana seguinte, o mesmo autor e o mesmo jornal dedicam uma parte de sua publicação aos aspectos gerais da economia rural em Lages, com base na comparação entre o desenvolvimento da lavoura e da pecuária:

O panorama rural do nosso município inspira a confiança de illimitadas possibilidades no desenvolvimento da sua pecuária e da sua lavoura. Esta ultima, todos sabem, está ainda vinculada em grande parte, ao systema da roça primitiva com o cortejo das derrubadas e das queimadas, até certo ponto justificado pelas condições topographicas do sólo mais rico de humus e a extensão florestal dos sectores agrícolas, que exige o desbravamento como factor primário dos processos agrarios; mas já é um facto a fundação de lavouras permanentes nos campos e à margem fértil dos cursos d’agua, iniciado assim o uso do arado e os trabalhos de destocamento. O que, porém, mais

comprime o desarrollo da lavoura é o problema do transporte no seu custo exagerado, até que a estrada de ferro Rio Negro-Caxias venha solucionar a igualdade da concorrência nos graus dos mercados de consumo e de exportação. E', pois, um problema adiado para futuro próximo e auspicioso que por isso, em dadas condições, já estejamos exportando pequenas parcelas da produção mais susceptível de suportar os encargos do transporte caro. No ramo pecuário, porém, a evolução operada, particularmente na última década não só inspira aquela confiança, mas, sem dúvida, atingiu um grau de progresso já formalizado pela estrutura dos rebanhos existentes nas melhores fazendas do município. Ainda guardamos bem viva a lembrança da Exposição AgroPecuária de 1939, para termos presente á nossa memória os magníficos exemplares expostos que, entretanto, lamentavelmente ficaram nas mãos dos seus próprios possuidores, sem curso cooperativo na expansão das melhores raças. Seja, porém, como fôr, aquelle certame demonstrou a pujança da indústriapecuária do município, exhibindotypos perfeitamente correctos de raça cruzada com magníficos resultados. O cruzamento das raças Devon, Charoleza, Hollandeza, Flamengo, Normanda e Caracu com o gado crioulo e o gado zebú, assignalaram as preferências dos criadores com um êxito aparentemente tão homogêneo, que mal se pode distinguir onde mais acertado. Com tudo, seguindo a linha zootechnica hoje em caminho de completa solução nos Estados Unidos e já largamente adoptada em Minas Gerais e Matto Grosso, o plano ideal do criador é estabelecer, para a cultura extensiva, a cruz de qualquer raça com o Zebú, na proporção de cinquenta por cento de sangue reciproco. Propositalmente frisamos a cultura extensiva para esse typomixto porque, até ahi, elle pode ser criado a campo sem prejuizo algum e, evidentemente, em escala, muito maior. E' que os exemplares superiores, de mais alta porcentagem, a não ser que essa porcentagem seja de origem Zebú, não supportam sem desfallecimento, no que se refere ás raças europeas, as vicissitudes da baixa ou excessiva temperatura, e o acaso das pastagens nativas. Em summa, não supportam as durezas da intemperie e, por ellas, tendem a degenerar ou adquirir moléstias fataes. Precisam ser estabuladas, o que modifica por completo, e só é problema do futuro, as condições actuaes da nossa criação. Em taes condições os planteis puros ou de alta mestiçagem não são compatíveis com o typo do novillo de commercio, destinado ao consumo (LAGES: T.C. Jornal Correio Lageano, 1941, p. 4).

Em 26 de julho de 1947 os jornais regionais noticiaram a criação do Registro Genealógico do gado fino catarinense. De acordo com a publicação, essa medida foi tomada pelo Governo do Estado juntamente com a Secretaria de Agricultura como forma de amparo aos criadores de gado selecionado, permitindo a certificação de animais criados e colocados à reprodução no território, ampliando as possibilidades de comercialização.

Figura 14 – Jornal Correio Lageano 1947



Fonte: Jornal Correio Lageano (1947).

Essa medida, que já estava colocada em prática em outros estados do Brasil, além de objetivar a valorização das raças criadas regionalmente, também permitia o acesso à documentação necessária para saber a origem do rebanho e evitar a consanguinidade, condenada naquele período como uma técnica que depauperava os produtos de cruzamentos. Os anos de 1948 e 1949 foram acompanhados de grande efervescência com a construção do parque de exposições de Lages e também da realização da 5ª Exposição Agropecuária de Lages, que naquele momento contava com recursos públicos estaduais e federais para a expansão das atividades.

Em fevereiro de 1949, o Jornal Correio Lageano destacava ainda os grandes problemas causados pela estiagem, que comprometeram a agricultura regional e a exposição de produtos desta origem naquele ano. No entanto, o artigo ressalta a importância da produção de árvores frutíferas, e da produção de frutas e hortaliças em conserva, de modo que “as riquezas do solo puderam ser expostas [...] oportunidade para pôr a prova os fazedores de compotas, e muito especialmente a habilidade feminina.” (LAGES: Jornal Correio Lageano, 26/02/1949, p. 9-2-

3).

Figura 15 – Jornal Correio Lageano 1949

Diretor
e
Gerente
Alcibiades Dutra

CORREIO LAGEANO

Semanário
Sábado
17 de Março de 1949
ANO IX – N.º 11

Santa Catarina
Redação e oficinas: Rua Hercílio Luz esq. Tiago de Castro
Lages

A 5a. Exposição Agro-Pecuária de Lajes com a presença do Vice-Presidente da República, do Governador do Estado e altas autoridades

Afim de assistir a inauguração da 5a. Exposição Agro-Pecuária de Lajes chegou ontem do Rio de Janeiro, em avião da Feb. o Sr. Dr. Nereu Ramos, Vice-presidente da República. Acompanharão S. Excia. o Sr. Dr. Aderbal R. da Silva, Governador do nosso Estado, o Sr. Mauro Ramos, residente na capital do país e o Deputado Federal Joaquim Fiuza Ramos. O ilustre filho de Lajes foi recebido no aeroporto pelas altas autoridades civis, militares e eclesásticas, amigos e correios genários. Dirigindo-se ao palácio armado a praça Cel. João Costa, recebeu S. Excia. uma grande manifestação promovida pelo Partido Social Democrático desta cidade. Diante da grande massa popular que se comprimiu naquele local, foi o Senador Nereu Ramos saudado pelo Sr. Dr. Olinto de Campos, que deu-lhe as boas vindas em nome do povo.

Falou em nome do P.S.D. lageano o Deputado Dr. João Rêbas Ramos, apresentando as saudações dos correio genários do grande Chefe do Partido majoritário. A seguir o ilustre homenageado agradeceu a carinhosa manifestação dos seus conterrâneos, em palavras repletas de emoção.

A noite, após ter comparecido a sessão de coroação da Rainha de Lajes, no Cine-Teatro Marjorata, foi o Sr. Dr. Nereu Ramos e sua ilustre comitiva, conduzido ao Clube F. de Julho, afim de assistir ao baile de gala em sua honra, oferecido pela diretoria daquele Clube.

Nu manhã de hoje, às 10 horas, teve lugar a inauguração da nova sede da Associação de Lajes, inaugurando o novo edifício do Fórum desta cidade, ali comparecendo o ilustre Vice-presidente da República e todas as altas autoridades presentes nesta cidade, titulares e



SENADOR NEREU RAMOS – VICE PRESIDENTE DA REPUBLICA

do Simone Pereira, Secretário do Interior e Justiça, Dr. David Ferreira Lima, Secretário da Fazenda, Cel. Alves Marinho, Comandante da Força Policial do Estado, Major Mendes, Cap. Guedes e de um Oficial da Marinha, representando a Base de Florianópolis. Também chegou o Revdo. Cel. João Frederico Hobel, representante do Revdmo. Sr. Arcebispo de Florianópolis.

A Comissão Executiva da Exposição, ofereceu, no recinto da mesma, uma grande churrascada ao Senador Nereu Ramos e respectiva comitiva, a qual compareceram todas as autoridades, ruralistas, expositores e convidados. Falaram os Srs. Armando Ramos, Dr. Clóvia Ribeiro, Governador Aderbal R. da Silva e por último, agradecendo, o Vice-presidente da República.

Em seguida o Senador Nereu Ramos, hastiou a Bandeira Nacional no Mastro ali preparado, falando por esta ocasião o Dr. Leoberto Leal, Secretário da Agricultura e representante do Ministro da Agricultura, Dr. Daniel de Carvalho. Em seguida o Dr. Nereu Ramos deu por inaugurada a 5a. Exposição Feira Agro-Pecuária de Lajes.

Continuando na identificação dos visitantes conseguimos avistar-nos com o brilhante jornalista Dr. Rubens Arruda Ramos, Diretor do valente órgão da imprensa de Florianópolis, "O Estado". Notamos mais a presença dos Srs. Dr. Ivo Montenegro, Diretor da "Empresul", Dr. Tolentino de Carvalho, Prefeito de Florianópolis, Dr. Raul Caldas, do Ministério do Trabalho neste Estado, Dr.



DR. ADERBAL R. DA SILVA
Governador do Estado de Santa Catarina

caprichosos criadores de Hereford do Brasil, do Sr. F. C. Jamundá, nosso colega de "A Comarca" de Indaial, do Sr. Ruanes Cunha, representante do "Jornal do Dia" de Porto Alegre.

A 5a. Exposição Agro-Pecuária atraiu para Lajes um número incalculável de visitantes, as maiores autoridades do Estado e o segundo Magistrado da Nação.

No próximo número daremos pormenores do grande desfile de animais, da 5a. Exposição, premiados, etc.



Fonte: Jornal Correio Lageano, 12/03/1949.

Regionalmente a feira agropecuária também representava o *locus* da padronização produtiva e tipo ideal de gado em campos nativos. O Jornal Correio Lageano de 15 de janeiro de 1949 noticiou a preparação das instalações para a exposição agropecuária que seria realizada em março daquele ano, e ressalta o objetivo fundamental do evento, que seria a demonstração dos avanços na seleção de sementes, e na parte pecuária, demonstra a preocupação com a seleção genética em campos nativos:

[...] a preponderância de uma raça bovina que se imponha pela rusticidade aproveitamento dos recursos naturais das peculiaridades do meio mesológico.

Reconhecida a inviabilidade da estabulação de um número avultado de cabeças de gado bovino, em virtude de não ser assim vultuosa a produção agrícola, temos de continuar ainda por muito tempo na dependência dos prados nativos. Se através de várias exposições, pudermos chegar a verificação da raça que melhor se adapta ao nosso meio, teremos atingido o objetivo principal e marchado para a padronização de um tipo de gado serrano. Seria para desejar que esse tipo de gado ideal também tivesse qualidades leiteiras, já que as mais modernas asserções da zootecnia não acham incompatíveis a produção de leite com a de carne, haja vista o que está realizando a Holanda (LAGES: Jornal Correio Lageano, 1949, p. 5).

Figura 16 – 5ª Feira de Animais de Lages 1949



Fonte: arquivo documental EPAGRI – Lages

As questões regionais que se apresentavam como prioridade na expansão das atividades produtivas da pecuária estavam vinculadas ao modelo latifundiário presente na formação socioespacial do planalto catarinense (para mais informações ler a tese anterior desta autora, defendida no programa de pós-graduação em geografia), e também em suas raízes políticas e culturais. No entanto, a relação entre os projetos de desenvolvimento aqui assinalados esbarravam nas relações estabelecidas entre as atividades econômicas e sua relação com os elementos naturais, num processo de transformação do espaço envolto em contradições.

A busca por competir no crescente mercado mundial de carnes resultou tanto na composição de problemas relacionados às adaptações de forrageiras e animais exóticos, quanto no abastecimento interno do produto, o que reforça a indissociável articulação entre os processos de modernização e a realidade socioeconômica regional.

2.2.3 Novas Técnicas, antigos problemas: Sanitarismo e abastecimento na composição da economia regional

A partir da descrição acima, é possível evidenciar os cinco aspectos que influenciaram a produção agropecuária no planalto catarinense: Sistema de transporte, barreiras sanitárias, políticas de comercialização, pouco incentivo estatal para formação e educação no campo e infraestrutura. As condições em que atuaram as técnicas de modernização da pecuária no Planalto Catarinense revelam que a superposição de modelos produtivos para a região do planalto não obtiveram resultado homogêneo no que tange a combinação de modelos, representações e valores econômicos. Apesar de a estrutura espacial do planalto catarinense ser consolidada pela ideia do latifúndio de caráter extensivo (que também é uma consequência das articulações nacionais e de interesse do estado), o aumento da produtividade apresentava-se dependente de políticas públicas para sua manutenção.

Um artigo publicado em março de 1941, chama atenção para os problemas referentes a balança comercial. Considerando que a melhoria dos produtos para exportação poderia refletir-se na melhoria dos preços, o texto evidencia a importância das exposições pecuárias como vitrine no processo de melhoramento dos rebanhos:

Pode-se aferir da grandeza de um povo, não pelas contribuições ao erário publico que podem ser arbitrarías, mas, entre outros factores do campo economico, pelo vulto da sua balança commercial [...]. Só o balanço commercial, em ultimaanalyse, exprime a densidade do valor global da produção, que è a scienciaexacta da capacidade tributaria [...]. E vem a pêlo lembrar ainda as oscillações dessa balança, para mais ou para menos no grande mercado da oferta e da procura, segundo as envoluções do commercio nos períodos de prosperidade ou de crise, para accentuar o valor contingente do mercado, isto è, o muito da quantidade pelo pouco valor, ou o muito do valor pelo pouco da quantidade. Este phenomeno da balança commercial de todos os povos segundo as leis ainda evidentes da sciencia que ainda chamamos economia política, manifesta-se profundamente na economia deste paiz, onde o volume da exportação sempre crescente soffre de deficiência no Valor da exportação, o que quer dizer que exportamos mais productos e por elles recebemos menor pagamento. Ao invés succede que ás vezes exportamos menos productos por mais dinheiro ou tantos quantos nos annos anteriores com melhor compensação. Estas considerações de ordem geral applicara-se momentaneamente, no tocante ao menos pelo mais, no que refere á exportação bovina deste município. Seja por consequência da grande guerra europeia ou pela desvalorisação da nossa moeda no mercado internacional, os preços actuais são animadores na hora prescute. Mas o que concorre fundamentalmente para elles é antes de tudo, a melhoria do producto, que mais vale quanto está mais aperfeiçoado. Tarefa, como se vé, do esforço individual, ella se colliga com os aspectos geraes das Exposições- Pecuarias. Não se pode negar a esses importantes certames a influencia decisiva no alevantamento da criação, senão em quantidade ao menos em qualidade, o que é um factor ponderável do rendimento. Nós vivemos ainda num mundo de vacillações e incertezas, mas é preciso convir que quanto mais rico é o mostruario de uma industria ou de um commercio, maior o effeito positivo do seu volume commercial. A fruta brutalmente colhida da arvore, sem a maturidade e os cuidados necessários jamais pode valer o que oppostamente se faz com zelo, limpeza e escolha das frutas sãs. Uma maçã da Califórnia vale no mercado um a dois mil réis,

segundo a estação e a qualidade; a nossa maçã, colhida a bruto e verde, não vale duzentos réis. Ahi está o aspecto real de como as cousas valem muito e valem nada, conforme o aspecto, a qualidade e os cuidados dispendidos. Assim o nosso gado. Seria ridículo admitir o mesmo valor e o mesmo preço entre uma tropa selecionada de animaes de boa qualidade e estado, e outra de miseráveis animaes descarnados e magros ou doentes A Exposição elimina os últimos e classifica a primeira, pelos representantes expostos. O valor, em tudo, é relativo, até mesmo na capacidade e com preensão dos homens entre si. Sejamos, portanto, não curioso-experimentadores; adquiramos e produzamos o que de melhor nos apresente a Exposição, e assim teremos dado a ella a sua significação real e a nós outros, criadores, as bases essenciaes do nosso progresso economico (LAGES: Jornal Correio Lageano, 1941, p. 5-6).

A ideia de aperfeiçoamento e valorização da pecuária bovina no Planalto Catarinense a partir da importação e seleção de raças finas já aprovadas e premiadas em exposições é parte de um movimento de legitimação social da ideia de modernização. É importante ressaltar que, o processo de intensificação da importação de raças não foi acompanhado, inicialmente, de melhorias técnicas no sistema de criação, motivo pelo qual o caráter extensivo das fazendas se manteve em boa parte do território. No entanto, podemos analisar outros agentes modeladores nessa ideia de modernidade produtiva.

Na conexão entre a produção pastoril e o desenvolvimento da economia capitalista no campo, vários foram os indicadores de tecnificação: o sistema de cercamento dos campos, seleção genética, técnicas de sanitarismo, as vacinas, os serviços de registros genealógicos, introdução de forrageiras e inspeção veterinária. Estes fatores relacionam-se diretamente com a inserção de capitais diversos. De um lado podemos identificar a atuação do capital estatal de atuação indireta, na instalação de institutos de pesquisa e fomento, e também de atuação direta, na implementação de recursos técnicos e financeiros no setor. Mas devemos ainda considerar neste contexto a importância do capital privado nacional, referente à atuação dos criadores na importação de animais e também na organização de associações de classe, como também do capital provado transnacional, na atuação de frigoríficos, laticínios e empresas de importação e exportação de produtos pecuários.

Neste sentido, se por um lado houve a assimilação de novas técnicas de criação e seus impactos na organização socioeconômica da atividade, também houve alteração da ideia de regionalidade presente nos discursos sobre a importância de Lages para a pecuária nacional. O desenvolvimento das feiras e exposições agropecuárias não apenas capitalizou os processos produtivos aos moldes dos grandes centros produtores e consumidores nacionais e internacionais, como também enquadrou o planalto catarinense no cenário de transformações segundo projetos de desenvolvimento nacionais.

Em 1941, o então presidente da República, Getúlio Vargas, se fez representar na exposição de Lages através do Engenheiro Agrônomo Antônio Rodrigues de Almeida, que

ocupava o cargo de Inspetor Chefe da Inspetoria Regional de Ponta Grossa, no Paraná. De acordo com a nota jornalística publicada em 03 de maio daquele ano, o técnico do Ministério da Agricultura foi o único jurado dos animais da exposição, e declarou suas impressões à Agência Nacional, por intermédio do Serviço de Informação Agrícola:

[...] O citado zootecnista, depois de manifestar seu contentamento pelo que pôde observar, informou que a 2ª Exposição-Feira Agro-Pecuaría de Lages excedeu a qualquer expectativa, muito embora concebesse a importância, em número e qualidade, dos rebanhos existentes na zona serrana de Santa Catarina, bem como seu progresso e sobretudo o entusiasmo dos criadores da região. Acrescentou que pôde verificar nesse belo certame – organizado pela Associação Rural de Lages, sob o patrocínio do Ministério da Agricultura e dos poderes estaduais e municipais um sensível progresso zootécnico, sendo admiráveis vários lotes de bovinos, criados em regime exclusivo de campo e de alta cruz com as chamadas raças nobres, a Flamengo, a Normanda, Charolesa, Devon, etc. Também, foram expostos exemplares de elite, de puro sangue, dignos de figurar em qualquer exposição, o mesmo acontecendo em relação ao gado nacional Caracu. O representante do Presidente Vargas afirma ser esse resultado uma consequência da assistência que o governo, por intermédio de seus órgãos competentes, vem prestando aos criadores nacionais. De fato — asseverou — no município de Lages, principal núcleo pastoril da zona serrana do Estado, está situada a Estação Experimental de Criação, atualmente sob a orientação do zootecnista Julio Moreira Bittencourt e durante mais de 15 anos dirigida pelo mestre Charles Vincent. Finalmente, o Dr. Antonio Rodrigues de Almeida informou que já comunicara ao Chefe do Governo o júbilo da classe ruralista lageana pela deferência prestada à mesma [...]. A todos os que contribuem para o fomento das riquezas nacionais, dando quanto se pôde e o melhor que se pôde para a grandeza da pátria (LAGES: Jornal Correio Lageano, 1941. p. 6).

Em 1951, Daniel Inchaust e Ezequiel Tagle escreveram um Manual de Bovinotecnia destinado a tornar público os conhecimentos produzidos na Faculdade de Agronomia e Veterinária de Buenos Aires, na Argentina. Reunindo trabalhos, pesquisas e impressões pessoais sobre a criação e exploração econômica do gado bovino, os autores consideram a importância de pensar o ambiente em que são introduzidas as raças, levando em consideração que àquelas que possuem bom rendimento e sucesso em suas regiões de origem, podem não apresentar o mesmo rendimento em outras configurações ambientais. Assinalam os autores que:

La ubicación de cada raza em ambiente apropiado, es lo fundamental em zootecnia; no basta querer producir mucho y bien, porque las condiciones generales son aparentemente favorables. Saber qué producir, cómo producir y dónde producir, son una trilogía de condiciones ineludibles, sin cuyo conocimiento exacto se irá al fracaso tarde o temprano. Pasó para el país y para el mundo, el tiempo en que se hacían las cosas a bulto, por “corazonadas” como se dice entre nosotros; hoy es absolutamente necesaria la práctica de los principios científicos, para toda producción; no se han enunciado ellos por prurito de teorización, como creen muchos que se consideran prácticos sin serlo, desde que la verdadera práctica es el resultado de la observación razonada y racionalizada e no el fruto de la copia de lo hecho por otros, aunque sea mal hecho (Inchaust; Tagle, 1951, p. 11).

Evidenciando a importância do gado bovino entre todas as espécies de animais domésticos devido ao seu valor produtivo em países como Estados Unidos, Canadá, Brasil,

Austrália e Argentina, os autores estabelecem um comparativo a partir do censo agrário argentino de 1947 por número de cabeças:

Tabela 1 – Valores produtivos de 1947

Estados Unidos (1950)	80.800.000
Canadá (1949)	8.251.000
Brasil (1949)	46.250.000
Austrália (1949)	14.121.000
Argentina (1947)	41.268.000

Fonte: Inchaust e Tagle (1951, p. 12).

Utilizando os dados acima, os autores afirmam que, apesar dos números apresentaram os Estados Unidos e o Brasil em melhores condições de produtividade e comercialização, alguns dados lhes permitem outra interpretação. Isso porque as exigências de alimentação interna nos Estados Unidos diminuem sua capacidade de exportação, e o número de bovinos brasileiros não leva em consideração a baixa qualidade do gado, se comparado ao argentino (Inchaust; Tagle, 1951, p. 12).

Seguindo a lógica pelas quais ressaltam as melhores condições da produção argentina, os autores ressaltam três aspectos que a maioria dos países que pretendem produzir não possuem em seu conjunto: Condições climáticas, agroecológicas e econômicas.

Por estar situada em uma zona de clima temperado, com vegetação e pradarias de boa qualidade, o país assegura a alimentação do gado em todas as estações do ano, com temperaturas que permitem a criação extensiva e seus benefícios sanitários e econômicos. De acordo com os autores:

La temperatura suave permite también la vida al campo del ganado, durante todo el año, con los consiguientes beneficios sanitarios y económicos. Agréguese a esto que, salvo algunas zonas del norte, escasean los parásitos e insectos, tan inconvenientes para una regular cría y explotación, como consecuencia de la inexistencia de temperatura excesivamente elevadas y tendremos un cuadro ambiental sumamente favorable, desde que no hay tampoco fríos rigurosos y continuados, que obliguen a la estabulación durante una parte del año, como ocurre en Estados Unidos y Canadá (Inchaust; Tagle, 1951, p. 19).

Em relação às condições agroecológicas os autores afirmam não haver problemas com solo e nem água, havendo suficiente quantidade de saias minerais e equilíbrio de fosfo-cálcico. (Inchaust; Tagle, 1951, p. 19). Quanto às condições econômicas, afirma-se que:

[...] Sin duda alguna tenemos en primer lugar el valor de la tierra, que es elevado considerado con el criterio particular imperante en el país, pero que resulta bajo si

lo comparamos con el de Estados Unidos y Canadá [...]. El valor de la mano de obra también es bajo, en la explotación ganadera del país; no solo porque el jornal es inferior al de los países antes citados, sino porque la cantidad de hombres para trabajar en la cría o la invernada, es mucho menor que la empleada en países donde la estabulación se hace en varios meses del año, con el consiguiente recargo del costo y distribución de los alimentos. Además del costo y amortización de las instalaciones (Inchaust; Tagle, 1951, p. 20).

E referindo-se exclusivamente ao Brasil, Inchaust e Tagle afirmam que o país encontrava-se mais favorecido que a Argentina, uma vez que as terras e a mão de obra eram mais baratas, mas com uma condição ambiental que não permite a cria e exploração bovina de alta qualidade (Inchaust; Tagle, 1951, p. 20).

Essa ideia de um limite ambiental para a exploração bovina levou boa parte dos pecuaristas brasileiros a investirem em pastagens plantadas e a consequente introdução de espécies exóticas, numa articulação econômica que alterou significativamente a paisagem natural, seguindo a lógica predatória do agronegócio, de forma que a discussão sobre o melhoramento das pastagens nativas ficasse em segundo plano.

Ao referirem-se as características que conferem qualidade a criação de bovinos, Inchaust e Tagle afirmam que a cabanha, as fazendas de cria e as invernadas constituem-se como a trilogia que embasa a atividade pecuária, levando em consideração o fato de na cabanha se produzirem touros que devem reunir características que satisfaçam os criadores, produzindo novilhos de alta classe e que, quando enviados ao invernador, adquiram rapidamente a terminação ideal para serem entregues às fabricas encarregadas de sua distribuição. (Inchaust; Tagle, 1951, p. 84).

Essa diferenciação produtiva analisada pelos autores e perceptível na conformação das unidades de criação também no planalto catarinense, revelam relações de exploração da atividade em fazendas de criar, com base na circulação de saberes e conhecimentos que impactaram diretamente as relações de produção e comercialização.

Ressalta-se, nesse contexto, o longo processo de transformação da cadeia produtiva da carne, caracterizada por diferentes estágios da economia pecuária no planalto catarinense. Primeiramente através do comércio de couros, depois com a produção de charque e, mais tarde, com a atuação dos frigoríficos.

Nesse sentido, os frigoríficos produziram efeitos substanciais no processo de modernização, uma vez que permitiram atender em maior quantidade os mercados externos, fomentando consideravelmente a produção com vistas às exportações. Em julho de 1941, o Jornal Correio Lageano publicou artigo do jornal Diário de Notícias, de Porto Alegre, em que versava sobre a influência dos frigoríficos nas cotações da carne para exportação, bem como

no aumento do número de cabeças comercializadas nacionalmente:

Os abates de gado de corte pelos frigoríficos da fronteira melhoram as cotações, chegando a se registrar ofertas de 1\$100 o quilo Influências do comércio exterior. As grandes encomendas inglesas e norte- americanas de carnes e conservas, feitas às fabricas nacionais e, principalmente, do Rio Grande, estão a exigir uma produção cada vez maior e em escala mais acelerada. Já noticiamos, em edições anteriores, o aumento de produção nos frigoríficos gaúchos, destacando os sediados no município de Rosário, os quais, além, de prorrogarem para 24 horas o tempo de trabalho diário, viram se na contingência de aumentar consideravelmente, o número de operários, a fim de poderem atender os numerosos pedidos do estrangeiro. Esta grande industrialização da carne repercute, no Estado favoravelmente, uma vez que, nossa balança comercial é guiada em grande parte pela cotação da pecuária. E evidentemente, desde que teve inicio este grande surto da industria da carne, o mercado pecuário manteve-se firme, registrando, periodicamente, elevação de preços, o que permite prever-se dias de abundancia para as próximas safras de gado. Ainda há poucos dias, registramos a alta verificada no preço do gado de corte, quando os frigoríficos Swift e Armour, de Rosário, ofertaram mais \$050 e \$100, respectivamente, prontificando-se a comprar elevado numero de cabeças, desde que podessem ser abatidas em seguida. Agora, aqueles frigoríficos ofereceram novos preços, registrando nova alta. Em sua nova cotação aquelas empresas elevaram, também, o preço da carne de vaca, o que representa a urgência de adquirir gado de corte, para a industrialização. Assim, o Frigorífico Swift elevou o preço do boi para 1\$000 e o da vaca para \$850. Representam estes preços uma alta de \$050 no boi e \$100 na vaca. Nos meios que colhemos estes informes, adiantaram que os Frigoríficos Armour, de Livramento, segundo informações que haviam recebido, elevara, também, os seus preços, oferecendo pela carne de boi, 1\$100 (LAGES: Jornal Correio Lageano, 1941, p. 6–1).

Outro artigo publicado no mesmo Jornal versava sobre a atuação de grandes empresas, os frigoríficos, que possibilitaram o aumento da produtividade e também do comércio de carnes, uma vez que a venda de carne congelada alcançava maiores mercados e garantia maior tempo de armazenamento do produto. Extraído do Jornal Correio do Povo, do Rio Grande do Sul, e publicado no Jornal Correio Lageano, discorria sobre o aumento da safra, atendendo às exigências do mercado:

As charqueadas cedem lugar aos frigoríficos - Com referencia ao anunciado descreci o numero de animais abatido nas Charqueadas do Rio Grande do Sul, durante a safra que se encerrou no dia 30 de junho passado, ouvimos de conhecido ruralista os seguintes comentários: A acentuada diferença quase verifica entre os totais de animais abatidos para charque durante as safras de 1940 a 1941, não significa , em absoluto, a diminuição de nossa atividade. Ao contrario , é um a expressiva a firmação do nosso progresso no que se refere aos métodos de industrialização da carne. Graças á modernização dos nossos meios de transportes, as carnes secas começam a ceder lugar ás resfriadas, frigorificadas ou em conserva. E a razão é simples: os mercados de consumo acentuam , cada vez mais, a sua preferencia para esses tipos e a nossa industria de carnes não podia deixar de adaptar-se a essas exigências, sob pena de perde-los. Apesar das dificuldades creadas pela guerra que devasta a europa, crescem diariamente as nossas possibilidades de transportes de carnes frias ou em conservas. O n úmero de vapores e trens frigoríficos hoje existente, torna possível a remessa de grandes quantidades de carnes, em viagens demoradas, sem a antiga obrigatoriedade de seca-las, como o único meio conhecido e capaz de permitir a sua conservação , sem prejuízo de suas propriedades alimentícias e de seu paladar. Como uma consequência lógica desses fatores, o vulto das nossas matanças para charque tende a diminuir, enquanto o dos outros tipos — mais de acordo com a época, — nos apresenta uma

irresistível tendência para alta. A afirmação pura e simples de que o número de animais abatidos para charque, diminuiu de algumas dezenas de milhares, pôde dar a errônea impressão de que a pecuária gaúcha atravessa um a crise de proporções mais ou menos graves. Essa convicção poderia ser a origem de desanimos injustificáveis, principalmente porque, justamente agora, a nossa pecuária começa a adaptar-se de exigências de novos tempos, reafirmando a sua vitalidade econômica. Essa modernização, aliás, é a única forma de conservar os nossos atuais mercados de consumo, ampliando a sua capacidade aquisitiva com a modernização dos nossos métodos de produção. O número de frigoríficos cresce cada vez mais, substituindo as antigas charqueadas; os antigos estabelecimentos Armour e Swift ampliaram extraordinariamente a sua capacidade, sendo que, o Swift constituiu na cidade de Rosário a mais moderna fábrica atualmente existente nas duas Américas e cuja produção é, atualmente, de 170.000 latas diárias de conservas. Além desses resultados, está prevista uma próxima ampliação de sua capacidade produtiva, sendo justo esperarmos grandes resultados, pois eles não deixarão de refletir-se na situação geral da pecuária gaúcha. Outro e importante fato justifica o anunciado decréscimo do número de animais abatidos para charque. Os nossos fazendeiros, graças as duas ou três ótimas safras, não mais vende os seus rodeios ao primeiro comprador endinheirado, com o acontecia até bem pouco tempo. Contando com recursos mais amplos, estão em condições de reagir contra as manobras baixistas, tão do gosto de determinadas organizações industriais, e estão recusando vender os seus gados, até que os compradores ofereçam preços capazes de compensar os seus sacrifícios. Voltou a época das «Vacas gordas» e estamos dispostos a aproveitá-la; dispostos e capacitados. Conheço grande número de fazendeiros que hoje, vendem somente o número de rezes indispensável às suas despesas mais urgentes e aguardam a alta de preços que todos julgamos provável e, mesmo inevitável, diante de circunstâncias conhecidas, entre as quais é fácil destacar o crescente interesse demonstrado pelos mercados europeus e norte-americanos, expressivo demais para ser esquecido. Entretanto, não devemos esquecer, também, que as atuais dificuldades de transporte podem ocasionar consequência sim previsíveis. Não basta que o nosso produto se valorize nos mercados de consumo, é preciso levá-lo até eles (LAGES: *Jornal Correio Lageano*, 1941, p. 2–3).

No entanto, ao mesmo tempo em que o mercado externo apresentava possibilidades de aumento da produção pecuária em todas as regiões do Brasil, a economia interna começava a dar sinais de instabilidade. Em 1942 uma publicação intitulada “A carne e o leite em Lages” descrevem os problemas relacionados aumento do custo destes produtos, mas também sobre a necessidade de fiscalização da produção, de modo a evitar enfermidades e garantir a qualidade desejada no processo de comercialização:

A carne e o leite são alimentos básicos de uma alimentação. No Brasil, estatísticas mostraram que per capita, o consumo dos dois produtos aludidos é mínimo, isto devido provavelmente ao custo elevado. Em Lages, região pastoril a carne tem um preço elevado e o leite um custo superior a muitas capitais do país, sendo escasso principalmente no inverno. Sobre esta questão, opiniões já foram expedidas, porém tudo gira em torno da lei da oferta e procura e quase todos conhecem as dificuldades encontradas na administração de uma fazenda de criação ou de um tambo leiteiro, o que justifica os preços elevados dos produtos. Importância capital tem o aspecto higiênico da carne e o leite, dado ao consumo público. Prática antiquíssima, pois segundo Morcillo, de Israel, estabelecendo proibições justas e convenientes para a não ingestão de substâncias que a observação havia demonstrado danosa. Nos tempos atuais: é prática comum em todas as cidades a fiscalização dos produtos alimentares principalmente os de indústria Animal. Uma fiscalização adequada e criteriosa da carne e do leite permite evitar alterações que podem ocasionar a saúde dos consumidores, os micróbios ou parasitas animais e eliminar da venda carnes e leite alterados e tóxicos. Fiscalizar e comprovar a produção higiênica do leite para que

reuna as condições higienico-nutritivas que devem exigir-se a tão importante alimento. A finalidade higiênica da inspeção de carnes é evitar o consumo de carne de animais parasitados, acometidos de germens ou vítimas de produtos tóxicos de secreção celular ou bacteriana. Por outro lado, uma carne pode ser isenta de microbios ou toxinfecções e ser imprópria para consumo, como no caso de animais excessivamente magros ou com poucos dias de vida, é uma carne salubre, porém, com poucos elementos nutritivos. O leite é o alimento diário de quase toda humanidade. É conhecido que por intermédio do leite se transmite uma série de bactérias que causam enfermidades ou outros fatores prejudiciais. O leite pode receber propriedades prejudiciais por: a) Enfermidades da vaca; b) Alimentação prejudicial da mesma; c) Administração de determinados medicamentos. Ainda mais por contaminações posteriores a sua extração, como bactérias patogênicas ou seja utilizando águas contaminadas ou pela manipulação por pessoas atacadas de enfermidades infecciosas ou portadores e eliminadores destes germens. Dentre as enfermidades transmissíveis ao homem pelo consumo do leite podemos citar as seguintes: Tuberculose, carbúnculo bacteriano, raiva, aftosa, febre de malta, aborto de Bang e infecções com bactérias do grupo paratífus enteritís. Abstraindo de todas as enfermidades citadas, uma única será focalizada, a tuberculose. A presença do germen da tuberculose, no leite de consumo das grandes cidades tem sido demonstrada em várias capitais europeias e americanas, e Investigações em Buenos Aires, evidenciaram na capital platina, a existência de leite bacilífero na proporção de 45,5%. Segundo Dr. Alexandre de Melo, o Serviço Veterinário de São Paulo, fez o estudo de numerosas amostras de leite cru exposto ao comércio, verificando que pelo menos 30% dos leites consumidos pela população paulista, eram portadores de germens da tuberculose. Dois centímetros cúbicos apenas, deste leite centrifugado e inoculado, uma só vez em cobaia, bastavam para provocar uma tuberculose generalizada em 30 dias. Advertia ainda o Dr. Mello dos perigos que representava o leite contaminado para a população infantil, pois em São Paulo, recentemente verificou o Instituto Bacteriológico, a presença de germen tipo bovino no líquido céfalo-raqueano de crianças com meningite tuberculosa. Felizmente, há um velho hábito de esterilização caseira do leite que é a ebulição prática salutar de grande valor. Aqui em Lajes, segundo parece a carne e o leite vão ser fiscalizados. Graças ao dinamismo do Sr. Prefeito Municipal e à competência do Diretor do Centro de Saúde de Lajes, esta grande medida será posta em prática o que reverterá em benefício da população. A falta de cuidado do produtor de leite, testemunhada pela ausência de precauções as mais comuns, manifestada pela manutenção dos seus animais em péssima apresentação de higiene, com ordenha procedida em ubere conspurcado de elementos fecais, a cauda da vaca mergulhada no recipiente em que o leite vai jorrando, esta má vontade do produtor não passará despercebida nas provas de laboratório. O mesmo acontecendo com a adição de água e outras fraudes. Também as fontes produtoras de carne à população terão uma fiscalização adequada (LAGES: Jornal Correio Lageano, 1942, p. 4-5).

A partir da segunda metade da década de 1940 apresenta-se nos jornais semanais, uma série de inconsistências relativas ao sistema produtivo. Ao mesmo tempo em que o aparecimento da classe dos ruralistas se apresenta como uma elite econômica muito próxima das classes políticas e seus projetos de modernização, o consumo da carne no mercado interno passou a vigorar nos jornais devido à grande alta dos preços e até mesmo pela falta de abastecimento. Doenças como a raiva e a febre aftosa ainda dizimavam rebanhos dificultando o aumento desejado da produção. Em dezembro de 1942 o Jornal Correio Lageano noticiava a proibição da exportação de carnes no Brasil:

Exportação de carnes proibida- Do Rio a C. P. informou que do gabinete do coordenador da mobilização econômica foi distribuída à imprensa uma nota comunicando que continuam em vigor todas as medidas tomadas com relação ao

comercio de carnes e que o governo não permitirá, de forma alguma, qualquer exportação desse produto, enquanto não estiver perfeitamente regularizado o mercado interno, de acordo com as necessidades da população. Pelo despacho telegráfico acima, que está datado 8 do corrente, o governo julgou necessária a proibição da exportação de carnes até que, o consumo interno do país não se sinta mais prejudicado, e que se normalise completamente, voltando ao seu ritmo perfeito (LAGES: Jornal Correio Lageano, 1942, p. 3).

Na década de 1950, enquanto a Associação Rural de Lages buscava incentivos fiscais com o Ministério da Agricultura para a conclusão do parque de exposições, para a compra de maquinas e tratores para serem utilizados na agricultura e também para a construção de um frigorífico na região serrana, os jornais ainda noticiavam com indignação o preço da carne, inacessível para boa parte da população:

Figura 17 – Trecho do Jornal Correio Lageano 1952

A Associação Rural pleiteia várias medidas de interesse coletivo. Conclusão do Parque para Exposição-Instalação de frigorífico - Tratores e implementos agrícolas - Cooperativa mista.

Sob a Presidência do Cap. José Pinto Sombra, reuniram-se os membros da Associação Rural de Lages, tomando importantes deliberações. D a s mesmas foi redigido circunstanciado ofício a ser encaminhado ao sr. João Cleofas, Ministro da Agricultura, por intermédio do Major Francisco das Chagas Melo Soares, Agressor Técnico do Estado, q u e deverá seguir para a Capital da República.

Do citado documento podemos anotar diversos tópicos. Inicialmente comunica a Associação Rural ter sido o sr. João Cleofas escolhido para Presidente de Honra da VII Exposição Agro-pecuária, a realizar-se em março de 53. Consta também ter sido aprovada a realização de exposições de dois em dois anos e bem assim de uma feira de animais, anualmente.

CONCLUSÃO DO PARQUE PARA EXPOSIÇÃO

Para que esses cartazes alcancem os objetivos esperados, pleiteia a Associação Rural a continuação no recebimento de auxílios do Ministério da Agricultura e em especial para a conclusão do Parque para as Exposições. Do planejamento do mesmo faltam ser concluídos ainda dois terços, ou sejam: pavilhões para bovinos, equinos, ovinos, arquiabancada e pátio de parade files, posto veterinário, depósito para forragem, bem como conclusão dos já iniciados, entre os quais o pavilhão para cereais, cujas obras estão paralizadas, pois dependem ainda de uma verba de Cr\$ 200.000,00.

A realização das obras referidas acarretará um despesa orçada e m Cr\$5.000.000,00, tendo a associação pleiteado ao Ministério da Agricultura a inclusão de Cr\$ 3.000.000,00 no orçamento respectivo já que o restante espera obter do Estado do Município e dos ruralistas. Uma vez disponíveis a importâncias em apreço a associação se compromete a concluir o Parque antes da VIII Exposição, em 1955.

CONSTRUÇÃO DE UM FRIGORIFICO

Outra medida de real interesse para a região e pleiteada pela Associação Rural é a construção, através de planos do Ministério da Agricultura, de um moderno frigorífico para abater o gado na época das safras a-fim-de conseguir um maior rendimento do mesmo.

MECANIZAÇÃO DA LAVOURA

Mereceu também atenção dos ruralistas lageanos o problema da produção agrícola, através dos modernos processos de mecanização. Como não possui a Associação Rural fundo disponível para cobrir a entrada de 25% do pagamento de maquina

nária adequada, solicitou ao Ministério o fornecimento de tres conjuntos tratores-implementos, a serem empregados na zona agrícola do Município, mediante pagamento de módicas contribuições, de tal sorte que permitam a cobertura das despesas e amortização paulatina do custo dos mesmos conjuntos. De sorte que a Associação ficará aparelhada, uma vez concretizada sua pretensão, a incentivar a produção lavoureira, já que um regular número de produtores não necessitará desembolsar os 25% de entrada e tão pouco assumir compromissos de prestações.

COOPERATIVISMO

Pede por fim, a Associação Rural instruções dos órgãos técnicos do Ministério da Agricultura, bem como o indispensável auxilio financeiro, para a criação de uma cooperativa mista ou de produção, com a qual muito poderá cooperar na batalha da produção nacional.

Esses foram os pontos de relevo do memorial dos ruralistas lageanos que, orientados pelo dinamismo do Cap. José Sombra e seus pares de Diretoria, vem descorrimando vastos horizontes para o progresso não só de Lages como de todo o planalto catarinense.

Estatutos dos Funcionários Públicos

Encontra-se em fase final de votação o projeto de Estatuto dos Funcionários Públicos da ra, devendo, entretanto, na próxima semana subir à ordem do sr. Presidente da República o texto final de projeto.

Várias foram as emendas aprovadas e várias as rejeitadas. Entre estas está a proposta pelo Senado concedendo ao Executivo o prazo de um ano para a concessão dos adicionais.

Entre as aprovadas, também oriundas do Senado, enumeram-se:

a) a que efetiva nos cargos o lesoiteiro, insoureiros autômatos e conferentes d e valores que estavam no exercicio dessas funções até o dia 1.º de outubro de 1951, quando houver vaga; b) a que autoriza a acumulação de aposentadorias quando os cargos tenham sido igualmente acumulados; c) a gratificação atribuída em lei a magistrada e extensiva em idênticas condições aos servidores que exercem funções iguais, prestam os mesmos serviços e executam os mesmos trabalhos; d) a que permite a posse efetiva aos quadros do funcionalismo a utilização dos servi-

Centro Operário de Lages
Comunicação

De ordem do Sr. Presidente, comunico ao senhores sócios que acha-se aberta a arrematação do basfel e coanha desta Sociedade, aceitando-se as propostas até as 16 horas do dia 20 do corrente n.º.

Outrossim, comunico que entrará como empresário no próximo do contrato, que é de dez meses, um bilhar de carambolas.

Achando-se afixados na sede do Centro Operário editais explicando obrigações por parte do arrematante.

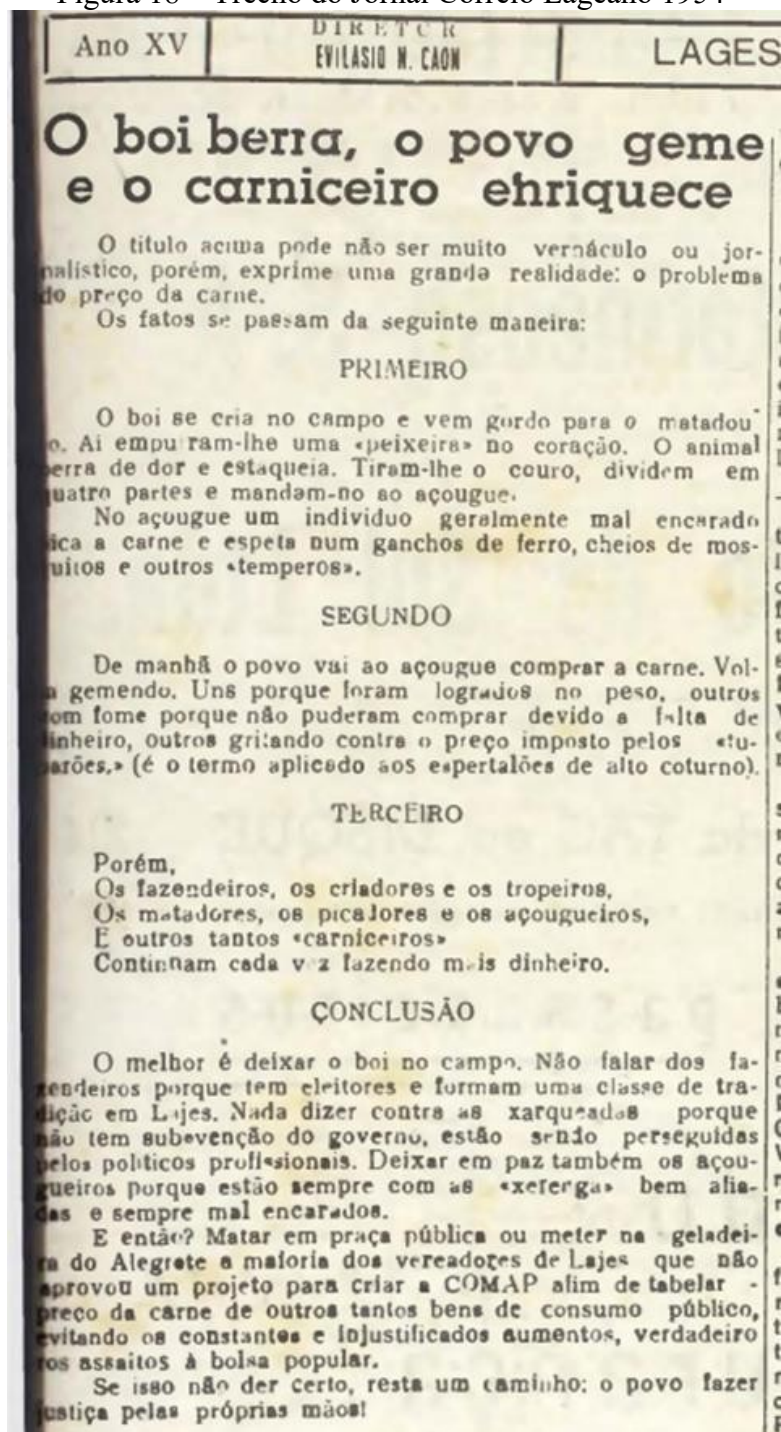
N.º. A Diretoria reserva o direito de aceitar ou regeitar qualquer proposta.

Quintino Ribeiro
Secretário

AUTOMOBILISTA!

Fonte: Jornal Correio Lageano. 11/10/1952

Figura 18 – Trecho do Jornal Correio Lageano 1954



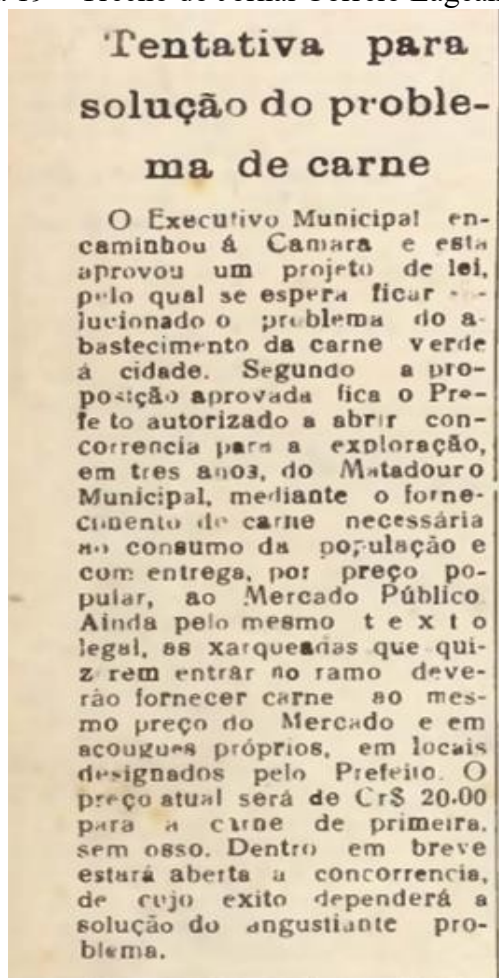
Fonte: Jornal Correio Lageano: 15/05/1954

O problema do preço da carne colocava em pauta a inserção do planalto catarinense na economia pecuária transnacional, e os impactos do sistema de criação e provocando ambiguidades e contradições nas ações estatais de incentivo à modernização da pecuária.

Os jornais noticiam tentativas de controlar o preço e também de solucionar o problema do abastecimento interno, através de medidas que utilizavam o trabalho nas antigas charqueadas

e nos matadouros municipais, como se pode verificar na Figura 19.

Figura 19 – Trecho do Jornal Correio Lageano 1954



Jornal Correio Lageano: 25/12/1954

A realidade socioeconômica apresentada a partir da década de 1950, se de um lado desconstruía o reducionismo produtivo do Planalto Catarinense em relação a sua significância produtiva, de outro, sobrepunha interesses de ordem política, na articulação do estado com a elite local, às necessidades da população local, revelando um contexto muito mais complexo do que os discursos modernizantes buscavam homogeneizar, e que na prática estavam sendo contestados.

O Jornal Correio Lageano de 12 de setembro de 1956 denunciava com fervor o preço abusivo da carne, e colocava como inadmissível que, numa região em que mais se desenvolvia a pecuária no estado, o preço do produto estava mais caro do que em Florianópolis, Porto Alegre e outras cidades menos favorecidas pelo sistema de produção e de consumo.

Figura 20 – Trecho do Jornal Correio Lageano 1956

Novo assalto a bolsa do povo Lageano!
Num município pecuarista como o nosso, não encontra justificativo o preço de carne - Cr\$ 18,00 o quilo!

Il estamos cansados de denunciar os movimentos que visam sacrificar os interesses populares. Des de agosto de 51, quando assumimos a direção do "Correio Lageano", vimos mantendo essa posição. Já se passaram dois anos de luta, durante os quais fomos taxados de subversivos e de outras coisas e muitas poderosas se voltaram contra nós.

Nada disso, entretanto, nos abate. O que nos atinge são os constantes e injustificados aumentos de preços que, diariamente, ocorrem em Lajes. Nos atingem porque fazemos parte do povo lageano e este está sendo vítima das mais diversas manobras astutas.

Mas, perguntareis, leitores amigos, porque esse palavreado todo? A que vem o caso? É simples: é meia noite e, enquanto o afortunado descansa no leito confortável e a criança pobre churaminga de fome, este modesto jornalista procura palavras para dizer que a carne já está custando Cr\$ 18,00 o quilo. Procura palavras para dizer e para justificar: Guardem bem Cr\$ 18,00 e o preço. É verdade que alguns ainda vendem a Cr\$ 16,00 (a Cr\$ 17,00 (carne com servos, é claro), mas, se ainda não chegou a Cr\$ 18,00, até segunda feira já estará nesse preço.

É possível, é justificável esse aumento? Entra na cachola de um cristão que a carne em Lajes (o município de pecuária mais desenvolvida do Estado) seja mais cara do que em Florianópolis, Porto Alegre e outras cidades menos favorecidas pela produção e consumo? Podem nos chamar de burros, mas na nossa, francamente, não entra.

O criador, o invernador, o tropeiro, o xarqueador, o açougueiro, se queixam que não tem lucros. Mas nós somos muito ingênuos ou muito bobos que dá 300 quilos de carne (a Cr\$ 18,00) dá Cr\$ 5.400,00 não dá lucro.

De duas uma: ou a nossa pecuária é retrógrada e os métodos de produção são antiquados e deficitários, ou alguém está praticando "sangria" no povo com tão exorbitante preço. De quem é a culpa? É dos mercadores do ramo, gananciosos de lucros, mas também das autoridades (Federais, Estaduais, Municipais) não interessam quais sejam) que cruzaram os braços e deixaram o povo à mercê da volúpia e da ganância. Onde a COMAF? Em Lajes esse órgão é miragem. Não existe. Faltou. Fracassou. Desmorizou-se. Foi aniquilado. Está derrotado. Os poderosos tem mais força do que as autoridades? ou estas não querem agir em benefício do povo?

Quem puder responder a estas perguntas o jornal está à disposição.

Lajes (o município de pecuária mais desenvolvida do Estado) seja mais cara do que em Florianópolis, Porto Alegre e outras cidades menos favorecidas pela produção e consumo? Podem nos chamar de burros, mas na nossa, francamente, não entra.

O criador, o invernador, o tropeiro, o xarqueador, o açougueiro, se queixam que não tem lucros. Mas nós somos muito ingênuos ou muito bobos que dá 300 quilos de carne (a Cr\$ 18,00) dá Cr\$ 5.400,00 não dá lucro.

De duas uma: ou a nossa pecuária é retrógrada e os métodos de produção são antiquados e deficitários, ou alguém está praticando "sangria" no povo com tão exorbitante preço. De quem é a culpa? É dos mercadores do ramo, gananciosos de lucros, mas também das autoridades (Federais, Estaduais, Municipais) não interessam quais sejam) que cruzaram os braços e deixaram o povo à mercê da volúpia e da ganância. Onde a COMAF? Em Lajes esse órgão é miragem. Não existe. Faltou. Fracassou. Desmorizou-se. Foi aniquilado. Está derrotado. Os poderosos tem mais força do que as autoridades? ou estas não querem agir em benefício do povo?

Quem puder responder a estas perguntas o jornal está à disposição.

CORREIO LAGEANO

ORGÃO INDEPENDENTE E NOTICIOSO

LAGEAN, 12 de Setembro de 1956 — Redação e oficinas: Rua Marechal Deodoro 234 — N.º 38 Ano XIV
DIRETOR: Edário N. Casso — GERENTE: José P. Baggio — REDATOR: Evilasio S. Casso

Ecos da semana de Caxias

A Imprensa local noticiou amplamente as solenidades da "Semana de Caxias", comemorativas da passagem do sesquicentário do nascimento do grande vulto da história pátria: Luiz Alves de Lima e Silva.

Numeros foram os discursos proferidos frente aos soldados do 2.º Batalhão Rodoviário, pela Emissoira ZYW-3 e na sessão cívico-cultural levada a efeito no salão nobre do Instituto de Educação de Lajes.

Nesta o talentoso jovem, Sergio Maggi, segundo-anista no curso científico do C. D. proferiu uma alocução que mereceu comentários rumorosos.

Transcreveremos abaixo o tão discutido discurso para que os nossos leitores possam também formar sua opinião a

menagem ao Imortal Caxias.

Comparando este herói brasileiro com outros da História Universal, vemos que Caxias suplantou a todos. Nem os maiores conquistadores, Alexandre, Aníbal e César o superaram, porquanto não foram invencíveis, ao passo que o nosso valoroso soldado, nunca foi vencido em todos os combates de sua vida, não somente em combates militares, mas em todas as suas lutas, quer sociais, quer morais, quer políticas, quer econômicas, nas quais sempre soube mostrar a retidão do dever, demonstrando a firmeza e bela formação de seu caráter - atribuição essencial à vitória de um homem, à vitória de uma pátria, à vitória da espécie humana.

Dada a formação cultural de nosso povo e porque ou-

porquanto vós todos sós conhecedores e poderão lembrar os seus feitos. Cumpre-me, no entanto, lançar deste tribuna, distinto público que me ouvia, um paralelo entre Caxias, contemporâneo de nossos ancestrais e nós brasileiros da era atômica, que nos chamamos continuadores de Caxias que em cada 25 de agosto homenageamos e tornamos a citar as virtudes e vitórias deste herói, mas que na realidade não seguimos os seus exemplos.

Todo o brasileiro devia ser um continuador de Caxias, devia seguir o seu exemplo, devia ser um patriota.

Sim, porque, no dizer de Silvio Pellico - não há melhor pátria do que o homem vitorioso, o homem que sente e ama todos os seus deveres e cumpre-os. Ali está o fun-

Fonte: Jornal Correio Lageano: 12/09/1956

Tomando por base que as condições da produção regional foram fortalecidas pelo interesse do Estado e que o pressuposto do melhoramento genético adquiriu um caráter elitista na sua composição, pode-se compreender que, o processo de capitalização dentro da própria pecuária e sua transformação voltada a atividades de exportação, continuou sendo o fator principal da alteração e do domínio econômico da paisagem.

Neste sentido, as problemáticas locais foram impactadas diretamente por questões transnacionais que articularam o espaço pastoril à economia capitalista, transformando-a em capital de exploração, com objetivos de manter rebanhos selecionados e a concentração fundiária. Esse caráter seletivo do aprimoramento zootécnico também será responsável por novas transformações socioespaciais ligadas a estudos e pesquisas que foram responsáveis por novas organizações e significações sobre a conservação dos campos e do material genético

bovino, transpondo interesses econômicos e adaptando “velhas formas de produção” à novas formas de economia.

2.3 PECUÁRIA, CIÊNCIA E CONSERVAÇÃO: OS ESTUDOS E PESQUISAS QUE GARANTIRAM A CONSERVAÇÃO DO MATERIAL GENÉTICO BOVINO E DOS CAMPOS NATIVOS CATARINENSES

Nunca antes os sentidos de “natural” e “artificial” estiveram tão próximos um do outro. O vivo também passa a ser, em muitos sentidos, artificial; e o artefato, naturalizado. Na Era da natureza enjaulada e das árvores de plástico é urgente e oportuno reconsiderar o lugar do mundo natural e sua importância para a manutenção dos ciclos vitais e da própria humanidade (Eduardo Gudymas).

A pecuária é apontada como principal atividade econômica, e até a única atividade relevante na região de Lages até o surgimento da exploração econômica da Araucária a partir de 1940. Essa representação regional da pecuária como vocação num ambiente predominantemente campestre destinou boa parte dos estudos e dos projetos de políticas públicas à investimentos na área de melhoramento genético dos campos e da genética animal com vistas ao aumento da capacidade produtiva.

A publicação da “Revista de Industria Animal”, de 1936, ressalta a importância da realização do 2º Congresso de Pecuária na capital republicana e, concomitantemente, a “Grande Exposição Nacional de Animaes”, na divulgação de estudos que contribuíram para o melhoramento genético do rebanho brasileiro, bem como exalta a importância de investimentos em registros genealógicos e estratégias para a uniformização da fiscalização em todos os estabelecimentos onde se abate o gado e se manipulam carnes.

Em conferência realizada em 20 de julho de 1936, por ocasião do referido congresso, o Dr. Paulo de Lima Corrêa, então presidente da delegação de criadores de São Paulo, afirma as relações históricas com as condições ambientais em que se instalavam as povoações. Enfatizando a necessidade de superar a antiga forma de pastoreio e a pobreza dos campos nativos que “sempre se desdobrou numa criação pouco satisfatória, mal proporcionando recursos para as necessidades de consumo interno”, o conferencista afirma:

Agricultor por força das condições que o cercam – agrologicas e economicas – o paulista que teve, nos primórdios da sua radicação á gleba, não pequenos cuidados pela criação nos campos nativos, bem cedo voltou as vistas para a indústria vegetal mais consentanea com os preços das terras e com a remuneração a que seu espirito de progresso e de acumular riquezas exigia. Já se esboçava então uma reacção forte contra a forma primitiva de exploração do solo, que era o pastoreio. Mesmo rarefeita, a população do vasto planalto não se satisfazia com o rendimento baixo que o gado lhe proporcionava. Era preciso uma forma de aproveitar as forças latentes

daquellas terras ferazes e bravias, mais intensivamente. E atrophiada pela pobreza de seus campos nativos, a criação sempre se desdobrou pouco satisfactoria, mal proporcionando recursos para as necessidades do consumo interno. Foi preciso que as próprias necessidades exurgisse essa nova e mais intensiva forma de exploração dos rebanhos que é a pecuária que procede do progresso agrícola, para que novos horizontes se abrissem a criação de espécies mais directamente uteis ao homem. É a phase das pastagens artificiaes substituindo directamente a matta ou tapisando as terras antes occupadas pela lavoura (Correa, 1936, p. 08).

O conferencista aborda ainda na história dos paulistas “a epopéa da conquista da matta para a agricultura” como exemplo mais edificante da formação da fazenda moderna, criando espaços para o progresso agrícola e consequentemente para a pecuária como complemento econômico e técnico:

Precisamos do gado como fonte de utilidades necessárias á alimentação do homem, evoluindo nas suas exigências e necessidades. Precisamos do gado como fonte de renda para contrabalançar as colheitas deficitárias ou para substituir a produção vegetal. Precisamos do gado como fonte de matéria organica que venha pôr em movimento as capacidades physica, microbiológica e quiçá chimica dos solos, entorpecidos pela exploração de muitos anos (Correa, 1936, p. 09).

Ainda para Corrêa, o investimento em bons reprodutores e os cuidados de uma alimentação equilibrada e completa são os fatores de êxito na criação de animais, uma vez que “será de pura perda a aquisição e posse de reprodutores finos, sem que lhes possa prodigalizar os cuidados romatológicos suficientes para manter as aptidões conseguidas com muitos anos de trabalho zootechnico”:

Resolvida a questão das raças finas que se possam aclimatar ao meio; escolhidas aquellas que possuam seu patrimônio hereditario, os caracteres de preadapatação, é preciso que o factor alimentação seja devidamente resolvido [...]. Pode-se dizer, sem incorrer em exagero, que o progresso pecuário se subordina ao melhoramento do forrageamento. Sem ele, as raças finas degenerarão e as raças em seleção e conservação estacionaria, porque só pela ajuda da alimentação é que os sêres, mesmo oriundos de células germinaes homozygotas para a finalidade desejada, poderão alcançar a plenitude do seu desenvolvimento e da potencialidade economica (Correa, 1936, p. 09).

Assim, o autor descreve pontualmente quais são as características que devem ser analisadas para que a produção animal seja racionalizada economicamente:

Pode-se attribuir o malogro da maioria das tentativas de aclimatação de reprodutores finos, bem como grande parte dos insucessos verificados em cruzamentos, ás falhas da alimentação. Se o poder da aclimatação de raças constitue um attributo genetico, e se dentre o grande numero de raças encontram-se umas cosmopolitas, e outras não, factos que só a experimentação podera determinar, pois as chamadas leis da geographia zoologica são muito sujeitas as influencias da altitude, do solo, dos methodos de criação da hygiene, da prophylaxia veterinaria e do proprio systema hydrographico – ha em todos os casos um elemento de decisiva importancia: é o problema bromatologico (Correa, 1936, p. 11).

O argumento de que o avanço da economia pecuária procede da modernidade agrícola é

retomado quando o autor afirma que os campos naturais constituem-se como falhos em sua conformação botânica, pobres em sua constituição química e péssimos em suas qualidades orgânicas, adquirindo um valor secundário economicamente e por este motivo, resultando na substituição destes por pastagens artificiais em terras originalmente florestadas, além de citar os investimentos em suplementação animal com base no feno e na ensilagem. No entanto, o autor ressalta as diferenças na dieta do gado conforme suas qualidades econômicas:

Se para o gado fino é preciso o auxílio das rações suplementares, para o rebanho rustico de engorda, o producto do pastoreio circumvisinho e de sangue indiano, o regimen de pasto é sufficiente e o unico compativel com as condições economicas nas quaes se produz o boi de açougue (Correa, 1936, p. 11).

Referindo-se ao melhoramento do gado de corte no Brasil, Corrêa afirma que os cruzamentos de raças puras com o gado local tornou-se o melhor método para levantar o nível de peso e de precocidade dos novilhos de açougue, a exemplo dos ingleses, que empregaram a técnica para criar um estado de pureza em seus rebanhos na criação em regiões afastadas como a Nova Zelândia, Canadá, Austrália e África do Sul, de forma que “o boi de exportação não tenha mais que trez annos, e atinja como tal, cerca de 500 kilos, para podermos satisfazer as exigencias dos consumidores e não correremos o risco e nos vermos desalojados pelos povos mais avisados” (Correa, 1936, p. 21).

O autor ressalta ainda a importância da Fazenda Experimental de Criação para os estudos relativos ao cruzamento do gado nacional com raças de corte mistas:

Trabalho de grande responsabilidade tem-se procurado dar-lhe cunho altamente technico, cercando-o dos cuidados e dos elementos indispensaveis que toda experiencia exige [...]. A experimentação zootechnica nunca deve faltar o justo equilibrio de saber perseverar na procura de soluções necessarias. Ao contrário da experimentação vegetal, ella é de consecução mais remota e de resultados sempre mais incertos, determinados, aliás pelo próprio cyclo biologico que, nos animaes é muito mais longo que na maioria dos vegetaes cultivados, e os factores de observação e controle mais complexos e difficeis de se aplicar, com os rigores que desde logo se obtêm dos vegetaes. Estes se subordinam inteiramente á acção do homem que, por ser mais imperativa é mais positiva e rápida (Correa, 1936, p. 24).

Ao dialogar sobre a questão da escolha racial, o autor afirma haver predileções entre os criadores, mas que só a experimentação poderia, com efeito, determinar as mais adequadas regionalmente, e que há limitações acerca dos estudos das raças bovinas. De acordo com Correa, as discrepâncias que ocorrem nos métodos de criação são provenientes da oposição entre a aplicação das técnicas experimentadas pela pesquisa, “mas que a ignorancia e o espirito conservador e a falta de recursos não permitem se realize”:

É possível que a nossa variada predilecção pelos diferentes typos ethnicos motive interpellações porque dahi estão ausentes muitos dos componentes da ethnologia

bovina. A resposta sera simples: é porque seria impossível augmentar ainda mais o quadro em estudo, pela impossibilidade material de divisões de pastos, de escripturação, de pesagens, de observações de character zootechnico etc, que devem cercar obra dessa monta. Cingimo-nos ás raças geralmente mais aconselhadas para o nosso meio (Correa, 1936, p. 26).

Sobre o melhoramento genético das raças chamadas nacionais, o autor afirma que nenhum trabalho de criação deveria receber maior atenção, uma vez que não se pode resolver o problema pecuário brasileiro apenas com uma raça, pois devido à extensão geográfica do país, devem ser considerados fatores geológicos, climáticos, econômicos e técnicos. Enfatizando que em todos os países possuidores de raças finas se utiliza o melhoramento genético dentro das próprias raças através de trabalhos de cruzamento e seleção, Correa afirma que falta ainda maior atenção dos órgãos oficiais nesse sentido:

Se assim foram formadas, e assim vão se conservando e espalhando pelo mundo, onde as condições do meio lhes permite viver, manter-se e prosperar, porque não havíamos nós também de tentar as nossas chamadas raças autoctones, bovinas, equinas, suínas e outras? Ainda agora não vemos o Ministerio da agricultura, por intermedio do seu Departamento Nacional de Produção Animal superiormente orientado pela firmeza technica e serena energia de Landulpho Alves, também iniciar trabalhos em torno da seleção do cavallo do nordeste, do curraleiro, do porco piau, etc.? O Rio Grande do Sul não está cuidando seriamente do aperfeiçoamento do cavallo crioulo? Precisamos introduzir raças heteroctones procurando naturalmente aquellas que se mantenham econômica e convenientemente ao meio indigena, mas devemos concomitantemente procurar melhorar os typos locais (Correa, 1936, p. 29).

Ainda de acordo com Correa, o aperfeiçoamento genético é orientado no sentido de homogeneizar o tipo, o peso e a pelagem, transformar a conformação, tornando-a mais satisfatória aos fins industriais, dando-lhe mais precocidade, sem diminuir as qualidades de rusticidade. Este processo tem em suas orientações uma ressalva:

Certamente, como já tivemos ocasião de frizar, a “mise em pratique” do cruzamento demanda a observancia de um conjuncto de preceitos de alimentação, hygiene, sem os quaes nada se conseguirá de util no terreno das realizações. A criação do meio sangue não pode prosperar se não fôr cercada de cuidados especiaes de alimentação, só conseguidas nas regiões de terra bôa ou nas propriedades onde os processos modernos da agricultura fazem produzir as forragens de composição indispensavel á boa construcção do motor vivo. É que, com effeito, existe um principio de zootechnia fundamentalmente racional e sempre confirmado na pratica, que nos ensina que os mestiços devem receber uma alimentação escolhida que muito se aproxime á do progenitor nobre. Na inobservancia deste enunciado temos a explicação dos contínuos insuccessos de cruzamentos entre nós (Correa, 1936, p. 37).

A produção de campo nativo na região do planalto catarinense é de altíssima qualidade durante a primavera e verão, contudo, a estação invernal, limita fortemente a alimentação dos animais, e o frio frequentemente leva ao emagrecimento e até a morte de animais. Por isso a produtividade do campo nativo na região é estimada em 40 kg por hectare ao ano, em uma lotação de 0,3 cabeças por hectare. Ou seja, em 200 anos, poderiam ter sido muito

menos de 100 cabeças de gado por hectare, a menos que a produtividade das pastagens fosse originalmente melhor, o que indicaria que houve a degradação do campo nesse período. (Correa, 1936, p. 70).

O trabalho de Guilherme Santos Floriani voltado à história florestal e sócio ecológica do uso do solo na região dos campos de Lages no século XX chama a atenção para as descrições de marcos naturais de origem geológica, vegetal e fluvial nas escrituras públicas desde o início do século. Entre elas a existência ou não de pedra ferro. De acordo com o autor:

Era importante material de construção de casas, cercas (taipas) e todo tipo de estrutura de arrimo era construída com pedras ferro. As cidades esmeravam em fazer calçamentos nas ruas, em geral, produzidas de pedra. Outro significado da pedra ferro é a indicação do tipo de solo. Constituída de basalto ou diabásio, de origem vulcânica intrusiva, a pedra ferro ocorre concomitantemente com solos mais argilosos e mais férteis que os solos arenosos resultantes de rochas sedimentares. O afloramento das pedras tornava fácil a sua retirada da área e não impedia a utilização de vergas puxadas por juntas de bois para ser lavrada (Floriani, 2016, p. 72).

Ainda na década de 1920, o arame farpado ainda não havia se popularizado. Isto devido aos custos da época. Um rolo de 400 metros era vendido no valor de 45\$000. Uma rês nesse período era vendida a 200\$000, sendo necessários dois hectares (com 600 metros de cerca) para criar este animal, numa proporção de produção que necessitaria de um boi comercializado em quatro anos para fazer 200 metros de cerca. O autor afirma ainda que:

Com o desenvolvimento de pequenas serrarias, se iniciou a utilização maciça de madeira na construção civil, e por assim dizer, para construir qualquer benfeitoria rural. Em 1940, a indústria da madeira permitia que as moradias fossem feitas de tábuas, bem como o resíduo das toras, as costaneiras, fossem utilizadas em cercas e construções simples. Diante do custo do arame farpado, consistia uma opção de isolamento das propriedades rurais (Floriani, 2016, p. 74).

A partir da década de 1950, a realidade socioeconômica dos produtores do planalto serrano catarinense começa a apresentar transformações pontuais. Se de um lado, produtores e pesquisadores buscavam desconstruir o reducionismo da região em relação à sua significância produtiva para o estado e para o país, de outro, sobrepunha interesses de ordem política na articulação do estado com a elite local às necessidades da população local, apresentando um contexto muito mais complexo do que os discursos modernizantes buscavam homogeneizar, e que, na prática, estavam sendo contestados.

O encarte datado de 18/04/1986 denominado “Estado Rural” apresenta um levantamento sobre os 11 anos de atuação da Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária (EMPASC), criada em 1975 para desenvolver novas técnicas de criação na pecuária regional. Reconhecendo que o estado de Santa Catarina ao longo dos anos ainda constitui-se como um estado importador de carne bovina, buscando entre 70 e 100 mil cabeças para suprir o

consumo interno apesar de seu potencial produtivo, a matéria enfatiza a importância dos laboratórios de nutrição animal, sanidade, produção e beneficiamento de sementes, microbiologia do solo, casa de vegetação, câmara seca e toda a estrutura tecnológica implantada na antiga estrutura do Posto Zootécnico de Lages.

Entre os trabalhos descritos no artigo, destacam-se os experimentos em campo nativo, coma catalogação das principais espécies regionais, na procura de plantas forrageiras mais adequadas as condições do planalto catarinense e menos exigentes em fertilidade do solo. Neste sentido ressalta-se a distribuição de forrageiras aos produtores, incluindo sementes (azevém, trevo branco, trevo vermelho e cornichão), que antes precisavam ser importadas (Estado Rural, 1986. p. 1-1).

Figura 21 – Trabalho de Silagem em trincheira no campo da Fazenda Experimental



Fonte: Relatórios Avulsos, Epagri. Lages (Arquivofotográfico sem data).

Ainda de acordo com o texto, o trabalho realizado pelos pesquisadores da EMPASC na Estação Experimental de Lages com base em pastagens perenes foi responsável pelo aumento da produtividade de leite e também pelo aumento do peso médio de novilhos (superior a 450 kg aos dois anos de idade) (Estado Rural, 1986. p. 1-2).

Sobre as questões sanitárias descritas, o artigo reforça a importância da atuação da empresa no combate aos vermes gastrointestinais, carrapatos e bernes nos rebanhos, uma vez que “o perfeito controle sanitário pode proporcionar reduções drásticas no abate de animais,

diminuir a quantidade de produtos químicos na propriedade e baixar significativamente os custos da produção.” (Estado Rural, 1986, p. 1–2).

Figura 22 – Sistema de vacinação e controle de doenças



Fonte: Epagri (1985).

Todos esses trabalhos são apresentados em concomitância com as pesquisas sobre o melhoramento dos campos nativo e também de pastagens cultivadas, sem deixar de mencionar os subprodutos da indústria ou da agricultura na alimentação do gado.

Tomando por base que a partir da década de 1950, as condições da produção regional foram fortalecidas pelo interesse do estado e que o pressuposto do melhoramento genético adquiriu um caráter elitista na sua composição, numa perspectiva social, a modernização constituiu-se como fator de alteração do domínio econômico da paisagem, uma vez que o processo de capitalização da economia voltava-se para a atividade exportadora.

Neste sentido, as problemáticas locais foram impactadas diretamente por questões transnacionais que articularam o espaço pastoril de modo que o melhoramento dos rebanhos também estava diretamente associado à concentração fundiária. Esse caráter seletivo do aprimoramento zootécnico resultou de estudos e pesquisas que implementaram novas organizações socioespaciais e uma nova discussão sobre a conservação dos campos nativos e do material genético crioulo bovino, transpondo interesses econômicos e adaptando “velhas

formas de produção” à novas formas de produtividade.

2.3.1 O pasto que faz o gado: Alimentação, nutrição e pesquisa na modernização de processos produtivos

O desenvolvimento e a adoção de técnicas importantes para o aumento da produtividade pecuária (vacinas, banheiros sanitários, cercas de arame, forrageiras importadas e a introdução de genética animal do gado fino europeu) modificaram a composição da paisagem pastoril regional, e também o sistema produtivo antes preconizado como “natural”. Embora o rendimento produtivo fosse balizado pela capacidade de atender o mercado interno e externo, o alto custo de sua manutenção levou criadores, e também as instituições de pesquisa e fomento a buscar soluções no melhoramento dos campos nativos e no cruzamento de animais naturalizados.

Luis Augusto E. Farinatti, ao analisar a paisagem agrária na pecuária tradicional rio-grandense, afirma que o processo de domesticação de animais e a modificação de espécies resultou num grau elevado de dependência desses animais com os seres humanos ao passo que:

[...] a domesticação pode ser entendida como um processo de intervenção humana nos aspectos fundamentais da vida animal e vegetal: proteção, nutrição e reprodução. A domesticação não é considerada uma linha precisa entre o mundo natural e a cultura, mas sim é vista como um continuum, como um gradiente. É justamente o grau de intervenção humana em cada um daqueles processos que determina o grau de domesticação. O objetivo costuma ser a modificação de espécies de modo a potencializar características úteis aos seres humanos e eliminar as que lhe são um entrave. Ao mesmo tempo, essa intervenção vai tornando as espécies atingidas cada vez mais dependentes dos seres humanos, chegando ao ponto que a população domesticada não consiga mais realizar, sozinha, uma daquelas três funções indispensáveis a sua sobrevivência (Farinatti, 2009, p. 73).

Nesse sentido, o processo de modificação da paisagem deu-se por uma lógica exógena, que se refletiu diretamente nas relações entre sociedade e natureza (Santos, 1985, p. 9). A transformação dos espaços pastoris não apenas legitimou a formação de uma elite agrária regional, como também engendrou políticas estatais de desenvolvimento econômico através da atuação de técnicos e pesquisadores de instituições de desenvolvimento rural.

Consequentemente, o investimento em melhoramento de pastagens tornou-se a preocupação fundamental de criadores para a evolução do sistema de criação. O criador Nicolau Athanassof, ao descrever a importância da pecuária extensiva afirma que o pastoreio livre é indispensável:

Quando se trata de criação, ninguém contesta hoje que a estada do gado no pasto, ao ar livre, se torna um fator preponderante de importância tal, que devemos considerá-la como indispensável, caso se pretenda levar a operação a bom termo. Com efeito, percorrendo as publicações mais antigas sobre as raças bovinas, nota-se que em outros tempos encontravam-se as melhores raças e mais produtivas, sempre em regiões pastoris onde havia, em abundância, ricas pastagens. É, pois, devido à estada prolongada nos pastos, desde a primeira idade, que as raças melhoradas conservam até hoje a robustez e vitalidade extraordinárias, apesar de seu grande aperfeiçoamento zootécnico [...] (Athanasoff, 1953, p. 115).

Na década de 1976, uma encadernação especial chamada “Jornal da Produção” descreve a pecuária nos campos de Lages sob a égide da qualidade dos pastos. De acordo com a matéria intitulada “O encontro produtivo do boi com o pasto”, a década é marcada pelo ressentimento dos criadores em relação aos prejuízos causados pelo rigor do inverno. No entanto, a região possui bons exemplos a serem relatados de como a tecnologia pastoril contribui para a alta produtividade, trazendo lucros e permitindo o tabelamento e o controle de preços na comercialização.

Entre os exemplos descritos no encarte, o modelo de integração lavoura-pecuária é ressaltado como a riqueza da fazenda Ouro Verde, de propriedade de Gentil Camargo, então com 60 anos de idade. A fazenda já foi produtora de trigo, e devido às adversidades climáticas, passou a destinar 60 hectares ao cultivo de soja. A área destinada à pecuária comportava 500 reses, em 100 hectares de pastagem nativa e 72 hectares de pastagens perenes de inverno. Em entrevista concedida ao jornal, o criador explica:

Foi em 1973, no mercado de Lages, que comprei duas broacas de semente de aveia preta, plantei, dei um pastoreio e ainda colhi umas 60 sacas [...]. Este ano o troféu de melhor lote veio pra cá. Na última terça-feira vendi 70 terneiros e na do próximo ano pretendo vender uns 100, levando um terneiro-padrão. Tinha vontade de também levar umas 200 a 240 novilhas se sair a Feira da Novilha [...]. Temos que dar para receber! No decorrer dos últimos 33 anos fiz 50 experimentos com 48 erros. Se não der certo deixo o trevo crescer, viro a terra e planto milho ou outra coisa. O próximo passo? É a energia elétrica. Assim que sobrar um troquinho. É nosso costume fazer primeiro aquilo de maior necessidade. Depois é que partimos para o melhoramento e embelezamento das benfeitorias. Mas sempre sobra um dinheirinho para dar uma quirela para os meus pintos! (Camargo, 1976, p. 14).

O jornal destaca ainda as palavras do criador, para qual, na produção de carne bovina, deve-se primeiro investir em alimento, cuidar da sanidade das instalações e, posteriormente, melhorar o padrão genético dos rebanhos. Na contramão do pessimismo de época a matéria relata ainda que os projetos de expansão da atividade pecuária na Fazenda Ouro Verde tornaram-se referência, elevando a área de pastagens melhoradas para 480 hectares, para criação de um total de 800 a 1000 cabeças de gado. No entanto, afirma como necessidade fundamental o melhoramento de forrageiras para que a pastagem de inverno pudesse servir também para o verão, e a de verão servir também para a de inverno.

A publicação também faz referência a propriedade como um modelo de conservação:

Sua propriedade é totalmente planejada. E está em contínua evolução. A mentalidade conservacionista se faz presente em todas as suas atitudes. Toda a área está protegida contra a erosão. Até as estradas internas obedecem a uma sequência conservacionista, formando curvas de nível. Capões com essências florestais nativas, barragens com trutas trazidas do Rio de Janeiro quando ainda era capital do país, e reflorestamento com o pinheiro brasileiro, a araucária em áreas pedregosas (Jornal da Produção, 1976, p. 14).

Vale aqui ressaltar que, a narrativa apresentada no artigo atribui significado ao território, fundamentando as carências produtivas e os interesses econômicos transpostos no contexto de sua relação com o estado presente da pecuária bovina catarinense e nacional, e com a criação de um cenário propício a exploração.

Analisando os dados da produção pecuária no Estado de Santa Catarina, o artigo intitulado “Carne: Rentabilidade depende fundamentalmente da alimentação, sanidade e manejo”, noticia a produção de carne bovina como o 6º produto de maior valor econômico do estado, e coloca a utilização de pastagens melhoradas como solução para o aumento da produtividade do rebanho. De acordo com os dados apresentados, apenas 4% dos 50 mil hectares da área com pastagens em Santa Catarina é cultivada com forrageiras (perenes ou anuais) e manejadas visando maior produtividade (Jornal da Produção, 1976, p. 13). Assim, também, através dos dados do rebanho estadual, a matéria evidencia a importância do planalto catarinense para animais de corte e leite em campos naturais melhorados:

O rebanho bovino do estado (de corte e de leite) é de 2 milhões 246 mil cabeças, das quais 672 mil estão localizadas no planalto de Lages. Existem no estado 5.081 criadores (2.614 no planalto de Lages) com mais de 50 cabeças e estima-se a área ocupada com pastos em 1 milhão e 200 mil hectares. Desse total. Apenas 50 mil hectares – 4% da área com pastagens- são ocupados com pastagens melhoradas. O restante da área está coberta com pastagens nativas que, nos meses de inverno, não conseguem oferecer a necessária alimentação ao rebanho. Essas pastagens nativas são também de baixo valor nutritivo e, devido à falta de um manejo adequado, não suportam mais que 0,4 a 0,5 cabeça por hectare. Já as pastagens cultivadas (de inverno e verão), quando bem manejadas alcançam uma lotação (número de animais por área de pastagem) de 1,5 a 4 cabeças por hectare/ano (Jornal da Produção, 1976, p. 13).

No mesmo artigo, ressalta-se a importância da tecnologia e da assistência administrativa e econômica aos proprietários rurais para driblar as desvantagens econômicas de época:

A carne, a exemplo do que ocorre com o leite, é um produto com preços limitados e controlados, submetidos a um constante “achatamento” e vigilância por parte do Governo Federal. O preço pago pela carne bovina não tem acompanhado da mesma forma que o leite, o crescimento da inflação e dos principais insumos utilizados para a sua produção. Entre 1973 e 1976 para uma inflação da ordem de 100%, o preço da carne de boi não aumentou mais que 82%. O adubo superfosfato triplo, utilizado na formação e renovação de pastagens subiu no mesmo período 169%. E o trator que em

dezembro de 1973 custava 36.000 cruzeiros, deverá atingir o preço de 83 mil cruzeiros no final do corrente ano. Um aumento de 131 por cento (Jornal da Produção, 1976, p. 13).

Durante toda a década de 1970 e 1980, os jornais, folhetins e informativos rurais circulantes no planalto catarinense discutiam ações para o desenvolvimento da pecuária no estado. Em artigo dedicado à bovinocultura no encarte intitulado “O Estado Rural”, Paulo Ramos Derengoski ressalta a importância da técnica de transferência de embriões em bovinos, notificando a primeira experiência realizada no planalto catarinense:

O Estado Rural tem acompanhado todos os fatos importantes da pecuária Catarinense. Já notificamos a primeira experiência com a transferência de embriões realizada em novembro de 1983, na Cabanha do Barreiro, e que por fatores diversos não teve êxito, ficando apenas registrado o esforço do técnico e o pioneirismo do criador, dispondo de seus melhores animais e fazendo um investimento alto naquilo que ainda no nosso estado é pesquisa. Hoje voltamos ao assunto com dados mais animadores e concretos, se bem que ainda estamos longe do estágio em que se encontra o estado de São Paulo, onde existem vacas mães de mais de 50 filhos, algo inimaginável para a maioria dos nossos técnicos pecuaristas e autoridades ligadas ao setor. É a multiplicação da qualidade [...]. Um detalhe importante é que a vaca holandesa doadora já foi inseminada novamente e está com prenhes positiva, o que dá a segurança que, apesar de a carga bastante grande de hormônios para a super ovulação, não houve alterações maiores no sistema reprodutivo do animal (Derengoski, 1985, p. 12).

O mesmo artigo relata o grande trabalho realizado pelo centro agroveterinário de Lages e da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), tanto na capacitação de profissionais quanto no avanço de pesquisas na área de reprodução animal, uma vez que “no transplante de embrião, a utilização de hormônios na preparação das vacas, é grande e de preços elevados. Estes e outros fatores fazem com que o custo de cada terneiro nascido seja alto.” (Derengoski, 1985, p. 11).

Essa relação de custo apresenta-se imprópria para a realidade regional, conforme assinala o criador Walter Hoeschel:

É uma prática usada com vacas de alto padrão genético e que são inseminadas com touros também de alta qualidade cuja dose de sêmen alcança preço elevado. No nosso estado não se encontra mercado para animais de alto valor genético, muitas vezes não se conseguindo por um terneiro nascido o valor de uma dose de sêmen de seu pai. Há necessidade de procurar mercado fora do estado, mas o custo de transporte para levar a feiras em locais mais distantes, e por falta de conhecimento, ou de tradição, as vendas são difíceis. No estado de Santa Catarina, a pecuária de leite é tida quase que somente para a produção de leite, sem que os produtores e os técnicos responsáveis pela atividade se preocupem com o melhoramento genético, buscando animais com a qualidade que se tem no Paraná e em São Paulo. Com isso, bons animais nascidos no transplante de embrião não são suficientemente valorizados, principalmente os machos, tornando, com isso, a prática difícil de ser economicamente viabilizada (Derengoski, 1985, p. 11–2).

Assim, a manipulação e artificialização de ecossistemas também foi decorrência da

interpretação de narrativas da representação da pecuária e do conceito de modernização das relações produtivas. A discussão sobre o melhoramento das raças consideradas nacionais no Brasil aparece em manuais e conferências como fator a ser considerado a partir da observação e aclimatação de uma única raça, de forma que, escolhidas aquelas que possuam em seus caracteres genéticos maior propensão à adaptação, o fator alimentação deve ser resolvido. Paulo Lima Correa, em conferência de abertura do Congresso Agropecuário de 1936 afirma que:

Pode-se dizer, sem incorrer em exagero, que o progresso pecuário se subordina ao melhoramento do forrageamento. Sem este, as raças finas degenerarão e as raças em seleção se conservarão estacionárias, porque só pela ajuda da alimentação é que os seres, mesmo oriundos de células germinais homozigotas para a finalidade desejada, poderão alcançar a plenitude do seu desenvolvimento e da potencialidade econômica [...] sem os cuidados de uma higiene alimentar conveniente, aliada ao combate do carrapato e o berne, aos cuidados contra as enzootias e as moléstias do aparelho digestivo, dificilmente seus descendentes poderão subsistir. São obstáculos que um trabalho inteligente e ordenado pode remover, como já vem acontecendo onde a mão do homem é mais avisada e hábil (Correa, 1936, p. 09).

O autor ainda salienta que são as necessidades humanas que determinam as transformações nos processos de produção, e quer na ordem técnica ou na ordem econômica, essas não acontecem de um momento para o outro, atribuindo aos poderes públicos papel preponderante na campanha educacional, sobretudo no sentido das mudanças necessárias no modo de trabalho, que no caso é a forma de criação.

Nesse sentido, há de se considerar que os conceitos empregados nas reflexões sobre a pecuária também são produtos de inquietações do período e exprimem, no debate científico e intelectual, as preocupações de um grupo dominante, de maneira que não se pode negar o caráter fisiocrata das publicações, e como estas ressignificaram a paisagem de acordo com interesses econômicos no percurso da transferência de conhecimentos.

A utilização de insumos e tecnologias na organização das propriedades foi acompanhada por um processo de exclusão da modernidade, na medida em que impactava dois setores: O primeiro, dos pequenos e médios proprietários que encontravam-se à margem do poder econômico necessário para esta transformação; e o segundo, porque a visão economicista de época impediu durante muito tempo a produção de pesquisas relacionadas ao campo nativo e sua relação com a criação de gado bovino crioulo.

Eduardo Gudynas, ao analisar o papel do antropocentrismo no controle dos direitos da natureza afirma que, na América Latina, por trás das diversidades e diferenças, encontramos o que poderia ser qualificado como os alicerces do comportamento cultural sobre o papel que o meio ambiente desempenha e que:

Tais fundamentos podem ser caracterizados por serem antropocêntricos e orientados a controlar e manipular o meio ambiente em função de sua utilidade econômica. A categoria antropocêntrica diz respeito às posturas centradas nos seres humanos, colocando-os como ponto de partida para qualquer valoração. Concede-se aos humanos um lugar privilegiado ao se conceber que as pessoas são substancialmente distintas de outros seres vivos, únicas por suas capacidades cognoscivas e por ser conscientes de si mesmas, portanto, somente elas podem atribuir valores. Dessa maneira, unicamente os humanos podem ser sujeitos de valor, fazendo dos demais elementos que nos rodeiam, objetos de valor (Gudynas, 2019, p. 20).

Por sua vez, o objetivo compartilhado por muitos territórios, tais como assegurar o crescimento da economia, tendo como combustível a apropriação de recursos naturais é analisado pelo autor como um viés utilitarista que organiza a apropriação a natureza e se converte na mediação com as compreensões sobre desenvolvimento (Gudynas, 2019, p. 21). Esse entendimento vem ao encontro das tomadas de decisões que influíram nos padrões de relacionamento entre a sociedade e os recursos da natureza.

No entanto, paradoxos do próprio sistema produtivo confrontam e desafiam as premissas fundamentais de sua composição. Guilherme dos Santos Floriani, ao estudar a história florestal dos campos de Lages enfatiza que, na economia da paisagem regional, a forma de uso e representação da pecuária estava condicionada a alguns atores sociais, e para tanto, cita o político e pecuarista Vidal Ramos:

para qual nem todos se fazem senhores de propriedades rurais [...] afetados por diversos fatores sociais, econômicos, morais e étnicos que atuam num forte sentido seletivo, de modo tal que a propriedade da terra vai caber, quase que exclusivamente aos elementos etnicamente superiores da massa imigrante (Vidal Ramos, 1848 *apud* Floriani, 2007, p. 48).

Sendo assim, é possível compreender que existe um impacto da mediação tecnológica nas relações que foram construídas entre sociedade e a natureza a partir da atividade pecuária no Planalto catarinense, e que revelam uma lacuna na adoção das políticas de desenvolvimento modernizantes. Nessas circunstâncias, um longo processo de transição pôde ser descrito e delimitado, em que alguns aspectos políticos e sociais regionais foram responsáveis pela manutenção de antigos padrões e pelos consequentes conflitos estabelecidos no processo de modernização da atividade pecuária.

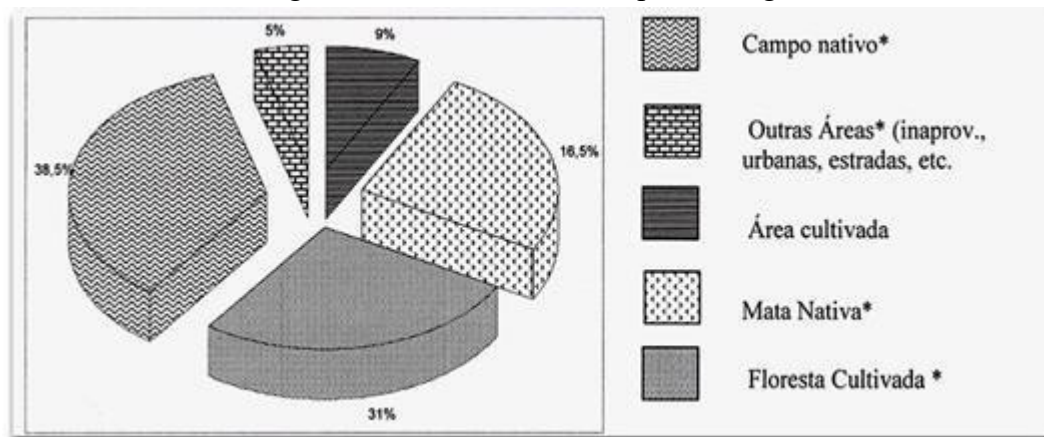
Dessa forma, há de se considerar a permanência de um sistema econômico capitalista de menor complexidade, baseado em condições específicas como a inexistência de condições de expansão da propriedade e a limitação da atividade comercial devido à falta de recursos e também à concorrência com outros mercados.

Há, portanto, um esforço para estimular a atividade pecuária no Planalto, num contexto em que se desfaz a hegemonia econômica do latifúndio pastoril em toda a região, atendendo à

necessidade da estrutura do mercado interno regional, de superar barreiras em relação à circulação de produtos.

Através da figura abaixo se pode perceber que boa parte da região é constituída ainda de áreas de campo nativo e mata nativa. Isto nos leva a questionar o que representa estes campos para a economia catarinense e de que forma são utilizados em relação à pecuária. O confronto de diversas fontes, a fim de estabelecer um quadro comparativo entre o incentivo dado pelas políticas públicas à criação de bovinos, ovinos e equinos no Planalto Serrano Catarinense, enfatizando as duas maiores produções regionais (bovinos e ovinos), mostra que, apesar de todas as inovações propostas pelo período de atuação das atividades da Estação e da Fazenda de Criação, foram limitados os processos de modernização da pecuária na região, relacionando as atividades humanas que alteram o ambiente e a implantação de modelos econômicos.

Figura 23 – Divisão dos Campos de Lages



Fonte: Plano Anual da Epagri – SDR Lages/2011.

Sendo esta uma região de economia pouco diversificada, pode constatar que, no processo de reorganização das atividades produtivas, houve um processo chamado por Roberto Lobato Corrêa de “antecipação espacial”, ou seja, as atividades empreendidas para esta região não tiveram as condições favoráveis para desenvolver-se (Correa, 2007, p. 39). Assim, as práticas espaciais também se constituíram como resultado das respostas da sociedade ao conjunto de práticas projetadas para viabilizar a reprodução das atividades historicamente desenvolvidas.

A preocupação com a conservação dos campos nativos ganhou importância no cenário agropecuário e ambiental nos últimos anos devido à baixa produtividade pecuária e sua consequente substituição por outros sistemas monocultores, como lavoura e reflorestamento. De acordo com Córdova *et al.* (2004), entre 1970 e 1995, aproximadamente 338.000 hectares

de campo foram substituídos por monoculturas diversas, e esses números continuam crescendo nas últimas décadas.

As discussões referentes ao processo de preservação, manejo e melhoramento das pastagens nativas foram tardias no planalto catarinense, pois as combinações políticas e econômicas responsáveis pelos projetos de desenvolvimento regional negligenciaram importantes ecossistemas que integram o bioma Mata Atlântica, criando relações desarmônicas entre a sociedade e a utilização de seus recursos naturais.

Vale ressaltar que o conhecimento dos recursos naturais e do seu funcionamento é que vai definir a utilização racional e a conservação da biodiversidade existente. De acordo com Ilsi Boldrini, o aumento populacional e a entrada de animais domésticos como o gado bovino modificaram a fisionomia da região, suprimindo os campos nativos preexistentes (Boldrini 2009, p. 65).

Nesse sentido, o Projeto de Conservação e uso Sustentável da Diversidade Brasileira (PROBIO; MMA, 1996), conduziu as pesquisas para formulação de inventários florísticos e faunísticos dos campos do planalto sul brasileiro que estão inseridos no bioma da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Como resultados foram listadas 1161 espécies, das quais 107 são endêmicas e 76 ameaçadas de extinção. Sabe-se que a intensificação da produção pecuária em algum momento levou ao aumento das áreas de pastagens cultivadas. Nabinger (2000) afirma que, apesar da alta produtividade e potencial forrageiro de muitas espécies nativas, elas não são exploradas comercialmente, aumentando a introdução de espécies exóticas.

Regionalmente, a prática das queimadas e o contínuo processo econômico da pecuária extensiva foram responsáveis pela manutenção da paisagem em forma de mosaico campo floresta, característica das regiões de planaltos serranos brasileiros, apesar de estudos revelarem a conseqüente redução da diversidade vegetal nos campos (Behling; Pillar, 2007 *apud* Pillar *et al.*, 2009, p. 24). Pesquisas analisam essa prática no sul do Brasil estabelecendo prós e contras na manutenção da atividade pecuária, além de propor medidas sustentáveis para o desenvolvimento econômico da pecuária, obedecendo a um regime de pastejo sustentável, que alcance um balanço entre produção forrageira, diversidade de espécies e preservação do solo, levando em consideração que:

O pastejo excessivo resulta em diminuição na cobertura do solo e em riscos de erosão, além de substituição de espécies forrageiras produtivas por espécies que são menos produtivas e de menor qualidade, ou até na perda completa de boas espécies forrageiras. Por outro lado, uma pressão de pastejo extremamente baixa pode resultar na dominância de gramíneas altas de baixo valor nutritivo ou de arbustos e outras

espécies de baixa qualidade forrageira (Nabinger, 2000 *apud* Pillar *et al.*, 2009, p. 30).

Segundo Ulisses de Arruda Córdova (2004, p. 37), pelo menos 50% dos campos naturais de Santa Catarina são utilizados com pecuária bovina extensiva. Para o autor, o melhoramento e o manejo das pastagens naturais do Planalto Serrano Catarinense justificam-se porque a produtividade dos campos naturais é muito baixa e por isso estão ameaçados de serem substituídos por lavouras e/ou reflorestamento. Por outro lado, nessa área ocorrem diversas espécies endêmicas, a maioria desconhecida, mas com potencial a ser utilizada em programas de melhoramento genético ou para fins medicinais. Alternativas de uso têm sido propostas em vários trabalhos empíricos ou de pesquisa, mas, poucos produtores as adotaram. Nos últimos anos, porém, o melhoramento do campo nativo está se consolidando como uma das opções para viabilização econômica e preservação destes agroecossistemas, através da superação do principal entrave para o desenvolvimento da pecuária na região, que é o déficit alimentar dos rebanhos nos períodos críticos.

Nessa conjuntura, Eduardo Cotrim (1913, p. 13) ao propor um manual de desenvolvimento de uma fazenda moderna para criadores de bovinos no Brasil afirmava que, a condição fundamental na organização de uma boa fazenda de criar é a escolha do campo e de suas condições naturais. Dessa maneira, o autor faz uma diferenciação no que considera modo extensivo e intensivo de criação:

Diz-se que nossa criação se faz de modo extensivo, mas não é precisamente isso que se observa no Brasil: O regime mais comum é verdadeiramente selvagem. Eu compreendo que o criador procure melhorar suas pastagens, dividi-las e limitá-las por cercas, conhecer pelo menos seus animais, fazer uma seleção mesmo ligeira entre eles, expurgando o pior e melhorando o resto com a introdução de bons reprodutores – a isso eu chamaria de criação extensiva, porque a intensiva exigiria a aplicação direta de processos científicos, colocando os animais em condições especiais de abrigo e de alimentação; mas ao que se pratica no nosso país e sobretudo no sertão, onde o criador não sabe quantos animais possui, nem onde pastam e nem quando possa encontrá-los, só se subordinando à prática de verdadeira selvageria (Cotrim, 1913, p. 08).

Figura 24 – Fazenda de Criação de Lages: Roçada mecânica de campo nativo, trabalho com finalidade



Fonte: Arquivo fotográfico Epagri. Sem data.

Ressalte-se que a forma dos recursos naturais envolve instituições econômicas, sociais e culturais, que determinam o aspecto da paisagem agrária (Weibel, 1979, p. 318). Estas questões são analisadas por Leo Weibel como um conjunto de atividades econômicas que marcam o sistema primitivo pelo qual se estabeleceu a economia pecuária em diversas regiões do mundo, afirmando que:

Nos campos, o homem pode desde o princípio manter e explorar o gado. O penoso trabalho do desbaste que tanto dificulta e onera a agricultura nas terras de mata para formar pastos e caminhos, não se torna necessário [...]. Como em tal sistema, naturalmente, apenas as pastagens melhores são utilizadas, ficando abandonadas as áreas piores, torna-se o mesmo pouco econômico para o país. (op. cit., p. 43). Vale ressaltar que a produção de forrageiras também foi responsável pela transformação da economia de um sistema natural ou “primitivo” para um modo de criação voltado ao mercado mais especializado. O gado, antes criado de forma extensiva, sem estabulação, silagem ou melhoria dos pastos, coma introdução de novas raças de gado para o Planalto Catarinense, introduziram-se também várias espécies de gramíneas da África, modificando o sistema alimentar da criação e também a estrutura da propriedade (Valverde, 1964, p. 244).

Abandonando a ideia de um estado natural de equilíbrio da flora das pastagens, desenvolveu-se uma concepção teórica nas pesquisas agrárias do século XX que supunham acharem-se as forças naturais em um estado de equilíbrio que não perturbassem nem o homem e nem o animal. Para tanto, o desenvolvimento de projetos modernizantes para a pecuária nos campos do Planalto Serrano Catarinense buscou pesquisas relacionadas ao maior potencial

produtivo regional. Este período coincide com o processo que Peluso Junior chama de “evolução da paisagem cultural”, que decorre do aumento de terras ocupadas pela lavoura, por parte da população que não dispõe de campos para criação de gado (Peluso Junior, 1991, p. 153).

Figura 25 – Fazenda de Criação de Lages: Instalação de lavoura perene



Fonte: Acervo fotográfico Epagri/Lages. Sem data.

Essa concepção de produção permitiu a coexistência de formas econômicas diversificadas e evidenciou a importância de um novo sujeito social, o arrendatário. Este processo de reorganização do espaço produtivo, ainda que em escalas diminutas, também foi responsável pela reconfiguração de uma nova classe produtora, com objetivo de adotar medidas convenientes para a economia local. De acordo com o mesmo autor:

Uma parte dos rendeiros são antigos agregados de fazendas que, devido à agricultura se foram afastando socialmente do grupo originário [...]. Outra parte é de lavradores de origem italiana vindos das colônias do litoral catarinense. Uns e outros pagam ao fazendeiro as rendas do uso da terra, constituindo nisto suas relações com a fazenda (Peluso Junior, 1991, p. 111).

O criador Lageano José Maria de Arruda Filho afirma que a agricultura serrana é pobre em termos de produtividade; isto porque o modo mais rápido de se obter terras férteis seria com a utilização de adubo químico, só utilizado por quem possuía certos recursos financeiros, além de ser uma prática que exige, conjuntamente, a adubação orgânica para a mesma finalidade. Assim, o autor descreve como na propriedade de seu pai

preparava-se a terra para plantação de alfafa, destinada ao gado bovino e aos porcos:

Enquanto dois lenhadores iam derrubando árvores para lenha, o autor destas linhas ia puxando em uma carreta as galhadas verdes para o terreno onde iria ser plantada a alfafa. Quando a galhada secou e a folhagem caiu, aquela foi retirada para um lado, misturado osso cozido de autoclave de charqueada e virada a terra com arado. Próximo havia um samambaial alto, que roçamos e puxamos para cima da terra lavrada, pondo em seguida toda a galhada que havíamos retirado, por cima. Puzemos-lhe fogo e após gradeamos. Fizemos valetas, que as enchemos de estrume, cobrindo-as com um pouco de terra. Por cima da terra da valeta estendemos um varão de pinheiro nele batendo com um macete em todo o seu comprimento e na cama dele plantamos sementes de alfafa, cobrindo-as com um pouco de pó de estrume. Passados três anos, abrimos valetas ao lado das carreiras de alfafa e enchemos de estrume misturado com cal. Esse quartel era de 40 por 15 metros e deu muitos bons cortes durante seis anos (Arruda Filho, 1964, p. 49).

Além da alfafa, o autor menciona a produção de milho, batata, trigo e aveia, em sistema intercalado de cultura ou rotacional, aproveitando a adubagem da terra (Arruda Filho, 1964, p. 50). No entanto, estas eram lavouras destinadas ao abastecimento da população local, ou complementar à alimentação do gado. O comércio destas produções era limitado às necessidades locais.

Assim, ainda que a tecnificação do espaço tenha se tornado a medida de manutenção dos projetos de desenvolvimento econômico, a segunda metade do século XX foi marcada por uma transformação do olhar humano sobre a paisagem, na medida em que a preservação dos campos de altitude tornou-se também uma alternativa para a produção pecuária no planalto catarinense, quando os recursos naturais passaram a configurar em projetos de utilização racional ou mesmo de conservação de suas áreas nativas com finalidade econômica.

Paulo Afonso Zarth e Marcos Gerhardt (2009), ao analisarem o Bioma Pampa no Rio Grande do sul sob a égide ambiental, relatam o intenso debate sobre a preservação de campos nativos e como este ganhou notoriedade quando se discutia a reforma agrária e suas consequências para a classe de latifundiários regionais. Nesse contexto, os autores ressaltam que análises técnicas demonstram que a sustentabilidade ecológica dos campos nativos está no manejo adequado de suas pastagens, ao mesmo tempo em que se garante uma função social mais adequada à terra, de modo que o pastoreio adequado permita aumentar a carga de gado sobre os campos sem traumatiza-los.

Na esteira destas transformações, o Centro Nacional de Recursos Genéticos (CENARGEM) passou a atuar na década de 1980 em biotecnologia agropecuária e em controle biológico de pragas. Na década seguinte passou a investir em pesquisas e técnicas de transformação genética de plantas e clonagem na raça bovina. De acordo com os registros memoriais da empresa:

A criação da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia atendeu a uma conscientização científica mundial sobre a importância dos recursos genéticos, consolidada a partir da Primeira Conferência Mundial sobre Meio Ambiente (Conferência de Estocolmo em 1972, realizada na Suécia). Vinte anos depois, com a realização da Conferência sobre Biodiversidade, no Rio de Janeiro (ECO-92 é como ficou conhecida a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento), que tornou evidente o impacto potencial dos recursos genéticos e das pesquisas biotecnológicas na sustentabilidade econômica e ecológica dos agro ecossistemas, e sua responsabilidade foi ampliada (Embrapa, 2022).

O discurso da eficiência econômica permanece, portanto, nos estudos voltados à utilização de material genético para aumento da capacidade produtiva. Essa turbulenta relação entre o desenvolvimento econômico e a utilização racional dos campos nativos no desenvolvimento de técnicas possui um impacto ambiental que, de acordo com Milton Santos, ameaça as paisagens naturais e culturais, muitas das quais em processos substitutivos, conformando espaços banalizados que perdem as referências peculiares do lugar (Santos, 1985, p. 56).

Em 1982, o encarte jornalístico “Estado Rural” destaca os 11 anos de pesquisa em prol da bovinocultura catarinense da Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária (EMPASC) e ressalta os trabalhos realizados na Estação Experimental de Lages no melhoramento de campos nativos, onde as principais espécies regionais foram coletadas e catalogadas, e onde foram testadas a capacidade de lotação dos campos. O objetivo, segundo o artigo, foi a procura de plantas forrageiras mais adaptadas as condições do planalto catarinense e menos exigentes em fertilidade do solo. Ainda segundo o mesmo artigo:

Os trabalhos em nutrição animal visam não só o melhor aproveitamento de nossos campos nativos como também das pastagens cultivadas, além do uso de subprodutos da indústria ou da agricultura na alimentação do gado. Os trabalhos de sanidade animal já estão ao alcance do produtor que hoje tem indicações claras de como combater os vermes gastrointestinais de seus rebanhos como carrapatos e bernes. O perfeito controle sanitário pode proporcionar reduções drásticas na idade de abate, diminuir a quantidade de produtos químicos na propriedade e baixar significativamente os custos da produção (Lages: Jornal Estado Rural, 1982, p. 4–2).

De acordo com o engenheiro agrônomo Ulisses Arruda Córdova, as pastagens naturais catarinenses são um ecossistema natural que, até então, não recebiam a atenção por parte das políticas públicas, e ainda recobrem aproximadamente 14% da área estadual. Para o autor:

A história da ocupação e exploração da terra pelo homem tem mostrado que o custo da recuperação de ambientes degradados é infinitamente maior, e sem garantia de êxito, do que o custo da preservação de ecossistemas naturais. E quando os custos da recuperação são inevitáveis, geralmente as vantagens são de poucos e o ônus de toda a sociedade (Cordova, 2004, p. 37).

Essa mudança de postura em relação às pesquisas que envolvem a atividade pecuária

no planalto catarinense articularam conhecimentos variados, representando uma nova relação entre o sistema produtivo e o ecossistema dos campos.

2.3.2 O Campo e o Bioma: a ecologia dos campos na História da Pecuária Regional

A pastagem natural [...] é o maior legado da natureza à pecuária [...] sua preservação e melhoramento, mais do que uma necessidade de ordem técnica e econômica, é um dever de todos, pela preservação de um patrimônio genético de valor inestimável (Nabinger, 1980).

A ideia de modernidade rural como projeto de reestruturação social e o capitalismo agrário como sistema econômico fundamental das transformações socioeconômicas no espaço mantiveram a natureza dos campos num conceito utilitarista de modernização que trouxe profundas consequências.

Num apontamento crítico sobre as relações estabelecidas entre projetos e ações públicas para o aumento da produtividade pecuária e a apropriação dos recursos naturais para esta finalidade, pode-se observar que as problemáticas locais e regionais são reflexos de projetos de desenvolvimento que buscavam a aproximação da economia regional de sistemas de economia geopoliticamente muito distintos. Antônio Carlos Robert Moraes chama esse movimento de “modernidade periférica”, ao passo que as modificações propostas foram dinamizadas em histórias peculiares e diferenciadas entre si (Moraes, 2009, p. 17).

A diversidade de espécies vegetais e animais dos campos sulinos fazem desse ecossistema uma paisagem única dos biomas brasileiros Pampa e Mata Atlântica. Garantem elementos ambientais importantes como a conservação dos recursos hídricos, a disponibilidade de polinizadores, e o provimento de recursos genéticos. Além disso, têm sido a principal fonte forrageira para a pecuária, abrigando alta biodiversidade e oferecendo beleza cênica com potencial turístico importante para essas regiões.

A enorme diversificação de plantas nativas nos campos do sul do Brasil sugere a variedade de ecossistemas. Cada região possui ambiente específico, sendo que, mais do que simples espaços territoriais, os povos herdaram paisagens e ecologias pelas quais certamente são responsáveis ou deveriam ser responsáveis (Ab’Sáber, 2003).

Auguste Saint-Hilaire, em seus escritos sobre a “viagem a Curitiba e Santa Catarina”, relata a beleza das paisagens dos campos, avaliando a convivência do gado em meio às grandes árvores que formam o mosaico campo-floresta da Mata Atlântica sul brasileira:

[...] No meio das matas pouco densas e frequentadas pelo gado, encontra-se comumente uma árvore alta que, não só por seu talhe como pela tonalidade de sua

folhagem, se sobrepõe, por assim dizer, à araucária: Enquanto esta apresenta apenas alguns verticilos de ramos espessos, recurvos como candelabros, a outra exhibe uma ramagem exuberante; as folhas da araucária são de um verde sombrio e as da outra, brancas em baixo, se assemelham quando vistas de longe, ao nosso salgueiro. Trata-se da vassoura da casca preta [...] (Saint-Hilaire, 1978, p. 3).

Segundo afirma, a paisagem descrita e as águas límpidas constituem a riqueza dos campos, tornando as condições climáticas salubres, influenciando diretamente a saúde de seus habitantes, pois “respirando um ar puro, sempre galopando pelos pastos, ocupados em laçar ou arrebanhar animais, os habitantes dos campos gerais desfrutaram de excelente saúde, sendo numerosos entre eles os homens de idade avançada” (Saint-Hilaire, 1978, p. 03).

De acordo com Nabinger, a introdução do gado pelos jesuítas nas regiões de planalto do sul do Brasil causou um distúrbio na floresta de araucária e tornou mais frequente uma vegetação secundária. Além disso, a pecuária afetou diretamente a vegetação, que sofreu ao longo dos séculos modificações devido às transferências de criatório de gado, pois a remoção da biomassa e o pisoteio controlam o avanço de espécies florestais, cujos indivíduos jovens são incapazes de rebrotar (Nabinger, 1998).

Dessa forma, entre os principais fatores que definem a vegetação campestre sul brasileira, a pecuária tornou-se principal fonte mantenedora ou transformadora das características fisionômicas e ecológicas dos campos. Defende ainda o referido autor que a criação de gado no sul do Brasil geralmente ocorre com pastejo contínuo e extensivo, ocorrendo ainda de forma excessiva, e assim:

O pastejo excessivo resulta em diminuição na cobertura do solo e em riscos de erosão, além da substituição de espécies forrageiras produtivas por espécies que são menos produtivas e de menor qualidade [...]. Por outro lado, uma pressão de pastejo extremamente baixa pode resultar na dominância de gramíneas altas de baixo valor nutritivo ou de arbustos e outras espécies de baixa qualidade forrageira (Nabinger, 1998, p. 30).

Em sua argumentação, para um campo ser sustentável é necessário alcançar um balanço entre a produção forrageira, a diversidade de espécies e a preservação do solo. Tudo isso vem corroborar as palavras de Alfred W. Crosby segundo o qual a conquista ibérica e a consequente introdução de plantas e animais foram responsáveis pela criação de enormes áreas de solo alterado, ao afirmar que:

Florestas foram arrasadas para fornecer madeira e combustível e para abrir caminho a novos empreendimentos. Rebanhos florescentes de animais do Velho Mundo pastavam e excediam-se pastando nas áreas de relva e invadiam a floresta; e os campos cultivados das declinantes populações ameríndias reverteram ao estado de natureza cujas plantas mais agressivas eram agora imigrantes exóticos (Crosby, 2011, p. 138).

campestre sul brasileira durante boa parte quaternário foi a paisagem dominante, e que o advento de condições climáticas mais úmidas propiciou a expansão da floresta, começando a partir da migração de matas de galeria ao longo dos rios (Pillar *et al.*, 2009, p. 32).

Mais do que simples espaços territoriais, os povos herdaram paisagens e ecologias, pelas quais certamente são responsáveis; ou deveriam ser responsáveis. (Ab'Sáber, 2003, p. 17). Nesse sentido, o espaço organizado e reorganizado ao longo do tempo torna-se o ponto de referência para interpretar a dinâmica das relações socioeconômicas e as diferentes formas de compreender os limites e as autonomias de diversos sujeitos sociais em relação à utilização do meio natural.

Por sua vez, Jean Dorst afirma que a história da humanidade pode ser encarada como a luta da nossa espécie contra o meio em que se insere e sua emancipação progressiva relativamente à natureza e a algumas de suas leis, como o domínio progressivo do homem sobre o mundo com seu solo, suas plantas, seus animais, submetidas às invenções do gênio humano. (Dorst, 1973, p. 19). Para o autor, os progressos técnicos tornaram a relação entre o homem e o seu meio um impasse, pois o homem, imprudente, brincou de aprendiz de feiticeiro e desencadeou processos que já não consegue mais controlar. Continua ele afirmando que o homem moderno manifesta uma absoluta confiança nas técnicas aperfeiçoadas de nossos dias, ao dizer que:

O progresso realizado no campo da física e da química aumentou em proporções fantásticas o poder dos instrumentos de que dispomos. Isto incita-nos a manifestar um verdadeiro culto da técnica, que acreditamos ser capaz de resolver todos os nossos problemas, sem o auxílio do meio que surgiram os nossos longínquos antepassados e no seio do qual viveram numerosas gerações (op. cit., p. 02). Neste sentido, o homem configura-se como peça de um conjunto complexo, onde se articula um grande número de componentes, voltados à satisfação de suas necessidades elementares exigindo a transformação profunda de determinados espaços, de forma a poder aumentar em proporções consideráveis a parte da produtividade direta ou indiretamente utilizável para seu único benefício (Dorst, 1973, p. 09).

A conceituação de Jean Dorst sobre a relação pouco harmoniosa entre o homem e a natureza infere diretamente sobre os impactos de povos pastores e o processo de transformação usual que se agrava a partir do momento em que o homem tende a aumentar rapidamente seu modo de produção, discutindo os impactos e a evolução econômica provocada pela multiplicidade de novas práticas, infere diretamente nas reflexões e pesquisas sobre o campo nativo e sua preservação no planalto catarinense.

Além de moldar a paisagem e formar um ecossistema único no mundo, os campos nativos são responsáveis pela base alimentar dos rebanhos que produzem proteína animal de alto valor biológico e são fundamentais na dieta alimentar da população.

Assim, as discussões contemporâneas sobre a preservação ambiental dos campos do planalto catarinense revelam sua importância na preservação de mananciais, da flora e fauna nativa, bem como da qualidade de vida da população. O trabalho realizado por pesquisadores e extensionistas da Epagri, e também da comunidade acadêmica de diferentes áreas como a agronomia, a medicina veterinária, engenharia florestal e geografia, buscam alternativas para a manutenção da atividade pecuária e a preservação do ecossistema.

De acordo com Mario Luiz Vincenzi, professor do departamento de zootecnia do Centro de Ciências Agrárias da universidade Federal de Santa Catarina, a história das pastagens de inverno e da própria pecuária no Planalto Catarinense tomou outro rumo a partir da atuação de pesquisadores que se debruçaram em pesquisas sobre o melhoramento de campo nativo. Para o professor, as diferenças são significativas por que:

Primeiramente o campo nativo é devidamente valorizado, ele não será substituído, mas sim enriquecido com espécies de estação fria; o solo será corrigido e adubado de forma parcimoniosa e a pastagem agora melhorada será cuidadosamente manejada. Manter o campo nativo tem um significado difícil de expressar. Esses campos são obra da natureza por um período estimado de 30 milhões de anos. Representam, portanto, um dos ecossistemas mais antigos do planeta, contém uma biodiversidade que recém-começa a ser estudada. Esse manto na natureza permite que nessas regiões as águas sejam protegidas e extravasem em ricos mananciais. A agradável paisagem que aí se formou traduz tudo isto, mostrando harmonia e tranquilidade. Além desses aspectos, que normalmente não são valorizados porque dizem que “não dão dinheiro e não enchem a barriga”, os campos nativos são a base da pecuária, pois produzem o alimento mais barato que o pecuarista do mundo inteiro pode dispor, que é a pastagem nativa (Vincenzi *apud* Cordova, 2004, p. 04).

A busca de uma proposta ecologicamente correta, que pudesse estar ao alcance de todos os produtores, para então consolidar-se como alternativa para a viabilização econômica e a preservação do agroecossistema, uma vez que o ambiente e seus organismos naturais já sofreram (e sofrem) a intervenção do homem em função do seu valor econômico passou a ser pauta primária das pesquisas (Toledo, 1994, p. 29).

Parava Córdoba, algumas questões são fundamentais para preservação dos campos nativos:

A substituição completa de uma vegetação estável – como a dos campos naturais- por culturas ou pastagens exóticas talvez não apresente vantagens a longo prazo [...]. A grande dificuldade para a preservação dos campos do Planalto Catarinense é o argumento de que a sua baixa produtividade não se justifica técnica, social e economicamente, ficando os produtores sujeitos a diversos tipos de pressão para substituir a pecuária extensiva por atividades mais “rentáveis”. Na tentativa de superar essa situação, diversas alternativas vêm sendo testadas. Nelas, incluem-se práticas que não consideram as vocações do agroecossistema, nem a cultura do povo local. Normalmente resultam em insucesso e contribuem para aumentar a descrença no potencial dos campos naturais [...]. Outro problema visível é o de que os princípios fundamentais de mercado e de produção sustentável não estão sendo explorados. Um deles é a valorização da qualidade biológica dos produtos agrícolas.

As condições de clima favorecem a produção de carne bovina e ovina com pouco ou até nenhum agrotóxico. A qualidade dessa carne produzida em campo nativo é considerada excelente por empresas frigoríficas, o que poderá se tornar determinante para centros consumidores mais exigentes. Os campos naturais são muito pouco estudados e as informações são escassas em Santa Catarina [...]. A pesquisa e a extensão rural realizadas por empresas vinculadas à Secretaria da Agricultura e Política Rural impulsionaram diversas atividades agropecuárias do estado. No entanto, não conseguiu, resolver os principais problemas dos produtores de pecuária de corte extensiva praticada nos campos naturais, pois o nível de adoção das práticas é baixo. O enfoque empregado na condução desses trabalhos precisa ser revisto. Modelos participativos e interdisciplinares provavelmente resultem em maior eficiência (Cordova, 2004, p. 40).

Considerando a importância da biodiversidade dos campos nativos do planalto catarinense, há necessidade de estudos que permitam valorar seu potencial forrageiro na manutenção da atividade pecuária de modo que, para além da base alimentar da economia de criação, mantenha-se também como patrimônio ecológico e genético.

Essa premissa difundida em todas as ciências ambientais indica a conservação como útil e necessária para os humanos. Gudynas (2019, p. 29), ao estudar a ética biocêntrica e políticas ambientais nos direitos da natureza afirma que “o idioma mais compreendido pelos tomadores de decisões eram os custos e benefícios econômicos, sendo preciso comprovar que a conservação era um bom negócio e que o colapso ecológico levaria à crise econômica”.

Assim também os estudos sobre a genética animal a ser adotada em campos nativos melhorados passou a figurar em pesquisas, conceituando a paisagem como uma herança fisiográfica, biológica e cultural. Esse processo de compreender os campos e atividade pecuária como cultura material, onde animais e plantas atribuem significados múltiplos resultou na ressignificação da natureza dos campos e na construção de um espaço simbólico nos projetos modernizantes da pecuária.

2.3.2 “O tipo de gado serrano”: A manutenção da atividade pecuária e a construção da Raça Crioula Lageana

Apesar da propriedade da terra se constituir como gênese da formação social do Planalto Serrano Catarinense, as transformações ocorridas no modo de produção inerente à pecuária, até o século XXI, estabelecem a produção de bovinos como fator de conexão entre o espaço e as relações econômicas, sociais e culturais.

Nos estudos sobre a economia pastoril no Brasil realizados por Mário Maestri, Júlio R. Q. Santos e Paulo Esselin (2010) aponta-se que a historiografia nacional e regional abordou a produção pastoril brasileira nos seus aspectos gerais, compreendidos como escassamente

dinâmicos; porém, são raros os estudos que apreendem a questão um sentido diacrônico, fixando a importante evolução da atividade através dos anos, no que se refere as técnicas, relações sociais e sistemas de produtividade (Maestri; Santos; Esselin, 2010, p. 09).

Para além dos processos de exploração animal, a história da pecuária no planalto catarinense nos permite também compreender o lugar dos animais domésticos nos projetos de desenvolvimento tecnológico, e seus impactos na economia, na saúde pública e também nas questões ambientais.

A história da Estação Experimental incentivou o desenvolvimento de projetos que modernizassem o campo como área de produção. O incentivo à introdução de novas raças ganhou força após a avaliação dos primeiros cruzamentos. Segundo Costa (1982, p. 102), o produto meio-sangue do cruzamento de zebu com o caracu ou com o franqueiro chegava, em média, a 500 quilos aos cinco anos, enquanto o crioulo da mesma idade atingia apenas 350 quilos. Ainda segundo o mesmo autor, a primeira contribuição para o cruzamento do “gado crioulo” data de 1895, quando o Sr. João Quintino Teixeira vendeu aos fazendeiros lageanos uma tropa de zebus.

Figura 27 – Exemplar da Raça Guzera



Fonte: Arquivo Documental EPAGRI- Lages.

José Maria de Arruda filho (1964, p. 18) afirma que o aparecimento do gado Zebu na região serrana catarinense antecedeu a criação do Posto Zootécnico, sendo a tábua de salvação dos que “embarcaram na canoa furada das raças finas” sem o devido melhoramento dos campos. No entanto, muitas foram as discussões referentes à importação de diferentes raças do Gado

Zebu para o Planalto. Cita Licurgo Costa (1982, p. 1489), que na exposição de Gado realizada em Florianópolis em 1905, alguns fazendeiros lageanos foram bem classificados com o cruzamento das raças, aumentando o lote de gado comprado do triângulo mineiro para esta finalidade.

Neste mesmo sentido, o autor, ao analisar as formas de desenvolvimento regional ligadas à pecuária no Planalto, afirma que o cruzamento de raças crioulas com animais importados não significou, em curto prazo, a solução para os problemas referentes à expansão da atividade:

Apesar do avanço extraordinário do sistema de comunicações e transportes, a vinda de reprodutores tem sido muito lenta e, ainda hoje, quem vive de pecuária em Lages, como no resto do Brasil, pode ver a Fazendeiro, natural de Lages/SC. Prefeito na cidade natal, Deputado Constituinte de 1891 e de 1895, Deputado Provincial e Deputado Estadual na Casa Legislativa, Governador, Deputado Federal e Senador representando os catarinenses, final do século XIX e início do século XX. Todo o momento, no boi que compra para invernar ou gado que cria, a força residual daquela consanguinidade que marcou a degeneração das raças americanas, oriundas de um gado ibérico já de si impuro, abastardado (Costa, 1982, p. 1455).

Entre 1900 e 1910 chegaram os primeiros touros e vacas de raça “Holandesa” e “Simenthal”, importados pelo Sr. José Maria Antunes Ramos. Vale ressaltar que em 1907, pelo decreto nº 309 de 02 de janeiro, o campo de Demonstração de Lages foi transferido para a administração do município. Nessa fase, além da introdução de lotes de touros holandeses procedentes de São Paulo e do Uruguai, o campo recebeu carneiros da raça “Lincoln” para reprodutores [...]. Também dispôs o estabelecimento de um reprodutor eqüino de raça “Árabe”, que deixou grande produção no município [...] (Costa, 1982, p. 111).

Figura 28 – Exemplar da Raça Simenthal



Fonte: arquivo Documental EPAGRI- Lages

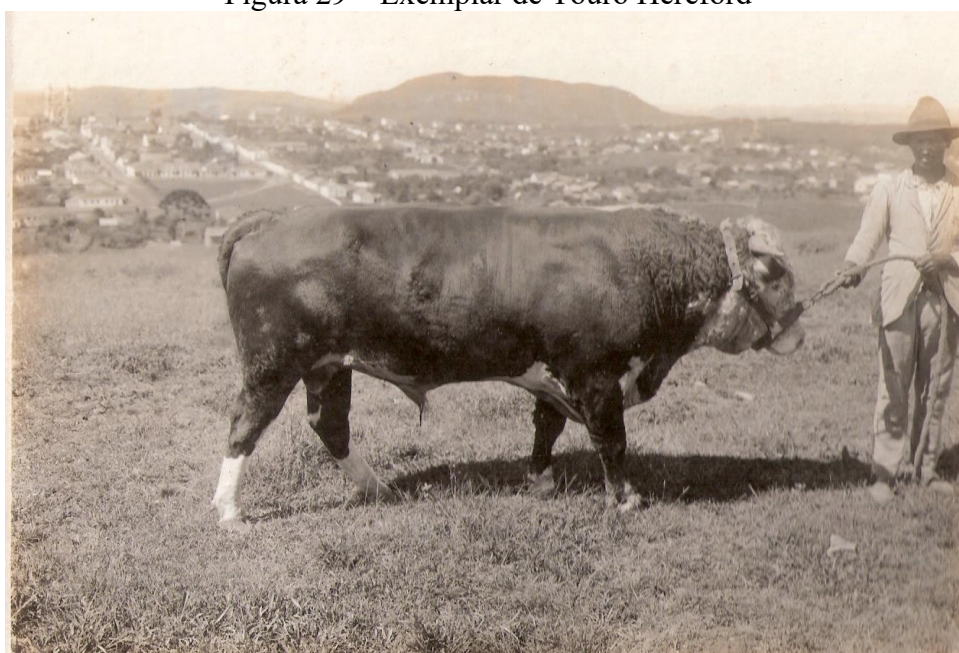
Na seção zootécnica registra-se inicialmente apenas um reprodutor “Hereford” puro, e um pouco mais tarde, um touro “Holstein” e uma novilha “Hereford”, comprados na Argentina e chegados a Lages em junho de 1905, mesmo ano em que o Governo adquiriu para a unidade um touro Zebu, da raça “Guzerá” (Costa, 1982, p. 99).

Fazendeiro, natural de Lages/SC. Prefeito na cidade natal, Deputado Constituinte de 1891 e de 1895, Deputado Provincial e Deputado Estadual na Casa Legislativa, Governador, Deputado Federal e Senador representando os catarinenses, final do século XIX e início do século XX.

Além destas raças, a

Hereford, procedente da Inglaterra e introduzida inicialmente nas fazendas dos coronéis Belisário e Vidal Ramos, respectivamente, Morrinhos e Paiquerê, de onde se espalharam pelos Campos da Coxilha Rica, antes de abranger toda a região. Os primeiros exemplares eram originários de São Paulo, Argentina e Uruguai (Epagri, 1980, p. 4.).

Figura 29 – Exemplo de Touro Hereford



Fonte: arquivo Documental EPAGRI- Lages

Estes dados evidenciam que havia uma pré-disponibilidade de alguns criadores da região de Lages em introduzir diferentes raças de bovinos, ovinos e equinos, tomando, por exemplo, outras regiões do país que, já neste período expandiam seus rebanhos para atender as necessidades do mercado. Dessa forma, a segunda década do século XX evidencia profundas mudanças e preocupações, tanto do Governo do estado quanto das políticas públicas federais

em relação à atuação das Estações Agronômicas.

No entanto, registros como o de José Maria de Arruda Filho, fazendeiro dos campos de Lages e autor do livro “Coisas do Passado”, analisa este período sob a perspectiva da capacidade de suporte do gado nos campos nativos do Planalto Serrano Catarinense. De acordo com o fazendeiro, a preocupação com a qualidade do gado resultou na diminuição da carne e o Fazendeiro, natural de Lages/SC. Prefeito na cidade natal, Deputado Constituinte de 1891 e de 1895, Deputado Provincial e Deputado Estadual na Casa Legislativa, Governador, Deputado Federal e Senador representando os catarinenses, final do século XIX e início do século XX.

Com o respectivo aumento do preço, exaltando as qualidades de animais bovinos e cavalares da região: Bichos deste tipo e desta saúde estão se acabando! Hoje por aqui cuida-se muito em qualidade.

Em relatório apresentado ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio em 1912, o Diretor da Estação Experimental de Ponta Grossa, José Soares Pereira Júnior, justifica a necessidade de ampliar as experiências relativas à introdução de novas raças de bovinos, sem, contudo investir em muitas variações e sim, aprofundar o estudo de suas qualidades, e principalmente seus pontos frágeis:

[...] Se tal commettimento torna-se difficil, quando trabalhamos com uma raça só, como pretender fazê-lo sobre sólidas bases, em se tratando de várias raças, quando ellas divergem tanto entre si? Será, pois, sempre mais acertado e judicioso tomar aquella que nos parecer mais adequada aos nossos meios e fins e concentrar na mesma todo nosso esforço. Justamente foi a falta de critério observado na escolha das raças que deveriam contribuir para o nosso progresso pastoril, que determinou o verdadeiro cahos em que está vivendo a maioria dos creadores brasileiros. Certo não se poderá exigir delles experiências prolongadas e custosas, porque isto ser-lhes-ia penoso e muitas vezes trar-lhes-ia o insucesso financeiro, barreira esta que poucos, muito poucos, podem resistir, mas ao menos que presida a escolha um certo bom censo, sem nunca deixarem-se levar pela simples apparencia ao reproductor, desdenhando por completo, de investigar se o seu meio e os seus recursos forrageiros permitem obter um produto semelhante, e muito principalmente as vantagens que se desejam explorar. Sem estes requisitos, será muitas vezes mais prudente estacionar, do que correr uma aventura [...] (Epagri, 1964, p. 3).

Para esta finalidade foi criado o Posto Zootécnico Federal de Lages pelo Decreto Lei nº 9.513, de 03 de abril de 1912, sendo nomeado seu primeiro Diretor o Dr. Charles Vincent, zootecnista de nacionalidade Belga, ex-professor na Escola Agrícola de Piracicaba/SP e ex-diretor de uma fazenda federal no Mato Grosso (Epagri, 1964, p. 2). Segundo Licurgo Costa (1980, p. 9), a finalidade básica do estabelecimento, único no estado, era realizar pesquisas sobre a aclimação de diversas raças de bovinos, equinos, ovinos e porcinos, que deveriam ser cruzadas com o produto crioulo.

Nesse sentido, a paisagem manifesta a historicidade do desenvolvimento humano, associando objetos fixados ao solo e geneticamente datados. (Moraes, 1996, p. 15). Há uma maior agregação do valor do trabalho ao solo, de forma que as intervenções técnicas são produtos de projetos elaborados com base no incentivo à introdução de outras espécies forrageiras, por razão econômica, em prol de um modelo econômico que transformasse o Fazendeiro, natural de Lages/SC. Prefeito na cidade natal, Deputado Constituinte de 1891 e de 1895, Deputado Provincial e Deputado Estadual na Casa Legislativa, Governador, Deputado Federal e Senador representando os catarinenses, final do século XIX e início do século XX. Latifúndio pastoril do Planalto Catarinense conforme o padrão das estruturas capitalistas da época.

No entanto, há de se refletir sobre os fatores adversos a este processo, uma vez que a modernização da pecuária e de suas estruturas produtivas não foi percebida da mesma forma por todos os proprietários rurais, desenvolvendo-se duas formas de criação num mesmo espaço. Aquelas que permaneceram extensivamente em campos nativos, e aquelas que substituíram os campos nativos pelas pastagens plantadas e o gado comum pelos cruzamentos com raças europeias.

De acordo com o relatório expedido neste período, a fase de expansão do Posto Zootécnico marca, por um lado, a necessidade de atender a satisfação dos rebanhos adquiridos, pois a sede não possuía abrigos e alimentação suficientes, sendo então necessário recorrer a abrigos naturais — capões, capoeiras e matas — onde o gado melhor suportaria o inverno. E por outro lado afirma-se a constatação de um problema de interesse geral, uma vez que a maioria das grandes fazendas da época não dispunha de recursos materiais para construção de abrigos ou aquisição de produtos já melhorados pelo Posto Zootécnico.

O relatório do Diretor do Posto enviado ao Ministério da Agricultura considera que o melhoramento das condições zootécnicas preconizava o gado flamengo lhe parecia mais indicado para cumprir o papel de “raça melhoradora e substituidora” do gado de Lages. (Epagri, 1964, p. 4). Com relação aos equinos, considerava os animais crioulos uma excelente base para a produção de cavalo militar. Nesse mesmo ano cita e entrada no estabelecimento, para cruzamento, de 251 éguas, 94 vacas e oito cabras (Epagri, 1964, p. 04).

Figura 30 – Arquivo Documental Epagri



Fonte: arquivo Documental EPAGRI- Lages.

Os dados estatísticos referentes à produção pecuária por municípios no estado de Santa Catarina. Sua análise permite constatar que, regionalmente, a pecuária dos municípios que integram o Planalto Serrano Catarinense possui importante percentual de produção para o estado. A quase totalidade do gado que povoava os campos gerais e os campos de Lages especificamente, até o fim do século XIX, era o gado Crioulo, que muitos chamavam de gado selvagem e consideravam um gado inferior, por resultarem de muitos cruzamentos com o mesmo gado primitivo, sendo degenerado pela consanguinidade.

Em todas as fontes oficiais da administração pública encontram-se projetos e definições sobre experimentos em campo nativo, com a coleta e catalogação das principais espécies regionais, para testes de lotação de campos. No entanto, são poucas ou quase nulas as fontes referentes aos estudos sobre a importância do cruzamento de raças com o gado crioulo de forma a intensificar as adaptações ao clima e à pastagem nativa.

Segundo Mariante (*apud* Martins, 2010, p. 15), o Crioulo Lageano foi gradativamente sendo substituído por raças exóticas, selecionadas em países desenvolvidos. No entanto, sua adaptação ao Planalto Catarinense, uma das regiões mais frias do Brasil, fez com que este animal apresentasse um desempenho insuperável nessa região. Ao que consta, este fato não foi levado em consideração pelas políticas de desenvolvimento regional. Todavia, pesquisas já anteriormente referidas da EMBRAPA/UFSC apontam que os bons resultados obtidos com os cruzamentos favoreceram as importações de reprodutores de outras raças, causando o

desaparecimento quase que total dos bovinos crioulos (Martins, 2010).

Em relação ao sistema empregado pelo Diretor do Posto Zootécnico de Lages, ao estabelecer técnicas de substituição do gado nativo, Arruda Filho elabora uma tensa crítica:

A finalidade do Posto, diziam, era o melhoramento do gado nativo [...]. Contudo, não traçou o Sr. Charles Vincent um plano neste sentido. Rumou para a Argentina sem mesmo conhecer uma fazenda daqui – de onde trouxe um lote de reses flamengo- belgas, portanto gado de sua terra natal. Com esse gado ele iniciou a tarefa de transformar o gado crioulo em gado flamengo-belga, pelo processo de cruzamento contínuo. Entusiasmaram-se os criadores com os filhos destes touros com vacas crioulas [...]. As reses mais pesadas que sabemos eram mestiças. Nos matadouros, os novilhos meio-sangue são mais pesados que os peloduros. Mas do foi se tornando comprido e os carrapatos e bernes surgiram em quantidades aterradoras. Vieram os banheiros que resolveram em parte o problema, matando os carrapatos no corpo da rês [...] mas ninguém agora, até que se saiba, conseguiu limpar os seus campos de carrapatos e bernes à custa de banhos. Ao passo que esses gados iam ganhando em sangue, iam perdendo em rusticidade, tamanho e peso. Como criadores que fomos [...] sabemos que só esses fatores acima eram motivos de sobra para que a direção do Posto tivesse retrocedido e cuidado do numeroso rebanho existente, com tantos méritos e pequenos defeitos, tão fáceis de corrigir com a colaboração de todos (Arruda Filho, 1964, p. 13).

No mesmo sentido, o autor discute o desgaste provocado pela falta de adaptação ao meio, tanto em relação ao gado importado, quanto em relação aos campos nativos e às condições ambientais da região. Para ele, houve descuido quanto à análise da composição geográfica dos campos de Lages, como também dos pastos nativos, principalmente aqueles que sobreviviam e alimentavam o gado no inverno:

O homem do campo conhece por denominação popular: grama lageana, mimoso, roxinho, rabo de lobo, capim limão, grama de forquilha, etc., todos de verão. As variedades de inverno, que também não são poucas, são assim chamadas: capim de cobrir casa, flechilha, serenado, jôio, capim de cachorro, capim de cavalo, etc. [...] Desconhecemos, contudo, seu valor como alimento, mas sabemos que não morre com as geadas, e que é de grande rendimento, vicejando em terras pobres, fatos que, por si sós, tornam muito importante (Arruda Filho, 1964, p.07).

A partir de 1917 são mais intensos os trabalhos relativos à prestação de serviços de reprodução animal. Foram instaladas quatro Estações de Monta no interior do município, localizados respectivamente na Coxilha Rica, Taquaras, Pelotinhas e Canoas. Estas estações foram criadas para que o maior número possível de interessados pudesse ser atendido com equidade, pois o Posto dispunha na época de poucos reprodutores. Ainda no mesmo relatório são citados diversos atendimentos a particulares, além da realização de 241 vacinas demonstrativas em seis fazendas situadas em zonas diferentes e a distribuição de 3.360 doses de vacina anticarbúnculo.

A ideia de realizar uma Exposição da Indústria Pastoril no município de Lages ocorreu, segundo Licurgo Costa, em 1919, numa parceria entre o então Presidente do Posto Zootécnico,

Charles Vincent, e alguns pecuaristas lageanos. No entanto, o regulamento da Exposição definia a classificação de categorias de mestiços, tal era a condição dos rebanhos dos criadores locais (Costa, 1982, p. 1525).

Nesta década desencadearam-se algumas discussões de âmbito estadual sobre a importação de exemplares das raças zebuínas para o estado, através dos artigos de Otacílio Costa, que o considerava impróprio para “robustecer ou trazer qualquer prediado.” (Costa, 1982, p. 1488).

As discussões culminaram, em 1921, com a aprovação pelo Congresso Estadual do projeto apresentado pelos deputados Aristiliano Ramos e Victor Konder que proibia a importação de zebus. Mas em 1922 o projeto foi revogado por outro projeto, apresentado pelo deputado Caetano Costa, que apresentou dados de que o próprio Ministro da Agricultura, Simões Lopes, mandou importar um lote de zebus (Costa, 1982, p. 1489).

Em 1920 o relatório do Diretor do Posto Zootécnico dizia existir 135 cabeças de bovinos, sendo 45 de raça Flamengo e os restantes Hereford. Afirmava também que o único fim econômico da exploração do Posto era a produção de reprodutores para serem vendidos aos criadores e, “por ser a zona de Lages consagrada quase exclusivamente à criação de gado de corte e misto”, é que o Posto escolheu a raça Flamengo e Hereford (EPAGRI, Relatório Anual de Atividades, 1920, p. 01).

Floriani destaca que, nesta década, houve uma redução das exportações de carnes brasileiras para a Inglaterra, por serem produzidas pelo cruzamento de gado Zebú, considerado impróprio ao paladar europeu. (Floriani, 2007, p. 75). Este movimento causou grande preocupação aos fazendeiros regionais, promovendo a busca de alternativas para a melhoria da qualidade da carne.

A tentativa de se adequar às leis de mercado tornou o sistema produtivo dependente do comportamento da classe pecuária, pois além da difusão de raças melhoradas, a questão da qualidade das pastagens passou a ser fundamental nas estratégias dos pecuaristas, para que fossem compatíveis com as necessidades fisiológicas das novas raças. (Floriani, 2007, p. 76). No relatório do Chefe da Fazenda, de 1941, aparecem em funcionamento 20 Estações de Monta provisórias, nos municípios de Lages, São Joaquim, Curitiba e Campos Novos, com reprodutores de diferentes raças: Flamengo, Normanda, Charolesa, Shorthorn, Limousin, além de reprodutores das raças leiteiras e de outras espécies (Epagri, Relatórios Avulsos, 1941, p. 01).

O período de 1945 a 1964 foi o período de maior importação de animais, para ficarem à disposição dos pecuaristas lageanos, no sistema de empréstimo de reprodutores. De acordo

com dados oficiais, foram introduzidas nestas décadas as raças descritas no Quadro 2.

Quadro 2 – Espécie e raça

Espécie	Raças
Bovinos	Flamengo, Normando, Hereford, Limousin, Caracu, Schwyz, Holandes, Devon, Jersey, Charoles, Red-Polled, Shorthorn, Polled-Angus e Nelore.
Equinos	Ardenês, Árabe, Anglo, Anglo-árabe, Percheron, Campolina e Crioula.
Suínos	Berkshire, Yorshire, Duroc-jersey, Polland-China.
Ovinos	Rambouillet e South-Dawn.
Asininos	Poitou, Catalão e Italiano.

Fonte: EPAGRI, Relatórios Avulsos

O levantamento do número de registros de cruzamento por raça não pôde ser realizado referente às décadas em questão, uma vez que parte do material perdeu-se nas estruturas inadequadas da Estação Experimental, faltando alguns registros de alguns anos ou de algumas décadas inteiras.

Ainda em 1949, o relatório nos revela a existência de um total de 93 reprodutores, distribuídos em Estações de Monta Provisória pelos municípios de São Joaquim, Joaçaba, Campos Novos, Concórdia, Itajaí e Lages, e em todos os seus distritos. (op.cit., p.03).

Em seu “Manual para Criadores de Bovinos”, de 1953, o criador Nicolau Athanassof afirma que o sistema de criação extensiva tem como característica principal reduzir o capital e estabelecer o custo mínimo com mão de obra empregada, aproveitando, sobretudo, os fatores naturais, visto que os bovinos dependiam quase que exclusivamente do valor dos campos e pastos. (p.345). Assim, o gado comum, que segundo o autor, se refere às raças Pantaneiro, Curraleiro, Crioulo, Junqueiro, Franqueiro, entre outros mestiços de gado Zebu, é analisado como extremamente rústico, alimentando-se com facilidade nos campos, cerrados, capoeirões, caatingas, etc.; mas não sendo indicado para as áreas de forragens ricas, pois não possui valor de mercado a não ser que se proceda a seleção de cruzamento, visando a produção de mestiços precoces (Athanassof, 1953, p. 139).

Athanassof (1953, p. 346) argumenta ainda que, ao empregar o sistema mais intensivo de criação, deve-se levar em consideração que o gado adquire valor de capital empregando-se recursos em força de trabalho, melhoramento de pastagens, além de estábulos, banheiros e investimento em alimentos concentrados. Desse modo, não eram todos os fazendeiros locais que possuíam recursos disponíveis para a constante aplicação de capital em técnicas de

melhoramento animal, de forma que a produção de novilhos mestiços para corte tornou-se a alternativa viável para as propriedades onde o capital deficiente dificultava as outras formas de criação.

Uma década depois, segundo o relatório de serviços prestados, no período de 1960 a 1976, não houve entrada de animais na Estação Experimental de Lages. Também este foi o período em que os animais deixaram de ser emprestados a fazendeiros, devido ao alto índice de mortalidade apresentado nas décadas anteriores.

Em 1963 foram recolhidos 88 animais que serviam em estações de Monta Provisória em mais de 10 municípios do estado, e vendidos em leilão. A partir de então a Fazenda de Criação de Lages somente manteria um pequeno plantel da Raça Flamengo, vendendo anualmente um lote de garrotes puros de origem, também em leilão.

As Estações de Monta foram consideradas superadas em sua fase de desbravamento, pois os criadores interessados tiveram oportunidade nos primeiros 50 anos, através de fomento, de se valer de reprodutores das mais variadas raças de corte e mistas, para se certificarem do melhoramento de seus rebanhos, através de um animal selecionado, que pelo seu potencial genético seria capaz de influir beneficentemente nos seus descendentes (Epagri, Relatórios Anuais das décadas de 1960 e 1970).

Em 1962, a Fazenda de Criação de Lages estabelece as necessidades para as atividades daquele ano. Em relatórios expedidos por Belisário Ramos Neto, no setor zootécnico, afirmando-se a necessidade de aquisição de reprodutores da raça bovina Flamengo, para evitar a “degenerescência” por cruzamento consanguíneo, mantendo a qualidade do rebanho. (Epagri, Relatórios Avulsos, 1962, p. 05).

O pedido referente ao fomento da raça bovina flamenga vai ao encontro da proposta efetuada dois anos antes, pelo engenheiro agrônomo Afonso Maximiliano Ribeiro, ao chefe da Fazenda de Criação de Lages em 1964, quando afirma:

Em acordo com os planos de trabalhos e relatórios dos últimos anos desta Fazenda de Criação e os criadores da raça Flamengo deste estado, encontram-se sérias dificuldades no melhoramento desta raça por falta de reprodutores de alta qualidade. A reprodução consanguínea e incestuosa tem impedido maior expressão aos rebanhos Flamengos, que há muito mais de 50 anos foram introduzidos nos campos de Lages. Apesar de ser esta a única raça bovina que conseguiu sobreviver às sérias crises por que tem passado esta repartição, em face de sua grande adaptação, e por isso ter grande número de apologistas – os trabalhos zootécnicos tem sido prejudicados pela falta de investimento em bons reprodutores, de sangue novo. Em virtude das últimas seleções que efetuamos, podemos contar na F.C. com um plantel bom, de 40 fêmeas, havendo na região mais de 10 fazendas particulares, com aproximadamente 1000 ventres registrados, todas porém sofrendo do mesmo mal. Os efeitos maléficos da consanguinidade são patentes. Frequentemente notam-se fatores genéticos, desfavoráveis que levarão a perda total desse imenso patrimônio zootécnico que

possuímos, se não forem tomadas as providências imediatas. (Ribeiro, 1964, ofício f4).

Entretanto, apesar do Diretor da Fazenda de Criação de Lages defender que os objetivos iniciais daquela foram alcançados, a raça Flamengo deixou gradativamente de ser criada nos campos do Planalto Serrano Catarinense, e não se sabe ao certo os motivos que levaram ao seu desaparecimento, ficando apenas alguns exemplares na Estação.

Em seus cinquenta anos, a Fazenda de Criação de Lages, como órgão de fomento, caracterizou-se pela introdução e aclimação de cerca de doze raças bovinas, seis equinas, duas asininas, quatro ovinas e cinco suínas, e muitas foram as espécies e variedades de forrageiras introduzidas e difundidas na região.

A partir da década de 1970, a Fazenda de Criação de Lages passou por diversas transformações estruturais, de forma que seu objetivo principal tornou-se executar ações de geração, adaptação e difusão de tecnologia agropecuária e florestal, promovendo o desenvolvimento da agropecuária no Planalto Catarinense, sem, contudo, manter diretamente o serviço de extensão que era prioridade até a década de 1960.

A partir de então os trabalhos na estação experimental visaram especialmente as forrageiras, manejo e fertilização de pastagens, estudos sobre manejo de gado de corte, objetivando uma exploração técnica e economicamente viável.

O gado crioulo, que não configurou nas pesquisas sobre melhoramento animal até então, permaneceu nos campos de Lages através da persistência de alguns criadores tradicionais da região, desempenhando papel insuperável na adaptação ao clima frio.

Segundo Martins, as grandes variações fisionômicas encontrada nos campos do Planalto Sul Brasileiro, com sua conseqüente diversidade de espécies e seus inerentes valores nutricionais fornecem uma indicação da capacidade adaptativa à qual a raça Crioula Lageana foi submetida durante cinco séculos de seleção, neste ambiente de extrema variabilidade (Martins, 2009, p. 37).

Sobre o gado crioulo, ressaltamos aqui a argumentação de Martins (2009, p. 44–45) de que a supervalorização do produto importado levou ao aumento dos custos referentes à produtividade no Planalto Catarinense, de forma que se tornou inviável a substituição de vacas crioulas por vacas importadas. Além disso, observaram-se os bons resultados provenientes do cruzamento entre as diferentes raças com o produto crioulo.

Porém, pesquisas recentes apontam para o fato de que os reprodutores importados se beneficiaram, recebendo todo o crédito da descendência, deixando-se de lado a importância da genética proporcionada por ambas as raças, sendo negado ao bovino Crioulo o mérito das

qualidades de seus genes, ou seja, houve o cruzamento, mas, todo o crédito dado à nova raça dele surgido foi dado à matriz importada, invisibilizando a existência e importância para a região da raça crioula.

Segundo Ribeiro, a causa do quase desaparecimento da raça nos Campos de Lages deve-se ao desconhecimento por parte das instituições de pesquisa e fomento:

Outro importante fator que influenciou o quase desaparecimento da raça no Planalto Serrano catarinense foi a não valorização dos recursos naturais que aqui havia, por parte das instituições de pesquisa e fomento da região. Tentaram eles adaptarem o ambiente, aos recursos genéticos animais existentes fora daqui. Trazendo assim, o que de melhor existia na Europa em genética e tecnologias de produção, não se preocupando com que resultado essas importações apresentariam aqui. Persistindo no erro, os técnicos da época atribuíram o baixo desempenho dos animais importados à má qualidade do ambiente, culpando os solos “pobres” daqui, e o deficiente controle sanitário (Ribeiro, 1993, p. 89).

A valorização produtiva do espaço não viabilizou a reprodução das condições de produção, criando uma dicotomia entre ambiente e modo de produção, o que implica, diretamente, nas ações efetivadas pelas políticas públicas e, conseqüentemente, na definição de apropriação do espaço derivada da reprodução das atividades econômicas.

Desta forma, a partir da segunda metade do século XX, também se desenvolveu uma preocupação, ainda que tardia, de quais estruturas ambientais requerem estudos que viabilizem o manejo da atividade econômica em harmonia com as características naturais da região.

A discussão sobre o melhoramento das raças consideradas nacionais aparece na conferência como consequência da análise de fatores geológicos, climáticos, econômicos e técnicos de diferentes regiões brasileiras, que não permitem a aclimação de uma única raça.

A Revista “A Fazenda Fluminense”, do mês de abril de 1930 publicou um artigo de Mario de Souza Queiroz, membro da Sociedade Rural Brasileira, sob o título “Questões da Pecuária: Uma contestação da Sociedade Rural Brasileira. Sua orientação da escolha de raças bovinas”, em que constam esclarecimentos quanto à atuação da instituição na escolha de raças bovinas para criação e reprodução. Afirmando que o Departamento de Pecuária da Sociedade Rural Brasileira nunca aconselhou o cruzamento com raças europeias para a produção de carne no Brasil, o autor utiliza-se de citações de pesquisadores em zootecnia na Austrália e na França para afirmar que a melhor forma de melhoramento animal são os cruzamentos contínuos, ressaltando premissas voltadas a importância da relação entre o meio e a adaptação de animais:

Quando uma raça é antiga numa região, está em harmonia com o clima, o solo, a alimentação, e pôde haver prejuízo em cruzá-la, mesmo com raças superiores. Deve-se temer de diminuir as qualidades que lhe dão valor, sem se obterem vantagens suficientes (...) um animal é considerado como rustico, quando resiste naturalmente as causas de enfraquecimento, ou de doenças, ou melhor, quando adquire um grande

vigôr com um alimentação grosseira, insufficiente para outros ou que nada soffrem das inteperies. O valor de um animal não é dependente de sua especialisação, mais ou menos perfeita, mas, de sua adaptação ás circumstancias de toda a natureza em que se o encara em qualquer momento (A Fazenda Fluminense, 1930, p. 13).

Questionando a ideia de que o melhoramento de pastagens seja suficiente para conseguir melhores resultados na produção pecuária o autor afirma ainda que:

O trabalho do criador vae de accôrdo com a acção do cultivador, sem riscos, nem caminhar continuo para o fim [...]. Poucos annos foram suficientes para que a tuberculose dizimasse rebanhos (na França), e com elle os mestiços productos dos touros Devon [...] em regra geral, todo o criador deve ter por assente que o aperfeiçoamento das raças deve se basear, não cessaremos de repetir, principalmente na selecção rigorosa e continua. A experiência mostra que não se ganha em transplantar as raças. Erros commetidos nos cruzamentos contínuos provem do esquecimento: “E” preciso collocar os mestiços nas condições de clima e alimentação que seja as da raças mais exigentes (A Fazenda Fluminense, 1930, p. 14).

Contrariando métodos que até então se realizavam em Lages, no estado de São Paulo, o gado Caracu é descrito como importante precursor no processo de seleção animal. Dedicando capítulo especial ao melhoramento das raças chamadas nacionais, o artigo afirma o trabalho de “uma elite de técnicos e criadores” que dedicam cuidados especiais ao gado caracu, sem, contudo, excluir outras raças. Utilizando-se de bibliografia de experiências zootécnicas francesas, holandesas e dinamarquesas, o autor afirma que

todos os paizes possuidores das raças chamadas finas, as melhoraram dentro da própria raça, pela selecção; podendo-se mesmo contar no mundo as tentativas bem sucedidas da formação dos typos apurados que não o fossem pela ajuda decidida e continua das seleções (Correa, 1936, p. 27).

Nesse sentido, Paulo Lima Corrêa discute a importância da conservação do material genético e cobra maior atuação do Ministério da Agricultura no melhoramento das raças locais:

Ainda agora não vemos o Ministério da Agricultura, por intermédio do seu Departamento Nacional de Produção Animal [...] iniciar os trabalhos em torno da seleção [...]. Precisamos introduzir raças heterotones procurando naturalmente aquellas que se mantenham econômica e convenientemente ao meio indigena, mas devemos concomitantemente procurar melhorar os typos locais [...] (Correa, 1936, p. 29).

Naquele congresso, a seleção e o aperfeiçoamento funcional das raças consideradas nacionais possuem um sentido homogeneizador de tipos, pesos e pelagens, de modo a torna-las mais satisfatórias a fins industriais, sem perder a qualidade de rusticidade e adaptação ao meio. Nessa perspectiva, alguns estudos, como o de Roberto Simonsen sobre a história econômica do Brasil na década de 1960, afirmava ser possível uma ação conjunta entre a produção rural, que não precisava ser rústica, e a industrial, que não necessariamente era moderna. Organizando uma reflexão sobre os processos históricos de criação e a zootecnia, o

autor recorre ao período colonial e imperial para identificar raças de gado em meio ao debate sobre a importância do gado nacional e sua adaptação ao meio (Simonsen, 1967, p. 53).

Índices de produtividade não se revelaram promissoras, uma vez que as raças exóticas não significaram substancialmente o índice do aumento de produtividade, uma vez que, em alguns casos, os cruzamentos se mostraram menos produtivos que as raças locais.

Em todas as fontes oficiais da administração pública encontram-se projetos e definições sobre experimentos em campos nativos, com a coleta e catalogação das principais espécies regionais, para testes e lotação nos campos. No entanto, são poucas ou quase nulas as fontes referentes aos estudos sobre a importância do cruzamento de raças com o gado crioulo de forma a intensificar as adaptações ao clima e à pastagem nativa. Dessa forma, evidencia-se a falta de estudos regionais baseados na capacidade adaptativa destes exemplares. Há de se compreender que o longo processo de desenvolvimento econômico, e as diretrizes impostas à pecuária do Planalto Serrano Catarinense, impossibilitaram a viabilidade de estudos neste sentido; pois a economia local absorveu as novas tecnologias, o que levou à substituição dos bovinos crioulos. (Simonsen, 1967, p. 41).

Ainda segundo Martin, mesmo com atributos positivos e de grande importância em sistemas de criação em campos naturais, a raça, ao longo do tempo, foi sendo substituída por raças exóticas, tanto de origem europeia quanto zebuínas; ou ainda submetidas a cruzamentos absorventes com estas raças:

A mestiçagem consistiu, primeiramente, na realização de cruzamento absorvente de touros de origem britânica (Devon, Hereford, Aberdeen Angus) ou Francesa (Charolês, Normando, Flamenga) em programas de fomento, sobre vacas crioulas, especialmente no início do século XX. Esses touros, muito apreciados pelos criadores, eram claramente preferidos de tal forma que sobre a base dos rebanhos crioulos da região e mediante o cruzamento absorvente, foi introduzido gradualmente o “sangue” dos reprodutores importados, modificando as características da população já naturalizada. (op. cit., p. 42). Atualmente a Raça Crioula Lageana passou a figurar nos projetos de conservação e desenvolvimento regional, bem como em estudos referentes a integração lavoura-pecuária para melhoramento dos resultados econômicos das propriedades do Planalto Serrano Catarinense (Epagri, Portal do Agronegócio, 2011).

No Rio Grande do Sul o mesmo animal é chamado de Franqueiro. A diferença de denominação levou ao desentendimento entre pecuaristas dos dois estados. No entanto, a preservação do material genético por criadores de Santa Catarina permitiu que em 2008 o Ministério da Agricultura concedesse à Associação Brasileira de Criadores da Raça Crioula Lageana (ABCCL) a autorização para os trabalhos de registro genealógico em território nacional.

O fortalecimento da nomenclatura da Raça Crioula Lageana está diretamente

relacionado às pesquisas relativas à adaptação e ao melhoramento da qualidade bovina em ambiente natural. As discussões em torno da manutenção da raça e sua exclusividade em campos do Planalto Serrano gera controvérsias. Em entrevista concedida ao Jornal Diário Catarinense, de 04 de setembro de 2011, o Diretor da ABCCL, Edison Martins, afirma que os criadores do mesmo gado no Rio Grande do Sul não concordaram com a denominação “Lageana”, motivo pelo qual fundaram, em 2006, a Associação Brasileira dos Criadores de Bovinos Franqueiros (ABCBF), sem, no entanto, possuírem o registro oficial da raça. Ainda de acordo com Edison Martins, há prejuízos neste embate, pois provoca a deturpação da opinião pública e a depreciação da raça. (Diário Catarinense, 2011, p. 25–2).

No mesmo artigo publicado, o presidente da ABCBF, Sebastião Fonseca de Oliveira argumenta que a denominação “franqueiro” refere-se à origem do gado, livre criados soltos e formados por seleção natural nos campos de cima da serra, de modo que a denominação “crioula Lageana” deturpa a origem histórica do gado crioulo. (Diário Catarinense, 2011, p. 25–2).

De acordo com pesquisa publicada na Revista do Conselho Regional de Medicina Veterinária, do estado de Santa Catarina, em maio de 2011 (p. 05-2), apesar da conservação do material genético, a raça crioula Lageana é resultado de um processo de seleção que foi feita tanto pela mão do homem, quanto pela seleção natural, a partir da introdução de bovinos em território brasileiro. Ressalta ainda que, do final do século XIX até meados do século XX, houve oriundos da Europa, fazendo com que os acasalamentos desses animais com bovinos naturalizados permitissem a expressão do vigor híbrido, ou seja, quando há um ganho genético considerável devido ao acasalamento de animais de linhagens diferentes.

Segundo a pesquisa divulgada, este contato genético para com outras raças não modificou as características das vacas naturalizadas, permitindo a conservação das características da raça. (Diário Catarinense, 2011, p. 05-3). Assim, técnicos e produtores da Raça Crioula Lageana negociam com a Embrapa a possibilidade da criação de núcleos de conservação da base genética do rebanho conforme as recomendações da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. (Diário Catarinense, 2011, p. 05-1).

Vale ressaltar que a Raça Crioula Lageana é a segunda raça bovina naturalizada no Brasil. De acordo com a Embrapa, os animais conhecidos como naturalizados são descendentes dos animais trazidos pelos colonizadores na época do descobrimento do Brasil e que sofreram a ação da seleção natural, desenvolvendo características de adaptação que lhes permitiram sobreviver e se reproduzir ao longo dos séculos. São essas características que devem ser conservadas, pois esta diversidade de recursos genéticos tornou possível a sobrevivência humana em ecossistemas adversos (Embrapa).

A necessidade de preservar raças menos produtivas vem recebendo maior atenção, uma vez que pode se constituir instrumento para melhorar a rusticidade de bovinos de alta produtividade, mas de baixa capacidade de adaptação (Egito; Mariante; Albuquerque, 2002). Assim, a Raça Crioula Lageana tornou-se objeto de estudos como suporte da pecuária extensiva em campos naturais.

Thiago Veiga chama a atenção para o fato de que a população de animais desta raça em número de aproximadamente 700 animais coloca-a na lista de animais em risco de extinção, um fator que se deve aos cruzamentos indiscriminados e as importações de raças exóticas no século XX:

A extinção desta raça pode acarretar a perda de importantes características de interesse para a produção animal, enquanto sua utilização pode significar importante alternativa para a pecuária moderna, devido sua grande variabilidade genética, rusticidade e adaptação às condições ambientais do Planalto Catarinense. [...]. Devido à grande rusticidade, excelente fertilidade e excelentes ganhos por heterose quando cruzados com raças europeias e zebuínas, a Crioula Lageana pode ser importante alternativa na redução dos custos de produção, já que não são necessárias grandes adaptações do ambiente para a criação destes animais, o que pode trazer viabilidade para a exploração dos campos naturais e sustentabilidade aos sistemas de pastoreio empregados na região serrana catarinense (Veiga, 2007, p. 31).

Quadro 3 – Exemplar da Raça Crioula Lageana na atualidade



Fonte: Jornal Diário Catarinense (2011).

Além das características adaptativas da raça, deve-se considerar também sua importância histórica, cultural e preservacionista, uma vez que ela é parte integrante do ecossistema de campos nativos que pode ter sua biodiversidade explorada de maneira racional, sem necessidade de modificações agressivas no ambiente (Veiga, 2007, p. 32).

Edison Martins, Médico Veterinário e sócio fundador da ABCCL, tomando a pecuária como um fator de subsistência e uma tradição local, argumenta ainda que sua importância advém do fato de ser uma fonte de renda tanto para o pequeno, quanto para o médio e o grande produtor, sendo esta uma relação estabelecida devido a permanência da atividade em campos naturais, uma vez que historicamente existe uma relação muito forte entre a pecuária e os campos naturais, principalmente na interação que se estabelece entre a produção de alimentos com valor acessível à população local, devendo-se ainda pensar no valor dos campos naturais enquanto composição da paisagem como atrativo regional, gerando múltiplas atividades econômicas a partir dos traços culturais locais.

Figura 31 – Saberes e Fazeres da Coxilha Rica



Fonte: Saberes e Fazeres da Coxilha Rica, Lages (2009).

Nesse sentido, retomamos as palavras do Dr. Edison Martins, segundo o qual não se

aproveitou adequadamente os recursos genéticos que se tinha no passado, por dois motivos principais: de um lado, por falta de conhecimento técnico, e por outro, devido aos discursos modernistas que pretendiam copiar fielmente o modelo europeu de desenvolvimento pecuário:

Se as políticas públicas tivessem iniciado seus trabalhos através de projetos de valorização do produto local, teríamos rebanhos maiores e um mercado mais competitivo. As forrageiras nativas são excelentes, mas tiveram a tenção devida. Importaram-se muitas qualidades de forrageiras, sem o devido conhecimento do meio natural. Esse ponto merece muita atenção (Id. *Ibid.*, p. 05).

Assim, a formação da Associação Brasileira de Criadores de Crioula Lageana (ABCCL) em 2003 foi um importante passo para a conquista do registro genealógico da raça, que ocorreu cinco anos depois, em 2008. A partir de então vários avanços foram possíveis:

A partir da criação da Associação, expandimos a parceria com instituições de pesquisa, aprimorando os conhecimentos sobre a raça e seus produtos, e as vantagens mercadológicas correspondentes. Além da carne, configura-se como um ótimo animal e tração. Seu couro é muito procurado para a confecção de tapetes. O legítimo queijo serrano é produto da raça crioula. A partir de então aumentou muito o interesse pela raça. Já existem criadores em Minas Gerais, Brasília, São Paulo e no Rio Grande do Sul. (Id. *Ibid.*, p. 16).

Houve um processo de valorização muito grande da raça, além de uma contínua evolução de suas capacidades adaptativas. Atualmente a raça pode ser criada em diferentes sistemas de produção, seja do modo extensivo, semiextensivo ou em confinamento. Além do que, a Raça Crioula Lageana ser a que melhor se adapta ao sistema extensivo, sobrevivendo bem ao inverno e sistemas alimentares diferenciados. O que fornece ao criador uma opção do sistema empregado, segundo a disponibilidade de campos e técnicas de manejo.

Todo esse processo de discussão e estudos referentes à preservação da Raça Crioula Lageana contribui para a mobilização e reestruturação da tradicional economia pecuária regional, mostrando-se como um ponto importante na composição de raças bovinas produtivas. Nesse sentido, tem-se uma discussão referente à noção de região enquanto mantenedora de uma cultura, o que implica tanto os princípios de extensão quanto localização das práticas econômicas estabelecidas. Para Veiga e Martins:

As raças nativas de gado de uma região constituem uma forma de expressão do povo que a habita. Permitir seu desaparecimento seria o mesmo que permitir a destruição dos marcos físicos de sua civilização. Uma raça nativa de gado é um monumento tão necessário a ser preservado como qualquer monumento histórico que identifique, caracterize ou dê relevo a uma tradição querida. (Veiga; Martins, 2008, p.19)

Ainda segundo Veiga *et al.* (2008), a crescente necessidade e preocupação na redução de gastos energéticos e econômicos na produção de alimentos, há necessidade de preservação

dos recursos genéticos animais naturalizados e autóctones. O uso destes animais, devido à sua grande adaptação e maior variabilidade genética em relação às raças melhoradas, pode permitir maior flexibilidade aos programas de melhoramento genético animal, além de: Se considerar o importante papel preservacionista na manutenção da raça Crioula Lageana, que é considerada parte integrante do ecossistema dos Campos Naturais de Araucária, podendo sua diversidade biológica ser explorada de maneira racional e em associação com a pecuária, sem que se realizem modificações agressivas, viabilizando sua exploração. É nosso entendimento que, ao estimular a preservação da raça, estaremos contribuindo diretamente não só para a sua preservação, mas para todo ecossistema do qual ela faz parte, além de valorizar o homem que gerencia este sistema. (Veiga *et al.* 2008, p.18).

A partir da análise dos autores que se dedicam aos estudos e à divulgação da raça crioula Lageana como potencial econômico e ecológico para o planalto catarinense, é possível compreender que, nos critérios de seleção e seu registro, existe uma autoria, uma história social que constrói uma narrativa a partir da trajetória do processo de exploração animal e seus impactos ambientais, mas que também repercute na comunidade científica, resultando na desnaturalização do que um dia se chamou de pecuária tradicional.

Assim, no contexto histórico da consolidação de um tipo de gado regional, capaz de aclimatar e enobrecer a economia e na construção de um tipo de gado serrano se reconstruem modelos de modernidade, onde grupos heterogêneos de produtores alternam a dinâmica das relações socioeconômicas estabelecidas na construção de modelos de desenvolvimento delineados politicamente no tempo e no espaço, ao mesmo tempo em que estabelecem reflexões sobre a origem da riqueza de um território, reconhecendo que a valoração do meio ambiente não está apenas em seu valor econômico e tampouco que este seja o principal indicador de sua essência. Entre a multiplicidade de valorações atribuídas ao meio ambiente, o conhecimento humano deve ser conduzido para a certeza de que a natureza e sua preservação não são desafios à vida humana, uma vez que sua existência está completamente condicionada a ela.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender as modificações socioeconômicas e ambientais oriundas da tecnificação da atividade pecuária no Planalto Catarinense tornou-se um exercício complexo de análise de fontes e narrativas intrincadas num longo processo de manipulação e artificialização do ecossistema dos campos.

A mobilidade das transformações no curso da história das atividades de experimentação, pesquisa e extensão envolvem diferentes sujeitos e, com estes, os paradoxos da relação existente entre a construção da ideia de natureza e a organização da vida humana em suas bases materiais e culturais.

Ao analisar os espaços de transformação dentro da história regional, enfatizou-se que, a história da pecuária no Planalto Catarinense está envolta em conexões inter-regionais e transnacionais que inferiram diretamente na forma como a paisagem foi gradativamente ressignificada. A partir do discurso agrário que visava o abandono das características coloniais e de parte do período imperial de pastoreio, a implementação de práticas modernizantes ocorreu de forma espacializada, de acordo com a heterogeneidade social que compunha o planalto catarinense.

Assim, pequenos e médios produtores rurais ficaram às margens deste processo modernizador. As estratégias utilizadas na extensão rural para induzir pequenos proprietários a adotar “o pacote tecnológico”, causaram profundas transformações no modo de produção e na estrutura das propriedades, desagregando antigos costumes ligados à pecuária no Planalto Catarinense.

Essas pesquisas tiveram como objetivo primordial, discutir os processos de adaptação, mestiçagem e pureza, analisa se a evolução da produção pecuária a partir dos mecanismos de divulgação e comercialização — criatórios, charqueadas, frigoríficos, leilões e feiras. Estes mecanismos por sua vez, estabelecem uma clara divisão produtiva — o gado de consumo e o gado de exposição. A promoção das feiras agropecuárias, além de incluir os criadores locais no circuito de animais de raça, definiu ao longo do tempo uma estirpe de criadores que, através do discurso da tradição, pautaram práticas modernas de seleção e manejo. Contudo, há de se considerar também o papel fundamental que desempenharam as pesquisas científicas em medicina veterinária, agronomia e zootecnia nas políticas de transformação e modernização do espaço rural, e que, como consequência, resultou na produção de manuais e registros de criadores, divulgados em revistas, jornais e semanários, ao mesmo tempo em que desenvolveram importantes estudos sobre a política sanitária e de controle de doenças no

Brasil, com o desenvolvimento de técnicas de manejo e vacinas destinadas a garantir a qualidade de carne e por consequência, a saúde pública, além de permitir compreender as políticas sanitárias e suas dificuldades de implementação no contexto das exigências internacionais de produção e comercialização de carne bovina, bem como as transformações em termos de saúde pública e consumo de produtos de origem animal no Brasil.

A ideia de modernidade ligada à transformação dos processos produtivos determinou mudanças de ordem técnica que, resultaram também em modificações nas feições geográficas e ecológicas nos espaços herdados da natureza. Ao considerar os elementos de origem humana e não humana que marcam interações na paisagem natural, transformando e modificando o ambiente de acordo com as necessidades humanas que se projetam sobre ela, constata-se que o território é compreendido como espaço vital, mantenedor das atividades indispensáveis à sobrevivência em função de seus recursos naturais, mas que uma pluralidade entre as determinações ambientais e a produção do espaço, resultado de múltiplas organizações socioeconômicas que sofreram, em estágios distintos, transformações ao longo do tempo.

Pondera-se, portanto, que a racionalização das técnicas de manejo conferiu características específicas à adaptação de raças que foram submetidas ao cruzamento com material genético das raças crioulas, forjadas por seleção natural. No século XX, a substituição de raças nativas por exemplares de origem europeia não significaram aumento nos índices de produtividade, resultando, além disso, na redução do efetivo populacional das raças naturalizadas e levando-as ao risco de extinção.

Além disso, a realidade socioeconômica apresentada especialmente a partir da década de 1950, se de um lado desconstruía o reducionismo produtivo do Planalto Catarinense em relação a sua significância produtiva, de outro, sobrepunha interesses de ordem política, na articulação do estado com a elite local, às necessidades da população local, de forma os discursos modernizantes passaram a ser contestados. As pesquisas para aumento do potencial produtivo regional atreladas à realidade socioeconômica de grande parte dos produtores do planalto catarinense levaram também à pesquisas sobre a conservação de recursos genéticos e a introdução da raça crioula Lageana no livro de registros genealógicos do país, e sua divulgação como uma raça de gado regional capaz de enobrecer a economia e garantir a conservação dos campos nativos do Planalto Catarinense.

Dessa forma, a história da criação de bovinos ultrapassa o aspecto econômico e produtivo e, ao considerar as características naturais do ambiente campestre, infere sobre a representação da paisagem e sua relação com a identidade regional e as diferentes relações de poder que significam a natureza, uma vez que, atrelada ao modo econômico, a representação

utilitária da natureza estabelece uma relação não linear entre o espaço, o tempo histórico e sua materialidade.

Esta paisagem manifesta sua historicidade e permite delimitar espaços de permanência, transição e transformação sobre a exploração econômica de animais e a relação entre animais humanos e não humanos com a natureza. O desenvolvimento e a adoção de técnicas importantes para o aumento da produtividade pecuária (vacinas, banheiros sanitários, cercas de arame, forrageiras importadas e a introdução de genética animal do gado fino europeu), modificou a composição da paisagem pastoril regional, e também o sistema produtivo antes preconizado como “natural”. Embora o rendimento produtivo fosse balizado pela capacidade de atender o mercado interno e externo, o alto custo de sua manutenção levou criadores, e também as instituições de pesquisa e fomento a buscar soluções no melhoramento dos campos nativos e no cruzamento de animais naturalizados.

A partir da segunda metade do século XX tornou-se evidente a importância da biodiversidade dos campos nativos do planalto catarinense, e a necessidade de estudos que permitam valorar seu potencial forrageiro na manutenção da atividade pecuária de modo que, para além da base alimentar da economia de criação, mantenha-se também como patrimônio ecológico e genético, assim como a discussão sobre o melhoramento das raças consideradas nacionais aparece na conferência como consequência da análise de fatores geológicos, climáticos, econômicos e técnicos de diferentes regiões brasileiras, ressaltando a necessidade de preservar raças menos produtivas, uma vez que pode se constituir instrumento para melhorar a rusticidade de bovinos de alta produtividade, mas de baixa capacidade de adaptação. Esse processo de revalorização da raça crioula Lageana contribuiu para a mobilização e reestruturação da tradicional economia pecuária regional, mostrando-se como um ponto importante na composição de raças bovinas produtivas, além de consolidar de um tipo de gado regional, estabelecem reflexões sobre a origem da riqueza de um território, reconhecendo que a valoração do meio ambiente não está apenas em seu valor econômico, reposicionando o sentido atribuído à natureza na identidade regional.

REFERÊNCIAS

- ALVES, C. O. *et al.* Tecnologias e programas de fomento em prol da sustentabilidade na bovinocultura: revisão de literatura. **Revista Veterinária em Foco**, Canoas, nº 2, vol. 9, p. 1–18, jan./jul. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/veterinaria/article/view/1188>. Acesso em: 29 mar. 2021.
- AMED, F. J.; NEGREIROS, P. J. L. de C. **História dos tributos no Brasil**. São Paulo: edições SINAFRESP, 2000.
- ANDRADE, M. C. *et al.* (org.). **O mundo que o português criou**. Recife: CNPQ, 1997.
- ARRUDA FILHO, J. M. **Coisas do passado**. Lages, SC: [s.n.], 1964.
- ARRUDA, I. **Revivendo o passado**. Rio de Janeiro: Planejamento Gráfico, 1972.
- BECK, Ulrich. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1944.
- BERNAL, J. D. **Ciência na história**. Lisboa: Horizonte, 1969.
- BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral. Antigas propriedades rurais de Lages. **Revista da ASBRAP**, São Paulo, n. 6, p. 9–92, 1999.
- BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral; MENDONÇA, Luiz Carlos Sampaio de. Correção da filiação do Sargento Mor João Falcão de Sousa. **Revista da ASBRAP**, n 15, 2009.
- BOLDRINI, Ilsi (org.). **Biodiversidade dos campos do planalto das araucárias**. Brasília: MMA, 2009. (Campos Sulinos, Apresentação; v.1).
- BOLDRINI, I.I. Campos Sulinos: caracterização e biodiversidade. In: ARAÚJO, E.d. L. *et al.* (ed.). **Biodiversidade, conservação e uso sustentável da Flora do Brasil**. Recife: 2002. p. 95–97
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal. Arrecadação de impostos no Brasil Colonial. **Memória Fazendária**, 01 set. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/memoria/memoria-fazendaria/arrecadacao-de-impostos-no-brasil-colonial>. Acesso em: 03 abr. 2023.
- BRASILIANA FOTOGRAFICA. **A criação de uma vacina para a peste da manqueira, um marco na história da veterinária brasileira e mundial**. 2018. Disponível em: www.brasilianafotografica.bn.gov.br. Acesso em: 08 ago. 2023.
- CAMARGO, M. A. R.; MARTINS, V. M. V. Raça bovina Crioula Lageana, um patrimônio genético. **A Hora Veterinária**, v. 24, n. 143, p. 61–64, jan./fev. 2005.
- CÓRDOVA, U. de A. *et al.* Características gerais. In: **Melhoramento e manejo de pastagens naturais no Planalto Catarinense**. Florianópolis: Epagri, 2004.

COSTA, L. **O continente das Lagens: sua história e influência no sertão da terra firme.** Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

COTRIM, E. **A fazenda moderna: guia do criador de bovino no Brasil.** Bruxellas: Typographia, 1913.

CROSBY, A. W. **Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900.** São Paulo: Companhia da Letras, 2011.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A. **A concept of agribusiness.** Division of Research. Graduate School of Business Administration. Boston: Harvard University, 1957.

DORST, J. **Antes que a natureza morra.** São Paulo: Ed. Edgard Blücher, 1973.

EGITO, A. A.; MARIANTE, A. S.; ALBURQUERQUE, M. S. M. Programa brasileiro de conservação de recursos genéticos animais. **Archivos de Zootecnia**, v. 51, p. 39–52, 2002.

EHLKE, C. **A conquista do planalto catarinense: bandeirantes e tropeiros no sertão de Curitiba.** RJ: Ed. Laudes, 1973.

FARINATTI, L. A. Apropriação da terra e formação de grandes patrimônios na fronteira sul do Brasil, através dos inventários post mortem (1800-1860). **Trabajos y Comunicaciones**, 2009, n. 35, p. 149–171.

FLORIANI, Guilherme dos Santos. **História florestal e sócio-lógica do uso do solo na região dos Campos de Lages no século XX.** 2007. 233f. Dissertação (Mestrado em Manejo do Solo) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias da Universidade do estado do Rio Grande do Sul, Florianópolis, 2007.

GARCIA, Fabiano. **Para além dos seletos e sinuosos consensos: processo histórico, transformação social e a construção da memória coletiva, Lages/SC (1944-1990).** 2016. 180p. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2016.

GIL, Tiago Luis. Elites locais e changadores no mercado atlântico de couros (Rio Grande e Soriano, 1780-1810). **História Unisinos**, v. 18, n. 2, p. 287–300, maio/ago. 2014. Doi 10.4013/htu.2014.182.07

GÖBEL, B.; GÓNGORA-MERA, M.; ULLOA, A. (org.). **Desigualdades Socioambientales en America Latina.** Berlin: Iberoamerikanisches Institut; Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2014.

GODELIER, M. **Horizon, trajets marxistes en anthropologie.** Paris: F. Maspero, 1971.

GOULART, J. A. **O Brasil do boi e do couro.** SP: GRD, 1965.

GRUZINSKI, S. **O pensamento mestiço.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios e multiterritorialidade.** Programa de Estudo Tutorado de Geografia. Porto Alegre, set. 2004. Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2021.

HERBERTS, A. L. **Arqueologia do Caminho das tropas**: estudo das estruturas viárias entre os rios Pelotas e Canoas/SC. Tese de Doutorado, PUCRS: Porto Alegre, 2009.

KLEIN, R.M. **Mapa Fitogeográfico do Estado de Santa Catarina**: flora ilustrada Catarinense. Itajaí, V parte, 1978.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza**. Bauru: Edusc, 2005.

LAYTANO, D. de. **Fazenda de criação de gado**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1950. 151 p.

LEAL, Natacha Simeí. **Nome aos bois**: Zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite. 2014. 320 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-12052015-102330/publico/2014_NatachaSimeíLeal_VCorr.pdf. Acesso em: 15 abr. 2023.

MAESTRI, Mario; SANTOS, Julio R.Q.; ESSELIN, Paulo (org.). **Peões, vaqueiros e cativos campeiros**: estudos sobre a economia pastoril no Brasil. Passo Fundo, RS: UPF, 2010.

MARIANTE, A. da S.; CAVALCANTE, N. **Animais do descobrimento**: raças domésticas da história do Brasil. Brasília: Embrapa-Cenargem, 2000. 232p

MARTINS, V. M. V. **Raça crioula lageana**: o esteio do ontem, o labor do hoje e a oportunidade do amanhã. Lages: Ed. ABCCL, 2009.

MARTINS, C. A. A. Região Sul: notas sobre a construção de uma perspectiva. In: GEOGRAFIA ECONOMICA E SOCIAL, Florianópolis, 2010. **Anais [...]**. Florianópolis: Geociências/UFSC, 2010.

MARTINS, Vera Maria Villamil. **Raça crioula lageana**: o esteio do ontem, o labor do hoje e a oportunidade do amanhã. Lages: Ed. ABCCL, 2009.

MATTEI, L. Considerações acerca de teses recentes sobre o mundo rural brasileiro. **Rev. de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, supl 1, 2014. Doi <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/6Lxfhrcmh966LFHBBDPBfWD/>. Acesso em: 08 ago. 2023.

MEDRADO, J. **Do pastoreio à pecuária**: a invenção da modernização rural nos sertões do Brasil Central, Rio de Janeiro, RJ: UFF, 2013.

MEIRA, R. B. **Semeando ideias**: os discursos em prol do ensino agrícola no Brasil no final do Império às primeiras décadas da República. RS: Unisinos, 2017.

MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MORAES, A. C. R. **Geografia histórica do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2009.

MOREIRA, Roberto José. Pensando o rural da modernidade e dos nossos tempos. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 20, n. 1, p. 248–271, abr. 2012.

MOUTINHO, Flavio Fernando Batista. **Na trilha do boi: ocupação do território brasileiro pela pecuária**. Le Retour de la Dialectique. Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1986. Lefebvre (1986).

NUNES, P. da S. **Contribuições das obras de Frederic Edward Clements para o ensino de ecologia**. 2016. 242 f. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bauru, SP, 2016.

OLIVEIRA, Osvaldo André. Os protagonistas da história dos campos neutrais. **Revista Biblos**, n. 24, 2010.

PELUSO JUNIOR, V. A. **Latifúndios e minifúndios no Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1971.

PEREIRA, A. A. **Aspectos ecológicos de Boophilus microplus (Canestrini, 1887) (Acarina: Ixodidae) no município de Franca, nordeste de São Paulo**. 2008. 106p. Tese (Doutorado em Medicina Veterinária) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, São Paulo, 2008.

PEREIRA, C. N.; CASTRO, C. N. **O Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária: história, estrutura e financiamento**. Brasília: Ipea, 1990.

PESAVENTO, S. J. **História & História cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PILLAR, V. de P. *et al.* **Campos sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009.

PILLAR, V. D. *et al.* **Workshop “Estado atual e desafios para a conservação dos campos”**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

POLESE, C. Caminhos libertadores: Rios, Campos, Trilhas, Tropeiros... A História do Sul do Brasil. **Revista Abras & Ache**, Lages, 2007.

POLESE, C. **Coxilha Rica: subsídios a uma proposta de conservação para o sul do município de Lages-SC**, 2014.

PORTO, A. História das Missões Orientais do Uruguai. 2. ed. rev. melhor. por Luís Gonzaga Jaeger, S. J. Porto Alegre: Selbach, 1954. 2 v.

PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PRIMAVESI, Ana. **Manejo ecológico de pastagens em regiões tropicais e subtropicais**. São Paulo: Nobel, 1986.

RAMOS JUNIOR, V. R. Notas para a história da fundação de Lages: 1766-1783. **Revista do**

Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Imprensa Oficial, 1944.

RANGEL, I. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Bernal, 1987.

RIBEIRO, J. A. R. Gado Crioulo Lageano, uma alternativa sustentada para as pastagens naturais do Planalto Catarinense? *In*: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ZOOTECNIA, 30., 1993, Rio de Janeiro, RJ. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: SBZ, 1993. p. 245–262.

RITTER, W; SORRENSON, W. J. **Produção de bovinos no Planalto de Santa Catarina**. Florianópolis: EMPASC, 1985.

ROMERO, N. F. **Manejo fisiológico dos pastos nativos melhorados**. Guaíba: Ed. Agropecuária, 1998.

SAGRILO, L. P. Z. **Origem e evolução da pecuária de corte no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem à Curitiba e Província de Santa Catarina**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978.

SANTOS, L. W. **Estação Agronômica e de veterinária do Estado**: uma abordagem sobre o início da pesquisa agrícola em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1998.

SCHUCH, C. F. **Estrada da Mata**: o desenvolvimento da pecuária no planalto serrano catarinense e as transformações do espaço e da sociedade regional entre os séculos XVIII e XXI. 2015. 184 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

VALVERDE, O. Geografia da pecuária no Brasil. **Finisterra**: Revista Portuguesa de geografia, v. 2, n. 4, 1964. Disponível em: www.revistas.rcaap.pt/finisterra. Acesso em: 10 abr. 2022.

VARGAS, Jonas Moreira. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. Abastecendo plantations: a inserção do charque fabricado em Pelotas (RS) no comércio atlântico das carnes e a sua concorrência com os produtores platinos (século XIX). **História**, v.33, n. 2, p. 540-566, jul./dez. 2014.

VIEIRA, Maria G. E. de Deus; PEREIRA, Raquel M. F. A. Latifúndio Pastoril e Pequena Produção Mercantil: O caso do Brasil subtropical. *In*: **Geografia Econômica**: anais de Geografia Econômica e Social. Florianópolis: Geociências/UFSC, 2010.

VEIGA, T. F. **A raça crioula lageana**: sua história e percepções para seu futuro. 2007. 167f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

VEIGA, T. F. *et al.* A raça crioula lageana: por que preservá-la? **Revista Agropec. Santa Catarina**, v. 21, n. 2, p. 14–19, jul. 2008. Disponível em: <https://publicacoes.epagri.sc.gov.br/rac/article/view/1126/1004>. Acesso em: 11 ago. 2022.

WEIBEL, L. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WEINSTEIN, B. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 14, p. 9–36, jan./jun.2013.

WILCOX, Robert W. The ethnocentric steer perceptions and obsessions in the introduction of european livestock science into brazilian tropical cattle ranching, 1880–1950. **Albuquerque: Revista de História**, Campo Grande, MS, v. 1, n. 2, p. 9–43, jul./dez. 2009.

ZARTH, P. A.; GERHARDT, M. Uma história ambiental do Pampa do Rio Grande do Sul. In: Teixeira, A. F. (org.). **Lavouras de destruição: a (im)posição do consenso**. Pelotas: UFPEL, 2009. p. 249-295.

APÊNDICE A - FONTES

As fontes abaixo listadas foram selecionadas com objetivo de permitir uma reflexão sobre a criação de animais e as modificações da paisagem, bem como a criação de animais e o desenvolvimento da saúde pública, a trajetória dos processos de exploração animal e as narrativas que revelam as mudanças e permanências na organização econômica, socioespacial e cultural dos Campos de Cima da Serra, num complexo campo de relações que envolve a sociedade pecuarista e o meio ambiente. Assim, na esteira da modernidade ainda é possível refletir sobre a herança de ambientes ecológicos para a vida humana, e a responsabilidade social que possuem estudos e pesquisas sobre o meio ambiente e a sociedade.

Arquivos documentais da EPAGRI – SDR/Lages:

- Registros de Correspondência ao Serviço da Indústria Pastoril.
- Pedidos de Suprimentos década de 1920.
- Controle do desenvolvimento de Raças 1912-1965.
- Planos anuais de desenvolvimento pecuário 1914-1965.
- Livros de empréstimos de reprodutores.
- Prestação de Contas ao Ministério da Agricultura Relatório de Atividades do Posto Zootécnico de Lages.
- Registros de Compra de Reprodutores.
- Arquivo Fotográfico.
- Sinopses de Censos Agropecuários.
- Projetos de desenvolvimento pecuário em Campo Nativo.
- Revistas Indústria Animal Boletins do Ministério da Agricultura

Museu Histórico Thiago de Castro:

- Arquivo Fotográfico Planalto Serrano Catarinense.

Jornal Correio Lageano

Museu do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina:

- Relatórios do Ministério da Agricultura Processos judiciais de compra e venda terras.
- Inventários de bens e heranças.

Arquivo Histórico e Geográfico de Santa Catarina:

- Relatórios de Presidentes de Província.
- Relatórios de Governadores de Estado.

Associação Brasileira de Criadores da Raça Crioula Lageana (ABCCL):

- Histórico da inclusão da raça no livro de registros genealógicos das raças naturalizadas.

Biblioteca Centro de Ciências Agro Veterinárias da Universidade do Estado de Santa Catarina:

- Estudos científicos sobre cruzamento e importação de raças europeias para melhoria da qualidade da carne e intensificação da produção para o mercado Nacional.